

Ana Lúcia Farah de Tófoli

As retomadas de terras na dinâmica territorial do povo indígena

Tapeba:

Mobilização étnica e apropriação espacial

Fortaleza – CE

2010

Ana Lúcia Farah de Tófoli

As retomadas de terras na dinâmica territorial do povo indígena Tapeba:

Mobilização étnica e apropriação espacial

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Isabelle Braz Peixoto da Silva.

Fortaleza – CE

2010

"Lecturis saltem"

Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593
tregina@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

T575r

Tófoli, Ana Lúcia Farah de.

As retomadas de terras na dinâmica territorial do povo indígena Tapeba [manuscrito] : mobilização étnica e apropriação espacial / por Ana Lúcia Farah de Tófoli . – 2010.

175f. : il.; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza(CE), 13/08/2010.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Isabelle Braz Peixoto da Silva.

Inclui bibliografia.

1-ÍNDIOS TAPEBA – POSSE DA TERRA – CAUCAIA(CE).2-ÍNDIOS TAPEBA – IDENTIDADE ÉTNICA.3-TERRITORIALIDADE HUMANA – CAUCAIA(CE). 4-ÍNDIOS DA AMÉRICA DO SUL – POSSE DA TERRA – BRASIL.5-ÍNDIOS DA AMÉRICA DO SUL – BRASIL – RELAÇÕES COM O GOVERNO.I-Silva, Isabelle Braz Peixoto da, orientador.II-Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III-Título.

CDD(22^a ed.) 305.898098131

25/11

As retomadas de terras na dinâmica territorial do povo indígena Tapeba:
Mobilização étnica e apropriação espacial

Ana Lúcia Farah de Tófoli

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Isabelle Braz Peixoto da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada por:

Prof^a. Dr^a. Isabelle Braz Peixoto da Silva
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da UFC

Prof. Dr. Henyo Trindade Barretto Filho
Diretor Acadêmico do Instituto
Internacional de Educação do Brasil (IEB)

Prof. Dr. Jeovah de Andrade Meireles
Departamento de Geografia da UFC

Prof^a. Dr^a. Lea Carvalho Rodrigues
Programa de Pós Graduação em
Sociologia da UFC

Fortaleza, agosto de 2010

Dedico ao querido Tiê

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa desta natureza é feita em grande parte no silêncio e no isolamento, porém, de forma alguma é realizada sozinha. Estamos sempre inseridos em uma rede de inter-relações, a partir das quais se adquire força, exemplo, renovação e encorajamento. Apresento aqui a gratidão que sinto por todos aqueles que, de diversas formas e em diferentes momentos, contribuíram para a concretização deste trabalho.

Começarei pelos de casa. Aos meus pais, sou grata pelo exemplo de como seguir por caminhos firmes na vida, pelo suporte incondicional que me deram para que tivesse força interior e condições materiais de concretizar o trabalho a que me propus. Ao meu filho Tiê, agradeço pela colaboração e pela compreensão nos muitos momentos em que tive de estar ausente fisicamente (no período de campo) e mentalmente (no período da escrita). Ao meu irmão Luis Fernando, pela leitura e pelas sugestões no trabalho final e em vários outros textos ao longo do meu percurso acadêmico; a ele agradeço ainda, conjuntamente com Flávia e Adriana, pelo suporte que deram a mim e ao Tiê ao longo dos últimos dois anos. À minha irmã Cristina, por estar sempre presente, ainda que distante, nos momentos de angústia e de alegria para me ouvir e me encorajar.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pelo financiamento da bolsa de estudos que viabilizou a minha dedicação integral à pesquisa.

À professora Isabelle Braz, agradeço o encorajamento e o acompanhamento que me deu para que eu levasse adiante a pesquisa de mestrado direcionada para a temática indígena no Estado do Ceará.

Aos professores que aceitaram compor a banca examinadora, Henyo Trindade, Jeovah Meireles e Lea Rodrigues.

Ao professor Max Maranhão, pelas sugestões e considerações ao longo do trabalho e na banca de qualificação.

Ao professor José Augusto Laranjeira Sampaio, pelas sugestões de leitura, pela disponibilização de textos ao início da pesquisa e pelo incentivo.

Agradeço a todos da comunidade Tapeba. Entre tantas pessoas guerreiras que tive a oportunidade de conviver, de estabelecer proveitosas conversas e reflexões, a algumas devo fazer menção especial pelo empenho direto que tiveram com a pesquisa. Agradeço a Weibe pelo apoio desde a elaboração do projeto de pesquisa até a fase de conclusão do trabalho, por

se mostrar sempre disposto a esclarecimentos, colaborativo nas articulações de reuniões com lideranças e representantes Tapebas e na disponibilização de material gráfico. A Antônio Paulo, sou grata pela grande ajuda na etapa do mapeamento com o GPS, pois, desde que lhe apresentei a proposta, ele logo compreendeu a natureza do trabalho e, juntamente com Nonata, me deu aconselhamento logístico e me guiou nos trechos mais longos e difíceis das caminhadas. Agradeço também a dona Lúcia que, além de me acompanhar no mapeamento, colaborou na articulação com outras localidades e me levou a diversos locais de referência do território Tapeba. A Marciane, pela colaboração com as fotos e articulação de algumas entrevistas. Agradeço a dona Lúcia e a Ana Kátia, a Weibe e Liliane, a seu Sebastião Caco e família, a dona Raimundinha, a Antônio Paulo e Kílvia, a Nonata e a sua grande e bela família, pela acolhida em suas casas e suas mesas.

Presto um agradecimento especial a Fabio Rohe, pela inestimável ajuda na orientação técnica e elaboração dos mapas, pela sua seriedade no trabalho, pela paciência ilimitada para fazer e refazer os ajustes necessários até conseguir os melhores resultados.

Entre os meus pares de mestrado, quero salientar a interlocução e a solidariedade que estabeleci com Juliana Gondin e Fabiana Izaias, com as quais compartilhei experiências, leituras e debates teóricos que foram muito agradáveis e engrandecedores.

Sou grata a Wilke Torres de Melo pela cuidadosa leitura e preciosas considerações do texto de qualificação, assim como pelo suporte que me deu em toda a fase da escrita da dissertação.

A Aline Furtado agradeço a transcrição de algumas das entrevistas, a companhia nas idas a campo e o incentivo prestado.

A Lourdes Vieira, do CDPDH, agradeço o apoio, as informações e a disponibilização de dados referentes a questões jurídicas envolvendo o povo Tapeba.

Agradeço às divindades, onde busquei força e obtive proteção ao longo percurso.

RESUMO

A dissertação aborda as retomadas de terras realizadas pelo povo indígena Tapeba. Com população de aproximadamente seis mil indivíduos, encontra-se dividida em torno do Centro do município de Caucaia, o terceiro maior do Ceará, parte da Região Metropolitana de Fortaleza. Entendem-se como retomadas as ações politicamente organizadas pela população indígena, que tem o objetivo de ocupar áreas tradicionais às quais não lhes é permitido o acesso e/ou o usufruto. A análise apresentada discute a relação entre etnicidade e territorialidade do referido povo, compreendendo-a inserida num campo político intersocietário, sobretudo a partir da década de 1980. Ao longo dos últimos 25 anos, o processo em busca da demarcação da Terra Indígena Tapeba passou por três estudos de identificação e delimitação, todos barrados no campo jurídico. Diante da lentidão nos processos legais de regularização fundiária e do avanço da urbanização sobre seu território, as retomadas de terras têm sido utilizadas pelos indígenas para garantir maior controle na gestão territorial – isso em um contexto no qual as disputas sociais políticas e econômicas, na dimensão espacial, são percebidas pelos múltiplos usos e interesses que incidem e se sobrepõem no território Tapeba. Pode-se afirmar que a apropriação espacial promovida pelas retomadas garantiu considerável melhoria na qualidade de vida e maior autonomia aos que nela habitam ou usufruem.

Palavra-chave: Etnicidade, Territorialidade, Retomadas de Terras Indígenas.

ABSTRACT

This dissertation discusses the repossession of lands by the indigenous Tapeba tribe, which population is about six thousand and is geographically located around the city of Caucaia, the third largest in Ceará and part of the metropolitan region of Fortaleza. The repossession are understood by the indigenous population as politically organized actions aimed to occupied traditional areas to which they are not allowed to enter and/or exploit. This analysis discusses the relationship between the ethnicity and territoriality of said tribe, starting especially in the 1980s, inserted within a political inter-social area. Over the past twenty-five years, the land demarcation process of the Tapeba indigenous areas underwent three identification and delimitation studies, all halted in the courts. Given the slow progress of the land regularization legal actions and the advance of urbanization over their territory, the land repossession actions have been used by indigenous peoples in order to secure a greater control over the territorial management. The social, political and economic disputes are perceived, in the spatial dimension, by the multiple uses and interests that have an effect and overlap over the Tapeba lands. It can be said that the *de facto* appropriation promoted by said repossession actions secured a considerable improvement in the quality of life and a greater autonomy to those dwelling in or exploiting such lands.

Key words: Ethnicity; Territoriality; Repossession of indigenous lands.

SUMÁRIO DE MAPAS

Mapa 1: Mapa das retomadas tapebas.	89
Mapa 2: Retomadas tapebas com a delimitação do GT da FUNAI de 2003	93
Mapa 3: Localidade do Lameirão	100
Mapa 4: Retomada da Lagoa II	103
Mapa 5: Retomada da Lagoa I	110
Mapa 6: Retomada do Jardim do Amor	118
Mapa 7: Retomada do Sobradinho	121
Mapa 8: Retomada da Ponte	123
Mapa 9: Retomadas do Trilho	130
Mapa 10: Retomada da Jandaiguaba	135
Mapa 11: Retomada da Vila dos Cacos	138
Mapa 12: Retomada da Capoeira	143

SUMÁRIO DE TABELAS

Tabela 1: Dados sobre o processo de mapeamento em cada retomada	20
Tabela 2: Dados gerais sobre as retomadas tapebas	148
Tabela 3: Usos dos espaços nas retomadas	149

SUMÁRIO DE FIGURAS

Fig. 1: Definindo o caminho a seguir	21
Fig. 2: Desenhando os mapas no chão	21
Fig. 3: Retirando “olho” da carnaúba	22
Fig. 4: Mapeando Sobradinho	22
Fig. 5: Tiragem de “bucha”	23
Fig. 6: Pescaria no Barreiro	23
Fig. 7: Mapa em elaboração	26
Fig. 8 Dia do Índio Tapeba 2008 (1)	68
Fig. 9: Dia do Índio Tapeba 2008 (2)	68
Fig. 10: Dia do Índio Tapeba 2010 (1)	68

Fig. 11: Dia do Índio Tapeba 2010 (2)	68
Fig. 12: Vista parcial da localidade do Lameirão	102
Fig. 13: Pequeno açude na entrada do Lameirão	102
Fig. 14: Lagoa dos Tapebas	106
Fig. 15: Fábrica de cerâmica e lagoa artificial	107
Fig. 16: Vista da entrada principal da cerâmica	107
Fig. 17: Estrada dos postes	109
Fig. 18: Posto de saúde	109
Fig. 19: Mapa da “Vila dos Tamancões” em meados da década de 1980	102
Fig. 20: Casas originais da Lagoa	102
Fig. 21: Árvores que delimitam o antigo limite da Lagoa I	102
Fig. 22: Mangueira na retomada do Meio	116
Fig. 23: Cozinha na retomada do Meio	116
Fig. 24: Açude na retomada de Baixo	117
Fig. 25: EDEFM Narciso Ferreira Matos	117
Fig. 26: Riacho Tapeba	119
Fig. 27: Rua Vicente R. do Nascimento	119
Fig. 28: EEFM Tapeba Amélia Domingos	120
Fig. 29: Ponte da ferrovia sobre Riacho Tapeba	120
Fig. 30: Vista parcial do Sobradinho em 2002	122
Fig. 31: Vista parcial do Sobradinho em 2010	122
Fig. 32: Galpão Comunitário no Sobradinho	122
Fig. 33: Depósito de Construção	122
Fig. 34: Vista parcial da Ponte em 1986	124
Fig. 35: Cheia do Rio Ceará em 2003	124
Fig. 36: Centro de Produção Cultural	128
Fig. 37: Memorial Tapeba Cacique Perna de Pau	128
Fig. 38: Vista parcial do interior do Centro de Produção Cultural Tapeba	129
Fig. 39: Casas construídas na área retomada da Ponte	129
Fig. 40: Salas de aula na retomada do Trilho	132
Fig. 41: Construção do novo prédio da escola do Trilho	132
Fig. 42: Retomada da escola	132
Fig. 43: Portão de entrada na retomada da moradia	132
Fig. 44: Vista parcial da retomada da moradia	134

Fig. 45: Limite da retomada da moradia	134
Fig. 46: Limite sudeste da retomada da retomada da Jandaiguaba	137
Fig. 47: Vista parcial da retomada da Jandaiguaba	137
Fig. 48: Primeira casa construída na retomada de 2005	139
Fig. 49: Açude localizado dentro da retomada	139
Fig. 50: Prédio da escola construído no início da retomada em 2005	140
Fig. 51: Nova sede da escola construída em 2009	140
Fig. 52: Campo de futebol e retomada do Caco em 2009	141
Fig. 53: Limpeza do terreno na retomada de 2009	141
Fig. 54: Reunião entre lideranças e a FUNAI	142
Fig. 55: Cozinha improvisada na retomada	142
Fig. 56: Início da retomada em 2006	144
Fig. 57: Escola na retomada	144
Fig. 58: Primeiro prédio da escola na retomada construído em 2006	146
Fig. 59: Vista parcial da retomada	146
Fig. 60: Vista parcial das casas na retomada	146
Fig. 61: Limite norte da retomada da capoeira	146
Fig. 62: Preparação da Feira da Carnaúba	161
Fig. 63: Oca da Escola do Caco na Feira da carnaúba	161
Fig. 64: Corrida de Tora	161
Fig. 65: Festa da Carnaúba	161
Fig. 66: Campo do Pedrerinha – Lagoa II	163
Fig. 67: Campo do Novo Esporte – Lagoa I	163

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACITA – Associação das Comunidades Indígenas Tapebas
ACRC – Associação das Comunidades do Rio Ceará
ADELCO – Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido
AINTACE – Associação Indígena Tapeba de Cultura e Esporte
AJIT – Articulação dos Jovens Tapebas
AMICE – Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará
APOINME – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CDPDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza
CESIT – Centro de Saúde dos Índios Tapebas
CF – Constituição Federal
CGPIMA – Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNPI – Comissão Nacional de Política Indigenista
COELCE – Companhia Energética do Ceará
COPICE – Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará
CRC – Companhia de Revenda e Colonização
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
DOU – Diário Oficial da União
EDEFM – Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio
EDEF – Escola Diferenciada de Ensino Fundamental
FAP – Fondation Abbé Pierre pour le Logement des Défavorisés
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GPS – *Global Positioning System*
GT – Grupo Técnico
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MIRAD – Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPF – Ministério Público Federal
NAL – Núcleo de Apoio Local
OPRINCE – Organização dos Professores Indígenas do Ceará
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal
P.A.s – Processos administrativos
PIN – Posto Indígena
PNMP – Parque Nacional do Monte Pascoal
RFFSA – Rede Ferroviária Federal S/A
SEDUC – Secretária de Educação do Estado do Ceará
SPI – Serviço de Proteção ao Índio
STJ – Supremo Tribunal de Justiça
STJ – Supremo Tribunal de Justiça
SUAF – Superintendência de Assuntos Fundiários
TI – Terra Indígena
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFC – Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. REFLEXÕES SOBRE AS RETOMADAS DE TERRAS NO NORDESTE INDÍGENA	
1.1 - Etnicidade e território	29
1.2 - Retomadas de terras no Nordeste Brasileiro	37
1.3 – Retomadas e demarcação de terras indígenas	49
2. ETNICIDADE E TERRITORIALIDADE TAPEBA	
2.1 - Territorialidade e organização política na contemporaneidade	55
2.2 - As tentativas de regularização da Terra Indígena Tapeba	76
3. RETOMADAS DE TERRAS TAPEBA	
3.1 Espaços, paisagens e apropriação territorial	88
3.2 Lameirão	100
3.3 Lagoa II	103
3.4 Lagoa I	110
3.5. Jardim do amor	117
3.6. Sobradinho	120
3.7. Ponte	123
3.8. Trilho	129
3.9. Jandaiguaba	134
3.10. Vila dos Caco/Coité	137
3.11. Capoeira	143
3.12. Síntese Integradora dos dados sobre as retomadas Tapebas	146
4. VIVÊNCIAS NAS RETOMADAS	
4.1 - As diferentes etapas das retomadas	150
4.2 - A consolidação das retomadas e a gerência dos espaços	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
BIBLIOGRAFIA	169
ANEXOS	175

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas, no Estado do Ceará, a partir da década de 1980, vivem um contínuo jogo de lutas simbólicas em torno de sua afirmação étnica. A negação da indianidade étnica é um argumento ainda hoje presente no discurso contrário aos interesses dos povos indígenas neste Estado. Neste estudo foi analisado, especificamente, o caso do povo indígena Tapeba, o qual conta hoje com a população de 6.439 indivíduos, segundo dados de 2008 da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Atualmente, os Tapebas habitam a periferia e as partes rurais do município de Caucaia, cidade que faz parte da Região Metropolitana de Fortaleza – CE, situada a 16 km da capital. Estão subdivididos em 17 aldeias: Água Suja, Bom Jesus, Capoeira, Capuan, Cigana, Itambé, Jardim do Amor, Lagoa I, Lagoa II, Lameirão, Mestre Antônio, Ponte I, Ponte II, Sobradinho, Trilho, Vila dos Cacos, Vila Nova (SILVA, 2007, p. 41). De acordo com a Associação das Comunidades Indígenas Tapebas (ACITA), apenas treze delas são politicamente organizadas, ou seja, possuem pessoas atuando como lideranças e participando das reuniões de rodízio da ACITA. Esse grupo busca, há mais de vinte anos, a demarcação oficial de suas terras pelos órgãos do governo, sem, no entanto, ter conseguido efetivá-lo até a presente data.

A pesquisa teve com objeto central as retomadas de terras efetuadas pelos Tapebas a partir dos primeiros anos da década de 1990. As retomadas são ações de ocupação de áreas para usos voltados para os interesses indígenas, pautada na ideia de retorno aos locais dos quais foram expropriados no passado e considerados importantes para a memória do grupo, seja por motivos ritualísticos ou para a realização de atividades produtivas ou moradia. Por ser uma área de colonização antiga, um dos maiores entraves para a demarcação da Terra Indígena Tapeba, situação compartilhada com outros povos indígenas brasileiros, está relacionado à proximidade de perímetros urbanos e ao fato de que isso requer a desintrusão e a indenização de grande contingente populacional não indígena. Dessa forma, a regularização territorial esbarra em interesses particulares ou políticos de proprietários de terras detentores do capital que garante o controle dos espaços.

O objetivo central do estudo foi buscar a compreensão do contexto histórico em que se inserem as retomadas, as alterações espaciais por elas operadas e as consequências sociopolíticas destas ações no cotidiano dos envolvidos. Para tanto, parto de algumas questões que serão desenvolvidas ao longo do texto: quando e como foram realizadas as retomadas Tapebas? Qual o significado e a relevância das retomadas na gestão do território Tapeba? A

pesquisa parte da premissa de que as retomadas representam uma ação política que tem se apresentado como uma importante iniciativa na gestão dos espaços e na maior autonomia do povo. O estudo situa-se no campo da Antropologia Política e pretende abordar a problemática a partir da noção de que as retomadas estão inseridas dentro de um campo político intersocietário. Tal campo é constituído, de acordo com Oliveira Filho (1999, p.22), pela presença fundadora de perspectivas diferenciadas para cada ator étnico, no qual a unidade resulta do confronto entre perspectivas antagônicas, do jogo de manipulação de interesses e valores divergentes, de lacunas, ambiguidades e acavalamento de significados.

O caminho até as retomadas

Inicialmente, pretendia direcionar a pesquisa de mestrado para a temática da educação indígena, pela proximidade que tinha com o assunto e com os atores sociais envolvidos. O meu primeiro contato com o povo Tapeba ocorreu em novembro de 2004, quando fui convidada a compor a equipe da *Vendo Cultura*, contratada pela ADELCO¹ para levar adiante o projeto museológico e museográfico do Memorial Tapeba Cacique Perna-de-Pau². Em 2005, durante o período de janeiro a outubro, integrei a equipe que executou o projeto do museu, no qual fiquei responsável pela formação dos monitores e pelo projeto educativo. Para executar o projeto educativo dentro da proposta de um museu comunitário, optamos por uma articulação mais específica com a Associação dos Professores Indígenas Tapeba (APROINT), por já terem uma discussão prévia sobre o papel da educação diferenciada, bem como o conhecimento da comunidade indígena. Nesse período, conheci onze localidades Tapeba e entrevistei a maioria dos professores. Juntamente com uma equipe de docentes, foi elaborada a proposta de formação, assim como seu conteúdo e metodologia, que teve a duração de seis meses com alguns intervalos, sendo mais intenso nos primeiros quatro meses. Foram realizados 12 encontros, totalizando uma carga horária de 80 horas/aula aproximadamente. O trabalho da *Vendo Cultura* teve sua conclusão em novembro de 2005. Nos anos seguintes, mantive contatos esporádicos e pontuais com os Tapebas, geralmente em eventos coletivos e em reuniões que ocorreram nos anos de 2007 e 2008 para a efetivação de uma licenciatura intercultural.

¹ Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido, ONG que trabalha com os tapebas no sistema de microcrédito para construção de moradias.

² O museu faz parte do Centro de Produção Cultural Tapeba, localizado na rodovia BR-222, km 7, Caucaia – CE.

Em 2007, retomei o material da pesquisa – entrevistas transcritas, relatórios, material audiovisual – recolhido na época da execução do projeto do Memorial Tapeba, no intuito de alicerçar um projeto de pesquisa. Ao fazê-lo, notei algo que anteriormente passou-me despercebido: a recorrência da questão da “retomada de terras”, que surgia espontaneamente em inúmeros relatos de lideranças e professores. Essas narrativas foram enriquecidas pelas lembranças que eu tinha das reuniões e dos momentos em que estive em retomadas nas aldeias Trilho e da Lagoa I, em 2004/2005. A percepção de que as retomadas são consideradas pelos Tapebas como um importante marco na garantia do seu direito à terra, somada à incipiente produção acadêmica que trata do assunto, instigaram-me a fazer das retomadas o foco central desta pesquisa. A redefinição do tema levou-me a olhar novas dimensões da realidade Tapeba, afastando-me da perspectiva da temática da educação e focando na questão da territorialidade Tapeba, das organizações políticas em torno da luta pelo território, das formas de manejo dos espaços, do processo de sucessivas tentativas de regularização da Terra Indígena Tapeba.

Em decorrência do trabalho realizado em 2005, eu tinha relativo conhecimento dos espaços, pois visitei nove escolas Tapebas diferenciadas, localizadas em oito diferentes aldeias³. Para dar início a esta pesquisa, contatei inicialmente o então presidente da ACITA para a apresentação do projeto de pesquisa e dos encaminhamentos necessários para a viabilização do trabalho de campo. Nesse momento, ficou acordado que a proposta de pesquisa deveria ser levada para uma reunião de rodízio da ACITA, realizada mensalmente com a presença de lideranças da maioria das comunidades. Então, fui à reunião, realizada dia 14 de junho de 2008, na retomada da moradia na localidade do Trilho. Nela, apresentei mais uma vez a proposta e os limites teóricos da pesquisa, recolhi sugestões dos presentes e anotei contatos de lideranças das diversas aldeias.

Levantamento do histórico de cada retomada

A primeira etapa da pesquisa de campo baseou-se em entrevistas com pessoas diretamente envolvidas com a organização das retomadas e com moradores das dez localidades onde estas ocorreram. As entrevistas seguiram um roteiro de assuntos que

³ Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio (EDEFM) do Trilho, EDEFM Índio Tapeba (Lagoa II), EDEFM Tapeba Intercultural Conrado Teixeira (Lagoa II), Escola Diferenciada Tapeba Capoeira, Creche Aba Tapeba (Jandaiguaba), EDEF Tapeba de Capuan, Escola de Ensino Fundamental e Médio Narcísio Ferreira Matos (Lagoa I), EDEF Tapeba Amélia Domingos (Jd. do Amor), EDEFM Vila dos Cacos.

deveriam ser abordados, partindo de informações pessoais e da breve história de vida de cada informante: 1. idade; 2. localidade; 3. qual o engajamento com o movimento indígena. Depois, entrava para a questão das retomadas, quando pedia para que falassem como aconteceu: 4. em que ano; 5. como se deu a organização; 6. quais as dificuldades encontradas; 7. a descrição da luta pela demarcação; 8. lembranças de bons e maus momentos ali vividos; e 9. quais as mudanças que percebem no cotidiano após a consolidação da retomada.

Com o roteiro em mãos, as entrevistas acabavam fluindo de forma bem natural. Muitos pontos do roteiro eram abordados espontaneamente, os relatos corriam de forma livre e minhas intervenções eram apenas para esclarecimentos ou sobre pontos que ficaram fora da explanação. As entrevistas eram marcadas com lideranças e protagonistas das retomadas. No entanto, em diversas situações, acabei colhendo também depoimento de moradores. Até esse ponto, a pesquisa de campo baseou-se em visitas pontuais para recolher depoimentos e ganhar familiaridade com os espaços, não configurando uma observação participante. O objetivo foi fazer um levantamento histórico de cada retomada, as motivações, a forma de execução e as alterações na vida e na paisagem após a sua concretização.

Mapeamento das retomadas

É importante ressaltar, dentro do processo de construção da pesquisa, que até outubro de 2008 os direcionamentos estavam voltados para a coleta de depoimentos e percepções das retomadas no, aspecto, histórico e etnográfico. No entanto, o contato com o projeto *Novas Cartografias Sociais da Amazônia* e com o material produzido a partir deste levaram-me a vislumbrar a possibilidade de realizar o georreferenciamento das retomadas tapebas. Assim, em agosto de 2009, após o término do período chuvoso, iniciei a segunda etapa da pesquisa, que consistiu no mapeamento das retomadas realizado através de caminhadas pelos perímetros das áreas de retomadas com um receptor de GPS (*Global Positioning System*) *Garmin Etrex Legend*. Esse método permitiu fazer o mapeamento e a mensuração das áreas com bastante precisão⁴.

Para levar adiante esse novo encaminhamento da pesquisa, mais uma vez procurei a coordenação da ACITA (em 28 de agosto de 2009), apresentei a proposta de trabalho e conversamos sobre as formas que deveriam encaminhar e sobre quem poderia me acompanhar,

⁴ Precisão não cartográfica, porém suficiente para atingir os objetivos para este trabalho.

uma vez que seria fundamental o envolvimento de pessoas das diversas localidades, familiarizadas com o espaço e limites das áreas.

De agosto a dezembro de 2009, foi feito o mapeamento dos perímetros de todas as retomadas Tapebas. Em cada um deles, existiu um momento inicial de explicação do que consistia o trabalho para as pessoas de cada localidade que iriam participar. Na maioria dos casos, a explicação foi seguida de reflexão e de conversas entre os acompanhantes e outros Tapebas sobre os trajetos possíveis e/ou os locais que configurariam os limites das retomadas. Ao longo das caminhadas, em vários momentos, parávamos para redefinir a rota a seguir, geralmente traçando no chão os mapas e possíveis percursos. Apresento abaixo uma tabela com a cronologia em que tais percursos foram realizados, a distância percorrida e a quantidade de tapebas que acompanharam em cada localidade. As caminhadas eram preferencialmente realizadas nas primeiras horas da manhã para evitar o horário do sol forte; as exceções foram os mapeamentos de Trilho, Ponte e Lagoa I, que, pelas circunstâncias, acabaram sendo realizados no período da tarde.

Tabela 1: Dados sobre o processo de mapeamento com o GPS em cada retomada

LOCALIDADE	DATA	DISTÂNCIA (Km)	TEMPO	Nº ACOMPANHANTES
Jardim do Amor	29/08/2009	5,6	2h e 30 min	2
Lagoa I	29/08/2009	5,36	2h e 30 min	5
Caco	30/08/2009	2,97	50 min	2
Capoeira	05/09/2009	2,66	1h e 10min	2
Trilho	11/09/2009	1,45	45 min	1
Lagoa II	18/09/2009	9,13	4 horas	2
Sobradinho	31/10/2009	1,74	50 min	7
Lameirão	20/11/2009	3,01	2 horas	1
Jandaiguaba	23/11/2009	1,99	50 min	3
Ponte	18/11/2009	1,28	30 min	1
Cerâmica Martins	09/12/2009	1,3	20 min	1

Ao final, foram transcorridos aproximadamente 35 quilômetros a pé. O tempo de percurso e o grau de dificuldade do trabalho variaram muito de uma localidade para outra, de acordo com as dimensões e com as características dos terrenos. A dificuldade não estava apenas na distância percorrida, pois os locais em que era possível fazer grande parte do trajeto caminhando por estradas e trilhas terminavam sendo bem mais rápido do que aqueles em que tínhamos de atravessar mata fechada, lamaçais ou muitas cercas. As caminhadas em que tivemos de transpor tais situações foram justamente nos locais onde constata-se uma maior

preservação ambiental – Jardim do Amor, Lagoa I, Lagoa II e Jandaiguaba. A caminhada mais cansativa foi a da Lagoa I, pelo horário em que iniciamos, às 14h30, e por já ter feito a retomada do Jardim do Amor pela manhã, com outros acompanhantes, de forma que, ao final desse dia de mapeamento, havia percorrido um total de onze quilômetros. A área com maior perímetro é a da Lagoa II (9,13 km), que demorou quatro horas para ser feita e poderia ter demorado bem mais se já não tivéssemos feito previamente o perímetro do Jardim do Amor, do qual, por fazer limite com a Lagoa II, pôde-se aproveitar os quilômetros percorridos ao longo do leito do riacho Tapeba e às margens da lagoa artificial.

Fig. 1: Definindo o caminho a seguir



Mapeamento do Sobradinho (Foto: Marciane Tapeba – out. 2009)

Fig. 2: Desenhando os mapas no chão



Mapeamento Lagoa II (Foto: Ana Lúcia – set. 2009)

As caminhadas destinadas ao mapeamento trouxeram outra qualidade para a pesquisa de campo por dois motivos principais: a compreensão do espaço e a relação com os Tapebas.

O primeiro ponto foi o que ampliou minha consciência em relação ao espaço, fundamental para o conhecimento do território e para a compreensão dos pontos de referências citados nas entrevistas. A visão das belas paisagens naturais preservadas contrastava com diversas situações de degradação ambiental, o que permitiu aguçar a percepção das tênues fronteiras (ambientais, sociais e espaciais) que separam o território Tapeba dos impactos e influências do entorno. Pude percorrer diferentes *rumos*⁵ (trilhas/caminhos) tradicionalmente utilizados pelos Tapebas. Além das áreas retomadas, procurei conhecer outros locais de

⁵ Alguns desses *rumos* são identificados, pela memória Tapeba, como os limites da Terra da Santa, doada em sesmaria em 1723. No entanto, atualmente muitos deles estão fragmentados pelo cercamento de fazendas, pela proibição de proprietários para o livre trânsito em suas propriedades e pela implantação de muitas rodovias na região. Assim, uma parcela deles foi encoberto pela mata, mas alguns ainda são cotidianamente percorridos. Do ponto de vista da dinâmica espacial Tapeba, uma compreensão dos usos e percursos dessas trilhas seria muito rico, motivo pelo qual fiquei incrivelmente tentada, durante a pesquisa de campo, a fazer o mapeamento desses caminhos, mas isso levaria a um distanciamento do tema central da pesquisa e demandaria um tempo do qual eu já não dispunha.

referência, como a Lagoa dos Porcos e o Rio Juá. Também nesse período, presenciei os desdobramentos de uma pequena retomada iniciada na Vila dos Cacos.

O segundo ponto que ressalto é que as caminhadas propiciaram conversas muito interessantes com os interlocutores Tapebas. A situação mais descontraída, caminhando pelo território, fazia aflorar lembranças e histórias relacionadas aos espaços que passávamos. Das paisagens que tínhamos à nossa volta, algumas exaltavam lembranças afetivas: “eu andava por esse rumo com meu tio...”, “a casa da mãe era por ali onde é aquele mato...”; e denúncias: “Aqui nesse desmatado era um carnaúbal lindo!” ou “antes não tinha esta cerca”. A vivência compartilhada e minha disposição em levar adiante a ideia do mapeamento e de não desistir frente às intempéries nas caminhadas também trouxeram maior reconhecimento por parte dos Tapebas, da seriedade de meus propósitos e da credibilidade em relação à pesquisa que estava desenvolvendo.

Fig. 3: Retirando “olho” da carnaúba



Lagoa dos Tapebas (Foto: Ana Lúcia – set. 2009)

Fig. 4: Mapeamento Sobradinho



(Foto: Marciane Tapeba – out. 2009)

Outra questão é que o fato de o mapeamento ser um trabalho mais complexo do que entrevistas pontuais exigiu maior presença minha nas localidades. Para tal, passei de dois a três dias por semana nas aldeias ao longo dos meses de agosto, setembro e outubro, quando fiquei hospedada alternadamente nas aldeias da Lagoa I, Lagoa II e Caco. Nos meses de novembro e dezembro, as idas a campo foram se espaçando, mas mantendo ainda a média de uma visita semanal. Nesse período, coletei novas entrevistas, em situações bem mais informais do que as realizadas inicialmente. Estabeleci uma maior proximidade com o cotidiano da comunidade e dos indivíduos ao compartilhar experiências como pescaria no barreiro, festas de aniversário, jogos de futebol, presença na extração de buchas dos olhos da carnaúba (uma das etapas para produção do tucum), participação de toré realizado fora de eventos comemorativos ou apresentações públicas.

Fig. 5: Tiragem de “bucha”



Lagoa I (Foto: Ana Lúcia – set. 2009)

Fig. 6: Pescaria no Barreiro



Técnica de pesca com a mão (Foto: Ana Lúcia – set. 2009)

As entrevistas foram realizadas em todos os momentos do trabalho de campo, entre julho de 2008 e dezembro de 2009. Ao todo foram realizadas 57 entrevistas, com 34 mulheres e 23 homens, somando um total de 17 horas de entrevistas gravadas, quase todas transcritas. As entrevistas foram organizadas por aldeias, e as informações foram cruzadas, pois muitos dos depoimentos abordaram diversas retomadas e não apenas a do local na qual os informantes falavam ou residiam.

Durante os dois anos da pesquisa de campo, acompanhei diversos eventos significativos para o povo Tapeba. Em 2008, estive presente na Feira Cultural (19 e 20 de outubro) e na Caminhada do Dia do Índio Tapeba (3 de outubro). Presenciei a audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará sobre a demarcação das Terras Indígenas no Estado (17 de novembro de 2008). Participei da Assembleia dos Povos Indígenas do Ceará, realizada em Poranga, na Aldeia dos Cajueiros. Em 2009, acompanhei novamente a Feira Cultural, a Festa da Carnaúba (19, 20 e 21 de outubro) e a caminhada do Dia do Índio Tapeba (3 de outubro), esta última realizada, pela primeira vez, no Centro de Caucaia, marcando o lançamento da campanha pela ACITA em prol da demarcação da Terra Indígena Tapeba.

Acompanhei ainda as negociações entre a ACITA e a Prefeitura de Caucaia em relação à questão indígena no município. Estive presente em reunião entre lideranças Tapebas com prefeito, vice-prefeito, procurador do Município e secretário de infraestrutura, realizada em 4 de agosto de 2009, e na sessão na Câmara dos Vereadores, em 3 de setembro de 2009, quando foi votada a proposta de criação de uma Coordenadoria Municipal de Desenvolvimento Indígena, que veio a ser aprovada na sessão do dia 10 de setembro de 2009.

Elaboração dos mapas

O trabalho de georreferenciamento possibilitou delimitar as retomadas, sobrepor este mapeamento ao realizado no último estudo de delimitação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e estimar as áreas retomadas com bastante detalhamento. Esse trabalho demandou muito trabalho e cooperação, pois extrapolava os meus conhecimentos técnicos.

Em setembro de 2009, já havia percorrido mais da metade das áreas retomadas. Nesse momento tinha as trilhas gravadas no GPS e passadas para o computador através do programa *GPS Track Maker*. No entanto, não continha conhecimento técnico para construir efetivamente os mapas a partir dos dados coletados. Por coincidência ou sorte do destino, nesse período estive por uma semana em Fortaleza um amigo ecólogo, Fabio Rohe⁶, com conhecimento e prática em elaboração de mapas. Perguntei, então, se ele poderia me orientar quanto ao uso de programas para esse fim. Apresentei os dados para ele e expliquei como seriam os mapas que gostaria de fazer. O mais difícil deles era o que teria a sobreposição das retomadas ao mapa elaborado pelo último Grupo Técnico (GT) de Identificação e Delimitação da FUNAI (anexo 2).

Havia conseguido com os Tapebas dois mapas com a referida área delimitada. Um era a cópia impressa do mapa da FUNAI, o qual naquele momento já conseguira digitalizar em formato de JPG; o outro era um mapa elaborado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) (anexo 1), no processo de negociação para a duplicação da BR-222. Optamos inicialmente por utilizar como base o mapa do DNIT, por estar mais limpo, uma vez que o da FUNAI trazia as toponímias e cada um dos locais considerados durante a demarcação oficial da Terra Indígena (TI). O primeiro passo seria, então, localizar alguns pontos importantes desse mapa⁷ no arquivo do GPS em que havia as retomadas para poder georreferenciá-los. Saímos, então, com o mapa e o GPS a rodar de carro pelo território Tapeba, com o intuito de registrar tais pontos. Ao final da estadia de Fábio em Fortaleza, ele se ofereceu para executar a parte técnica da elaboração dos mapas a partir de minhas orientações.

⁶ Fabio Rohe é graduado em Ecologia na Universidade Estadual Paulista (UNESP-Rio Claro) e Mestre em Ecologia pelo Curso de Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Atuou em inventários faunísticos em projetos como GEOMA/MCT, ProBio/MCT-IBAMA; REDE/SDS Amazona. É atualmente coordenador do programa Amazônia da WCS Brasil e membro do Grupo Especialista em Primatas da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

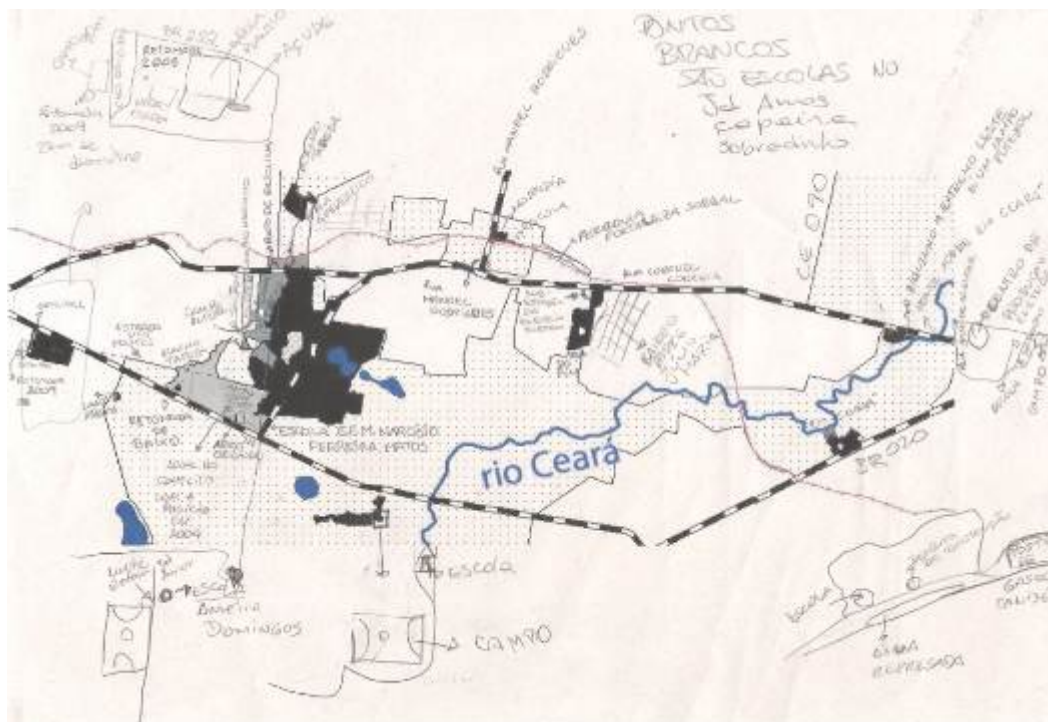
⁷ Como o entrecruzamento de rodovias, rios etc.

Uma vez que Fábio reside em Manaus, somente voltamos a nos encontrar pessoalmente para trabalhar nos mapas em janeiro de 2010. O tempo que tivemos juntos foi breve, apenas suficiente para passar arquivos e definir as prioridades a serem trabalhadas. Nessa etapa, já havia terminado de mapear os polígonos das retomadas e marcar mais pontos nas ruas e rodovias da região para que pudéssemos melhor referenciar o mapa. O resultado que tínhamos, então, era um emaranhado de linhas, pontos e dados salvos no GPS *Track Maker*.

Partimos, então, do mapa elaborado pelo DNIT. Buscamos reconhecer nove coordenadas geográficas (obtidas em campo com uso de GPS) que fossem identificáveis no mapa do DNIT a ser georreferenciado (confluência da BR-222 com CE-022, esquinas de ruas conhecidas etc). Depois dessas coordenadas geográficas reconhecidas com acurácia no mapa, o georreferenciamento da TI Tapeba foi realizado com auxílio do Software GlobalMapper v5.07 (www.globalmapper.com). Todos os mapas e os cálculos de áreas foram feitos utilizando o programa Arcview GIS 3.2. Os mapas finais foram feitos ajustando as linhas conhecidas dos polígonos das retomadas (por exemplo, contorno do Jardim do Amor com o Riacho Tapeba e estradas) com o mapa base.

Pela distância física que me separava de meu colaborador, as etapas seguintes da construção e da conclusão dos mapas foram feitas conjuntamente através de muitos dias e horas na frente do *Skype* ou *e-mail*. Por meio desses recursos, íamos conversando e trocando mapas; ele enviando os esboços do Arcview, eu olhando e comentando. A partir de minhas orientações, ele fazia novas alterações e novos envios. Nos momentos em que o entendimento oral se mostrava insuficiente – e diante da minha inabilidade em trabalhar com o programa –, a solução encontrada foi a seguinte: imprimia o mapa, desenhava à mão, digitalizava e o enviava. Também utilizávamos a sobreposição das retomadas ao Google Earth para localizarmos algumas referências geográficas.

Fig. 7: Mapa em elaboração



(Fonte: Dados originais)

Com os dois mapas gerais prontos – um com e o outro sem a delimitação da FUNAI –, nos meses de março e abril, trabalhamos nos mapas de cada retomada individualmente, dez ao todo. Nesses casos, a dificuldade era definir a especificidade de cada localidade: o que entrava e o que saía, o nome de ruas etc. Esse trabalho parecia quase interminável, uma vez que sempre aparecia um novo detalhe a ser acrescentado, retirado ou corrigido. No total, 234 mapas foram elaborados durante o processo de construção, buscando ajustes para chegar nos doze mapas finais apresentados no capítulo 3.

Revisão participativa do mapeamento e dados da pesquisa

Após o término dos mapas e da escrita, mais uma vez solicitei uma reunião com lideranças Tapebas para poder apresentar o resultado final do trabalho, conforme acordado no início da pesquisa em 2008. Por sugestão deles, esse momento aconteceu ao final de um dos dias do encontro da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), que ocorreu em Fortaleza entre 12 e 14 de maio de 2010. Ao final dos trabalhos, previsto para o dia 13, reunimo-nos em umas das salas, na qual estavam presentes vinte representantes Tapebas. Fiz uma breve apresentação do conteúdo abordado nos diversos capítulos, por meio de um

projektor multimídia; apresentei o sumário, fazendo uma pequena explanação sobre cada um dos capítulos; e apresentei os mapas e as tabelas. O trabalho foi bem recebido pelos presentes, que, apesar do cansaço depois de um dia de atividades e debates, não se eximiram da presença e estiveram atentos; sugeriram correções e acrescentaram algumas informações que foram incorporadas nas versões finais dos mapas e tabelas. Considerei essa etapa fundamental para o fechamento da pesquisa, pois as informações foram revisadas por quem de fato conhece os locais e tem a memória das situações.

A escrita

Depois de meses em campo, foi no retorno à solidão da escrita que a fase mais difícil se deu. A análise de todo o material coletado foi feito durante todo o percurso da pesquisa; no entanto, o *alinhavamento* das informações ocorreu somente no esforço da escrita final, ou seja, de dezembro de 2009 a maio de 2010. Uma decisão que tomei logo ao início foi manter o anonimato dos informantes Tapebas, de forma que atribuí letras para designar cada pessoa. Quanto às pessoas mencionadas nos depoimentos, utilizei duas abordagens distintas: (a) nos depoimentos que falam sobre a história de luta e entorno da etnicidade Tapeba, apresento os nomes informados, mas preservo o dos entrevistados; (b) nos casos de entrevistas que decorram sobre as retomadas propriamente ditas, as identidades dos Tapebas estão preservadas mesmo quando mencionadas dentro dos relatos. Em todo o texto, as referências em relação aos entrevistados terão as seguintes informações: letra(s) para diferenciar os informantes, a data e o local em que foram realizadas as entrevistas e, quando informado, a idade.

Além dos esforços intelectuais de sistematização das informações coletadas, era necessário alinhá-las a um determinado direcionamento teórico, inerente a qualquer pesquisa científica. Em consequência, a todo o momento via-me às voltas com outras questões: o cuidado em abordar um tema politicamente delicado, como o da terra; as possíveis repercussões para os Tapebas, positivas e negativas, a partir das informações aqui apresentadas; a expectativa dos próprios Tapebas que acompanharam a pesquisa; a busca por uma visão não parcial ou panfletária na análise de situações em que se reconhecem incontestes exemplos de injustiças sociais; questionamentos, dúvidas ideológicas e conceituais que nortearam a elaboração dos resultados apresentados nos quatro capítulos seguintes.

No primeiro capítulo, faço uma revisão da literatura em que as retomadas de terras foram abordadas em outros povos indígenas no Nordeste. Apresento os principais rumos teóricos e analíticos desses estudos, bem como saliento a relação entre etnicidade e territorialidade. Conforme veremos, as retomadas, nesses contextos, têm representado uma importante estratégia política de conquistas territoriais e de pressão junto ao órgão indigenista federal para realização de etapas do processo de regularização fundiária das terras indígenas.

No segundo capítulo, contextualizo historicamente os diferentes arranjos na ocupação territorial e os processos políticos que desembocaram na atual organização espacial Tapebas. Parto das discussões acerca da emergência étnica Tapeba desenvolvidas por Barretto Filho (1993, 2004, 2006) e Aires (2008) e do referencial teórico ligado à noção de etnicidade e territorialidade (OLIVEIRA, 1999, 2004; ARRUTI, 1995; VALLE, 2004). Apresento os principais marcos na tentativa de regularização fundiária, a qual já dura três décadas.

No terceiro capítulo, abordo os contornos delineados pelas retomadas com a apresentação de mapas e, a partir desses resultados, analiso a relação do território tradicional e o processo de identificação e demarcação da Terra Indígena Tapeba. A análise do mapeamento é feita em diálogo com os conceitos de espaço, lugar, paisagem, território e apropriação espacial elaborados na Geografia (MILTON SANTOS, 1994, 1997, 2007; HAESBAERT, 2004, 2005), articulando-os com autores da Antropologia e da Sociologia (AUGE, 2007). Ainda nesse capítulo, apresento um relato etnográfico, a partir da perspectiva Tapeba, das retomadas realizadas nas dez localidades. Examinado cada situação como uma unidade processual específica, buscando, dessa forma, reconstruir o histórico de cada retomada, elucidar as motivações, a organização e as alterações espaciais operadas, bem como a articulação com outros agentes, como ONGs e a FUNAI, e as reações por parte de posseiros e de proprietários de terras das regiões em conflito.

No quarto e último capítulo, apresento alguns aspectos comuns a diversas retomadas Tapebas a partir do desdobramento de diferentes etapas dessas ações. Faço a análise dos dados etnográficos exaltando vivências e experiências significativas que marcaram os envolvidos no processo, bem como a análise dos novos usos dos espaços após a consolidação das retomadas, compreendendo-as em seus aspectos dinâmico e processual.

1. REFLEXÕES SOBRE RETOMADAS DE TERRAS NO NORDESTE INDÍGENA

A retomada de terras é prática comum a povos indígenas em diversas regiões do Brasil, principalmente nas áreas de colonização mais antigas. Procurei, na literatura disponível, pesquisas que abordam retomadas de terras operadas por outros povos indígenas no Nordeste. As pesquisas com as quais dialogo podem ser categorizadas dentro do campo da antropologia política e abordam os seguintes temas: trabalhos sobre identidade e etnicidade (MARTINS, 1994; SOUZA(b), 1996; BARRETTO FILHO, 1993; SAMPAIO, 1986); organizações políticas e faccionismo (BRASILEIRO, 1996; SOUZA(b), 1996; BATISTA, 2005); relação com as agências federais, religiosas e ONGs (MARTINS, 1994; BATISTA, 2005; SOUZA, 1992; FALEIRO, 2005); campesinato indígena (BRASILEIRO, 1996; SOUZA(b), 1996); e territorialidade (OLIVEIRA, 2006; SOUZA, 1992; SOUZA(b), 1996). Essas produções utilizam matrizes teóricas semelhantes e articulam categorias e conceitos a partir da noção de etnicidade em contraposição aos estudos culturalistas⁸. Antes de entrar na questão das retomadas, farei uma pequena digressão para apresentação do aporte teórico comum a estes trabalhos e com os quais o presente estudo se alinha, em particular, no que se refere a abordagens sobre etnicidade e territorialidade a ela relacionada.

1.1 Etnicidade e território

A partir da década de 1960, os temas vinculados às questões étnicas começam a ganhar espaço nas Ciências Sociais. Alguns autores atribuem esse aumento na produção acadêmica sobre o tema ao acréscimo dos conflitos interétnicos em diferentes partes do Globo. Na segunda metade do século, conflitos de natureza étnica foram sentidos tanto em países recém-independentes na África e na Ásia como também em países industrializados como Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental, e se intensificaram após o esfacelamento da União Soviética e dos regimes comunistas do Leste Europeu (TAMBIAH, 1997; CARNEIRO DA CUNHA, 1997). As produções sobre a questão étnica passam a ser ampliadas e aprofundadas a partir desse período. No entanto, quem primeiro definiu sociologicamente grupo étnico foi Max Weber, em seu texto *Relações comunitárias étnicas*

⁸ Centrados no conceito de aculturação, no qual as populações indígenas com alto grau de integração e inter-relação com a sociedade envolvente estariam fadadas ao desaparecimento e à paulatina assimilação.

(POUTIGNAT; STRIFF-FENART, 1998, p.40; CUNHA, 1987, p.99; SILVA, 2006; SOUZA, 1992; MARTINS, 1994). E é a partir das definições contidas nessa literatura que partiremos para a análise.

Dos escritos de Weber, pode-se destacar que a constituição de um grupo comunitário “repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo” (WEBER, 1994, p.25) e que a organização desses grupos em bases étnicas está pautada em alguns elementos centrais. As relações comunitárias étnicas, por exemplo, são concebidas a partir de diferenças externas marcantes e de mecanismos de “compreensibilidade” interna, como a comunidade linguística, a afinidade religiosa e a homogeneidade ritual da vida (WEBER, 1994, p.272); é baseada na crença subjetiva na afinidade de origem (sendo secundário se essa origem é real ou socialmente construída); a associação da ideia de grupos étnicos vinculada ao sentimento de pertencimento baseado na semelhança de “habitus” externos e dos costumes; o impacto das colonizações e migrações nas relações comunitárias de natureza étnica, apoiada no mito da procedência comum; e, por fim, a ideia de que as semelhanças étnicas não constituem em si uma comunidade, mas sim facilitam a formação de comunidades, sobretudo, em bases políticas (WEBER, 1994, p.269-270). Os pressupostos teóricos introduzidos por Weber, em alguns aspectos, não foram superados, e podem ser percebidos ora como referência direta, ora como reelaborações de seus conceitos e classificações nos trabalhos escritos posteriormente.

Em meados do século passado, Frederik Barth (1969) traz significativa contribuição aos estudos étnicos comparativos. De acordo com Barth (1969, p.10-11), grupo étnico designa uma população que se perpetua principalmente por meios biológicos, fundado na origem comum presumível; compartilha de valores culturais fundamentais, postos em prática em formas culturais num todo explícito. O autor desloca o eixo de análise para as fronteiras entre grupos étnicos, “redefinindo assim o estatuto e o papel dos elementos culturais de modo a construir oposições e classificações socialmente operacionais e simbolicamente relevantes” (SAMPAIO, 1986, mimeo). Conforme apresentou Barth, um grupo étnico não está necessariamente ligado a uma ocupação territorial; no entanto, representa “situações em que muitos aspectos do universo simbólico do grupo são mais claramente externados, facilitando a compreensão dos processos estudados” (SOUZA, 1992, p.14). A percepção de que

Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmo e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional [...]. As características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças “objetivas” mas somente aquelas que os próprios autores consideram significantes (BARTH, 1998, p.194)

Barth traz para o centro da discussão a noção de identidade e o conceito da autoidentificação e da identificação pelo outro como um dos principais elementos da diferenciação étnica, ressaltando o sentido organizacional de tal descrição.

Outra contribuição relevante é a de Abner Cohen. Ele, por sua vez, argumenta como a especialização da antropologia social é a interpretação política de formações e atividades essencialmente não políticas. Ou seja, Cohen salienta que o arcabouço cultural dos grupos étnicos constitui universos políticos informalmente organizados cujas formações e atividades apolíticas são politizadas no curso da ação social (COHEN, 1974, p.XVI), com base em atributos, costumes e padrões culturais – idioma étnico – que possibilitam a construção e a manipulação simbólica das fronteiras sociais através de grupos de interesse. Assim, a natureza das mudanças sociais, fenômeno de caráter dinâmico, estaria relacionada dialeticamente a duas variantes principais: a ação simbólica e as relações de poder (COHEN, 1978, p.35). De acordo com Sylvia Martins, em relação aos povos indígenas no Nordeste,

a etnicidade indígena desses grupos não está simplesmente vinculada a uma continuidade histórica, mas fundamentalmente relaciona-se a contextos políticos contemporâneos, como indica Cohen (1975) quando se refere ao fenômeno da etnicidade. Assim, sob essa perspectiva, esses contextos políticos relacionam-se a questões relativas à produção de uma *indianidade* no Nordeste (através do reconhecimento oficial), *terra e/ou territorialidade* indígena, conflitos, alianças políticas e interdependências estabelecidas entre nativos. (1994, p.14)

Paralelo às contribuições de Barth e Cohen para os estudos e interpretações do fenômeno do contato, vários autores (Brasileiro, Sampaio, Batista; Souza; Barretto Filho), destacam ainda a contribuição de Gluckman (1958), Van Velsen (1987) no desenvolvimento do estudo de caso desdobrado; e de Swartz, Turner e Tuden com a noção de campo social.

A contribuição por esses autores apresentada é a compreensão de situações de conflito como “parte da estrutura social, cujo equilíbrio atual está marcado por aquilo que costumamos normalmente chamar de desajustamentos” (GLUCKMAN, 1987, p.26), enfatizando o aspecto processual, na qual “a ênfase da análise recai não mais numa sociedade e sim nas chamadas situações sociais” (BATISTA, 2006, p.22). Turner apresenta uma metodologia de análise a partir da qual conceitua os dramas sociais, visando compreender as contradições ocultas e conflitos inerentes ao contexto social aparentemente regular, enfatizando o aspecto mutável, no qual o universo social é um universo do “vir a ser” (*world in becoming*) (BARRETO FILHO, 1993, p.54). Conforme ressalta Brasileiro,

Os pressupostos que nortearam os estudos destes autores [Gluckman (1958 [1940]), Swartz & Turner & Tuden (1969) e de Barth e Cohen (1969)] assentam-se primeiramente na categoria analítica da totalidade, entendida conforme uma visão processualista e de caráter fortemente situacional. Enfatizam a análise do conflito e a manipulação de regras pelos atores, delimitando situações sociais a partir das quais se pode vir a compreender as relações de contato. Os casos relatados são referidos a um contexto preciso e seus atores especificados segundo os seus interesses e posição no campo em que atuam. (1996, p.25)

Essa base teórica alicerçou trabalhos sobre a etnicidade e a dinâmica política contemporânea dos povos indígenas no Nordeste, sobre o papel de lideranças políticas, relações com agências de contato e de processos de emergências étnicas (BRASILEIRO, 1996, p.16; MARTINS, 1994, p.14; OLIVEIRA, 2006, p.37; BARRETTO FILHO, 1993, p.47-48).

Na etnologia brasileira, os autores que abordam a etnicidade deslocam o foco da análise da idéia de aculturação e assimilação gradual das populações indígenas para noções de “fricção interétnica” (OLIVEIRA, 1967, 1976) “identidade contrastiva” (OLIVEIRA, 1967), “grupos étnicos em situação de diáspora” (CUNHA, 1986); “situação histórica, campo político intersocietário e emergências étnicas” (OLIVEIRA FILHO, 1998, 2004).

Roberto Cardoso de Oliveira instaura uma nova fase nos estudos de contato, ao elaborar o conceito de “fricção interétnica” definida como “situação de contato entre duas populações dialeticamente ‘unificadas’ através de interesses diametralmente opostos, ainda que interdependentes, por paradoxal que pareça” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1981). E desta forma, orientando a análise do contato a concepção de um “sistema interétnico”, “constituído por dois elementos dialeticamente relacionados: a sociedade tribal e a nacional” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1962, p. 85-86). Outro aspecto a ser destacado sobre a fricção interétnica é entendê-la como uma “situação de contato entre grupos étnicos irreversivelmente vinculados uns aos outros, a despeito das contradições expressivas, através de conflitos (manifestos) ou tensões (latentes) entre si existentes” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p.27).

Posteriormente, influenciado por Barth, Cardoso de Oliveira (1976) direciona suas análises para as construções da identidade étnica a partir de situações de contato entre índios e sociedade regional, destacando o aspecto interacional nas representações que os indivíduos fazem de si mesmos e assinalando que tais representações incorporam concepções da sociedade envolvente. Dessa forma, destaca-se o caráter intencional da *manipulação da identidade*, que tanto pode tender para a afirmação da identidade étnica, como a da negação motivada pela incorporação de valores desabonadores que pauta a relação com a sociedade

envolvente, fenômeno que conceituou como *caboclisto* (1964)⁹. O autor passa a articular o conceito de fricção interétnica com as noções de *representações coletivas* de Durkheim (1912) e de *ideologia* de Berger; Luckmann (1966) e Poulantzas (1969) (apud SAMPAIO, 1986, mimeo). Apoiado em Moerman (1965), Oliveira ressalta o aspecto contrastivo da identidade, uma vez que

A identidade contrastiva parece se constituir na essência da identidade étnica, i.e., à base da qual esta se define. Implica a afirmação do *nós* diante dos *outros*. Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente. (OLIVEIRA, 1976, p.5)

Cardoso de Oliveira ressalta que a identidade contrastiva, nem sempre redutível ao modelo de fricção interétnica, é representada num sistema interétnico de referência com caráter ideológico que permanece atualizando a identidade étnica (1976, p.9) e é ressaltado em situações de confrontos entre brancos e índios numa relação de dominação e sujeição inerente a situações de colonialismo interno (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1966).

Outra autora que fez relevante contribuição nos estudos sobre etnicidade e contato é Manuela Carneiro da Cunha. Apresentando abordagem que aprofunda a noção de contrastividade elaborada por Cardoso de Oliveira, a autora salienta a importância da elaboração da identidade étnica, a ser compreendida como uma categoria nativa.

Assim, a escolha dos tipos de traços culturais que irão garantir a distinção do grupo enquanto tal depende dos outros grupos em presença e da sociedade em que se acha inserido, já que os sinais diacríticos devem poder se opor, por definição, a outros do mesmo tipo (CUNHA, 1987, p.100).

Cunha trabalha com a noção de cultura vinculada à etnicidade de forma crítica e de todo distinta das abordagens de aculturação. Ela afirma:

Embora seja relativamente satisfatório o critério cultural, na medida em que corresponde a muitas situações empíricas encontradas, ele deve ser usado de modo adequado. Isso significa que devem dele ser erradicado, dois pressupostos implícitos: a) o de tomar a existência dessa cultura como uma característica primária, quando se trata, pelo contrário, de conseqüências da organização de um grupo étnico; e b) o de supor em particular que essa cultura partilhada deva ser obrigatoriamente a cultura ancestral (CUNHA, 1987, p.115).

⁹ O fenômeno do “caboclisto” pode ser considerado como o reverso da medalha: o índio procurando evitar sua identificação tribal ou mistificando-a, ambos empenhados em aparecer como “civilizados”, uma vez que, vivendo fora da reserva, não ou muito pouco se beneficiaram de uma ação protetora ainda menos eficaz em terras fora da reserva, ao passo que, nessas condições, uma identificação tribal só poderia lhes trazer dificuldades na interação com os regionais. (OLIVEIRA, 1976, p.17)

Em tal abordagem, os traços culturais podem variar no tempo e no espaço de forma dinâmica, sendo constantemente reelaborada sem que afete a identidade do grupo.

Origem e tradição são, portanto, o modo como se concebem os grupos: em relação ao único critério de identidade étnica, o de serem ou não identificados e se identificarem como tais, origem e tradição são, porém, elaborações ideológicas, que podem ser verdadeiras ou falsas, sem que com isso se altere o fundamento da identidade étnica. (CUNHA, 1987, p.115 -117)

Assim, a cultura é vista como constitutiva tanto das elaborações ideológicas como na construção política da etnicidade. Diante das necessidades apresentadas por novas situações, é na tradição cultural que se recorre na busca de “traços culturais isolados do todo, que servirão essencialmente como sinais diacríticos para a identificação étnica”. (CUNHA, 1986, 88). Desta forma, conforme salienta Kelly Oliveira (2006, p.104), a tradição pode ser acessada, manipulada e reelaborada para dar conta das demandas do presente.

João Pacheco de Oliveira Filho (1988; 2004) é mencionado em todos os trabalhos analisados neste capítulo, seja pela contribuição nos estudos sobre a dinâmica dos contatos interétnicos no âmbito dos estudos da antropologia política, seja pela iniciativa de trazer para a discussão da etnologia brasileira a análise de situações comuns aos povos indígenas no Nordeste. Oliveira Filho se pauta na abordagem que enfatiza aspectos processualista e dinâmico das relações sociais, nas quais

A ação política não deve ser tratada como uma simples atualização de estruturas inconscientes, ou um mero ajustamento a determinações superiores (econômicas, ecológicas etc.), mas é marcada exatamente por sua intencionalidade, isto é, por seus fins serem assumidos por indivíduos (ou grupos) como relevantes para a coletividade e serem perseguidos de modo relativamente consistente em uma seqüência articulada de atos (processos) (OLIVEIRA FILHO, 1988, p.10).

A noção de política proposta pelo autor não deve ser compreendida como uma totalidade fechada e autoexplicável: ela se estabelece num campo intersocietário de relações (OLIVEIRA FILHO, 1988, p.09). Contrapondo-se a Cardoso de Oliveira, Oliveira Filho ressalta que tais campos não devem ser reduzidos a um sistema dual e polarizado, no qual de um lado temos as sociedades indígenas e de outro a sociedade nacional. O autor também problematiza a ideia de que a dominação nativa pelas instituições nacionais tenha um aspecto inexorável, e ressalta a necessidade de se desenvolver “uma teoria sobre os fundamentos internos da dominação, evidenciando a forte e íntima articulação que criam entre si as instituições nativas e as instituições coloniais” (OLIVEIRA FILHO, 1988). Sobre tal teoria, afirma:

Diferentemente das teorias sobre aculturação, seja em suas fontes clássicas ou em seus desdobramentos mais recentes, não raciocinaremos com a suposição de um terceiro sistema, híbrido, no qual ocorra uma fusão ou mistura de elementos originários das chamadas “culturas-mães”. Longe de ser algo substancial e sincrético, um terceiro sistema que suponha primeiramente a comunhão e partilha de representações ou modos de conduta por índios e brancos, o campo político intersocietário (que é somente uma noção de sentido operacional) constituiu-se, ao contrário, pela presença fundadora de perspectivas diferenciadas para cada ator étnico. A unidade desse campo resulta do confronto entre perspectivas antagônicas, do jogo de manipulação de interesses e valores divergentes, de lacunas, ambiguidades e acavalamento de significados (OLIVEIRA FILHO, 1999, p.22).

Mesmo apresentando uma biculturalidade inerente ao campo político intersocietário, sob tal perspectiva, o contato não se reduz a mera dominação de um polo sobre outro, mas sim como uma situação da qual a unidade analítica deve ser buscada pelo pesquisador “no processo concreto de interação social e nas percepções que dele têm os diferentes grupos (étnicos e outros) envolvidos” (OLIVEIRA FILHO, 1988, p.9)¹⁰. A abordagem de Oliveira Filho se volta para a relação nativa com diferentes agências de contato que se estabelece a partir de *situações históricas*¹¹ focalizadas. Nessa situação, o autor destaca a relação de dominação da agência indigenista do governo, que tende a produzir uma forma de atuação política – chamando de indianidade – que se inclina a homogeneizar as características das ações indígenas junto ao órgão e independem das diferenças e especificidades culturais inerente a cada povo.

Em texto intitulado *Uma etnografia dos ‘índios misturados’?*, de Oliveira Filho (2004), o autor afirma que os grupos indígenas localizados no Nordeste do País não foram objeto de interesse da antropologia brasileira, pois era considerada uma *etnografia menor*, distante dos temas do americanismo europeu, das análises culturalistas e deslocado dos grandes debates da antropologia (OLIVEIRA, 2004, p.13). De acordo com o autor, há dificuldade de construir um *jargão técnico e conceitos novos*, numa antropologia que historicamente havia privilegiado os povos indígenas em situação de suposto isolamento e com sinais diacríticos bastante marcados. Nesse sentido, ressalta que

É a partir de fatos de natureza política – demandas quanto à terra e assistência formuladas ao órgão indigenista – que os atuais povos indígenas do Nordeste são colocados como objeto de atenção para os antropólogos sediados nas universidades da região. O que ocorre aí exemplifica uma trajetória possível de institucionalização

¹⁰ Esse alinhamento teórico é utilizado na maioria dos trabalhos que serão neste capítulo analisados (SOUZA, 1992; BARRETO FILHO, 1993; MARTINS, 1994; BATISTA, 2004; OLIVEIRA(a) 2006).

¹¹ A situação histórica focalizada é definida pela capacidade que assume temporariamente uma agência de contato de produzir, através da imposição de interesses, valores e padrões organizativos, um certo esquema de poder e autoridade entre os diferentes atores sociais aí existentes, baseado em um conjunto de interdependências e no estabelecimento de determinados canais para resolução de conflitos. (OLIVEIRA FILHO, 1998, p.59)

para uma antropologia periférica, tal como observado por Peirano (1995, p.24): em lugar de definir suas práticas por diálogos teóricos, operam mais com objetos políticos ou ainda com a dimensão política dos conceitos de antropologia (OLIVEIRA, 2004, p18).

O autor ressalta que a produção etnográfica sobre os índios no Nordeste esteve, inicialmente, vinculada aos laudos e aos estudos de processos de demarcação territorial pelos agentes federais e o aspecto pragmático da antropologia aplicado a estes estudos.

Obviamente, existem características socioculturais específicas e marcadamente distintas entre os que se convencionou chamar “povos indígenas no Nordeste”. Oliveira Filho adverte sobre os perigos em pretender “encapsular em uma suposta especificidade regional o que é uma virtualidade de outro enfoque teórico”, que podem tender “a compartimentalização positivista dos objetos e subdomínios, em vez de recolocar em exame os pressupostos e silêncio da disciplina Etnologia” (OLIVEIRA FILHO, 1999, p.107). No entanto, também propõe uma antropologia dos índios misturados (OLIVEIRA FILHO, 1999), na qual enfatiza aspectos comuns aos povos indígenas situados em áreas de colonização antiga. Podemos destacar vários elementos dos sucessivos processos de expropriação territorial, dentre eles: uma população fenotipicamente miscigenada; povos que, com exceção dos povos indígenas no Maranhão e do povo Fulni-ô em Pernambuco, tem como língua materna o Português, dividem com a sociedade regional alguns aspectos culturais e prática cotidiana e, em sua maioria, passam tardiamente a serem assistidos pelo órgão federal.

De acordo com a conceituação elaborada por João Pacheco de Oliveira, pode-se falar na existência de consecutivos processos de *territorialização*¹² nos quais os povos indígenas estiveram envolvidos, que resultaram na heterogênea organização espacial em que se encontram atualmente. Ainda que a problematização da temática indígena no Nordeste passe pela compreensão dos processos históricos, é a partir de situações políticas na contemporaneidade que a etnicidade deve ser analisada. Dentro dessa abordagem, o autor enfatiza a dimensão territorial, a qual é apresentada como elemento central “nas mobilizações político-reivindicatórias, como também na definição dos padrões de sua organização social e nas suas manifestações identitárias e culturais” (OLIVEIRA FILHO, 1999, p.108). Essa relação também é estabelecida entre diferentes agentes indigenistas e as populações nativas,

¹² “Nesse sentido, a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.” (OLIVEIRA, 2004, p.22).

principalmente os órgãos estatais Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e FUNAI, por representarem um poder de legitimação da identidade étnica e de direitos territoriais.

1.2 As retomadas de terras indígenas no Nordeste brasileiro

As retomadas de terras praticadas pelos povos indígenas no Nordeste não devem ser vistas de forma homogeneizada. As características étnico-culturais de cada grupo, as relações políticas e os conflitos específicos em cada contexto e a abordagem de cada pesquisa delimitam circunstâncias diversificadas. Encontrei algumas reflexões e descrições etnográficas a esse respeito em trabalhos sobre os seguintes povos indígenas: Kiriri BA (BRASILEIRO, 1996, 2004); Xukuru PE (SOUZA, 1992; OLIVEIRA(a), 2006); Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe BA (FALEIRO, 2005); Xucuru-Kariri BA/AL (MARTINS, 1994); Truká BA (BATISTA, 2005); Kaimbé (SOUZA(b) 1996). Apresento, a seguir, a síntese das informações e reflexões contidas nestes estudos no que tange à abordagem sobre as retomadas.

Kiriri

Sheila Brasileiro (1996, 2004) tem como tema de seus estudos a organização política e o processo faccional do povo indígena Kiriri, localizados no sertão da Bahia. A autora traça um histórico das retomadas efetivadas pelos Kiriri, pois compreende que as mobilizações políticas em torno da luta pela terra representam um importante aspecto da construção da afirmação étnica que está diretamente relacionado aos arranjos e rearranjos políticos internos do povo Kiriri. Apresento abaixo a descrição cronológica de tais retomadas.

De acordo com a autora, a primeira ocupação ocorreu em 1979, um ano após a demarcação da terra ter sido delimitada pela FUNAI, a qual não foi seguida por nenhum encaminhamento em termos da demarcação física. Primeiramente, foi realizada uma ocupação com o intuito de garantir área para o plantio de roça comunitária em terreno situado entre a cidade de Mirandela e Ribeira do Pombal, que se seguiu, no mesmo ano, da iniciativa por parte dos indígenas em demarcar seu próprio território, o que levou ao acirramento do conflito entre os Kiriri e os regionais.

Em 1982 e 1983 foi realizada a ocupação de Picos, maior fazenda da região (mil hectares), de propriedade de um dos principais opositores da demarcação. Após dois anos, é realizada a ocupação da fazenda Raul Nobre, de 700 hectares, na Baixa da Cangalha. Em

1996, o grupo interdita permanentemente a estrada que interliga o povoado de Marcação à cidade de Mirandela. No ano seguinte, a FUNAI e o INCRA indenizam 37 famílias de posseiros incidentes na terra indígena. Em 1989, após uma enchente na região, 40 famílias que foram atingidas ocupam uma rua de Mirandela – a Rua da Lona, que passa a constituir um foco de resistência étnica dentro do centro urbano. De acordo com Brasileiro, tais estratégias permitem a ocupação de significativas porções da terra indígena, desalojam alguns dos inimigos políticos na região e, “finalmente, estes índios entrevêm a possibilidade de auferir certos ganhos políticos e de reestruturar a sua tão depauperada economia.” (BRASILEIRO, 1996, p.112).

Em 1990, a terra indígena Kiriri é homologada. No entanto, ela não foi seguida pela desintrusão da população não indígena. Após quatro anos, uma das facções políticas do grupo decide cercar o território, a partir dos pontos demarcados. Em 1995, a FUNAI indeniza 176 ocupações que constituem o povoado de Mirandela.

Com as sucessivas retomadas, que incluem a ocupação do posto da FUNAI, os Kiriri foram apropriando-se de espaços antes ocupados por não índios. A autora aponta como esse mecanismo de pressão teve impacto na efetivação dos procedimentos para regularização da terra pelos órgãos do governo – desintrusão, reassentamento e indenização da população não indígena – além de provocar no grupo a modificação da percepção de seu papel como agentes dentro do território:

Se antes prevalecia uma tendência à percepção dos bens indenizados como sendo de responsabilidade imediata do órgão tutelar, presentemente, os índios parecem ter passado a se perceber como gestores do seu próprio território, assim como do patrimônio indígena em geral (BRASILEIRO, 1996, p.113).

Os êxitos conseguidos através das ações das retomadas tiveram mais um desdobramento decorrente da divulgação pela mídia e por setores indigenistas, pois “trouxeram prestígio e visibilidade política aos Kiriri, sendo apontadas como um exemplo a ser seguido por outros povos indígenas no Nordeste” (BRASILEIRO, 1996).

Truká

Sobre os Truká, povo que habita a região do Submédio São Francisco, no Estado de Pernambuco, as retomadas são abordadas a partir da tese de Mércia Batista (2005). Esta apresenta um estudo de caso sobre o processo histórico que constitui tipos de lideranças no âmbito da afirmação étnica Truká e da sua relação com diferentes agentes – órgão

indigenista, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Governo do Estado e empresas. A questão territorial não é o foco central da pesquisa, mas a ela se articula, uma vez que aponta como a reivindicação da identidade ocorreu concomitante à mobilização pela terra, no caso, a Ilha de Assunção. Outro ponto que indiretamente aproxima a pesquisa da abordagem de aspectos territoriais é o fato de parte do trabalho de campo ter sido feito no período em que a autora coordenou o GT de Identificação da área Truká e Tumbalala, em 1999 e 2002, respectivamente.

A busca por reconhecimento étnico junto ao SPI ocorre no início dos anos 1940. Em 1947, é realizado um estudo na área, sem, no entanto, ser seguido de qualquer ação prática do órgão federal. Na década subsequente, é instalada pelo Governo do Estado de Pernambuco a Companhia de Revenda e Colonização (CRC), que dividiu a Ilha de Assunção. Nesse processo, algumas famílias Truká foram incorporadas como colonos. Na década de 1970, dois fatores vão impactar fortemente nos espaços ocupados pelos Truká. O Departamento de Produção Vegetal do Estado de Pernambuco encerra o núcleo de colonização Truká e cria a Companhia de Mudanças e Sementes Seleccionadas, que não tem interesse de manter colonos. Desse período data o surgimento da figura do proprietário de terras não indígenas, a expulsão de muitas famílias da Ilha de Assunção e as enchentes provenientes da construção da hidrelétrica de Paulo Afonso.

Ao chegar até os herdeiros de Antônio Cirilo, que estavam vivendo na periferia da cidade de Cabrobó, me defrontei com uma narrativa que guarda pontos de conexão com as que ouvi junto aos chamados herdeiros de Acilon. Maria, viúva de Antônio Cirilo, me disse que morou na ilha de Assunção, onde nasceu, até que foram expulsos por Cícero Caló. Eles eram ‘donos de quatro telhas’ (forma de expressar a posse de uma casa humilde) ‘e de criação’ (quando se possui um rebanho de animais de pequeno porte, como cabras e ovelhas, em oposição ao gado). ‘Ele expulsou’ (Cícero Caló) ‘o pessoal por modo do toré e nós ficamos no olho do pau’. Depois da enchente que inundou a ilha da Onça, onde passaram a viver, procuraram refúgio na cidade. É dessa maneira que Maria se refere a tal momento: ‘depois da barragem de Sobradinho a terra ficou tão estragada e nós fomos embora para a rua, que é o lugar de quem não tem terra’. (BATISTA, 2005, p.80)

Lideranças Truká voltam a procurar o órgão indigenista federal em 1974 (BATISTA, 2005, p.132) e se inicia um período que é marcado pela luta contra as “empresas”. A FUNAI realiza um estudo em 1976 e outro em 1980, com o intuito de reconhecer os Truká. No entanto, do ponto de vista territorial, a ação do órgão é bastante inexpressiva. Em 1981, os Truká conseguem recuperar 14 hectares de terras que estavam sob controle da companhia estatal, com destino pré-determinado para uma roça comunitária. A área se estende para mais dois hectares nos anos subsequentes. No início de 1983, há a retirada da companhia e a

liberação de 350 hectares divididos em lotes para ocupação de famílias Truká no espaço conhecido como *área das bombas* (BATISTA, 2005, p.172). A autora assim descreve a situação de campo que encontrou no período:

O primeiro contato estabelecido com o povo se deu na própria ilha, em 1990, e me trouxe a sensação de caos. Deparei-me com a situação fundiária que era muito difícil, pois que os índios estavam vivendo em uma pequena parte da terra retomada (algo como menos de 300 hectares), sob o desenho definido pelas companhias estaduais que ali tinham e instalado desde a década de 1960, e sem nenhum tipo de projeto econômico (BATISTA, 2005, p.2).

Na década de 1990, ainda sem nenhuma resolução por parte da FUNAI quanto à questão fundiária, deu-se um conflito com um dos posseiros da região – o Xinxá – que envolveu o uso da reserva para pastagem de seus rebanhos e a morte de um Truká. “Toda a comunidade indígena Truká responsabiliza o posseiro Xinxá por essa morte. O inquérito terminou sem indiciar ninguém” (BATISTA, 2005, 176). Do conflito resultou a primeira retomada Truká, na fazenda Cajueiro Grande, conhecida como retomada da Xinxá, que foi iniciada em 1994. A ação agregou jovens recém-casados e famílias que viviam em outras localidades, como é o caso do chamado ‘Povo de Odila’, moradores ‘do outro lado do rio’ que vieram da cidade. “Porém, quando se colocou a questão da adequação da terra ao número de pessoas que a pretendiam, para Lurdes, a terra reconquistada era absolutamente inadequada, pois ela recebeu um trecho para acomodar ela e a mãe, e se fazia necessário terra para acomodar 172 famílias” (BATISTA, 2005, p.214). A ação tem o apoio da FUNAI, pois o fazendeiro aceita negociar a indenização e, assim, os Truká passam a ocupar os 1.650 hectares que há anos reivindicavam (BATISTA, 2005, p.218).

No intuito de acomodar as famílias que não tiveram espaço na retomada da Xinxá, em 1995 foi feita nova retomada, a da Caatinga Grande, local de propriedade de Cícero Caló. Com essa retomada, há a expansão dos domínios Truká para um trecho da ilha que, até então, não era reconhecido legalmente como indígena.

A última retomada relatada pela autora teve início em janeiro de 1999 – foi chamada de Retomada da Cabeça de Ponte e

gerou reações muito enfáticas, pois consistiu no fechamento da única ligação terrestre entre a ilha de Assunção e a cidade de Cabrobó, impedindo a circulação e criando grandes tensões. Os líderes indígenas passaram a reivindicar a criação de um Grupo Técnico (GT) da FUNAI que pudesse realizar os estudos necessários para a identificação e delimitação da Terra Indígena Truká, que agora deveria abranger todo o restante da Ilha de Assunção, além das ilhotas que compõem o chamado Arquipélago da Assunção. (BATISTA, 2005, p.6)

No caso Truká, também percebemos que as retomadas têm o duplo sentido. O primeiro refere-se à ampliação do controle territorial e o segundo refere-se à pressão sobre a FUNAI. A ineficácia da FUNAI em garantir seus direitos é expressa nas expressões: *‘a FUNAI é promessera’* ou *‘a Funai é só prometimento, e quando acaba, o sujeito fica aqui, com a cara para riba’* (BATISTA, 2005, p.177).

Xukuru

Com relação aos Xukuru de Pernambuco, analiso dois estudos: o de Vânia Fialho Souza (1992) e o de Kelly Oliveira (2006). O estudo de Souza aborda o processo de demarcação da Terra Indígena, do qual a autora foi um dos agentes ao compor o GT da FUNAI. Propõe a análise dos conflitos envolvendo a histórica disputa pelo território e a busca pela ampliação do reconhecimento de diferenciais étnicos e dos direitos territoriais a eles vinculados. A partir de análise situacional (GLUCKMAN, 1987; VAN VELSEN, 1987), a autora aborda o contexto conflituoso em que se encontrava os Xukuru, como uma série de dramas sociais, a partir da abordagem metodológica proposta por Turner (1974), compreendido dentro de um campo político intersocietário. Outro estudo sobre os Xukuru que acessei é o de Kelly Oliveira (2006), no qual é abordado o processo de organização política e elaboração simbólica entre os Xukuru. Nesse estudo, apresenta-se a continuidade do processo de luta territorial iniciada no período da pesquisa de Souza.

De acordo com Souza, após o estudo de delimitação da Terra Indígena Xukuru, realizado em maio de 1989, houve o acirramento de conflitos causados por disputas fundiárias. A existência de um memorial descritivo e de um mapa feito pelo GT da FUNAI não tinham efeito de demarcação, apesar de estes proporcionarem um melhor delineamento entre as partes em conflitos: fazendeiros e índios. Os primeiros, inclusive, passaram a ser mais criteriosos em relação aos indivíduos que se identificavam como indígena. Evitavam contratar trabalhadores que assim se identificassem (SOUZA, 1992, p.43).

O fenômeno da etnicidade tal como percebido no universo Xukuru, abstraído do comportamento observado dos atores, reafirma o seu caráter político, assim como ressaltou Vincent (1974) quando trata da estrutura da etnicidade. As identificações étnicas são ampliadas quando uma grande mobilização étnica é requerida, como por exemplo, para garantir o território Xukuru; da mesma forma também são restringidas quando a situação assim o requer. (SOUZA,1992, p.83)

É no contexto pós-estudo da FUNAI que, em novembro de 1990, a primeira retomada Xukuru é realizada com a ocupação do sítio Pedra d’Água. A ação, com repercussão nos jornais de Pernambuco (Jornal do Comércio, 06 nov. 1990; Folha de Pernambuco, de 6 e 7

nov. 1990 até 17 nov. 1990), teve como justificativa a defesa da mata que estava sendo devastada por fazendeiros e posseiros. Um de seus desdobramentos foi a reivindicação junto à FUNAI de “colocação de placa de identificação, reassentamento justo para posseiros, conclusão do processo de demarcação iniciado em 1989”, num prazo de 40 dias (SOUZA, 1992, p.52). A não efetivação das reivindicações levou à ocupação permanente da área em fevereiro de 1991.

Kelly Oliveira aponta como, em meio ao conflito decorrente da ocupação de Pedra d'Água, existiu a valorização de aspectos distintivos da identidade Xukuru. O local da retomada, em que ficaram acampados nos primeiros 90 dias, passou a ser considerado como um local para a realização de torés e pajelança. “Um local específico garantiu o início de uma nova tradição no grupo, que era a vinda de índios que moravam próximos ao terreiro para participarem do toré, todos os domingos, fortalecendo a identidade religiosa do grupo” (2006, p.112).

A ação representou primordialmente desdobramentos importantes para a conquista territorial, dos quais podemos destacar nesse processo vários pontos. Setenta posseiros do local concordaram em se retirar da área e, em troca, receberam o apoio Xukuru na cobrança das indenizações. Após o acordo, os que haviam participado da retomada edificaram moradias na terra. A retomada, além de consolidar o já referido espaço ritualístico, ganhou força como centro político Xukuru após a mudança do cacique para o local e serviu como estratégia de pressão junto ao órgão federal para a aprovação da proposta de demarcação da área indígena Xukuru que ocorreu em dezembro de 1991, um ano após a ocupação de Pedra d'Água (OLIVEIRA(a), 2006, p.112-113).

As conquistas e a visibilidade alcançadas com a primeira retomada levaram, por outro lado, ao acirramento da tensão entre fazendeiros e índios. O conflito se intensificou após a retomada da região do Caípe, realizada em fevereiro de 1992, local em que o então vereador Milton Didier, uma das figuras mais importantes do grupo econômico e político dominante da região, proprietário de 350 hectares, mas que havia cercado 1.450 hectares (OLIVEIRA(a), 2006, p.113). Essa foi a maior retomada ocorrida no território Xukuru, envolveu grande número de pessoas e a busca de apoio de vários órgãos externos. Milton Didier entrou com processo de reintegração de posse, o qual foi contestado por ofício enviado pelo CIMI à Procuradoria da República de Pernambuco. Na ocasião, também houve ameaças e coação a indígenas por supostos capangas do fazendeiro. Ainda com o apoio financeiro do CIMI, um grupo foi a Brasília pressionar pela demarcação física da área. A demarcação foi contestada

judicialmente pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Pesqueira e alguns proprietários de terra. A concretização da demarcação ocorreu somente após anos de embate jurídico, em 1995.

A terceira retomada relatada por Kelly Oliveira ocorreu em 2000, em área pertencente à Indústria Peixes. Apesar de a demarcação já ter sido feita pela FUNAI, a área em litígio estava à venda em condições ilegais. Essa retomada teve um papel importante por ocorrer após o assassinato de uma de suas principais lideranças – Xicão Xukuru. Ela envolveu uma forte organização e um rodízio de pessoas na retomada provenientes das diversas aldeias. “A ocupação foi chamada pelas lideranças de ‘retomada modelo’, por caracterizar a primeira a cumprir com a participação organizada de todas as aldeias e cumpriu o papel de fortalecimento da mobilização política Xukuru” (OLIVEIRA(a), 2006, p.184). Um ano após essa ocupação, a terra Xukuru foi homologada.

As retomadas Xukuru, de acordo com as autoras, estão relacionadas ao movimento de afirmação étnico-política Xukuru, por isso representam uma importante estratégia na luta pelo controle do território e exercem a função de pressionar o órgão federal para realizar as etapas de regularização territorial. Oliveira(a), em consonância com Oliveira Filho; Almeida, afirma que a retomada de terras está relacionada à habilidade da FUNAI de responder às demandas indígenas com mais eficácia em situações de emergência e conflito iminente, dentro de uma prática do órgão indigenista de administrar por crises (OLIVEIRA; ALMEIDA; 1998, p.70 apud OLIVEIRA(a), 2006, p.168). No caso Xukuru, essa estratégia se mostrou eficaz.

Xucuru-Kariri

Entre os Xucuru-Kariri, encontrei algumas menções em relação à retomada realizada na década de 1980 na dissertação de mestrado de Silvia Martins (1994). A pesquisa tinha como tema central a relação da identidade étnica com a territorialidade indígena, as ações indigenistas e o faccionismo, em diferentes situações históricas. No momento da pesquisa, o povo indígena encontrava-se dividido em três áreas distintas: Fazenda Canto (AL); AI Mata da Cafurna (AL); e AI Fazenda Pedrosa (BA).

A autora apresenta as diferentes legislações e ocupações territoriais vividas pelos Xucuru-Kariri ao longo da história, remontando ao período colonial. A análise etnográfica centra-se na história recente, inserida num campo político intersocietário de relacionamento com entidades indigenistas, moradores, prefeitura e polícia da cidade de Palmeiras do Índios; e de casamentos interétnicos com não índios e indígenas de outros povos, sobretudo

Pankararu e Kariri Xocó. Em 1952, o SPI reuniu famílias que viviam dispersas na região, na Fazenda Canto, em Palmeiras do Índios, e ali instalou um Posto Indígena. “Assim, recebendo a proteção oficial, foram inseridos numa **situação de reserva**, condição que implicou em novas ordens econômicas e políticas estabelecidas a partir da ação/interferência daquele órgão” (MARTINS, 1994, p.28). A Área Indígena Mata da Cafurna regularizada é constituída de três glebas: a Mata da Cafurna propriamente dita, a Mata da Cafurna/Garrote e a Mata da Cafurna/Benone.

A primeira delas foi doada pela prefeitura em 1980:

Numa situação em que a prefeitura intencionava vendê-la, os Xucuru-Kariri, sob a liderança do cacique Manoel Celestino e pajé Miguel, e também contando com apoio/cumplicidade do comerciante Luiz Torres e do chefe de posto da FUNAI na época, resolveram "retomar" essa área. É importante frisar que essa mobilização política contou com a participação de praticamente todo o grupo, e baseava-se principalmente num consenso de que os índios tinham direito territorial sobre aquela área específica; esse consenso era compartilhado tanto por índios como não-índios (MARTINS, 1994).

De acordo com a autora, por alguns anos, a área foi utilizada para práticas rituais ligadas ao *Oricuri* e algumas roças nos poucos espaços disponíveis para esse fim. “A prática desse ritual foi assimilada quando alguns índios Xucuru-Kariri, a partir de contatos com os índios Kariri-Xocó (Porto Real do Colégio, AL)” (MARTINS, 1994, p.28), principalmente através de intercassamentos.

No estudo, essas práticas são apresentadas como disputas políticas internas. Conflitos entre famílias culminaram, em 1985, com o assassinato de João Celestino por José Sátiro do Nascimento, ambos Xucuru-Kariri. A partir desse fato, inicia o processo que a autora chamou de diáspora, com a mudança de parte da população que até então se concentrava na fazenda Canto. Os primeiros a sair foram os familiares do responsável pelo assassinato que temiam uma represália ou vingança. Esse grupo, depois de passar alguns anos na região em Ibotirama, foi levado para uma área adquirida pela FUNAI para novo reassentamento na Fazenda Pedrosa, em 1987 (Nova Glória, BA).

Outro grupo, liderado por Antônio Celestino, era da mesma família da vítima, retirou-se por conflitos e desconfianças acentuados pelo período de tensão após o referido assassinato. Antônio Celestino muda-se então para a Mata da Cafurna e passa a convidar outras famílias a segui-lo. Como em grande parte dessa área a mata era preservada para realização de ritual, esta se mostrou insuficiente para a produção econômica e a sustentabilidade das 99 pessoas que lá se instalaram. Em 1986, tendo como motivação imediata a proibição por parte dos funcionários da fazenda vizinha de acesso ao poço do qual

se retirava água, realizam a ocupação de 170 hectares da fazenda vizinha, contígua àquela área. A ação contou com o apoio, a solidariedade e a presença de índios Kariri-Xocó. “Essa gleba é identificada por eles como local do primeiro aldeamento, de 1773, que inclui a localidade que chamam de "Igreja Velha", onde situava-se capela construída pelos índios” (MARTINS, 1994, p.29). Entretanto, eles foram expulsos da área pela Polícia Militar. Contaram, então, com a assessoria do CIMI para entrar com recurso à Polícia Federal de Alagoas contra a liminar do juiz. Após embate judicial, os Xucuru-Kariri puderam retornar à área, que passou a ser chamada de Mata da Cafurna/Garrote.

Entre o período da expulsão pela PM e a decisão judicial para que ocupassem a área Mata da Cafurna/Garrote, o mesmo segmento realizou a ocupação de outra fazenda, também contígua à área da Mata Cafurna, de 22 hectares, cujo proprietário era Pedro Benone.

Este, (sic) reconhecia que se tratava de uma área indígena e tinha interesse em negociá-la com a FUNAI. A ocupação dessa gleba de terra pelos índios, contou com a cumplicidade do próprio "dono", e a sua aquisição pelo órgão tutor ocorreu em 1988, em decorrência de pressões exercidas por esse segmento faccional Xucuru-Kariri. (MARTINS, 1994)

As três áreas que compõem a TI Mata da Cafurna foram adquiridas através de retomadas, porém apresentam diferenças entre si. Na primeira, a ação é feita com a participação maciça da população Xucuru-Kariri, que habitava a Fazenda Canto e tinha como motivação a retomada de área considerada tradicional. Essa motivação foi imediata, pois havia a intenção da prefeitura em vendê-la. Então, a legitimação da área como indígena foi feita pela própria prefeitura, que aceitou doá-la para esse fim; e o uso destinado ao espaço era, primordialmente, a realização do ritual do *Oricuri*, ainda que, a partir de 1985, passasse a conter moradias e plantações em alguns espaços.

A segunda retomada já foi feita por um segmento que, por disputas internas, mudou-se para a área por necessitar de espaço para moradia e plantio. Teve como motivação imediata a proibição de acesso a água, mas a ação sofreu coação policial e passou por uma disputa judicial na qual o grupo contou com o apoio do CIMI.

A terceira e última retomada supracitada tinha como objetivo ainda solucionar a carência de espaço, uma vez que a área da Mata da Cafurna/Garrote ainda estava em disputa judicial. Apesar de ter contado com a conivência do proprietário, a regularização das terras pela FUNAI foi realizada somente anos depois e após a pressão do grupo.

As áreas são ocupadas para moradia e plantio. As roças, localizadas na área Mata da Cafurna/Garrote, foram distribuídas pelo senhor Antônio Celestino àqueles que hoje as

utilizam. A escolha das pessoas para distribuição foi vinculada à participação direta delas no momento da ocupação inicial.

Kaimbé

Jorge Bruno Souza (1996) apresenta pesquisa de mestrado realizada entre os Kaimbé de Massará, povo situado no sertão baiano entre as bacias dos rios Itapicuru e do Vaza Barris, a 35 km do município de Euclides da Cunha. Souza, através do estudo de sua organização social, de sua história e memória, busca explicitar elementos conformadores da identidade Kaimbé. Desde a década de 1940, o grupo é reconhecido pelo SPI. Data também desse período o início da mobilização para garantir o domínio territorial motivado por uma disputa com fazendeiros pelo controle das roças dentro da Fazenda Ilha. Na época, a questão territorial foi apenas parcialmente resolvida, uma vez que, de acordo com o autor, por estarem “habitados a uma autonomia política de cada casa, a figura dos capitães” (instituído pelo SPI) “parece insuficiente para promover uma integração maior do grupo” (SOUZA(b), 1996, p.85). Assim, após esse primeiro momento, a luta é interrompida, sendo reiniciada na década de 1970, com o apoio do CIMI. A Área Indígena Kaimbé foi homologada em 1991 e compreende uma superfície de 8.020 hectares.

A década de 1980 representou um momento de fortalecimento da organização política do grupo, culminando na retomada da Fazenda Ilha. Esse foi um período de conflito, em que os fazendeiros pressionavam para a retirada da fazenda, com ameaça de morte ao cacique, que teve de se refugiar durante alguns meses na cidade de Euclides da Cunha. O autor não menciona detalhes sobre a ocupação nem aos usos específicos dado a esse espaço. No entanto, traz algumas considerações sobre a importância desse processo.

Tendo em vista que os Kaimbé, durante algumas gerações, compartilharam práticas camponesas comuns ao universo rural da região, o autor destaca que a “terra transformada em território denota uma relação não econômica, torna-se parte constituinte do ser social do grupo, um dos elementos centrais da sua própria identidade” (SOUZA(b), 1996, p.92). Enquanto a terra camponesa é uma propriedade, local de trabalho familiar e destinada à perpetuação familiar, o território indígena, por sua vez, compreende a ideia de que sua reivindicação está vinculada a uma ancestralidade e a uma ocupação imemorial da terra, de maneira que a terra para os Kaimbé não se reduz a um bem de produção. O autor destaca, também, que a luta pelo território indígena esteve vinculado a um interlocutor “oficial” do grupo – cacique e lideranças – “e, como estas, tornaram-se peças fundamentais para a própria definição do “ser” Kaimbé hoje. Pois, como afirmam os Kaimbé ‘ser índio é estar junto na luta’” (SOUZA(b),

1996, p.65). E enfatiza que o “próprio processo de organização política do grupo esteve sempre marcado pela questão da terra. Esse é, com certeza, o elemento aglutinador do grupo, que unifica interesses e, fundamentalmente, possibilita uma prática comum” (SOUZA(b), 1996, p.108). No sentido de deixarem de serem vistos e de se autodenominarem como Caboclos de Massacará, a condição estigmatizada passa, através da luta pela terra, a ser ressignificada. Abandona-se a ideia de caboclos e afirma-se a condição de povo indígena Kaimbé:

É justamente no bojo da luta em defesa do seu território que os Kaimbé conseguem o nível mais alto de mobilização e organização política dos últimos anos. Com efeito, o movimento em defesa do território aglutina a população Kaimbé, obrigando-os a uma maior solidariedade interna para resistirem ao inimigo comum, os usurpadores de suas terras. Embora o conflito estivesse restrito à fazenda Ilha, os índios dos outros quarteirões também tiveram participação ativa na luta pela terra. (SOUZA(b), 1996, p.87)

No trecho acima transcrito, assim como em outros contextos já apresentados, o autor apresenta como os momentos da retomada propiciaram uma forte ebulição política e comunitária. No entanto, o autor ressalta que, após a ocupação, seguiu-se um período de divergências internas em relação à distribuição dos lotes na área retomada. Uma parcela da população ocupante considerava que a área deveria contemplar aqueles que tinham roças insuficientes, enquanto outra defendia que a terra deveria ser dividida pelos que participaram ativamente da ação. Mesmo atestando o aspecto político que envolve a questão da etnicidade, o autor refuta a explicação de que a reivindicação étnica de índios em muitos anos de contato tenha um caráter puramente pragmático para garantir o acesso a terra, uma vez que

Percebe-se então, que a etnicidade, a exemplo do caso Kaimbé, está referida a dois processos distintos: o sentimento de identidade, instruído pela valorização da descendência; e outro, que relaciona-se a interação com a sociedade envolvente, particularmente no bojo de uma luta de resistência pela preservação do seu território. (SOUZA(b), 1996, p.145)

Assim, a identidade Kaimbé é reconhecida e legitimada internamente pela capacidade das famílias de traçarem suas genealogias até remeterem aos “velhos troncos” (SOUZA(b), 1996, p.103), estando tal ancestralidade simbolicamente vinculada a um território específico e politicamente articulada em torno da luta territorial.

Pataxó & Pataxó Hã hã hãe

O artigo de Rodrigo Paranhos Faleiro (2005) apresenta uma abordagem divergente das que foram até agora apresentadas por não configurar um relato etnográfico. A menção ao seu trabalho deve-se ao fato de ser o único em que a construção analítica parte de uma

retomada de terras; no caso, a que foi operada pelos Pataxós no Parque Nacional Monte Pascoal, Bahia. Tal retomada apresenta um embate entre dois agentes do Estado, a FUNAI e o IBAMA, na tentativa de solucionar o conflito. A região em litígio tanto correspondia a uma Terra Indígena quanto a uma Unidade de Conservação, submetidas, assim, a duas regularizações e a normas de usufruto e manejo sobrepostas e apresentadas, nesse caso, como divergentes entre si.

A retomada que ocorreu no Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP), em 1999, remonta a um processo iniciado no ano de 1996. Após um seminário promovido pelo Ministério do Meio Ambiente para discutir a relação dos índios com o parque, algumas lideranças passaram a solicitar a ampliação da Terra Indígena sobre a área. De acordo com o autor, um conjunto de fatores – a criação de um grupo de trabalho para identificação da Terra Indígena de Corumbazinho, a revisão dos limites da TI Barra Velha e a discussão entre lideranças indígenas, IBAMA e FUNAI sobre um projeto para melhorar a qualidade de vida dos indígenas “levou a reunião do Conselho de caciques das Aldeias dos Povos Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe a decidir pela ocupação do PNMP e pela expulsão dos funcionários do IBAMA no dia 19 de agosto de 1999” (FALEIRO, 2005, p.303).

A ação teve impacto em diversas instâncias governamentais na tentativa de condução da situação. O IBAMA entrou com ação de reintegração de posse e, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), acionou o Ministério da Justiça. Nesse contexto, à FUNAI coube o papel de mediar a situação junto aos índios na retomada. O processo envolveu também o Ministério Público Federal em Ilhéus.

O IBAMA ganhou a ação de reintegração de posse, “mas não a executou, aparentemente, em função de o assunto estar sob os cuidados do MMA”. Toda a situação intensificou-se com a proximidade da comemoração dos 500 anos do Brasil, que ocorreria na região. Sua preparação “foi marcada pela atuação de diversos grupos que tentaram ganhar legitimidade na mídia para seus pleitos a favor e contra a ocupação”. (FALEIRO, 2005, p.303). A abordagem de Faleiro centra-se nas posições divergentes entre os órgãos federais – conflito intraestado –, principalmente o que se desenrolou entre o IBAMA e a FUNAI e nos múltiplos desdobramentos de hierarquia existentes dentro de cada um desses órgãos – IBAMA-BA, MMA, FUNAI-BA, FUNAI-Brasília, Procuradoria Geral da República e Ministério Público Federal.

Com a proximidade das comemorações, o Ministério Público Federal apresenta-se como uma instituição “neutra” e faz a proposição de um Termo de Ajustamento de Conduta

entre as partes, o qual estabeleceria os parâmetros de convivência entre a TI e a UC. "Assim, o Termo de Ajustamento de Conduta celebra entre as instituições o pacto que as trará de volta a realidade, mediante o cumprimento de ações delineadas no tempo, que pretensamente culminarão na resolução definitiva da disputa". (FALEIRO, 2005, p.317). Assim, sem assumir um encaminhamento definitivo para o conflito, opta pela "protelação como instrumento de coesão do estado" (FALEIRO, 2005, p.319).

Nesta situação, o autor conclui:

Portanto, se no momento da ocupação a atuação do MPF [Ministério Público Federal] faz pender o equilíbrio de forças em favor da FUNAI, no momento da mediação ela assume outro papel: dar coesão ao Estado, pois a inserção de um ente abstrato com poderes para dirimir o conflito ou, ao menos, para ordenar o seu encaminhamento significa redirecionar o conflito que acontece na realidade para o nível institucional, jurídico e abstrato, onde o Estado, em geral, é coeso. (FALEIRO, 2005, p.317)

O artigo não esclarece, no entanto, quanto à situação do local da ocupação após o término do conflito nem a jurisprudência do local. Mas, a partir dele, pode-se destacar que a ocupação aparece como forma de pressionar os órgãos federais no cumprimento da lei ou na execução de procedimentos jurídicos administrativos da regularização territorial. Outro ponto a ser destacado é o aspecto performático e midiaticamente impactante, representando, assim, um instrumento reivindicatório em um momento de impasse.

1.3 Retomadas e demarcação territorial

A partir das reflexões contidas nos trabalhos acima apresentados, poderíamos tecer considerações sobre diversos aspectos da constituição da identidade étnica dos referidos povos. No entanto, como o tema central deste estudo são as retomadas de terras, privilegiei a abordagem da inter-relação percebida entre etnicidade e território e dos desdobramentos políticos daí advindos.

Outro aspecto presente nos estudos aqui analisados é a dimensão histórica da ocupação territorial, dos quais podemos elencar alguns marcos, como: a ocupação das referidas áreas por populações indígenas, que remontam aos aldeamentos religiosos do período colonial e da doação de uma légua em quadra pela Coroa Portuguesa; o apontamento da desarticulação dos aldeamentos no período pombalino, com a criação de vilas de índios das quais se originaram muitos dos municípios próximos aos territórios indígenas

contemporâneos; e a apresentação dos impactos operados após a promulgação da Lei de terras de 1850, marcado por uma política mais agressiva em relação à expropriação das terras indígenas.

A complexidade da situação territorial no Nordeste indígena deve partir da compreensão de que a questão fundiária tem vínculos históricos com o sistema político no Brasil, que tendem a se desdobrar, em níveis locais, em relações paternalistas, clientelistas e autoritárias. Nas situações em que se encontram os povos indígenas no Nordeste, esses conflitos se agravam por séculos de relação desigual com a sociedade regional, nas quais as populações indígenas, historicamente estigmatizadas, estão submetidas a relações de exploração de sua força de trabalho. Além disso, sofreram, ao longo da história, sucessivas expropriações dos territórios que habitam ou que a memória coletiva compreende como tradicional. Soma-se a esses elementos o argumento comum utilizado contra as reivindicações desses povos, que é a contestação da própria condição de indígenas. Assim, ainda que a posse das terras não seja pressuposto para a identificação étnica, podemos afirmar que disputas territoriais – que têm como pivô a demarcação de terras indígenas – representam um dos principais focos de conflitos interétnicos contemporâneo no Nordeste e no Brasil como um todo.

Em relação aos aspectos territoriais, Oliveira Filho apresenta algumas especificidades regionais.

Dadas as características e a cronologia da expansão das fronteiras na Amazônia, os povos indígenas detêm parte significativa de seus territórios e nichos ecológicos, enquanto no Nordeste tais áreas foram incorporadas por fluxos colonizadores anteriores, não diferindo muito as suas posses atuais do padrão camponês e estando entremeadas à população regional. [...] Essa desproporção dá aos problemas e mobilizações dos povos indígenas na Amazônia uma importante dimensão ambiental e geopolítica, enquanto no Nordeste as questões se mantêm primordialmente nas esferas fundiárias e de intervenção assistencial. (OLIVEIRA FILHO, 2004, p.20)

Um aspecto decorrente dessa incorporação dos *fluxos colonizadores* são as pequenas dimensões dos territórios reivindicados e/ou os possíveis de serem demarcados nesse contexto. De acordo com o levantamento realizado pela Anai¹³, as Terras Indígenas – nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe –, em sua maioria, aproximadamente 60 delas, não possui nenhum tipo de estimativa quanto às suas dimensões e aguardam estudo de identificação.

¹³ Dados levantados pela Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai), em julho de 2008.

Dentre as 59 áreas que possuem algum tipo de medição¹⁴, incluindo as de dimensões estimadas que aguardam, total ou parcialmente, a identificação pela FUNAI, 22,05% das terras são inferiores a 500 hectares; 33,89 % estão entre 500 e cinco mil hectares; 18,65 % entre cinco e dez mil hectares; 18,65% entre dez e trinta mil hectares; 3,38% possuem entre trinta e cinquenta mil hectares; e apenas 3,38% são maiores do que cinquenta mil. Pode-se perceber como consequência de séculos de colonização o estrangulamento dos espaços disponíveis a essas populações, que em termos de dimensões as situações territoriais sejam consideravelmente inferiores às da região amazônica. Tais áreas são comumente rodeadas por fazendas e cidades que exercem pressão nos territórios e populações indígenas. Com territórios diminutos, a maioria deles não regularizados, a possibilidade de uma gestão mais autônoma dessas terras fica comprometida. Outra dimensão dessa situação socioespacial é a necessidade de se submeterem a relações de trabalho exploratórias na dinâmica de poder local e/ou a maior dependência do que o autor chamou de *intervenção assistencial* por parte do órgão indigenista.

Todas as retomadas apresentadas acima ocorreram pós-criação da FUNAI, bem como estiveram vinculadas a momentos de reivindicação e procedimentos para demarcação territorial. Vale ressaltar o impacto dos estudos de delimitação e identificação no acirramento de conflitos fundiários entre povos indígenas e regionais. Outro ponto é que esses estudos, na maioria das vezes, não são seguidos pela efetivação da demarcação física em curto prazo, podendo inclusive demorar décadas para sua concretização. Conforme assinala Almeida (2006), a efetivação das legislações que regulamentam esses usos das terras tradicionais, nas quais se incluem os territórios indígenas, não ocorrem de forma satisfatória:

A efetivação dos novos dispositivos da Constituição Federal de 1988, contraditando os velhos instrumentos legais de inspiração colonial, tem se deparado com imensos obstáculos, que tanto são urdidos mecanicamente nos aparatos burocrático administrativo do Estado, quanto são resultantes de estratégias engendradas seja por interesses que historicamente monopolizaram a terra, seja por interesse de “novos grupos empresariais” interessados na terra e demais recursos naturais. (2006, p.35).

As situações de confrontos vinculadas à terra e à morosidade dos procedimentos demarcatórios, ressaltado na frase “a FUNAI é promessera”, configurando o que Almeida conceituou como uma prática da FUNAI de *administrar por crise*.

Esse esquema se constitui em uma verdadeira lei de funcionamento da FUNAI no sentido de gerar regularidades de ação e dar conta de recorrências aí verificadas,

¹⁴ Homologadas, identificadas, em estudo de identificação, dominial, adquirida, lotes individuais, ocupação etc.

muito embora não se explicita no plano das normas burocráticas. Os próprios operadores dessa máquina (indigenistas, índios e funcionários) já aprenderam tal fato e oralmente transmitem esse conhecimento aos não-iniciados através de uma máxima utilitária: “A FUNAI só atua sob pressão”. A prática cotidiana se encarrega de inculcar nos atores sociais uma crença profunda na veracidade dessa afirmativa, mostrando a inocuidade de estabelecer planos e prioridades, bem como alertando os próprios membros da corporação sobre a letargia, a impotência e a insensibilidade do órgão para cumprir suas responsabilidades mais primárias e indeclináveis. (OLIVEIRA; ALMEIDA, 1998, p.70)

Com base nos autores, Kelly Oliveira afirma que “o que se tem é, de fato, uma agência que se preocupa com as crises do momento, trabalhando para aliviar as tensões temporariamente, e novamente colocando o problema em ritmo de espera” (2006, p. 168). Pode-se afirmar que tais ocupações correspondem a um instrumento reivindicatório nos processos de identificação territorial e execução das etapas de delimitação, demarcação, desintrusão e indenização da população não indígena das áreas demarcadas. As situações de crise e conflito comumente associadas às retomadas, pode-se ressaltar o aspecto performático, com repercussão midiática, que se apresenta como uma forma de dar visibilidade para as reivindicações, trazendo ao conhecimento público suas demandas e fazendo com que a FUNAI seja pressionada a dar respostas.

Os conflitos que envolvem os territórios indígenas têm como principal interlocutor o órgão indigenista federal. Não por acaso, os estudos apresentados ressaltam as relações e os arranjos entre povos indígenas, SPI e FUNAI. Pode-se perceber uma diferenciação de acordo com o momento histórico que se estabeleceu o contato e a interação entre os povos indígenas e o órgão indigenista. Os primeiros contatos remontam às primeiras décadas do século XX; outros passaram a ser contemplados após a criação da FUNAI em 1969. Um grande número passa a acionar o órgão federal, a partir da década de 1970 e, sobretudo, na década de 1980 (SAMPAIO, 1996, p.23, apud MARTINS, 1994, p.10). As diferentes ordenações legais que orientaram as políticas indigenistas, ao longo do último século, promoveram distintas organizações espaciais dos territórios indígenas conforme o contexto em que foram regularizadas e os arranjos políticos regionais.

Sampaio aponta as décadas de 1970 e 1980 como um momento em que se intensificam as reivindicações indígenas e os conflitos locais dela consequentes e afirma:

Duas ordens de fatores, entretanto, parecem ter contribuído, em um plano externo às próprias comunidades indígenas, para modificar, àquela época, a natureza e a amplitude destas iniciativas. Em primeiro lugar, parece ter havido um sensível aumento dos canais e das facilidades de comunicação entre estes povos e a sociedade nacional, fazendo com que a temática indígena chegasse mais facilmente à imprensa e à opinião pública. Em segundo lugar e principalmente, mas em parte decorrente do anterior, passou a haver uma articulação bem mais intensa entre os

diversos povos, inclusive a nível inter-regional. A nível regional, as assembléias de líderes indígenas, organizadas pelo CIMI, passam a ocorrer com frequência e, em seguida, as próprias organizações indígenas encarregam-se de promovê-las (SAMPAIO, mimeo).

O autor destaca dois elementos importantes: a promulgação do Estatuto do Índio em 1973 e a criação no âmbito da Igreja Católica do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972. Nesse contexto, a atuação do CIMI passa a ser significativa no apoio a reivindicações indígenas, fomentando organizações políticas. No caso das retomadas, em diversas situações, o CIMI foi responsável pela assessoria jurídica quando os impasses chegavam à esfera judiciária. Sampaio ressalta como as articulações e os intercâmbios entre diferentes povos, reconhecidos oficialmente ou não, foi anterior às mobilizações de caráter associativo, que passaram a ser promovidos pelo CIMI, na década de 1980, e depois pelo próprio movimento indígena, União das Nações Indígenas (UNI) Nordeste. As associações indígenas em nível regional ganharam força e maior representatividade a partir de meados da década de 1990 com a criação da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME). A intensificação da articulação entre diferentes povos propiciou um intercâmbio de experiências e táticas de mobilização, situação esta que se estende aos Tapebas, conforme veremos no próximo capítulo.

Uma dimensão importante das retomadas é que sua organização é feita dentro de esferas políticas de cada povo, ainda que sua efetivação esteja relacionada a outros agentes – FUNAI, CIMI, prefeituras. A decisão e as estratégias de ação são elaboradas internamente, daí a relevância do intercâmbio de experiências entre as lideranças de diferentes povos da região.

Quanto ao fato de serem ações organizadas internamente, podemos ressaltar também a relação entre retomadas e faccionismos. Em alguns casos, ocorre que as retomadas representam momentos de grande coesão dos envolvidos. E, uma vez consolidada a ação, essa coesão se transfigura em um processo de disputas e divergências internas em relação a quem deveria ocupar ou utilizar a área e quais os usos a ela atribuídos. Em outras situações, disputas políticas internas podem levar um dos segmentos em conflito a realizar retomadas visando à moradia ou ao plantio. Nesse caso, a retomada tem também um sentido na disputa política, pois o sucesso da ação atribui às lideranças que estiveram à frente uma legitimidade junto a agentes externos envolvidos no processo e consolidação de força política em nível interno.

Pode-se concluir que as retomadas de terras estão vinculadas à etnicidade e à territorialidade dos povos estudados, pois, conforme o apresentado, elas têm configurado uma

importante estratégia de pressão para regularização fundiária em processos ligados à afirmação das identidades étnicas que envolvem intensas mobilizações políticas internas aos grupos e às articulações com agentes externos. Assim, representam uma eficaz ferramenta de luta e reivindicação territorial em situações de disputa e de conflito com proprietários, posseiros e políticos locais. Em todos os casos, as ações possibilitaram a garantia do controle de significativas parcelas dos territórios indígenas, antes inacessíveis.

2. ETNICIDADE E TERRITORIALIDADE TAPEBA

Com o intuito de contextualizar o momento sociopolítico em que se iniciam as retomadas de terras entre os Tapebas, analiso, neste capítulo, os desdobramentos que se deram, a partir da década de 1980, em relação à afirmação étnica e suas organizações políticas internas, às transformações espaciais e organizacionais que ocorreram nos arredores de Caucaia, além da luta pela demarcação da terra, que tem sido travada em um campo que envolve diversos agentes, permeada por disputas políticas e embates judiciais, que transcorre há três décadas. Para tanto, dialogarei com a bibliografia especializada sobre a situação Tapeba: Barretto Filho (1993, 2004, 2005a), Valle (2003, 2009), Aires (2008), Gomes (2009).

De acordo com a conceituação elaborada por João Pacheco de Oliveira Filho, pode-se falar na existência de sucessivos processos de *territorialização* nos quais os Tapeba estiveram envolvidos que resultaram na heterogênea organização espacial em que se encontram.

Nesse sentido, a noção de *territorialização* é definida como um *processo de reorganização social* que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (2004, p.22).

Inicialmente, abordo como se deu a construção da situação contemporânea da territorialidade do povo Tapeba e destaco alguns marcos na luta pelo reconhecimento dos seus direitos étnicos; ao final do capítulo, apresento o desenrolar do processo, ainda inconcluso, da regularização territorial do referido povo.

2.1 Territorialidade e organização política na contemporaneidade

Assim como outros povos indígenas no Nordeste, a história dos indígenas na região de Caucaia remonta aos aldeamentos jesuítas do século XVII (BARRETTO FILHO, 1993, 2005a, p.41). Oliveira Filho ressalta alguns marcos nos processos históricos de territorialização que envolveram os povos indígenas no Nordeste: “Um verificado na segunda metade do século XVII e nas primeiras décadas do XVIII, associado às missões religiosas; o outro ocorrido neste século e articulado com agência indigenista oficial” (2004, p.24). Além desses marcos, também se deve ressaltar outros dois: o Diretório Pombalino, em 1759, e a promulgação da

Lei de Terras, em 1850, de nº 601 (ARRUTI, 1995; OLIVEIRA FILHO, 1999, 2004; VALLE, 2003).

As normatizações implementadas pelo Diretório Pombalino trouxeram significativas mudanças para a vida das populações indígenas dos aldeamentos jesuíticos, por meio da secularização administrativa das vilas criadas em substituição à administração temporal dos missionários dos extintos aldeamentos, bem como no incentivo a casamentos interétnicos e assentamento de não índios nas vilas recém-criadas. Autores como Silvia Porto Alegre (1992), Isabelle Silva (2006) e Henyo Barretto Filho (1993, 2004, 2005a) abordaram os impactos desse período nos aldeamentos do Ceará.

A Lei de Terras, em 1850, de nº 601, tratou de medidas relativas à ordenação da estrutura fundiária no Brasil Imperial. A nova lei fez a transição do regime de posse da terra para o regime de propriedade desta. Com a obrigação de aquisição de títulos de terra, estabeleceu penalidades para *apossamentos das terras de outrem ou devolutas* e instaurou a compra e a venda ou a doação do Estado como as únicas formas de aquisição de tais terras. (SILVA, 2008, p.7). Uma vez que os interesses do Estado e dos poderes locais estão vinculados a terra e se voltam para as terras devolutas, a discussão política passou a ser em torno do território que poderia ser assim definido, tendo como um dos critérios a produtividade mercantil como garantia de posse. Diante desses parâmetros, as terras indígenas passaram a ser facilmente consideradas como terras disponíveis.

A tônica do discurso oficial vai paulatinamente caminhando para a consolidação da ideia de que a população indígena da província estava misturada à nacional. Em 1863, o presidente da província do Ceará, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, declara, em relatório provincial, não haver mais índios identificáveis no Estado. Nas últimas décadas do século XIX, o governo provincial no Ceará utiliza-se de um discurso de negação da existência de índios nas aldeias e nas vilas. Esse discurso progressivamente silencia as contradições a ele inerentes – uma vez que há farta documentação forjada no próprio aparato do Estado que comprova a existência indígena em tal período (VALLE, 2009, p.126) – e afirma-se como verdade oficial. Consolidou-se, então, uma justificativa político-ideológica que legitimou a apropriação pelo governo provincial e poderes locais das terras que, por lei, pertenciam aos indígenas. A partir desse período, a população indígena no Estado passa, continuamente, a ser privada da posse e do acesso à terra ou a tê-la de forma fragmentada e com dimensões bastante reduzidas em bases de propriedades individuais.

A população indígena habitante de Caucaia sofreu os efeitos desse processo de expropriação de terras iniciado nos séculos anteriores, quando muitas das terras de uso tradicional foram registradas e apropriadas por terceiros. Ainda que se careça de estudos aprofundados sobre a dinâmica territorial em Caucaia no final do século XIX e início do século XX, pode-se afirmar que os impactos da política expropriatória passam a ser progressivamente mais marcantes no cotidiano Tapeba ao longo do século passado. As alterações nos espaços em que habitavam os levaram a se dispersar nas proximidades do centro de Caucaia, vivendo como trabalhadores rurais, tiradores de palha de carnaúba, pequenos produtores e pescadores artesanais.

Meus avós moravam ali, nesse trecho dacolá, nesse cajueiral, meus avós moravam ali, meus tios, tudinho da parte da minha avó do meu avô, tudinho morava ali. Aí que então apareceu um comprador dizendo que tinha comprado aquela terra, que precisava sair, aí foi o que eles fizeram, foram saindo, foram saindo, eles chegaram dizendo que tinham comprado a terra, né? Agora, a quem? A quem que eles tinham comprado? Apareceu um comprador, daí ficou passando duma mão pra outra, duma mão pra outra, duma mão pra outra e nós cá ficamos caçando um cantinho daqui, dacolá pra poder morar. Alugava uma casa, uma pessoa dava uma casa pra gente morar tantos tempos, aí quando chegava o tempo pedia a casa. A gente saía, ia batalhar pra conseguir outra casa pra morar, era assim. [...] A maior parte dos que moravam aqui foram lá pro trilho, morar lá do outro lado do trilho, porque eles tiraram daqui dizendo que tinham comprado a terra. Agora, ninguém sabe a quem que eles tinham comprado, porque nós morávamos aqui e nós não vendemos terra... Eles tinham comprado a quem, minha irmã, pelo amor de Deus? Aí pronto, nós ficamos sofrendo aí, todos sofrendo aí, atrás de um cantinho pra morar, pra ajeitar sua casinha. (M. J., 74 anos, Lagoa II, jul. 2008)

Por outro lado, esse segmento da população continuou a ser utilizado como mão de obra por proprietários locais, de acordo com relatos etnográficos colhidos ao longo da pesquisa, em situações de trabalho nas quais as práticas de exploração e violência instituídas no período colonial se perpetuaram e os mantiveram em situação de exclusão social. Ainda que conservassem traços culturais diferenciados, a herança indígena não era acionada; antes disso, era ocultada por eles e ignorada ou estigmatizada pela população envolvente, que comumente os associava a atributos e a adjetivos depreciativos. O próprio termo “tapeba” tinha uma conotação desabonadora (BARRETTO FILHO, 2004, p.120), mas passou por um processo de ressignificação a partir da consolidação da luta pelo reconhecimento étnico.

O estrangulamento do acesso aos espaços ocorre de forma mais premente a partir de meados do século XX, em particular a partir da acentuação da urbanização no município de Caucaia. Na história de vida dos indivíduos mais velhos do grupo, é comum o relato de sucessivas desapropriações e expulsões das terras onde eles moravam, situação agravada com o crescimento urbano a partir da década de 1970. De acordo com dados apresentados por

Barretto Filho, entre 1980 e 1992, Caucaia registrou uma taxa média de crescimento populacional na ordem de 5,17%. Em 1960, dos habitantes recenseados, verificou-se que apenas 15,4% da população moravam na zona urbana; no recenseamento de 1980, esse percentual subiu para 77,9%. Em 1986, a lei municipal nº 430 “ampliou a zona industrial e urbana do município de Caucaia, visando promover infra-estrutura para implantação de mini-distritos industriais na margem direita do rio Ceará” (BARRETTO FILHO, 2004, p.103).

A crescente urbanização, a restrição do acesso a recursos naturais de onde tiravam sua subsistência – lagoas, rios, manguezais – além dos desmatamentos de matas nativas e expulsão dos locais onde tradicionalmente habitavam delimitaram uma configuração espacial em que a população estava espalhada em pequenos agrupamentos, com base em relações de parentesco, nas zonas rural e urbana do município de Caucaia. Dessa forma, os Tapebas encontravam-se, ao início da década de 1980, morando em pequenos espaços agrupados às margens do Rio Ceará, na beira do trilho do trem e de rodovias. Em muitos casos, viviam (e ainda vivem) em terrenos arrendados, cedidos ou alugados por terceiros; em alguns poucos casos, tinham a posse legal de pequenas porções de terras.

Os indígenas do Ceará, entre eles os Tapebas, ficam, desde o final do século XIX, à margem das legislações indigenistas por aproximadamente um século. Barretto Filho (1993, 2004, 2005a) apresenta dois núcleos territoriais principais nos quais os Tapebas se concentravam na segunda metade do século XX.

Quando o referente é o passado indígena, as terras da Santa e as formas de apropriação fundiária, percebemos a existência de situações e relatos distintos. Uma diferença significativa é a que se verifica entre os locais conhecidos como Paumirim e Tapeba. O primeiro teria sido objeto de posse dos denominados Tapebas, articulando sistemas de uso comum circunscritos a certos grupos de descendência irrestrita, parentelas e famílias extensas. Já no Tapeba – e na lagoa dos Porcos e imediações – há uma referência marcada à condição de “morador” de outros detentores de terra. Sintomaticamente, foi com Tapebas oriundos do Tapeba que produzimos os testemunhos mais significativos sobre as terras da Santa e dos índios. Tais testemunhos parecem provir de uma tradição oral genuína e não de uma reapropriação de fatos estabelecidos por fontes escritas socializadas pelas agências que atuam localmente. Isso porque foram oferecidos, nos diferentes períodos de campo, por pessoas idosas, iletradas, que não eram participantes ativos do movimento político de organização comunitária e nem foram diretamente atingidos pelo progressivo processo de escolarização, que teve lugar entre os Tapeba de meados dos anos 1990 para cá, resultado da implementação da política de educação indígena em Caucaia. (BARRETTO FILHO, 2005a, p.74).

Tanto na região do Paumirim como na do Tapeba ocorreu a desarticulação dos núcleos originais. No Paumirim, perderam a terra de que tinham a posse, por venda ou por trocas desiguais, e, no Tapeba, por sucessivas desapropriações, muitas delas sob ameaças dos intitulos donos da terra. As localidades em que se encontram agrupamentos Tapebas

atualmente são oriundas de uma diáspora a partir dessas duas regiões. É intensa a migração das famílias de uma localidade para outra, seja por casamento ou para ficarem próximos de familiares.

Na nossa terra aqui, a gente morou em muitos cantos. Às vezes é porque o posseiro expulsava e às vezes porque a gente saía num canto e ia morar em outro. Ali não plantava mais e o povo tacava fogo, eles queimavam, fazia casa noutra canto, pegava umas palhas e uns paus e fazia uma casa, porque as casas que a gente fazia era daquele jeito como tem lá em casa: botava umas palhas, botava uns paus, juntava barro e pronto, estava feito. E tinha umas que nem botava barro, não. Ficava só os paus. Estando coberto em cima, a maioria morava assim. É porque nessa época tinha cachorro doido era muito, tinha raposa. Hoje tem pouco por causa da mata, né, que é pouca. (L.F., Lagoa I, 2 set. 2009)

Originados a partir da desarticulação do Paumirim, podemos elencar os seguintes núcleos tapebas em diferentes localidades: Trilho, Capuã, Capoeira e Jandaiguaba. Também a partir dessa região algumas famílias se deslocaram para a região da Ponte, Vila Nova e Cigana. O Sobradinho foi composto por pessoas que vieram da Vila Nova ou retornaram de Belém, para onde haviam migrado na década de 1970. Da região dos Tapebas, migraram pessoas para compor as seguintes localidades contemporâneas: Lagoa I, Lagoa II, Jardim do Amor, Lameirão, Jandaiguaba, Caco-Coité, Lagoa das Bestas e também a Lagoa dos Porcos, antigo local de morada de grande valor identitário, mas hoje utilizado apenas para pesca com algumas poucas famílias tapebas nas proximidades, mas não às margens da lagoa. Transcrevo o relato de dona M. (moradora da Lagoa I, nascida em 1922, foi parteira da comunidade e é uma referência na localidade) sobre os locais em que já morou na região do Tapeba e como ela vê o processo de afirmação étnica:

Eu nasci lá em cima, lá, pode se dizer na Lagoa dos Tapebas. A lagoa ficava lá e nós morava pra cá, se criemos lá, se casemos lá. Eu casei lá, não, me casei do outro lado, nós moremos do outro lado também. Nós moremos no Augusto Miranda, que nós morava lá nos Tapeba, mas tudo é um Tapeba só, aí nós vinha pra lá. Aí lá fiquemos morando, morando, quando dei fé apareceu esse negócio de índio, dos Tapeba, chegaram pra nós *coisar*, mas foi depois que nós chegamos aqui, não foi logo lá, foi aqui [quando já moravam na localidade da Lagoa I]. Minha mãe falava negócio de índio e que se esses índios disse que vinha atrás da gente, que tinha as terras, mas não dizia que era dos Tapebas, dizia que era dos índios, aí quando apareceu foi os índios Tapeba. (Dona M., Lagoa I, set. 2009)

Na relação com o espaço, conforme já elucidou Barretto Filho (1993, 2004, 2005a) e reiterado no relato transcrito acima, é comum a ideia de que tudo é uma terra única. Outro ponto importante é a consciência de uma indianidade, associada ao pertencimento a um determinado território – “é tudo um Tapeba só” –, porém naquele período ainda não associado diretamente a um etnônimo específico. O termo “Tapeba” é utilizado há décadas para

denominar a população originária da região da lagoa homônima e esteve historicamente associado a adjetivos desabonadores. Somente a partir da década de 1980 esse termo passa por um processo de ressignificação, com o início da organização política em bases étnicas que ocorreu após o início dos trabalhos da arquidiocese na região.

A Arquidiocese de Fortaleza começou a atuar em Caucaia, em 1984, antes da FUNAI, através da Equipe de Apoio às Comunidades Rurais. De acordo com Aires (2008, p.5), na época, a equipe, formada por leigos, implementou projetos em 80 localidades de dez municípios cearenses, os quais eram pautados em três programas: educação “cooperativa popular”, educação sindical e educação política. No município de Caucaia, no primeiro momento, foi trabalhado concomitantemente a população indígena e não indígena que moravam nas imediações do Rio Ceará. A equipe arquidiocesana assessorou a formação da primeira organização política institucional em que Tapebas se inseriram – Associação das Comunidades do Rio Ceará (ACRC), em 1985, que congregava Tapebas e trabalhadores rurais da região. Foi através do apoio da arquidiocese que, no mesmo ano, com o intuito de dar encaminhamentos para a questão fundiária na região, os Tapebas entraram em contato com a FUNAI pela primeira vez. No mesmo ano, é criado o Posto Indígena Tapeba (PIN), em Caucaia.

Os trabalhos da arquidiocese junto aos Tapebas iniciaram-se na localidade da Ponte do Rio Ceará, para depois se estender para outras localidades.

Então foi assim, a gente formou e de lá pra cá a gente foi vindo, daí passou pra 1983, pra 1984, pra 1985. Aí, quando foi 1985, foi levando pra Lagoa, foi levando pra Capoeira. Daí era Trilho, Ponte, Lagoa e Capoeira, eram quatro comunidades. Não existia separação, porque essas quatro comunidades abrangiam, junto com a Associação, abrangiam a Jandaiguaba – porque não existia Jandaiguaba I nem II, era Jandaiguaba, dessa época lá parece que tinha só cinco famílias, lá na Jandaiguaba. Na Lagoa talvez tivesse umas quinze, junto entre Lagoa I e Lagoa II. E Lameirão não existia também, era só Lagoa. Aí veio, pra Capoeira talvez tivesse umas 10 famílias, aí pra cá e na Ponte. Na Ponte era só o povo da Raimunda, os filhos, na época ela tinha poucos filhos casados, então era ela e pouca gente. (I., Trilho, 21 nov. 2009)

A fundação da ACRC pode ser entendida dentro da orientação implementada, na época, pela igreja, inserido em um “projeto de largo alcance social, por um prazo longo, com as condições que correspondessem à dinâmica e ao movimento das comunidades”. (ARQUIDIOCESE, 1986, p. 1 apud AIRES, 2008, p.4). Com o intuito de se afastar do assistencialismo e promover a transformação de estruturas sociais injustas, através da

valorização dos saberes e da cultura das populações para criar estratégias próprias de luta.¹⁵ Conforme apontou Barretto Filho, tais orientações são contraditórias com algumas práticas executadas pela equipe, tais como “a distribuição gratuita de remédios, implementos, material de construção, quando não de dinheiro mesmo, bem como de leite” (1993, p.389). O programa de distribuição de leite, com duração aproximada de um ano, tornou-se um momento de *comunitarização* por exigir uma organização em diferentes localidades. Cada uma destas deveria ter seus respectivos representantes para o recebimento e a distribuição do leite, no que ficou conhecido como “reunião do leite”. Um informante do trilha assim nos relatou esse processo:

E isso ainda não existia uma associação, só o trabalho de organização pra estar indicando, estar formalizando. E aí foi quando começou a chegar o leite. Esses leites vinham num saco grande, tinha que ir buscar no Alberto [Ponte], tudo que chegava era lá no Alberto. Saia daqui de pés, na época, aqui de linha afora... Ia buscar as coisas lá. Aí um belo dia, lá no Seminário [da Prainha, onde realizavam reuniões da equipe da Arquidiocese de Fortaleza com representantes tapebas], começou a se reunir. Daí a gente foi e votou na Vilge como liderança. Então, o povo saía daqui lá pra Capoeira. Aí, daqui pra Capoeira ainda ficava muito longe, daí tinha que formar a liderança. Uma pessoa pra trabalhar, aí foi quando a gente votou na dona Zuíla, aí a dona Zuíla ficou. (I., Trilha, nov. 2009)

De acordo com a avaliação da própria arquidiocese, a mobilização em torno do leite representou um “fator que contribuiu para a união e a organização das pessoas” (ARQUIDIOCESE, 1986, p.37 apud BARRETTO FILHO, 1993, p.389). Nesse processo de ampliação, a rede de assistência da Arquidiocese se expande para diversas localidades na qual se percebe que

a conexidade das redes de parentesco foram se intensificando nesse processo, na medida em que aqueles parentes que ainda mantinham algum tipo de relacionamento social efetivo, quando não íntimo, foram procurando uns aos outros, no intuito de que eles também ficassem “bem de vida” como os do Rio Ceará, primeiros beneficiários da ação da Igreja. Nesse “primeiro momento”, de “fase de convivência” com os Tapebas, a Equipe Arquidiocesana percebeu assim a relação entre os Tapebas das várias localidades, propondo, conseqüentemente, uma certa modalidade de atuação. (BARRETTO FILHO, 1993, p.388)

A delimitação mais clara da divisão entre as localidades tapebas foi se configurando ao longo desse processo, no qual as famílias passam a estabelecer, além da relação de parentesco e amizade, uma rede de mobilização em torno dos direitos étnicos. O início da articulação que

¹⁵ “[...] opção preferencial pelos pobres [...] numa perspectiva de transformação das estruturas injustas, com ênfase na organização das comunidades, e como estratégia a descoberta, pelos próprios pobres, de seu valor e dos meios de luta por uma sociedade justa.” (ARQUIDIOCESE, 1986, p. 9 apud AIRES, 2008, p.5)

se deu nesse contexto é apontado como um período de grande sofrimento pelas lideranças antigas.

Comecei meus trabalhos, eu e o Alberto das Pontes, com trabalho, com muito sacrifício, viajamos muito... Chamamos o pessoal para comparecer nas reuniões, ajudar a gente, até que o pessoal foi entrando na luta. Não estou lembrando nem tenho anotado qual foi o ano que nós começamos, mas todo mundo sabe que nós começamos com Dom Aloísio, um serviço que foi muito sacrificante. [...] Nós aqui, nesse tempo em que nós entramos nesse trabalho, não tinha, o recurso era pouco. Nós íamos para as reuniões nas Pontes, nós íamos a pé, ninguém tinha dinheiro para a passagem. Essa Iracema é que conta essa mesma história. Nós íamos a pé. Hoje não, hoje está muito bom porque qualquer coisinha pede um carro da FUNAI e vai de ônibus, né? Mas nós íamos daqui até Vila Nova de pé, ia e vinha. Nesse tempo era cansativo. Hoje não... Melhorou. Mas foi uma vida mesmo do cabra se desanimar. E andava, a gente andava demais, mas era atrás do que era nosso, mas arranjamos, com trabalho, mas arranjamos. E fomos juntando pessoal, e fomos ficando mais conhecidos, eu pelo menos estive na Lagoa II representando e fiquei conhecendo o Margarida, entrou o Margarida, entrou o Dourado, entrou a sogra do Dourado, e tinha a Iracema também, que viajava mais eu (S., Lameirão, nov. 2009).

É também nesse período que ocorrem as primeiras iniciativas de ida para Brasília e de articulação em nível nacional:

Eu viajei muito, vinte e tantos anos viajando, trabalhando, eu e o Alberto trabalhando. Quando a gente ia para Brasília, o recurso era tão pouco que, quando chegava na Bahia, nós comprava banana e comia com casca e tudo, porque não tinha recurso pra comprar, mas pra vir trabalhar para as comunidades (S., Lameirão, nov. 2009).

As primeiras viagens para Brasília são encaradas como um período de aprendizagem da luta, conseguidas também com o apoio de lideranças indígenas de outros estados:

C.: Na nossa época não, era sofrimento, dormindo nos chãos em Brasília.

I.: Mas antes disso a Raimunda, o Alberto, o Chico Bento, o Bastião já viajavam, né? Mas a luta era só pra conhecer o movimento, pra poder dar início aqui. Primeiro veio um índio de fora, que foi o Pedro, que veio dar um apoio aqui de uma semana.

Ana Lúcia: De onde ele era?

I.: Não sei se era de Recife, de Pernambuco. Daí, pra dar o início no movimento, quando eu comecei, veio o Xicão. Foi quando ele se conheceu lá, o Alberto como cacique.

C.: Aquele grandão, como era o nome dele?

I.: Xicão.

C.: Não, o outro.

I.: O Girleno.

C.: Girleno!

Ana Lúcia: O Girleno é Xucuru também?

I.: Ele era Xucuru do lado da Maninha de Alagoas. Mas o primeiro a chegar aqui foi esse Pedro, depois veio o Xicão. Foi quando eles começaram a fazer, tipo assim... Sempre que a gente dá início numa coisa, você tem que ter alguém pra lhe incentivar. Seja no estudo, seja no trabalho, tem que ter alguém que lhe incentive, né, seja num estudo, seja num trabalho, tem que ter alguém que lhe incentive. (C. e I., Trilho, nov. 2009)

Atuando num campo político intersocietário carregado de valores simbólicos, em torno do qual se dá a legitimação ou contestação dos referenciais étnicos, deu-se a consolidação da organização política Tapeba em meio a diversos agentes. Além do apoio e orientação da equipe da Arquidiocese de Fortaleza, as lideranças tapebas passam a estabelecer interações com outros povos e conhecer seus mecanismos de luta, em um universo simbólico e ritual.

Em paralelo, a atuação direta com os Tapebas e o movimento próprio das lideranças em torno da efetivação de organização comunitária, a equipe da arquidiocese iniciou uma campanha pela visibilidade da existência indígena no Estado. Então, deu-se início a elaboração de panfletos, cartazes, divulgação na mídia regional e manifestações públicas (BARRETTO FILHO, 1993, p.125-130).

E naquela época o D. Aloísio já tinha aquele incentivo de ver aquele povo ali na Caucaia, e ele começou a fazer um estudo sobre Caucaia, foi quando ele descobriu que na Caucaia tinha os índios. E daí foi estudar a história de que etnia era. Quando ele descobriu que lá era os índios Tapeba, foi daí quando começou a luta. (I., Trilho, nov. 2009)

Nesse momento, houve a configuração de uma história tapeba em contraposição à história oficial, à construção de determinada imagem e definição de traços culturais. Isso é bastante perceptível quando há a valorização do toré, do uso de vestimentas e adornos tradicionais, feitos de tucum e sementes nativas, considerados elementos que exaltam aspectos distintivos de indianidade.

Na década de 1990, houve alterações na ação da arquidiocese com a criação da Pastoral Indigenista. O novo direcionamento dessa equipe, com a atuação de leigos – agentes pastorais – no dia a dia da comunidade, visou a se afastar do modelo assistencialista praticado até então e passou a incentivar formas de organizações políticas que valorizassem os laços coletivos do grupo com características associativas. Em 1992, o PIN é transformado em Núcleo de Apoio Local (NAL), ligado à Administração Executiva Regional de João Pessoa. Nesse ano, é criada a Associação das Comunidades Indígenas Tapeba (ACITA), a partir da qual as comunidades são organizadas em torno de lideranças que se reúnem mensalmente, ou sempre que necessário, para encaminhamentos de demandas comuns. Além disso, esse modelo de organização facilitou o engajamento de lideranças tapebas em organizações no âmbito regional, com a criação, em 1995, da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), e ampliam a interlocução com movimento indígena em nível nacional. Apresento o depoimento de uma liderança sobre o período supracitado:

Então eu, em 1992, 1993, 1994, na luta interna. Quando foi 1995, eu fui nomeado pela comunidade para viajar para Belo Horizonte para criar o estatuto da APOINME [...]. Tinha uma discussão com os povos aqui do Nordeste, que essa discussão começou só com os povos da Bahia, os Pataxós, aí depois veio os Xukuru-Kiriri de Alagoas, Xukuru de Pernambuco, com três estados, né, Bahia, Pernambuco e Alagoas. Aí, antes de formar essa comissão, a “Maninha” Xukuru, que hoje não é mais viva, uma das nossas grandes guerreiras, talvez uma das maiores guerreiras indígenas do Brasil, a gente reconhece e respeita. Ela, junto com outras pessoas como Cabloquinha Potiguara, Xicão Xukuru, que já morreu também na luta, Manoelzinho Pataxó, fizeram articulação pelo Nordeste todo, certo! E aí o Ceará entrou também nessa história e foi feita a comissão Leste Nordeste. Quando foi em 1995 fui escolhido para participar dessa assembleia. Essa assembleia, aqui do Ceará eram dez representantes, porque tinha só reconhecido quatro povos. Aí foi três Tapebas, que foi eu, a Ivanilde e o cacique Alberto; foi três representantes dos Tremembé, que foi o Luis Cabloco, o João Venâncio e o Zé Valdir; aí foi três Pitaguary, que foi a Madalene, o Daniel e o Eduardo; e foi uma genipapo-kaninde, por causa da população que era menos de cem pessoas na época, que foi a cacique Pequena. [...] Aí lá a gente criou o estatuto da APOINME. E APOINME é Articulação dos Povos do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, abrangendo oito estados brasileiros. E eu fui escolhido lá em Belo Horizonte para ser o representante no CAPOIB¹⁶. Como eu fui escolhido, já tive que ir para Brasília direto de lá [...] Essas organizações, elas foram boas para o crescimento do nosso movimento, a questão da identificação das terras, regularização da demarcação, políticas públicas. Aí, o seguinte, foi boa a facilitação da articulação com os outros estados. Por exemplo, só o Ceará aqui isolado, quando a gente estava sofrendo qualquer tipo de ameaça, as invasões de terra, a gente recorria só aqui ao Estado, e com a criação dessas organizações a gente começou a se articular com os outros estados e aí fortaleceu – todo mundo escrevia os documentos, mandava para a Procuradoria, mandava para as organizações internacionais, mandava para ONU (D.T., Lagoa II, jul. 2008).

A década de 1990 corresponde à constituição do campo de ação indigenista no Ceará (BARRETTO FILHO, 1994; VALLE, 2000; AIRES, 2008). Quando os mecanismos de luta e a relação com diversos agentes governamentais e não governamentais são intensificados, passa-se a ter uma maior autonomia em relação à ação da igreja. Em nível estadual, começam a acontecer anualmente as Assembleias dos Povos Indígenas do Ceará, fóruns de discussão sobre demandas comuns, agendas de reivindicações e encaminhamentos. A organização política tapeba passa a ser pautada por um protagonismo indígena mais expressivo e é nesse período que acontecem as primeiras retomadas de terras organizadas por eles. Ou seja, a partir dos anos 1990, percebe-se uma atuação mais forte em relação à gestão e à defesa do território, fruto de maior experiência na “luta” e do aumento da consciência de direitos garantidos. Assim, as reivindicações políticas foram também direcionadas para demandas no âmbito do atendimento à saúde e à educação diferenciada. Na ausência de um território oficialmente definido, os avanços nesses campos passam a representar importantes mecanismos de afirmação étnica e territorial.

¹⁶ Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, organização não mais existente.

Quando veio a doença da cólera, a gente começou a trabalhar no distrito sanitário, nos banheiros, né. Nem a RFFSA [Rede Ferroviária Federal S/A] queria aceitar nós fazermos, a gente fez três banheiros. A gente fazia de graça pra comunidade e entregava pronto. E a RFFSA derrubou muitos banheiros. Aí foi um quebra-pau, a Polícia veio, queria meter a trança no pessoal do CBTU [Companhia Brasileira de Trens Urbanos], isso foi um rolo grande! Aí chamaram a Polícia Federal, daí a FUNASA também já tava no meio. Aí entrou órgão federal, e daí foi se dando, e a luta foi crescendo, e a luta foi crescendo, e eles viram que não tinha a capacidade, não tinha o poder de derrubar aqueles banheiros que estava servindo para a população, dos índios. E aí foi quando começamos a trazer, trouxemos os banheiros, os primeiros, depois começamos a lutar pelo posto de saúde. O primeiro posto de saúde que foi feito na Capoeira era atendido num galpão, nem um posto digno nós não tínhamos. Tinha era uma salinha muito pequena e o restante era para a reunião. (C. Trilho, nov. 2009)

A luta pelos banheiros e pela saúde diferenciada resultou na construção do primeiro Centro de Saúde dos Índios Tapebas (CESIT), na Capoeira. Foi construído outro Centro na Ponte e, recentemente, em 2009, um terceiro na Lagoa II. Atualmente no Trilho existe atendimento médico em um espaço cedido pela comunidade e adaptado pela FUNASA. Dentro do plano distrital de saúde, tem-se a previsão da construção de um CESIT no Trilho e de um posto na retomada da Capoeira. Os Tapebas contam hoje com nove agentes de saúde e cinco agentes sanitários.

Também no início da década de 1990 houve o surgimento das primeiras escolas tapebas, inicialmente na Lagoa II e no Trilho e, posteriormente, estendendo-se para outras localidades. Elas funcionavam com uma precária infraestrutura e professores indígenas trabalhando voluntariamente. A mobilização em torno da educação diferenciada se consolidou como um importante mecanismo de luta simbólica e de direcionamentos da organização política tapeba. A organização em torno das escolas diferenciadas vão se consolidar somente a partir da década seguinte. Foi sobretudo após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da educação Brasileira (LDB), em 1996, e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para escola indígena, elaborados em 1999, que se regulamentou a educação indígena diferenciada, bilíngue e intercultural como obrigação dos estados, possibilitando a implementação da educação indígena em diferentes estados.

No Ceará, a efetivação de cursos de magistério indígena teve como modelo inicial o proposto pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC). A discussão em torno de modelos e direcionamentos que deveriam ser dados a esse curso foi palco de embates entre SEDUC, FUNAI e Movimento Indígena, no qual os professores Tapebas, através da Associação dos Professores Indígenas Tapeba (APROINT), criada em 2001 em parceria com a FUNAI, levaram adiante um projeto diferenciado do apresentado inicialmente pela SEDUC. O magistério deu força a um movimento de escolas que funcionavam de forma precária em

localidades tapebas. Desde o início do processo, em 2001, ao término do curso, em 2004, passaram de três para nove o número de escolas tapebas, com acréscimo no número de professores e alunos. Ou seja, com o apoio da Secretaria de Educação, passa a existir a definição de agenda para ação política, a disponibilidade de recursos materiais e humanos, bem como o estabelecimento de metas e adoção de vocabulário específico (AIRES, 2008, p.15). Apresento abaixo reflexões de um professor tapeba sobre o processo do magistério indígena:

Na época a gente teve um processo político, que nós Tapeba colocamos no magistério 65 professores, ou seja, na época nós tínhamos 25 professores em sala de aula e o restante eram todos os que a gente chama de suplentes, ou seja, candidatos a professor. Na medida em que fossem abrindo vagas, tendo a oferta de alunos nas escolas, aquelas pessoas já estariam sendo capacitadas ou já estavam capacitadas a assumir uma sala – coisa que não houve conosco, que iniciamos a educação escolar indígena; a gente entrou, vamos dizer assim, cada um com a sua bagagemzinha conseguida na escola convencional e foi tentar trabalhar a educação escolar indígena dentro da sala de aula. E o que ocorreu? Nós terminamos o curso de magistério agora, dia 22 de dezembro de 2004, e nós não temos mais candidatos [a professores], ou seja, nós passamos automaticamente de três escolas pra nove escolas. [...]
O magistério de fato veio concretizar tudo isso, para alguns professores que ainda não tinham percebido, que a ficha tinha caído; ele veio dizer assim: “Olha, nós estamos no caminho certo, isso de fato é um direito nosso”. Porque se a gente for fazer uma retrospectiva, até uma semana antes de começar o Magistério nenhum professor indígena Tapeba tinha noção dos direitos que a legislação brasileira dava para gente, nós não conhecíamos lei nenhuma, direito nenhum. (C., Capuan, jan. 2005)

Aires apresenta dois aspectos desse período que aponto como sendo de consolidação de um protagonismo indígena. Um deles é destacar como as ideias elaboradas pela arquidiocese são reapropriadas pelos professores tapebas e surge nos trabalhos de autoetnografia¹⁷ que aparecem no livro didático *Memória viva dos índios Tapeba: terra demarcada, vida garantida*. Por outro lado, existe a mudança “no discurso e ampliação dos elementos tácitos utilizados pelo movimento indígena com a entrada em cena dos professores”, aproximando seus discursos dos “documentos oficiais e a produção de um calendário de atividades relacionadas com as escolas indígenas”. Isto fica explícito no relato abaixo citado:

E nós criamos uma estratégia de realizar manifestações culturais que pudessem ter a participação dos não indígenas, para que pudessem conhecer um pouco da nossa realidade. Conhecendo mais nossa realidade, eles passariam mais a respeitar, e nisso a gente vem conseguindo colher alguns frutos. Hoje a discriminação ainda acontece, ela acontece, mas não acontece mais da forma que ela acontecia há dez, quinze anos

¹⁷ “Nestes espaços são geradas as autoetnografias, que, de acordo com Pratt, são uma interpretação cultural híbrida construída em resposta ou em diálogo com os textos coloniais, não são exatamente formas de expressões autóctones ou auto-representações, mas envolvem uma apropriação e seleção dos idiomas do colonizador”. (AIRES, 2008, p.16)

atrás. Então o respeito, hoje, eu posso dizer que ele é mais forte do que o preconceito existente ainda. (R., 25 anos, Lagoa dos Tapebas, out. 2008)

As manifestações culturais acima referidas remetem-se a passeata do Dia do Índio Tapeba, a Feira Cultural e a Festa da Carnaúba. O Dia do Índio Tapeba é comemorado todo dia 3 de outubro em homenagem ao Cacique Perna-de-Pau¹⁸. Anualmente a passeata saía da praça da igreja no bairro do Capuan até a Lagoa dos Tapebas. Em 2009, pela primeira vez, o evento foi transferido para o Centro de Caucaia. Essa mudança visou a ampliar a visibilidade da manifestação e foi o lançamento de uma campanha em prol da demarcação da TI Tapeba. A Feira Cultural é realizada anualmente nos *Paus Brancos* (Lagoa dos Tapebas), com duração de três dias, em que se realizam exposição de trabalhos, apresentações dos alunos e, na última noite, a Festa da Carnaúba. Esses eventos, embora tenham o apoio de lideranças e a presença de grande parte da comunidade tapeba, são idealizados e executados pelos professores. Essas ações têm como objetivos reafirmar internamente o diferencial cultural como atividades de cunho didático das escolas e apresentá-los para “os de fora” como forma a que ganhem visibilidade na sociedade envolvente. Tudo isso dentro da lógica de uma reconstrução simbólica, de acordo com José Maurício Arruti, na qual alguns elementos “assumem significados próprios que recuperam imagens e relações esquecidas, produzem ritos, engendram mitos, elegem heróis, num intenso reencantamento do mundo” (1995, p.76), ou seja, manipulações da identidade, na qual as ideologias do presente se mostram determinantes para o processo de consolidação de uma etnicidade tapeba.

¹⁸ José Alves dos Reis, o Zé Zabel Perna-de-Pau, ancestral tido como a última forte liderança dos Tapebas do Paumirim, o “último tuxaua”, após sua morte – ocorrida, estima-se, em meados dos anos 1940 –, os Tapebas que viviam sob sua liderança no Paumirim se dispersaram. (BARRETO FILHO, 2005a, p.200)

Fig. 8: Dia do Índio Tapeba 2008 (1)



Av. Cruzeiro do Sul – Bairro do Capuan (Foto: A. L. Tófoli – out. 2008)

Fig. 9: Dia do Índio Tapeba 2008 (2)



Rodovia Alfredo Miranda – Lagoa II (Foto: A. L. Tófoli – out. 2008)

Fig. 10: Dia do Índio Tapeba 2009 (1)



Praça da Igreja Matriz – Caucaia (Foto: A. L. Tófoli – out. 2009)

Fig. 11: Dia do Índio Tapeba 2009 (2)



Centro comercial de Caucaia (Foto: A. L. Tófoli – out. 2009)

Pode-se dizer que a mobilização dos professores em torno da educação significou um marco na autonomia do povo em relação à afirmação dos referenciais culturais do grupo. Nesse sentido, agem “como intelectuais de base, fornecendo um conjunto de respostas frente às situações que de modo corrente localizam os índios tapebas como aculturados” (AIRES, 2008, p.16). Aires salienta que o professor indígena emerge “como uma figura-chave nas mobilizações étnicas”. Muitos professores passam a se destacar nos papéis de liderança, com o engajamento na organização política das localidades. Cria-se, em algumas situações, um antagonismo entre lideranças antigas e professores:

E nesse tempo a gente tinha valor... Não tinha esse problema que as lideranças, o pessoal diz que não tinha essa participação porque nós não tinha leitura. Nesse tempo todo mundo trabalhava, tinha a nossa união que fazia leitura comunal, todo mundo trabalhava junto e o serviço era com mais tranquilidade, um serviço muito bom. Todo mundo sabia o que ia acontecer, descobrir para as comunidades a gente passava, para arranjar gente para crescer o trabalho, até que foi por aí assim que chegamos a crescer a comunidade, e aí começou a trabalhar todo mundo. E daí pra frente já não foi bom, não, porque o pessoal que começaram a entrar, os novatos que tinham leitura foram desclassificando quem não tinha leitura e aí foi por isso que o serviço parou mais. Eu parei de andar por causa desse trabalho, o Alberto parou de andar, aí a gente ficou sentido, porque os trabalhos do povo Tapeba não está mais apumado por causa dessas coisas, da desunião, porque os novatos são muito desunidos, e a gente foi e ficou mais por fora do trabalho, entendeu? (S., Lameirão, nov. 2009)

O surgimento de categorias profissionais assalariadas dentro das aldeias também é apontado por algumas lideranças como um fator desarticulador da antiga organização:

Em 1983, eu estava na minha casa quando o Alberto chegou me chamando, e o seu Cordeiro, ele que era lá da Catedral [Arquidiocese], queria falar com a gente. Então eu fui me reunir com o Alberto e eu fiquei como liderança, eu sou liderança desde esse tempo. Mas eu sou uma liderança que eu sou desrespeitada, e esses mais novos não respeita a gente. Viu o que eu tô lhe dizendo? [...] Mas eu sou prova do branco e dos Tapebas como eu fundei, eu fundei essa escola. Eu que dava caderno, eu que dava lápis, eu que dava merenda. Não tinha um banco para se sentar, daí sentava era numas tábuas, as tábuas em cima dos tijolos, e agora estão nessa briga medonha, viu. Essa briga medonha, por causa que eles acham que eu não tenho direito mais ali a nada. O que ele diz é assim, que ali eu sou uma simples funcionária. (V., liderança e merendeira da escola da Capoeira, 18 out. 2008)

O dissenso entre lideranças antigas e novas está presente em algumas localidades, geralmente associadas a outras divisões faccionais inerentes à própria dinâmica política tapeba. Esses novos agentes do movimento, mais instrumentalizados para responder a algumas demandas governamentais, passam a ser cada vez mais atuantes dentro do movimento, bem coesos em torno da reivindicação pela construção das escolas, também no que se diz respeito à remuneração, regularização da categoria “professor indígena” e cursos de formação. Rita Gomes do Nascimento (2009) descreve a situação da estrutura das escolas tapebas da seguinte forma:

Exemplo da situação adversa do panorama educacional Tapeba, suas escolas se encontram nas mais variadas condições de funcionamento, estrutura física e organização: há algumas funcionando em cabanas improvisadas devido aos processos de retomadas (Sobradinho, Vila dos Cacos, Capoeira), em pequenos prédios cedidos pela família do professor (escola do Capuan), alugadas pelo município (Abá Tapeba, NEDI Abá Tapeba e Avô Batista de Matos), construídas pela comunidade em parcerias com instituições não governamentais de apoio aos índios (Trilho, Jardim do Amor, Conrado Teixeira, Narciso Ferreira Matos); construída pelo estado, via SEDUC (Índios Tapeba) e em prédios doados pelo município (Maria Silva do Nascimento – Lameirão). (2009, p.92)

Em termos de melhoria em infraestrutura, os professores conseguiram a construção de algumas escolas. Em 2003, a FUNAI construiu a Escola Índios Tapeba, na Lagoa II. Ao longo de 2009, com financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mais cinco prédios foram construídos nas seguintes localidades: Trilho, Lagoa I, Caco, Sobradinho e Capoeira; e inauguradas para o ano letivo de 2010. Outro avanço em termos de luta pela educação escolar indígena é a aprovação de dois cursos de licenciatura intercultural para professores indígenas no Estado, um pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e outro pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), ambos previstos para iniciar em 2010.

A ACITA é, atualmente, a principal instância de mobilização política tapeba. Segue a seguinte estrutura organizacional: uma diretoria executiva, formada por presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, segundo tesoureiro, um conselho fiscal com seis lideranças titulares e seis suplentes e uma comissão geral composta por duas lideranças de cada comunidade. A associação tem eleições bianuais. Além da associação, as decisões políticas passam pelas reuniões de rodízio e pela assembleia geral, conforme explicação de uma liderança que esteve na presidência do órgão de 2005 a 2008:

Temos uma outra instância, que é a Assembleia Geral do Povo Tapeba, que congrega de 400 a 500 representantes indígenas das comunidades. Nessa assembleia interna não é permitida a participação de nenhum membro de instituições e de entidades, pesquisadores, é só representantes indígenas. Porque é uma assembleia interna que vamos tratar de estratégia política de intervenção junto ao governo ou as lutas sociais mesmo. Então, é nessa assembleia que a gente costuma fazer um cronograma de realizações de retomadas, ou de alguma ação junto a alguma instituição, de ocupação de um prédio público, de uma manifestação de um ato público, alguma coisa deste tipo. A associação visa garantir a autonomia das comunidades indígenas. Essa autonomia vai da garantia que a liderança tem em conduzir os processos políticos da comunidade, organizando as reuniões mensais, discutindo as prioridades daquelas comunidades – mas sem sair de uma organização maior que nós chamamos de reunião de rodízio, são essas reuniões que congregam todas as lideranças em uma aldeia só, a gente passa a discutir os problemas daquela aldeia, todas as lideranças junto discutindo e a gente pega um momento para estar também dividindo com as lideranças os problemas das outras comunidades. Então é um momento muito rico. (R., Lagoa II, out. 2008)

As reuniões de rodízio, realizadas mensalmente, às vezes encontram dificuldade para sua efetivação, por dificuldade de transporte para locomoção das lideranças entre as aldeias, algumas delas distantes entre si. A assembleia ocorre anualmente, ao início ou ao final do ano.

Outro elemento importante em termos de organização política tapeba tem sido a filiação político-partidária. A candidatura de indígenas para eleições, sobretudo em nível municipal, é uma prática comum a diversos povos no Estado, inclusive deliberada e incentivada nas últimas Assembleias dos Povos Indígenas do Ceará. Ressalto a participação de candidatos tapebas em

eleições municipais e estaduais. A primeira candidatura tapeba para a Câmara dos Vereadores de Caucaia foi no ano de 1994, com Antônio Ricardo da Costa - Dourado Tapeba, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O candidato obteve 236 votos. Quatro anos depois, foram lançadas mais duas candidaturas: uma primeira com Dourado Tapeba pelo PT e uma segunda do Cacique Alberto, pelo PFL; obtiveram, respectivamente, 336 e 24 votos. Em 2002, Dourado Tapeba é mais uma vez candidato e, nessa eleição, tem uma atuação mais expressiva, alcançando 906 votos. Em 2006, lançam, pela primeira vez, candidatos indígenas para concorrer ao cargo de deputado estadual. Dois tapebas concorreram nessa eleição: o veterano Dourado Tapeba, desta vez pelo PSOL, e Francisco Cláudio Alves dos Reis, em coligação PCR/PSOL. Na última eleição municipal, em 2008, Dourado Tapeba pelo PT conseguiu seu melhor desempenho, obtendo 1.048 votos que lhe garantiram a vaga de segundo suplente.

A questão da regularização da Terra Indígena (TI) Tapeba passa por disputas nas quais os embates têm sua origem na dinâmica política do município, mesmo quando travada no campo do Judiciário (abordarei, de forma mais detalhada, no item 2.3), de forma que, dentro do movimento, a estratégia de ter representantes no poder público municipal e estadual visa à inserção de lideranças indígenas em instâncias deliberativas, legítimas representantes de um poder político.

Nos últimos dez anos, foram criadas novas instâncias de mobilização de abrangência estadual, com a criação da Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (COPICE)¹⁹, da Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará (AMICE) e da Organização dos Professores Indígenas do Ceará (OPRINCE), em 2007. Desse modo, podemos afirmar que o movimento indígena no Estado do Ceará, dentro do qual a participação Tapeba é bastante representativa, é atualmente baseado em uma rede de organizações em nível local, regional e nacional que garantem, através de articulação política, o assento de representantes indígenas em instâncias governamentais, como a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena do MEC. Dentro das organizações tapebas, além da já referida ACITA e APROINT, também é articulada a Associação Indígena Tapeba de Cultura e Esporte (AINTACE) e Articulação dos Jovens Tapebas (AJIT), em 2009

No Ceará, além dos Tapebas, foram realizadas retomadas em áreas Pitaguary, em 2003-2004, pelos Tabajaras de Crateús na localidade de Nazário em 2005; e uma em 2007,

¹⁹ Organização que atua prioritariamente na área de saúde devido a um convênio com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

pelos Tabajaras de Poranga na Fazenda Cajueiro, localizada na região da Macambira, a 40 km da cidade de Poranga²⁰, na qual ocuparam uma área de 4.444 hectares de terra. Apresento o relato de um jovem Tapeba, ativo participante em várias retomadas que fala da troca de experiências com pessoas de outras etnias no Estado e da experiência adquirida no movimento indígena nacional em relação à afirmação étnica e às retomadas de terras.

Entrevistadora (E.): Então fala um pouquinho como é que foi esse apoio que vocês deram para essas outras retomadas. As primeiras aqui no Ceará foram em Tapeba, não é isso?

B.: A retomada assim, não, só na retomada nós tivemos apoio, como até o reconhecimento indígena dos outros povos para se identificarem; nós também ajudamos, porque, como todo mundo sabe: a primeira etnia a levantar a bandeira aqui no Ceará foi o povo Tapeba. O povo Tapeba teve coragem, enfrentou, em 1982, quando ainda existia aqui em Caucaia a questão dos coronéis, que existia aqui em Caucaia, nós resolvemos partir para a frente. Muitos morreram, deixaram assim a sua história hoje gravada, como Pichilinga e muitos outros que morreram nesta batalha querendo se identificar como índios, e a gente, depois de muita luta, depois de muito embate, a gente conseguiu ter o nosso nome como Tapeba identificado e reconhecido como índio. Então as outras etnias começaram também a se mobilizar para isso, para o seu reconhecimento histórico, e a gente ajudou também nesse processo. Nas retomadas, eles vendo a nossa experiência que nós tivemos, porque a experiência que nós temos não é que nós criamos uma tática, nós não criamos táticas para fazer essa retomada. Então as outras etnias começaram também a se mobilizar para isso, para o seu reconhecimento histórico e a gente ajudou também nesse processo. Nas retomadas, eles vendo a nossa experiência nas retomadas que nós tivemos, porque a experiência que nós temos não é que nós criamos uma tática, nós não criamos táticas para fazer essa retomada. A tática é: surgiu a necessidade, então vamos ocupar. Não tem casa, então vamos ocupar. A tática é: surgiu a necessidade, então surgiu a retomada. Então, eles vendo isso, também eles começaram a convocar a gente: e aí, como é que a gente pode fazer uma retomada aqui? Aí a gente ia lá e avaliava: há necessidade? Os caras diziam: tem necessidade, sim, porque nós temos 50 famílias, 100 famílias que não tem onde morar, ou então que mora para um lado e um para outro. Então, surgiu a necessidade, nós íamos lá e apoiávamos ele financeiramente e lá dentro também, enfrentando todo tipo de briga. Todo tipo de briga que tivesse lá dentro a gente também estava dentro, se tivesse que apanhar a gente apanhava junto com eles. Foi o que aconteceu lá nos Tremembés numa derrubada de portão lá, que o cara queria impedir que os índios de lá entrassem para ir para a praia, que é um córrego que passa e eles impediram a gente e a gente derrubou o portão.

E.: Tremembés do Córrego?

B.: Do córrego João Pereira. A gente foi lá no Maracanaú por várias vezes. Em várias retomadas aqui no Santo Antônio participamos ativamente também, indo lá e enfrentando junto com eles o posseiro, até às vezes tomando à frente nas decisões, porque eles não tinham muita experiência como têm agora. Na Poranga também eles nunca tinham feito nenhuma retomada, nós tivemos que ir lá para passar a experiência pra eles. Então, nós ajudamos mais ainda na experiência que nós temos na retomada hoje. O povo que mais fez retomada foi o povo Tapeba. Foi o povo que mais fez, o povo que mais ousou. E isso aqui no Ceará, não estou falando a nível nacional, porque se for falar a nível nacional tem os Xukuru, que as retomadas deles eu participei lá também. Agora lá foi pra pegar experiência.

E. E você chegou a ir antes da retomada aqui, vocês já tinham feito alguma retomada quando você foi?

²⁰ Esta última tive a oportunidade de conhecer durante a Assembleia dos Povos Indígenas do Ceará em dezembro de 2008.

B.: Antes disso a gente já tinha feito duas retomadas que foi as duas da Lagoa I que até então estava em conflito e a gente foi pra lá. [...] Mas assim, a gente teve um encontro lá em Brasília e lá nós conhecemos o cacique que até então era o Xicão. E o Xicão fez o convite, falou das retomadas lá e a gente foi lá.

E.: *E você acha que foi importante de certa forma para o povo Tapeba se articular em torno da retomada, esse contato com os outros povos no Nordeste?*

B.: Foi, foi importante porque é o seguinte: o que nós temos que entender é que a luta indígena não é uma luta do Ceará, uma outra do Nordeste, é uma luta dos povos indígenas. Então, quando se fala povos indígenas, não se fala povo local, fala de um povo que não só assim ao nível local, mas a nível nacional ainda sofre muita discriminação, preconceito, e isso e aquilo, roubam suas terras. [...] E a experiência que eles têm lá é diferente da nossa, uns têm mais, outros têm menos. E é o tipo da coisa, lá em casa um aprende um dia após o outro e do outro. E tanto que na comemoração dos 500 anos que a gente teve lá na Bahia, lá tinha uma diferença muito grande, tinha líderes de todos os povos e cada um tinha uma tática diferente de como avançar, de como bater, de como enfrentar a polícia, são táticas diferentes. É diferente. A organização do povo Xukuru é diferente da nossa organização. Eles criaram uma tática, vamos entrar por aqui, outro grupo vai por aqui... O povo Tapeba não. O povo Tapeba vai da necessidade. Agora que está criando uma tática, mas antes não tinha, antes a tática era a necessidade. (B., Jandaiguaba, 23 nov. 2009)

Existe uma rede de apoio entre os diferentes povos que se formam em algumas situações de retomadas. Nas ocorridas entre os Pitaguary e em Poranga, contaram com um forte apoio presencial e logístico de Tapebas. A interação e a troca de experiências entre diferentes povos indígenas surgem em diversos relatos.

E.: *Vocês chegaram a ir para Poranga?*

C.: Foi. Nós tiremos um grupo de seis pessoas e a gente deu um grande apoio, tanto na entrada...

I.: Foi, depois a gente foi deixar o alimento.

C.: A gente fez uma semana. No começo, passemos três dias. Depois a gente voltou novamente, passemos uma semana. E aí passemos mais uma semana com eles. Nessa semana que a gente voltou, a gente viu a dificuldade deles, porque além de ser dificultoso a água, comida eles não tinham. Então a gente veio de lá, quando chegamos aqui fizemos uma campanha, a gente começou a andar nos sindicatos de Fortaleza. Então a gente arrumou para eles 700kg de alimentos. A gente pegou o carro da FUNASA, da FUNAI assim de mercadorias para eles. (C. e I., Trilho, nov. 2009)

Percebe-se que, com o passar dos anos, as organizações políticas Tapebas passam a estabelecer relações com diversos agentes, além da FUNAI. Uma estratégia utilizada é garantir a realização de projetos a partir de editais do Governo Federal e com o apoio de organizações não governamentais. Foram aprovados em 2006 projetos com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) para a construção, na Jandaiguaba, de uma minipadaria, de uma pequena horta comunitária e de um galpão comunitário; da construção de um galpão para artesanato e costura na Aldeia do Sobradinho; um projeto no Jardim do Amor para a construção de uma granja e de um abatedouro. Na Lagoa II, foi feito um projeto que está sendo financiado pelo Ministério da Saúde, que é de uma horta comunitária, vinculada à escola. Junto ao Ministério da Cultura, através do prêmio Culturas Indígenas, no qual a festa

da Carnaúba foi contemplada, conseguiram a aquisição de alguns equipamentos audiovisuais – câmera fotográfica, filmadora, notebook, projetor multimídia.

Ressalto também as parcerias com algumas organizações não governamentais. Duas delas têm se destacado no apoio às retomadas e na defesa do território: o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) e a Associação para o Desenvolvimento Local Co-produzido (ADELCO).

O CDPDH atua desde 1982, inicialmente com o povo Tapeba e, posteriormente, com os Pitaguary e Jeninapo-Kanindé, fazendo o acompanhamento jurídico a esses três povos indígenas no Ceará. Além de prestar assessoria jurídica, o órgão tem projetos de formação com jovens das três etnias através de seminários que abordam cooperativismo, relação de gênero, captação de recurso e organização comunitária. Realizou, nos últimos três anos, o evento Raízes Indígenas, geralmente no mês de abril, com apresentações artístico-culturais e debates sobre temas controversos, como a questão da (não) demarcação de terras indígenas no Ceará. Tal ação tem o objetivo de conferir visibilidade à cultura indígena no Ceará e ampliar as discussões sobre a temática. Realiza também um projeto de intercâmbio cultural que acompanham jovens, selecionados dentro da aldeia, para conhecer a organização interna de povos indígenas em outros estados e em outros municípios no Estado do Ceará.

A ADELCO atua em parceria com a ACITA desde 2001. Além dos Tapebas, atua também em parceria com a Associação de Moradores de Alto Alegre e a Associação Comunitária Delmiro Gouveia, de forma que o povo Tapeba é o único povo indígena com o qual esta ONG atua. O foco central de atuação da ADELCO tem sido a construção de moradias e recebe o apoio financeiro e técnico da Fondation Abbé Pierre pour le Logement des Défavorisés (FAP). Desde 2003, a FAP trabalha junto aos Tapebas com o projeto de Microcrédito Habitacional, o qual consiste em disponibilizar crédito no valor de R\$ 500,00 a R\$ 2.000,00 a ser pago em até 36 meses, com taxa de juros de 1% ao mês. O beneficiário pode comprometer, no máximo, 20% da renda nos pagamentos da parcela. Os requisitos para acessá-lo são: ser morador da comunidade, ser associado à ACITA, ter idoneidade no comércio local, ter quitado eventual financiamento anterior com a ACITA/ADELCO, ter renda familiar per capita de até R\$ 350,00, ter terreno disponível e se responsabilizar pela mão de obra. Os moradores em áreas de risco têm prioridade ao crédito. O financiado que paga em dia as prestações recebe o abatimento de até 20% do valor do empréstimo. De 2003 a 2008, 340 famílias tapebas acessaram esse crédito, tendo 56% quitado a dívida até o início de 2009. Existe ainda o fundo emergencial, que é um percentual do fundo habitacional destinado

a pessoas que tenham impossibilidade de pagamento, como é o caso de portadores de doenças graves, que os impossibilite física ou financeiramente de realizar a obra, em situação de risco social e habitacional grave, como enchentes e desabamentos. Nesse caso, o material é doado à família que deve se responsabilizar pela construção.

Outra forma de financiamento é o Microcrédito Produtivo. Esse projeto complementa o habitacional, no sentido de promover a melhoria na qualidade de vida das comunidades. Tem como objetivo fornecer crédito para aquisição de matéria-prima, mercadorias e equipamentos para micronegócios nos valores de R\$300,00 a R\$ 1.000,00. Os critérios para acessá-lo são semelhantes ao apresentado anteriormente, mas a ele soma-se ter experiência de atuação no negócio que pretende iniciar e participar de um seminário explicativo. Ainda financiado pela FAP, a ADELCO foi corresponsável, juntamente com a ACITA, pela construção do Centro de Produção Cultural Tapeba e do Memorial Tapeba Cacique Perna-de-Pau, localizados na Ponte. Os programas de microcréditos da ADELCO contribuíram significativamente para a consolidação de algumas retomadas.

Além dos programas de microcréditos financiados pela FAP, a ADELCO realiza outros projetos, como oficinas para incentivar o turismo solidário e comunitário nas aldeias, financiado pelo Ministério do Turismo; construção de fossas verdes, através da aprovação junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário; e construção de cisternas e realização de capacitações na área de captação de recursos, com o apoio da Petrobrás.

Conforme apresentei acima, muitas foram as mudanças que ocorreram nas últimas três décadas nas organizações políticas Tapeba e na forma como articulam sua identidade étnica. Partindo de uma organização *comunitarista*, incentivada e assessorada pela Igreja Católica, o grupo passa a se organizar em bases associativas, ganhando autonomia e passando a atuar em diversos campos – saúde, educação, gestão do território, política partidária, representatividade em organizações indígenas e instâncias governamentais com assento de indígenas. Dentro do campo simbólico, percebe-se a consolidação da etnicidade tapeba. Diante do apresentado, das três principais reivindicações, pode-se afirmar que os movimentos pela saúde e pela educação diferenciadas alcançaram respostas e avanços junto aos órgãos governamentais. Nesses casos, a adequação às exigências legais têm sido ao menos parcialmente contempladas.

Entretanto, o mesmo não ocorre com a questão fundiária, uma vez que as demandas referentes à ocupação e à regularização territorial configuram um quadro bem mais complexo e truncado, envolvendo interesses político-econômicos, devastação de recursos naturais, afunilamento dos espaços disponíveis e infindáveis embates judiciais.

2.2. As tentativas de regularização da Terra Indígena Tapeba

Eu queria que os homens dessa terra tivessem dignidade de fazer uma lei e cumprir ela, cumprir com a lei que eles fazem, mas o que a gente vê faz é vergonha pro nosso Brasil, faz é vergonha.

(Dona R., Lagoa II, jul. 2008)

O marco inicial da reivindicação pelo reconhecimento da terra indígena Tapeba data de 1985, quando uma carta é elaborada e assinada por 70 tapebas, na qual se apresentam como um “povo” e reivindicam terra, além de postos de saúde e escola. Com o apoio da Arquidiocese, a carta foi enviada ao Governo Federal e, a partir deste momento, o órgão indigenista passa a atuar no Estado, inicialmente contemplando três povos: Tapeba, Tremembé e Pitaguary.

O início do trabalho da FUNAI, junto ao povo Tapeba, ocorreu em meados da década de 1980.

O documento original do Processo FUNAI/BSB/1986/85 é um abaixo-assinado de 70 Tapebas, de 20 de maio de 1985, que dá entrada, simultaneamente, em três lugares distintos: no Gabinete da Presidência da República, no Gabinete de Ministério da Fazenda e no Gabinete da Presidência da FUNAI (BARRETTO FILHO, 2005a, p.04).

No ofício, os Tapebas pedem “terra para nós morar e plantar”, “um posto médico e uma escola para os índios”. A FUNAI solicita ao Museu do Índio informações sobre o povo Tapeba, com base em dois relatórios elaborados pela antropóloga Jussara Vieira Gomes, do Centro de Documentação (GOMES, 1985a apud BARRETTO FILHO, 1993). “É assim que, em 03 de junho de 1985, conforme se depreende do despacho no Encaminhamento nº 045/85-AESP de 31 de maio de 1985, a TI [Terra Indígena] Tapeba já teria sido incluída na programação de identificação para 1985”. (BARRETTO FILHO, 2005a, p.3)

Em abril de 1986, é constituído um grupo técnico pelo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) para tratar da regularização da Terra Indígena Tapeba²¹ e

²¹ Na constituição deste GT, além das representantes da Coordenadoria de Terras Indígenas (CTI) do MIRAD – a antropóloga Rita Heloísa de Almeida e a socióloga Élia Meneses Rola –, considerou-se a inclusão de instituições afetas ao problema fundiário – um procurador, um agrônomo e um topógrafo do INCRA –, a experiência da Equipe Arquidiocesana – com dois representantes – e a participação de representantes das populações em questão – um representante Tapeba e um não índio da Associação das Comunidades do Rio Ceará (ACRC). (BARRETO FILHO, 2005a, p. 4)

da terra dos não índios que compunham a ACRC. Posteriormente, e após pressão da arquidiocese, a FUNAI constituiu o GT para delimitação e identificação da TI Tapeba²².

Durante aproximadamente 20 dias, no mês de setembro, o GT realizou o seu trabalho, deslocando-se em Kombi cedida pelo INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária]. Este, paralelamente, realizou vistoria em imóveis rurais no município, passíveis de desapropriação por interesse social, para motivo de reforma agrária. (BARRETTO FILHO, 2005a, p.5).

O relatório de identificação, em outubro do mesmo ano, definiu a área de 4.675 hectares com perímetro de 75 km. Somente um ano depois foi apresentado o relatório do Levantamento Fundiário e plotagem das Ocupações Incidentes, o qual “relacionou 118 ocupantes não-índios, tendo 45 presumíveis proprietários com títulos registrados em Cartório, 71 pequenos posseiros e 2 foreiros. As indenizações foram orçadas, então, em cerca de 64.489,95 OTNs”. (BARRETTO FILHO, 2005a, p.5)

Barretto Filho entende que mudanças significativas foram sentidas após o primeiro estudo para delimitação do Território Indígena Tapeba, na segunda metade da década de 1980:

O levantamento fundiário dos imóveis rurais de incidentes na AI [Área Indígena] Tapeba, realizado em agosto de 1987, foi uma etapa extremamente conflitiva, plena de situações de resistência ativa e passiva dos brancos à vistoria. Muitos destes, logo após o levantamento fundiário realizado pela FUNAI e pelo INCRA, venderam seus imóveis, outros lotearam e outros ainda levantaram benfeitorias. O cercamento de alguns açudes, lagos e mananciais de uso comum para tapebas e regionais, a renovação e ampliação das cercas, o progressivo crescimento dos loteamentos e arrendamentos (preferencialmente feitos a não-tapebas), enfim, a mudança na paisagem rural local contribuiu de forma decisiva para que os tapebas tivessem uma percepção mais clara dos significados e repercussões do novo status ao qual foram alçados: índios sujeitos de direitos e garantias (Barretto Filho, 2004, p.128).

Assim como em outras situações apresentadas no capítulo anterior, percebe-se como os estudos técnicos para identificação e delimitação de terras indígenas podem ter impactos diretos nas dinâmicas políticas e espaciais locais. Uma vez que as fronteiras passam a ser mais claramente definidas, propiciam o acirramento de conflitos entre os agentes envolvidos.

No final de 1987, a legitimidade do processo foi contestada através de um requerimento enviado para o presidente da FUNAI por um suplente de senador pelo Ceará, eleito deputado federal em 2002 – Esmerino Oliveira Arruda Coelho. Ele pertence a uma família que possui um imóvel rural com 1.500 hectares, dos quais 500 hectares são incidentes na Área Indígena Tapeba. O requerimento baseia-se em argumentos da historiadora e na

²² Coordenado pelo sociólogo Marco Antônio, do Espírito Santo, e contando com um representante da equipe arquidiocesana na sua composição.

época deputada estadual Maria Lúcia, colocando em dúvida a existência histórica dos Tapeba como indígenas.

Os Tapebas são uma população estigmatizada com características fenotípicas heterogêneas, falantes de Português e com séculos de relações desiguais de força com os poderes locais. A partir do momento que acessaram determinada proeminência e galgaram modificações em seu *status* social – em virtude de uma afirmação étnica –, tiveram a legitimidade dessa identidade contestada por aqueles que têm seus interesses imediatos ameaçados. Assim, é comum a negação da existência dos Tapebas como povo indígena e, dessa forma, tenta-se esvaziar, *a priori*, os direitos constitucionais a eles assegurados.

Em maio de 1988, o mesmo processo é encaminhado ao Grupo de Trabalho Interministerial para aprovação e encaminhamento dos procedimentos para a demarcação de terras. No entanto, os episódios que acontecem a partir daí levam para outra configuração da situação. De acordo com Barretto Filho, em reunião do grupo

Ocorre que na convocação dos membros do GTI para reunião, o presidente da FUNAI apresentou o valor das indenizações como sendo de 253.959,80 OTNs: quatro vezes superior ao valor efetivamente orçado, que já era um valor alto à época. Embora o Presidente da FUNAI tenha “retificado” o valor das indenizações em CT enviada aos membros do GTI após a reunião (003/PRESI/Nº 269/88 de 04.05.88), na avaliação dos membros do GTI a falta de recursos já tinha passado a representar o maior óbice para a solução do caso Tapeba, a FUNAI não tendo condições de arcar com tal ônus naquele momento. (2005, p.6)

Após uma visita *in loco* e a realização de mais duas reuniões, em julho de 1988, o GTI “sugeriu a retirada da Terra Indígena Tapeba de pauta, determinando-se, em resolução do GTI, que a mesma não fosse reconhecida como imemorial e que se aguardassem para enriquecer o processo com novos dados acerca da etnia, quando, somente então, a FUNAI voltaria a analisar o caso”²³. Em 1989, o processo foi analisado pela Superintendência de Assuntos Fundiários (SUAF) da FUNAI, a qual solicitou a formação de GT para realização de novo estudo e regularização da TI Tapeba a ser realizado em consonância com a Constituição Federal (CF) de 1988.

A CF aprovou leis favoráveis às demandas indígenas, que tinham como pilares a garantia da demarcação dos territórios e o direito à educação diferenciada. As conquistas no campo legislativo se realizaram a partir do trabalho de articulação de lideranças indígena

²³ Ata da 6ª Reunião Ordinária do GT nº 94.945/87, de 20 jul. 1988) apud BARRETTO FILHO, 2004, p.27.

associadas a acadêmicos, ONGs, organizações religiosas e parlamentares. Percebemos algumas noções da etnicidade, no sentido dado por Tambiah²⁴, no capítulo VIII da CF:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios, dos lagos nelas existentes. (CF, Capítulo VIII, Artigo 231, 1988)

De acordo com a CF e suas normatizações posteriores – Decreto nº 1.775 de 8 jan. 1996 e na Portaria 14 de 9 jan. 1996 –, a regularização fundiária de uma terra indígena deve seguir as seguintes etapas: identificação, delimitação, demarcação, homologação e registro. O processo inicia-se com a criação de um grupo técnico (GT), multidisciplinar, coordenado por um antropólogo que deve, através de estudos e discussões com o grupo indígena em questão, elaborar um relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena e mapa da área delimitada. A partir dele, é publicado no Diário Oficial da União (DOU) o resumo do memorial descritivo de delimitação. Encerra-se, assim, a fase de identificação, após a qual é dado um prazo de 90 dias para contestações judiciais do laudo e posterior defesa das contestações pelo setor jurídico da FUNAI. Caso as contestações sejam julgadas improcedentes, é feita a demarcação “caracterizada pela publicação da Portaria Declaratória do Ministro da Justiça, também no DOU, a qual anuncia a área delimitada como de posse permanentemente indígena” (CHAVES(a), 2005, p.38). Posteriormente, inicia-se o processo de licitação para demarcação. A demarcação física da área é feita através da colocação de marcos geodésicos, de placas de identificação e da abertura de picadas no perímetro da terra indígena. As fases finais são a homologação pelo Presidente da República e o registro da terra indígena no cartório da comarca e no Serviço de Patrimônio da União. A Constituição Federal estabeleceu o prazo de cinco anos para demarcação de todas as terras indígenas. No entanto, os avanços legais não corresponderam a políticas de efetivação dessas leis.

²⁴ Pode-se falar que a CF representou um momento de *politização da etnicidade*, do qual Tambiah – que aborda os conflitos etnonacionalistas no sul da Ásia e ressalta a emergência ou renovação de slogans e conceitos para tratar da questão étnica – destaca alguns aspectos: “Os grupos étnicos, como grupos, reclamam e esperam habilitar-se a direitos coletivos (sendo secundário os conceitos de direito individual e de identidade individual)” (TAMBIAH, 1997).

Além do período de 90 dias para o contestatório das partes envolvidas, na prática, durante todo o momento do processo de identificação e demarcação, existem brechas para contestações judiciais. Como veremos, os obstáculos para a efetivação da demarcação se apresentam nas duas tentativas de regularização feitas posteriormente.

Em junho de 1993, a Resolução nº 07/CEA aceita o estudo anterior com apenas uma pequena alteração na área e define a superfície de 4.658 ha e perímetro de 77 km para a TI Tapeba. A partir daí, começa um período de quatro anos em que, objeto de pressões políticas variadas e de contestações judiciais, o processo da TI Tapeba foi e voltou nove vezes da FUNAI ao Ministério da Justiça (BARRETTO FILHO, 2005a, p.8). Ao final desse período, finalmente, foi publicada a Portaria Declaratória nº. 967/97, em setembro de 1997, a qual delimitava a área supracitada. No entanto, dois meses depois, a Prefeitura de Caucaia entra com um Mandado de Segurança junto ao Supremo Tribunal de Justiça (MS nº. 5.505 – DF), no qual alegou:

(a) que a FUNAI havia descumprido decisão do MJ, deixando de reexaminar os limites da área incluindo um representante do Município no GT; (b) que o Parecer nº039/CEA/92 não havia sido publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará e nem afixado na Prefeitura Municipal de Caucaia, conforme determina o Decreto nº 1.775/96; e (c) que o parecer que embasou a portaria declaratória careceria de fundamentação juridicamente adequada por não haver demonstrado como e porque os limites propostos decorrem dos pressupostos fáticos elencados no § 1º do Art. 231 da Constituição Federal. (BARRETTO FILHO, 2005ª, p. 11)

Em maio de 1998, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) considera nula a portaria declaratória, como também o próprio estudo de identificação e delimitação, fazendo-se necessária a criação de um novo GT para a regularização da TI Tapeba. A anulação da portaria demarcatória teve grande impacto para os Tapebas:

O que eu acho importante. Tenho vontade, não só eu, como todos que vivem na luta, porque nós lutamos tanto e ficamos alegres. Não sei se você soube, no tempo em que foi demarcada as nossas áreas, você ouviu falar, né [referindo-se à Portaria declaratória nº. 967/97]? Pois é, naquele tempo que as nossas áreas foram demarcadas, ali foi uma alegria para nós, ali nós fizemos a fogueira, nós fomos dançar o toré. E quando a gente pensava que estava perto de entrar para dentro da nossa mãe terra e ter ela em mãos para a gente trabalhar e ter ela cercada e guardada impedindo do branco entrar, aí já foi uma coisa desperdiçada para nós, porque, quando nós menos esperemos, nós recebemos foi a notícia de que tinham jogado uma liminar em cima, e aí foi uma coisa que de alegria passou para tristeza, porque nós, depois de lutar, voltamos para a estaca zero (M., Ponte, out. 2008).

Após esse momento, seguem-se anos, que se arrastam até hoje, de um emaranhado de ações judiciais pró e contra Tapebas envolvendo diversos agentes. De acordo com Carlos Guilherme do Valle, em artigo que apresenta reflexões sobre o laudo pericial que elaborou,

em 2003, a pedido da Procuradoria da República no Estado do Ceará, sobre uma série de processos envolvendo a questão territorial tapeba, a gênese desses processos foi a Ação Declaratória de Nulidade do processo administrativo (n. 94.870-8), proposta por Esmerino Arruda contra a FUNAI e a União Federal, em 1993, que:

De 1993 até 2002, a ação declaratória de nulidade veio assomar-se à uma “floresta” de contestações, denúncias, medidas e ações cautelares, agravos de instrumento, petições, ofícios, despachos, requerimentos e promoções. Certamente, a ação civil pública (de 1997) do Ministério Público Federal (MPF) contra a Prefeitura de Caucaia, proprietários (inclusive membros da família Arruda) e empresas do município, mas igualmente contra a União Federal e a FUNAI, deve ser mencionada como o mais importante processo a contrapor-se à ação declaratória (VALLE, 2003, p.5).

Em 2001, a TI Tapeba entra novamente na lista da FUNAI de terras a identificar, em outubro de 2002. O novo GT, coordenado pelo antropólogo Barretto Filho, deu início aos trabalhos, resultando em um relatório de identificação e delimitação, concluído em março de 2005, que definiu a área 4.765 ha e 81 km de perímetro. O resumo do citado relatório foi publicado no Diário Oficial da União em 26 de abril de 2006. Vale ressaltar algumas diferenças em relação aos estudos anteriores: o primeiro é a própria dimensão e limite das áreas que foram alteradas por terem contemplado localidades que ficaram de fora anteriormente e pela supressão da área do Picuí, território tradicional sobre o qual foram construídos dois conjuntos habitacionais – Jardim Metropolitano e Patrícia Gomes. Uma liderança Tapeba faz a seguinte análise desse processo:

Quando foi em 1990, foi feito outro grupo de trabalho e quando foi em 93 identificaram e delimitaram 4.658 hectares, 12 de junho de 1993. Só que, depois que foi identificado e delimitado esse total de terra, foi que houve a invasão do Picuí que hoje é chamado Conjunto Metropolitano, uma invasão de mais de 70 mil famílias, imposta pelo então candidato a deputado federal na época, José Gerardo Arruda. Ele loteou lá a área trocando por voto. A gente foi, fez a denúncia, essa denúncia está nos processos, e isso eu fico preocupado muitas vezes porque a justiça é injusta, os caras são candidatos, são eleitos, termina o mandato e nada é julgado (A.R., Lagoa II, jul. 2008).

Além da supressão dessa área, outro ponto destoante dos estudos anteriores diz respeito ao “fato do número de ocupantes não-índios ter mais do que triplicado nesse período: de 118 em 1987 para 393 em 2003 – entre supostos proprietários com títulos registrados em cartório, pequenos posseiros e outros” (BARRETTO FILHO, 2005a, p.34).

No prazo de 90 dias após a publicação no DOU do resumo do estudo da FUNAI, a delimitação proposta sofreu 14 contestações, todos com o mesmo advogado – Djauro Dutra –, que aguardavam resposta da FUNAI junto à Justiça, quando, em 2007, a Prefeitura de

Caucaia, em período do mandato da prefeita Inês Arruda (PMDB), moveu uma reclamação pública junto ao Supremo Tribunal de Justiça baseada no Mandado de Segurança nº. 5.505 de 1997. Esta foi votada em junho de 2008 e aceita em primeira instância. A reclamação alega o não cumprimento do referido mandato e, por este motivo, contesta a legitimidade do GT, tendo em vista a não existência de representante da prefeitura em seu meio, além de negar a existência de indígenas na região:

Como argumento final, sustenta a reclamante que “os atos da FUNAI visam a demarcar mais de quatro mil hectares de terra não ocupadas por índios, em favor de pessoas que se dizem índios, dentro dos limites do segundo maior município do Ceará, onde vivem milhares de famílias, e que levaria à abrupta perda de arrecadação com impostos, à insegurança e instabilidade social, bem como inevitáveis conflitos entre índios e os munícipes residentes nas terras demarcadas”. (RECLAMAÇÃO Nº 2.651 DF [2007/0261207-3])

A reclamação apresenta passagens contraditórias, uma vez que afirma a não existência indígena quanto ao direito a terra, mas aceita sua existência quando se remete à ideia de potenciais geradores de conflito social e instabilidade. Outro argumento presente é que a proximidade da TI ao centro do município seria um empecilho para o desenvolvimento do mesmo, e alega-se impossível a existência de índios na Região Metropolitana de Fortaleza. É relevante ressaltar, em relação ao truncado processo de regularização da TI Tapeba, que as ações judiciais contrárias à demarcação foram movidas pela Prefeitura e apoiadas por um grupo pequeno, porém dominante, de proprietários de imóveis do município de Caucaia e proprietários de terras da região (VALLE, 2004). Tais ações se utilizam de argumentos comuns, nas quais

A baixa distintividade cultural tem sido usada por grupos dominantes de Caucaia como prova cabal da sua “aculturação”, de sua “integração” na sociedade nacional e, ainda mais, da falsidade de suas reivindicações étnicas. Todavia, a cultura, como um fator objetivável, é crucial para a dinâmica política das relações interétnicas e do indigenismo. Assim, a estigmatização dos Tapeba por regionais e pelos grupos dominantes locais acaba sendo contestada pelos próprios índios por meio de modalidades variadas de investimento étnico, dentre os quais temos o incremento da produção cultural de significação indígena (VALLE, 2004, p.22).

O atual prefeito²⁵, em 2008, fez aliança política com o candidato a vereador pelos Tapebas – Dourado Tapeba – e na campanha prometeu, verbalmente, aos eleitores tapebas, que tiraria a reclamação junto ao STF, caso fosse eleito. Dessa forma, as lideranças tapebas procuraram o prefeito no início do mandato. Este encaminhou o processo para o procurador do município, Ricardo Ibiapina Lima, que, por sua vez, alegou não poder fazer nenhum

²⁵ Washington Gois, Partido Republicano Brasileiro (PRB).

encaminhamento antes de um parecer técnico do secretário de infraestrutura, Lúcio Castro Bomfim, que teria três meses para tal avaliação. Esse prazo deveria expirar em julho de 2009, mas se protelou por mais alguns meses. Uma liderança tapeba assim descreve o que aconteceu posteriormente ao STJ ter decidido favoravelmente à reclamação da Prefeitura:

Só viemos tomar conhecimento disso após o STJ ter julgado em primeira instância, procedente a reclamação do município, através da técnica da CGPIMA [Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente], Júlia Paiva, que tem contribuído muito com nosso povo e funcionado como uma espécie de referência na FUNAI para o nosso povo. Desde lá, viemos travando uma batalha jurídica, com vistas a tentar reverter a situação. Em novembro [2008], tivemos uma reunião com o Presidente da FUNAI (Márcio Meira), a diretora de assuntos fundiários (Auxiliadora), o Procurador Geral da FUNAI (Dr. Salmeirão), representante do MPF-6ª Câmara Dra. Deborah Duprat, representante do MPF/CE Dr. Macedo e uma delegação indígena Tapeba. Dessa reunião, o MPF nos recomendou a costurar com a nova gestão do município de Caucaia, a desistência da reclamação. Em contrapartida, o MPF estaria protocolando o instrumento de Embargos de Declaração, com a finalidade de protelar o processo, enquanto articulávamos essa possibilidade que poderia resolver a situação. Tivemos desde o início do ano participando de quatro reuniões com os gestores de Caucaia (prefeito, vice e procurador do município) e não conseguimos avançar. Segundo o procurador, não se poderia desistir de um processo com “trânsito em julgado”, mesmo assim, até então, estávamos insistindo nessa possibilidade (R., email de 27 set. 2009).

O STJ julgou, em fevereiro de 2010, procedente a reclamação da prefeitura – decisão que anulou a validade do último GT e do relatório de identificação, bem como a delimitação por ele elaborada. As lideranças Tapeba, já prevendo esse desfecho, articularam, junto à FUNAI de Brasília, uma reunião para encaminhar a situação territorial Tapeba e Anacé. Esta se realizou no dia 31 de março e contou com a participação de representantes da FUNAI de Brasília, da Coordenação Regional da FUNAI – Fortaleza, representantes do Governo do Estado do Ceará e do município de Caucaia²⁶; bem como representantes das organizações indígenas do Estado e de dez lideranças dos dois povos. De acordo com uma liderança Tapeba e um dos principais articuladores da reunião:

No caso Tapeba, ficou assegurada, pela FUNAI, a instalação prioritária de um novo GT para identificar e delimitar a TI Tapeba, contemplando a participação do município, a fim de atender a sentença expedida pelo STJ. A FUNAI ficou de provocar o município a indicar no máximo dois técnicos que acompanharão a equipe a ser instalada. A FUNAI deverá, até o final do mês de abril, publicar a portaria nomeando o GT que deverá realizar os estudos de identificação e delimitação da TI Tapeba. (R., *email* de 31 mar. 2010)

²⁶ FUNAI de Brasília - Presidente Márcio Meira; Diretora de Proteção Territorial, Auxiliadora Leão; Coordenadora de Identificação e Delimitação, Leila; o Coordenador Regional da FUNAI – Fortaleza, Paulo Fernando Barbosa; representantes do Governo do Estado do Ceará – Procurador Geral do Estado, Dr. Paulo Fernando e a Superintendente da SEMACE; o Procurador Geral do Município de Caucaia, Dr. Ricardo Ibiapina.

Ou seja, o processo de regularização territorial aguarda a instalação desse novo GT. As dificuldades para efetuar a regularização de seu território, vivenciadas pelos Tapebas, são compartilhadas por outros povos no Ceará, que somam mais de 22.000 pessoas. Dos treze povos reconhecidos pelo movimento indígena no Estado²⁷, apenas a TI dos Tremembé do Córrego João Pereira encontra-se homologada²⁸. Existe uma terra em processo de demarcação, duas identificadas, sete territórios em estudo, dois aguardando a criação do GT de identificação e todas as outras áreas não têm nenhuma providência formal encaminhada pela FUNAI²⁹. Além da lentidão para regularizar a situação das terras indígenas neste Estado, outro fator que nos chama a atenção são as pequenas proporções das terras, até o momento, delimitadas³⁰, mesmo que comparado para a média na região Nordeste.

No caso Tapeba, após as sucessivas tentativas frustradas de demarcar o território, a percepção em relação à eficácia do governo em garantir os seus direitos caiu em descrédito na avaliação de algumas lideranças. Isso fica evidente no relato abaixo transcrito:

Quando a gente começou logo a luta, ninguém ouvia falar, dizer assim: “Vamos entrar na terra”. A gente só ouvia falar assim: “Não, deixa que a terra, quando a demarcação vem, daí pronto, não precisa ninguém mexer ali nem mexer acolá”. Essa foi a primeira ideia, e eu ouvia aquelas coisas, e a gente sabia que havia uma necessidade, mas o que tinha mesmo na ideia era isso, a demarcação vem. Nem o posseiro mexe e nem o índio mexe, e as lideranças da época: “Deixa aí que a demarcação vem”. Agora, que demarcação era essa? Até hoje se arrasta por aí sem demarcação. E foi feito estes estudos, já vai no terceiro, e cadê a demarcação que as lideranças desde o começo estava dizendo? Acredito que é porque as lideranças não estava realmente entendendo da coisa, até estavam dizendo que queriam a terra, mas com a demarcação, achavam que o governo vinham e aí: “Está aqui, essa terra é de vocês”. E se for esperar por este governo, eu creio que nunca vai ser recebida esta terra. (A.L., ago. 2008).

Não obstante o fato de a demarcação ser considerada o objetivo principal da luta pela terra, a inoperância dos órgãos responsáveis em demarcar o território, somado aos bons resultados conquistados nas retomadas, fez com que algumas lideranças passassem a ver, na

²⁷ Anacé, Gavião, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Kanindé, Kariri, Pitaguary, Potyguara, Tabajara, Tapeba, Tubiba-Tapuia, Tupinambá, Tremembé.

²⁸ O povo Tremembé encontra-se dividido em quatro territórios, com processos de identificação distintos.

²⁹ A situação fundiária dos povos indígenas no Ceará: **Homologada** – Tremembé do Córrego João Pereira (municípios de Acaraú e Itarema); **em demarcação** – Pitaguary (Maracanaú); **Identificada** – Jenipapo-Kanindé (Aquiráz); **Identificada sub júdice** – Tremembé de Almofala (Itarema); **em estudo de identificação pela FUNAI** – Tremembé de Queimadas (Acaraú), Tremembé de São José e Buriti (Itapipoca), Potyguara, Tabajara, Gaviões e Tubiba Tapuia (os quatro localizam-se em Monsenhor Tabosa e Tamboril); **aguardando a criação de GT para identificação** - Anacé (Caucaia e São Gonçalo do Amarante) e Tapeba (Caucaia); **Sem providência** – Kanindé (Aratuba e Canindé); Potyguara (Crateús, Novo Oriente) Tabajara (Crateús, Quiteranópolis, Monsenhor Tabosa e Poranga), Kalabaça (Crateús, Poranga), Kariri (Crateús, Crato), Tupinambá (Crateús), Tapuya-Kariri (São Benedito).

³⁰ Pitaguary – 1.735 há; Jenipapo-Canindé – 1.731 há; Tremembé do Córrego João Pereira - 3.162 hectares; Tremembé de Amofala – 4.000 hectares.

retomada, o principal mecanismo para efetivar o controle do território. O relato que segue marca de forma bastante acentuada essa percepção.

Nós, que estamos na luta, nós, que vivemos na retomada, nós não temos essa esperança que governo venha fazer nada para índio. Quando se fala em Governo, não se classifica se é o governo atual, se é o governo passado, se é o que vai vir. A demarcação ela depende desta tal de política, só que nunca favoreceu aos pobres, aos índios, à minoria. [...] Sempre esperando: “Vai vir a demarcação, o Governo vai demarcar”. E isso já vai de anos e anos e anos e anos, e nada disso é feito. Então a força maior não é a força do governo para demarcação indígena, a força maior é a força do nosso povo organizado. Que hoje a terra que nós temos foi por força do nosso povo organizado, de chegar determinado e entrar sim diretamente, e nós vamos buscar o que é nosso, que é a terra. [...] Toda a terra que tá organizada que está em posse do índio não foi nenhuma dada por governo, ou por quem quer que seja, foi tudo conseguida através das retomadas. (A., ago. 2008)

O relato demonstra um descrédito em relação à política de forma geral e é presente na avaliação de alguns informantes. No entanto, conforme mencionado, outro setor bastante representativo de lideranças e do movimento indígena acredita nas vias político-partidária como uma importante estratégia de mobilização política.

A aliança com o atual prefeito do município garantiu alguns ganhos políticos, apesar de, em relação à regularização da Terra Indígena Tapeba, os avanços serem ainda muito tímidos. A atual gestão abriu um campo de diálogo e de reconhecimento da incontestada presença indígena em Caucaia – que, além dos Tapebas, tem também a presença Anacé. Criou a Coordenadoria Indígena para tratar das questões indígenas no município, composta por um coordenador, um coordenador adjunto, um coordenador de projetos, um setor para questão territorial, um setor da saúde, um setor de educação e um setor jurídico. Os cinco primeiros cargos serão compostos por indígenas, respectivamente: Dourado Tapeba, Nailto Tapeba, Cacique Jonas Anacé, Rosane Rocha e Fabíola; o jurídico ocupado por uma advogada não índia Aline F. Soares. Até o momento, a coordenadoria ainda não foi efetivada, apesar de já aprovada na câmara dos vereadores e sancionada pelo prefeito.

O processo em busca da regularização territorial Tapeba, até agora, envolveu dois estudos e três relatórios de identificação e delimitação, sempre barrados no campo jurídico, no qual se estabeleceu uma luta de forças e interesses entre a população indígena e supostos proprietários de terras, alguns vinculados ao poder público municipal, estadual e federal, configurando um ciclo no qual o término ainda permanece imprevisível. Paralelamente, neste mesmo período, a população Tapeba tem assistido ao crescimento da cidade em direção aos espaços em que habitam.

Dentro desse contexto, os Tapebas têm utilizado diferentes mecanismos de gestão e defesa do território que podem ser percebidos tanto na efetivação de retomadas, como no acionamento do Ministério Público Federal. De acordo com Sérgio Brissac (2009), os processos relativos aos Tapebas no MPF podem ser divididos nas seguintes áreas: conflitos fundiários, degradação ambiental, violência, direitos previdenciários, discriminação, crimes cometidos por índios, impactos causados por empreendimentos, educação e saúde. No que tange às questões territoriais, o autor faz as seguintes considerações:

A morosidade do processo de demarcação da Terra Indígena (T.I.) Tapeba reflete-se no grande número de processos administrativos (P.A.s) do MPF acerca de conflitos fundiários relativos à sua Terra Indígena. Ao estudarmos a apresentação de demandas ao MPF por parte dos Tapeba, podemos considerar tais iniciativas como desdobramentos do seu processo de territorialização contemporâneo. [...] Do total de 63 processos relativos aos Tapeba autuados no período de janeiro de 2005 a junho de 2009 na Procuradoria da República no Estado do Ceará, 20 deles, ou seja, 31,7% referem-se à temática³¹ dos conflitos de terra com ocupantes não-índigenas. (BRISSAC, 2009, p.6)

De acordo com os dados levantados pelo autor, além dos vinte P.A.s acima mencionadas, no mesmo período, foram registradas mais treze referentes à degradação ambiental, e três relacionados aos impactos causados por empreendimentos. Ou seja, 57,1% do total de denúncias feitas pelos Tapebas ao MPF estavam diretamente relacionadas à gestão territorial. Para o autor, esses números poderiam ser minimizados caso a regularização fundiária se efetivasse, e conclui que

Este breve relato acerca da atuação do Ministério Público Federal no Ceará, em defesa dos direitos dos Tapeba, permite que se entrevejam as iniciativas desse povo, especialmente de suas lideranças e organizações indígenas, na consecução de seu processo de territorialização. Pode-se identificar a *agency*³² das lideranças indígenas em identificar no Ministério Público Federal um órgão com capacidade de atuação na defesa de seus direitos e poder para catalisar distintos órgãos da administração pública federal – FUNAI, IBAMA, Polícia Federal, IPHAN –, seja na consecução de políticas públicas, seja na realização de ações emergenciais visando à defesa do seu território. [...] Trata-se aqui justamente dessa iniciativa indígena, a qual implica um conhecimento dos diferentes atores do MPF – procuradores da República, antropólogos, técnicos –, assim como uma habilidade para construir um relacionamento que, ao longo do tempo, pode revelar diversas facetas – prestação de serviços, fiscalização, apoio institucional – e até mesmo vir a se constituir numa relação de parceria na luta pela defesa de direitos fundamentais. (BRISSAC, 2009, p.10)

³¹ Realização de audiências na Procuradoria da República com a presença de lideranças Tapeba e do posseiro; trabalho de campo do analista pericial em antropologia para a elaboração de nota técnica. (BRISSAC, 2009, p.6)

³² Utilizo aqui o conceito de *agency* tal como o define Bilton (1996, p.654): “ação intencional, implicando que os atores têm a liberdade para criar, transformar e influenciar os eventos” (BRISSAC, 2009, p.6).

Envolvidos num campo político composto por diversos agentes e instâncias decisórias – FUNAI, antropólogos, advogados, ONGs, Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da República, Supremo Tribunal de Justiça, Governo Municipal, partidos políticos –, os Tapebas estão em relação desigual de forças junto a seus oponentes locais. Pode-se afirmar que, nas últimas três décadas, as mobilizações tapebas têm conseguido diminuir esse desequilíbrio de diversas maneiras: no acionamento do MPF, nas retomadas, na ampliação da rede de escolas, do atendimento médico e no tocante à afirmação de uma autoimagem mais positiva vinculada a manifestações culturais. No entanto, em relação à demarcação territorial, suas iniciativas têm se mostrado insuficientes para se impor frente a práticas políticas muito arraigadas em nosso país, como o clientelismo e a utilização do poder público para defender interesses pessoais. No próximo capítulo, apresento os desdobramentos espaciais desse contexto intersocietário em que as retomadas Tapebas estão inseridas.

3. RETOMADAS DE TERRAS TAPEBAS

3.1 Espaços, paisagens e apropriação territorial

Taí, você vê que desde 1982 a gente luta para conseguir a demarcação da nossa terra... Se muitos não tivessem feito retomadas, não tinha onde construir uma escola, não teria onde construir muitas casas, não teria onde construir um posto de saúde, não teria até onde plantar, porque nós vivíamos cercados de arame, não é?
(I., Lagoa I, set. 2009)

As retomadas tapebas correspondem à apropriação de uma área total de 420 hectares. Elas situam-se espalhadas pelo território tradicional Tapeba, entrecortadas entre si por fazendas, bairros, indústrias, postos de gasolina e o próprio Centro do município de Caucaia. Nos casos do Sobradinho, Lagoa I, Lagoa II, Lameirão e Vila dos Cacos, as áreas delimitadas como retomadas (Mapa 1) comportam a totalidade da população Tapeba de tais localidades. Já nas retomadas da Jandaiguaba, Trilho, Ponte e Capoeira, um considerável contingente Tapeba habita em áreas fora das retomadas, em locais vizinhos ou próximos delas, de maneira que a área efetivamente ocupada por Tapebas é superior ao da soma das retomadas, mas não foi possível precisar essa dimensão territorial nos limites deste estudo.

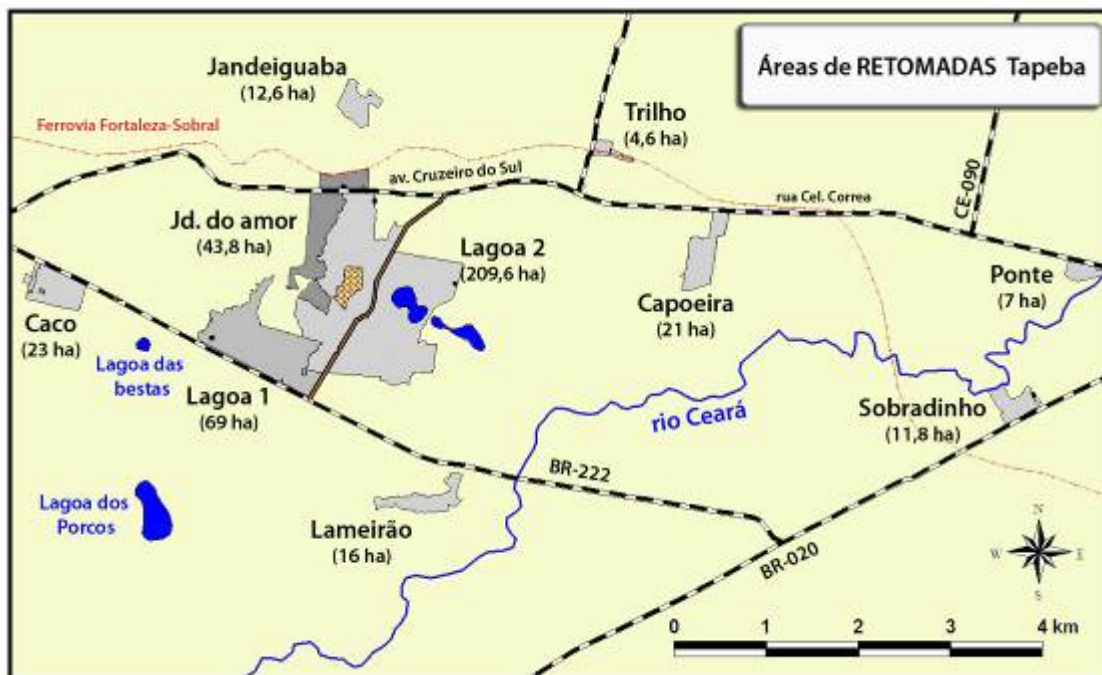
O relatório de identificação e delimitação elaborado por Barretto Filho (2005a) contém, a um só tempo, reflexões acadêmicas e laudo pericial. O autor faz a seguinte leitura das retomadas tapebas:

As retomadas representam, portanto, simultaneamente, um autêntico movimento antropogeográfico e um movimento político autônomo. Antropogeográfico porque os Tapebas, por um lado, estão experimentando acentuado crescimento demográfico que as insignificantes partes de terra em que hoje vivem não conseguem abrigar e, por outro, tentam adequar o seu volume geográfico – as áreas que efetivamente ocupam e pelas quais transitam cotidianamente ao seu volume mental o território que conhecem como seu pela sua tradição oral (cf. Item 1.4). Político porque essas ações são, também, performances discursivas por meio das quais os Tapeba tentam expressar, por meio de ações concretas e efetivas, as suas reivindicações e a compreensão que têm da situação em que hoje vivem. (BARRETTO FILHO, 2005^a, p.121)

As retomadas são ações políticas geograficamente referenciadas que impactam na sociabilidade dos indivíduos. No caso Tapeba, elas surgiram principalmente pela diminuição dos espaços disponíveis em seu território de uso tradicional, devido à histórica relação de dominação dos fazendeiros locais sobre a população indígena que constantemente os faziam mudar de local de residência. A partir da segunda metade do século XX, somou-se à dinâmica da ocupação dos espaços imposta pela lógica do capital, percebida na construção e na

ampliação de rodovias que cortam o território, a crescente urbanização e industrialização que tiveram como consequência a acentuação do estrangulamento dos espaços acessíveis.

Mapa 1: Mapa das Retomadas Tapebas



(Fonte: Dados originais)

A situação relatada nos afasta da ideia de espacialidades estanques. De acordo com Marc Augé (2004, p.47-48), atualmente, como em todas as épocas, os espaços e as fronteiras são mutáveis. Dessa forma, o etnólogo não deve identificar aqueles sobre os quais estuda com a paisagem onde os descobre e o espaço que eles informam. Deve-se levar em consideração as vicissitudes de sua história, a mobilidade dos espaços aos quais eles se referem e a flutuação de suas fronteiras. O autor postula que “a organização do espaço e a constituição dos lugares são, no interior de um mesmo grupo social, uma das motivações e uma das modalidades das práticas coletivas e individuais”. (AUGÉ, 2004, p.50).

Augé, ao analisar os efeitos do que denominou *supermodernidade*, afirma que a transformação acelerada imposta pelo contexto atual aproximou o objeto da antropologia para campos mais familiares (AUGÉ, 1994, p.27) – transformações essas que resultam em modificações do ambiente físico e do espaço habitado: concentrações urbanas, transferências de populações e multiplicação daquilo a que o autor chamou de não lugares – “vê-se bem que por “não-lugares” designamos duas realidades complementares, porém, distintas: espaços construídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os

indivíduos mantêm com esses espaços”. (AUGÉ, 2004, p.87) – por oposição à noção sociológica de lugar, de cultura localizada no tempo e no espaço.

A ideia de *não lugares* apresentada por Augé aproxima-se da definição apresentada pelo geógrafo George Benko (1996) de lugares intercambiáveis – “idênticos em todo o mundo, por onde passamos sem nos deter, sem encontrar ninguém” (Benko, 1996, p.247). Esses lugares seguem os mesmos padrões técnicos, arquitetônicos e organizacionais em qualquer parte do globo (aeroportos, fábricas, rodovias, hotéis de luxo, *shopping centers*, hipermercados etc.) e seguem parâmetros técnico-culturais que têm por finalidade o crescimento e a ampliação de uma rede baseado na lógica capitalista globalizante. Tal realidade impõe a padronização de valores e hábitos às mais variadas culturas e regiões do mundo.

A globalização traz consigo inevitáveis alterações na lógica dos espaços, na paisagem e na organização social dos indivíduos. As alterações dos espaços ocupados pelos homens acontecem em uma crescente aceleração, alcançando as mais distantes áreas do planeta. De acordo com Milton Santos, o espaço – tornado global através da mundialização da sociedade – passa a ser entendido como um capital comum de toda a humanidade. No entanto, o acesso efetivo a esse capital comum está limitado aos que detém o controle de um determinado tipo de capital e, portanto, é seletivo (SANTOS, 2007, p.31-32). Dessa forma, o espaço, ao se tornar produto, é sua raridade que une os homens, pois com a escassez o que é acessível a uns não pode ser acessível a outros (WHITEHEAD, 1938, p. 107 apud SANTOS, 2007, p.34).

Com a intensificação da globalização, ocorrida a partir da última década do século XX, a categorização e a conceitualização do território, originalmente vinculado aos Estados nacionais modernos, ganham abordagens mais amplas e flexíveis, que comportam a ideia de fragmentação do território, de território em rede, de desterritorialização, de reterritorialização e de multiterritorialidades³³.

O território como categoria analítica, além da concepção do Estado-nação, esteve atrelado às práticas de apropriação espacial, dominação populacional, conflitos, guerras, busca de ampliação de controle e usos de recursos estratégicos, de forma que o território em qualquer acepção tem a ver com poder. Haesbaert (2005) propõe uma divisão que contemple

³³ Para falar em multiterritorialidade precisamos, em primeiro lugar, esclarecer o que entendemos por território e por territorialidade. Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. (HAESBAERT, 2005, p.6774)

tanto o sentido mais concreto de dominação ligado ao poder político e econômico como o poder no sentido simbólico de apropriação, de maneira que o território tende a incorporar, concomitantemente, as dimensões funcionais e as simbólicas.

Nessa perspectiva, o *território funcional* está relacionado aos processos de dominação, princípios da desigualdade e da unifuncionalidade; território como recurso, controle físico, produção, lucro e valor de troca. Por sua vez, o *território simbólico* se concretiza através da apropriação, do múltiplo uso, múltiplas identidades, território com valor simbólico de lar, abrigo, segurança afetiva e sentimento de pertença. O autor ressalta que esses *tipos ideais* de análise não devem ser entendidos como dicotômicos, uma vez que “todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja” (HAESBAERT, 2005, p.6777). E, assim, esta abordagem deve levar em consideração sua variação no contexto histórico e geográfico como processos de territorializações.

Os fins ou objetivos da territorialização foram distintamente acumulados e valorizados ao longo do tempo. Pode-se, então, compreender a possibilidade da existência de múltiplas territorializações: tanto mais restritas, como no caso dos territórios defendidos por grupos étnicos; ou político-funcionais como a do Estado-nação; ou mais flexíveis com sobreposição territorial, como espaços multifuncionais na área central das grandes cidades; e até múltiplas – multiterritorialidade – que são construídas na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários (HAESBAERT, 2005, p.6780). Os territórios reais dificilmente podem ser enquadrados em apenas uma destas definições e, assim, deve-se pensar não somente na existência de pluralidades de territórios, mas principalmente na ideia de *territórios pluraes*, nos quais se enquadram pluralidade de jurisdições ou pluralidade de territorialidades. De acordo com Haesbaert, o “território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2005, p.6790).

Nessa concepção, a territorialidade incorpora tanto a dimensão política, os determinantes econômicos e as relações culturais. De acordo com Sack, a “territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (1986, p.219 apud HAESBAERT,

2005, p.6776). Assim, a territorialidade implica a forma como as pessoas cultivam a terra, organizam o espaço, modificam a paisagem e dão significado ao lugar.

As modificações que ocorrem nos espaços ocupados pelos Tapebas podem ser divididas, no plano teórico, como de duas naturezas. De acordo com Haesbaert, uma está vinculada à concepção de *território funcional*, relacionada aos processos de dominação, princípios da desigualdade e da exclusividade; território como recurso, controle físico, produção, lucro e valor de troca, que concretamente se apresentam como rodovias, ferrovias, loteamentos comerciais, instalação de oleodutos, fábricas, postos de gasolina etc. A outra, compreendida como *território simbólico*, associada a processos de apropriação, território da diferença, princípio da multiplicidade, do múltiplo uso, das múltiplas identidades, território com valor simbólico de lar, abrigo e segurança afetiva. O autor ressalta que não se deve atribuir a esses conceitos um dualismo hermético, pois todo território comporta aspectos funcionais e simbólicos. Os efeitos das modificações, em ambos os casos, são percebidos através da apreensão de sucessivas configurações espaciais, que comporta dimensões multitemporal, multifuncional e multiescalar no referido território. Na realidade vivida, essas múltiplas territorialidades encontram-se emaranhadas e estabelecem diversas e contínuas inter-relações.

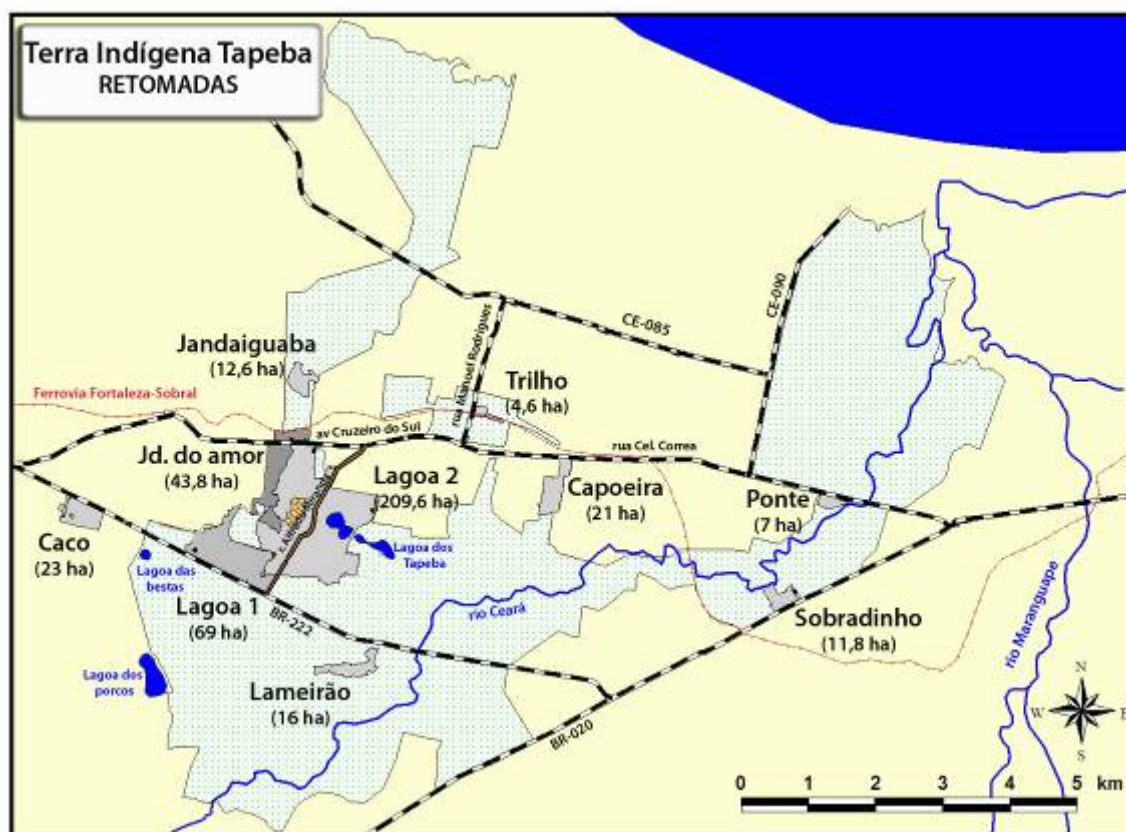
É, pois, na realidade vivida e nos contextos singulares que as contradições e dilemas globais se fazem sentir e a partir dos quais existe a possibilidade de reação, resistência ou acomodação às normatizações impostas pela lógica do *território funcional*. No presente estudo, a percepção se volta para um território indígena específico, de pequena dimensão, o que, portanto, corresponde a uma escala reduzida de análise. Assim, procuro compreender como o específico encontra-se inserido em uma rede bem mais abrangente e multifacetada.

O processo de crescente urbanização de Caucaia, iniciado em meados do século passado, tem se acentuado. A área total do município é de 1.227,9 km², o que corresponde ao maior município do Estado e o terceiro mais populoso, de acordo com o censo demográfico de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A população é de 250.479 habitantes, dos quais 90,26% encontram-se na zona urbana, ocupando, inclusive, espaços do território Tapeba tradicional. A estimativa do IBGE é que a população do município, em 2009, estava em torno de 334.364 habitantes. A população Tapeba também teve um crescimento vertiginoso nos últimos trinta anos, passando de 914, levantados em meados da

década de 1980³⁴, para 6.526 pessoas cadastradas na FUNASA em 2009. Esse acréscimo se deve não apenas ao crescimento vegetativo, mas sobretudo ao aumento do número de pessoas que passam a assumir a identidade Tapeba, o que somente pode ser compreendido dentro do processo de afirmação positiva da etnicidade e das conquistas por ela operada – rede de escolas, de saúde diferenciada e ampliação da área territorial sob domínio Tapeba.

Os espaços habitados pelos Tapebas comungam características com tantos outros espaços do mundo contemporâneo, pois o território Tapeba encontra-se bastante próximo ao Centro do município de Caucaia. É cortado por rodovias – BR-020, BR-222, CE-090 e CE-085, uma ferrovia, rede elétrica de alta tensão, gasodutos, é permeado por indústrias, bairros; é também constantemente invadido por novos loteamentos residenciais, na maioria dos casos, em ocupações irregulares e submetidos ainda aos efeitos da violência urbana e devastação ambiental.

Mapa 2: Retomadas tapebas com a delimitação do GT da FUNAI de 2003



(Fontes: Polígono da delimitação da TI Tapeba (em verde), retirado do mapa do DNIT; os polígonos das retomadas em cinza são dados originais.)

³⁴ A população da coletividade em foco, de acordo com dados do "Cadastramento dos Índios Tapeba" realizado entre março e setembro de 1986 pela então E.A.C.R. era de 914 pessoas, compondo 185 famílias. (BARRETO FILHO, 1993, p.193)

As retomadas representam uma apropriação coletiva sobre parcelas do território tradicional Tapeba. Entretanto não garantem o seu controle total. Juridicamente, somente o Estado brasileiro tem o poder legitimado para reconhecer os direitos de um determinado povo indígena sobre parcela do território nacional (OLIVEIRA FILHO, 1999, p.177). Assim, um grupo étnico, ao acionar seu direito à demarcação territorial, desencadeia um processo no qual um determinado espaço será suprimido do mercado e garantido para o uso coletivo de um grupo específico. Independente da etnia ou da região na qual se encontram, o habilitar-se a direitos coletivos da terra, ou seja, a uma determinada territorialidade depende de pareceres e laudos técnicos promovidos pelo Governo Federal, através dos GTs de identificação e de delimitação da FUNAI. De acordo com Bourdieu:

A *régio* e suas fronteiras (*finis*) não passam do vestígio apagado do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz *finis*) legítima, conhecida e reconhecida, da fronteira e dos territórios, em suma, o princípio da divisão legítima do mundo social. Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia. (BOURDIEU, 1998, p.14)

O mapa 2 apresenta a última delimitação publicada pela FUNAI, com as retomadas sobrepostas. É importante salientar que tal delimitação foi anulada em 2010 pelo STJ, e mesmo que possivelmente esses limites sofram alterações no novo estudo, ele não compromete a análise aqui apresentada, pois, conforme sugere Oliveira Filho:

Longe de serem imutáveis, as áreas indígenas estão sempre em permanente revisão, com acréscimos, diminuições, junções e separações. Isto não é algo circunstancial, que decorra apenas dos desacertos do Estado ou de iniciativas espúrias de interesses contrariados, mas é constitutivo, fazendo parte da própria natureza do processo de territorialização de uma sociedade indígena dentro do marco institucional estabelecido pelo Estado-Nacional. (1999, p.177)

Algumas retomadas³⁵ ficam fora do delimitado no último estudo. Nesses casos, elas ocorreram após o trabalho do GT da FUNAI e, portanto, não puderam ser contempladas no relatório final. Dentro da complexa realidade social, política e econômica em que se enquadra a territorialidade Tapeba, não é de se estranhar que numa área tão diminuta de 4.658 hectares para 6.000 indígenas algumas retomadas extrapolem essa delimitação. No entanto, o “ato de demarcação trata-se, antes de mais nada, de ato declaratório, que apenas reconhece um direito preexistente e assegurado constitucionalmente” (Advocacia Geral da União, 2005).

³⁵ A da Vila dos Cacos e a maior parte da Capoeira.

É importante ainda acrescentar, como ressalta Leite (1993:11), que não se deve confundir **terra indígena** com '**territorialidade**' de um grupo étnico, no sentido genérico em que é usado de território habitado por um determinado grupo social, e investigado a partir de sua lógica interna de organização social. A concepção de terra indígena não é uma categoria ou descrição sociológica, mas sim uma categoria jurídica, [...] que distingue os **tipos** de terras (*áreas de domínio, áreas reservadas e terras tão somente habitadas e ocupadas pelos silvícolas*) e a **forma de sua regularização**, *cujas normas deveriam ser definidas em decreto do Poder Executivo. A terra indígena é, portanto, uma categoria para ser operacionalizável administrativamente no sentido de definir-se fisicamente áreas para os diversos grupos* (LEITE, 1993, p.5 apud MARTINS, 1994, p.11 – grifo do autor)

Ou seja, a existência da territorialidade indígena independe da demarcação da FUNAI, no entanto é a regularização fundiária que garante a legitimação jurídica da terra pelos povos indígenas, facilitando sua defesa e manutenção. E esta, conforme ressalta Oliveira Filho, pode ser diferentemente compreendida em diferentes momentos e contextos:

A própria proposta de território que um grupo étnico elabora não pode ser examinada independentemente das lideranças que veicularam, da geração que a concebeu, das alterações no sistema produtivo e na disponibilidade de recursos ambientais, da correlação de forças frente aos brancos e da conjuntura histórica mais ampla do campo de ação indigenista. (1999, p.178)

O estudo de delimitação leva em conta os locais em que configuram áreas de uso ou ocupação tradicional pelo povo indígena, mas também sofre pressão da ocupação territorial existente. De forma que algumas áreas tradicionais, como a do Picuí, por exemplo, são excluídas da delimitação como estratégia de tentar contornar espaços que possam se tornar focos de entraves para a efetivação da regularização fundiária. Por ser uma área de colonização antiga, um dos maiores percalços para a demarcação das terras indígenas Tapeba está relacionada ao fato de que ela requer a desintrusão e indenização de grande contingente populacional não indígena, o que esbarra em interesses particulares ou políticos de proprietários de terras que detêm o controle do capital financeiro, político e simbólico que garante o domínio dos espaços. Ou seja, no território Tapeba há territorialidades múltiplas que se contrapõem e sobrepõem, uma vez que na área delimitada existe uma pluralidade de jurisdições. Tal ponto, além da territorialidade Tapeba, implica interesses de grupos locais, como os de fazendeiros, posseiros, comerciantes, industriais e da própria Prefeitura de Caucaia. E sobrepõe-se até às redes mais abrangentes como, por exemplo, a duplicação da BR-222, que tem como objetivo dinamizar a acessibilidade ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém, uma das bandeiras do desenvolvimento do Governo do Estado, vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal; portanto, conota aspectos multi-escalar das pressões que incidem no referido território.

Conforme apresentado no item 2.1, a população Tapeba percebeu que, no último século, sua possibilidade de locomoção foi restringida e impedida de perpetuar as formas tradicionais de usos e de manejos dos espaços. Pode-se perceber, então, o processo de desterritorialização a que foi submetida. Qualquer situação de desterritorialização pressupõe uma reterritorialização em outro lugar e condições. Assim, o movimento de diáspora que os expulsou da região da Lagoa e do Paumirim, em meados do século XX, criou novos espaços de territorialidade – Trilho, Ponte, Cigana, Lagoa I, Capoeira, Jandaiguaba, Vila dos Cacos. Esses novos locais em que se reorganizaram continuavam sendo dentro do território entendido como tradicional, porém, essa nova acomodação, longe de ser satisfatória, dava-se em termos da exclusão do acesso aos recursos naturais e de exploração de sua força de trabalho, em situações de precária infraestrutura, e sentida na interação social através da estigmatização de sua condição étnico-social. Nesses termos, as retomadas têm sido um movimento de resistência a essa dinâmica, uma vez que toma o sentido inverso da desterritorialização, em um movimento que visa o retorno ao território, que não é forçada por uma relação de dominação de agentes externos, e sim uma ação intencional de *apropriação* espacial.

As retomadas ocorreram em locais de importância simbólica e funcional, sempre atreladas a um pertencimento étnico que aciona uma determinada memória espacial da coletividade – presente na recorrente fala “tudo é uma terra só” –, estando elas dentro da área delimitada pela FUNAI ou não. Uma vez que o Estado tem se mostrado ineficaz na regularização desse território, as retomadas, no caso Tapeba, são mecanismos para efetivar a ocupação dos espaços, operando alterações na paisagem e na dinâmica espacial. O poder investido no espaço não está restringido apenas ao poder político, mas sim relacionado com a relação de dominação e de apropriação. A apropriação espacial está relacionada com o valor de uso mais do que o de propriedade. De acordo com Lefebvre:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (LEFEBVRE, 1986, p.411-412, grifo do autor)

É através da apropriação que se dá a resistência ao modelo de dominação imposto pela organização espacial uniforme e possibilita a criação de novas condições socioespaciais. O *espaço* pode ser compreendido como um produto histórico ou mesmo como um processo histórico (SANTOS, 1988, p.61), pois nele estão impressas a realidade atual e as marcas de

acomodações passadas. Para o autor, o espaço comporta a interação contínua da configuração territorial e da dinâmica social.³⁶

Trabalho com a hipótese de que a busca pelo controle territorial se dá através da luta pela regularização legal da Terra Indígena Tapeba. As retomadas de terras têm garantido o controle de parcelas desse território ao se apropriarem de espaços que possam ter autonomia para modificação da paisagem.

A paisagem é o conjunto de coisas que se dão diretamente aos nossos sentidos; a configuração territorial é o conjunto total, integral de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível; e o espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. O espaço é a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial. Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes. (SANTOS, 1988, p.77)

De forma que o espaço está inexoravelmente ligado à ação humana e, assim, ainda que nenhuma alteração seja sentida na paisagem, a dinâmica social pode estabelecer diferentes relações com a mesma paisagem.

Nessa concepção, paisagem “pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas por volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc”. A paisagem tem como uma de suas qualidades a mutação, como o resultado de adições e subtrações sucessivas; a “sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado” (SANTOS, 2007, p.60). A paisagem está sempre limitada pela apreensão pelos sentidos humanos e é, através de sua percepção, que mais facilmente podem-se sentir as alterações nos espaços. Portanto, é através dos elementos na paisagem que emocionalmente nos apegamos: as saudades; as lembranças; as sensações de conforto, desconforto, alegria etc; o sentimento de pertença e a relação do homem com o meio estão subjetivamente ligados ao espaço através da paisagem.

O relato das transformações na paisagem aparece em diversos depoimentos coletados na pesquisa. Para ilustrar, o que será mais bem trabalhado ao longo deste capítulo, transcrevo abaixo parte de uma entrevista que realizei em 2005, quando, pela primeira vez, tomei

³⁶ O espaço é formado por dois componentes que interagem continuamente: a) a configuração territorial, isto é, o conjunto de dados naturais, mais ou menos modificados pela ação consciente do homem, através dos sucessivos “sistemas de engenharia”; b) a dinâmica social ou o conjunto de relações que definem uma sociedade em um dado momento. (SANTOS, 1988, p.111)

consciência do impacto das retomadas na vida cotidiana dos Tapebas. Neste trecho, o interlocutor contava a história da migração de sua família para a Lagoa I:

C.: Mesmo assim perderam ali onde morava, ali eles tinha fruta, tinha um monte de coisas. Aí quando eles botaram ele [avô do Interlocutor - João Côco] naquela areazinha, tu conhece? Ali onde a gente teve, né – agora ali já está grande, mas antes não era daquele tamanho não. Era só uma cerca na frente, outra cerca atrás, era só ali onde a gente morava, só tinha onde brincar ali naquela frente [Lagoa I].

E.: No campo ali?

C.: O campo ali não, aquilo ali era tudo cercado com cerca.

E.: Não tinha aquele campo ali?!

C.: Não tinha aquele campo, aquilo ali... Não sei se você conseguiu visualizar uma mangueira que tem? Bem em frente às casas, tem uma mangueira.

E.: Sim, tem uma mangueira e um cajueiro do lado.

C.: Pois a onde era aquela mangueira, aquele cajueiro ali, aquilo era uma cerca que passava na frente, ninguém podia passar pra dentro da cerca não.

E.: Era só ali mesmo, como se fosse uma rua?

C.: Isso, uma vielazinha bem miudinha, só podia brincar, a gente brincava ali na frente só.

E.: E agora tiraram a cerca?

C.: Foi feito uma retomada e aquilo ali, foi tirada a cerca fora, foi construído o campo, já têm umas casinhas construídas lá pra dentro. Aquela parte de trás ali também era cercado, aí foi feita a retomada, agora já se anda livremente ali pra trás. (C., Capuan, jan. 2005)

As modificações que ocorreram nos espaços ocupados pelos Tapebas podem ser de duas naturezas: uma delas é externa ao grupo, com a construção de estradas, fábricas e loteamentos de casas. Essas alterações são impostas e executadas à revelia das pessoas afetadas, motivada por interesses políticos ou financeiros, cuja justificativa ideológica está calcada na ideia de desenvolvimento, geração de empregos e defesa de interesse público (não indígena). A outra é operada pelos Tapebas – retomadas, construção de escolas e moradias, organização de áreas de plantio, derrubada de muros e de casas de posseiros, aterramentos. Os efeitos das modificações são percebidos através de relatos que tendem a ter como referência a paisagem apreendida no presente, a qual comporta elementos de sucessivas configurações espaciais.

As retomadas estão inseridas na luta pelo reconhecimento de direitos em bases étnicas Tapeba. Tal mobilização se enquadra política e socialmente dentro de um campo intersocietário, que, em seu desdobramento espacial, comporta múltiplas territorialidades sobrepostas. Ou seja, ressaltamos aqui o aspecto mutável e dinâmico dos espaços ao longo de diferentes momentos da história, no qual a retomada se enquadra como um mecanismo de apropriação e, por isso, de resistência à dominação de interesses comerciais e políticos sobre o território tapeba.

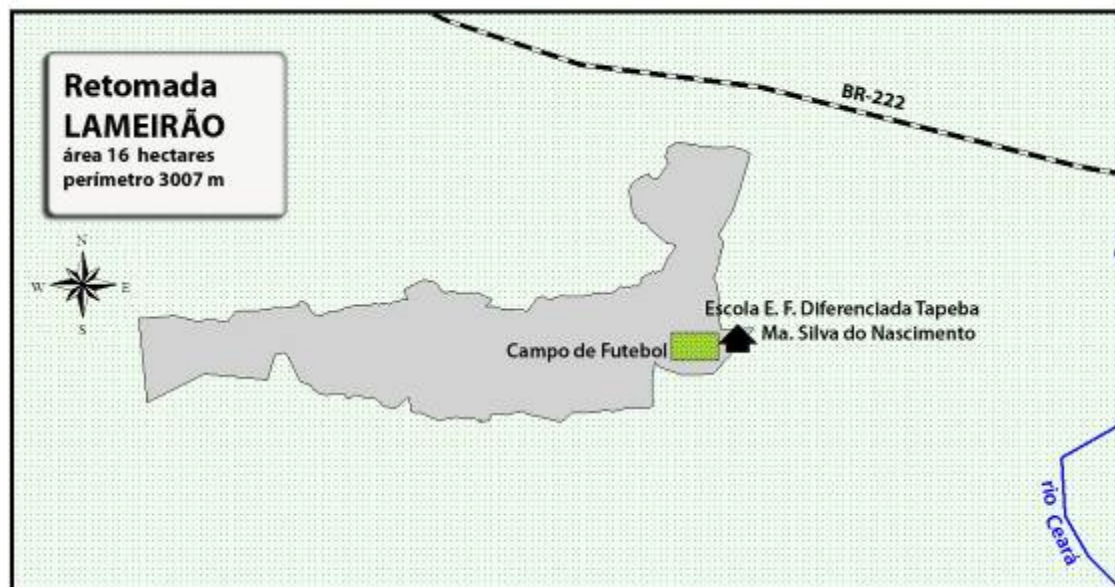
Em relação a atuações realizadas em defesa do território, além das retomadas, também foram empreendidas ações pontuais. Uma delas foi a iniciativa de ligarem as aldeias às redes de abastecimento de água da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE). Outra foi uma ação para impedir a retirada predatória de areia do rio Picu (afluente do rio Ceará), a leste da aldeia Lameirão. A ação foi considerada uma tentativa de retomada, mas não conseguiu se efetivar: foram expulsos por ameaças armadas do local. A distância das demais aldeias também dificultou a presença de mais Tapebas no local. Um terceiro episódio ocorreu no decorrer da pesquisa, que pude acompanhar *in loco*, em 23 de setembro de 2008. Uma ação realizada próxima à aldeia do Lameirão, quando um grupo de aproximadamente 70 tapebas partiu da Lagoa I, a pé, até o local próximo a aldeia Lameirão. Ao chegar, derrubaram um muro que compunha o início da construção irregular de uma grande olaria de cerâmica em uma área de carnaúba tradicionalmente utilizada para retirada da palha de carnaúba por alguns grupos tapebas. Ou seja, vários são os mecanismos para defesa e gestão do território pelos Tapebas. Conforme apresentei no capítulo anterior, essas ações diretas se somam às iniciativas de denúncias ao Ministério Público Federal. Mas são as retomadas que tiveram resultados mais expressivos em termos de apropriação espacial e toda a carga de poder/resistência a ela vinculada.

O povo Tapeba realizou, até a presente data, dez retomadas em localidades diferentes – Lagoa I, Lagoa II, Trilho, Jandaiguaba, Sobradinho, Jardim do Amor, Lameirão, Caco, Capoeira e Ponte. As motivações e as formas de execução das retomadas, que começaram a ocorrer nos primeiros anos da década de 1990, variaram em diferentes momentos e contextos. Elas não seguiram um único padrão de execução e, em algumas localidades, as ações aconteceram mais de uma vez.

As retomadas efetivadas pelos Tapebas aconteceram em diversas localidades, em diferentes momentos históricos e arranjos políticos. Assim, para dar conta dessa diversidade, apresento o relato do contexto em que aconteceram, abordando cada localidade individualmente como uma unidade processual específica. Tentei seguir, na medida do possível, a ordem cronológica. No entanto, em algumas retomadas mais antigas, não foi possível chegar a uma determinação precisa de data, de forma que sigo as aproximações apresentadas pelos informantes durante a pesquisa de campo. Ao final deste item, apresento um quadro geral das retomadas com as principais motivações e usos significantes desses espaços.

3.2 Lameirão

Mapa 3. Localidade do Lameirão



(Fonte: Dados originais)

A aldeia do Lameirão está localizada ao sul da Lagoa dos Tapebas. O acesso se dá por uma pequena estrada de terra transversal a BR-222 – novo traçado, na altura do quilômetro 15. O ponto de referência para a entrada da aldeia é um grande cajueiro na margem oposta da BR. Encontra-se entre os limites de sítios e das fazendas do espólio de Pascoal Calíope e de João Fortes, ao norte do açude homônimo – Lameirão ou Lamarão. Existem também algumas barragens menores construídas pelos próprios residentes. A maioria dos Tapeba da localidade vincula-se por descendência irrestrita ao finado casal “Perna Grossa” e Maria Silva do Nascimento (BARRETTO FILHO, 2005a, p.124). Famílias que viviam como moradores dos “Nogueira” (Vicente Nogueira da Mota, cunhado de Alfredo Miranda) exerciam a função de caseiros e trabalhadores rurais. A partir do final da década de 1980, algumas famílias começaram a ocupar a área de um loteamento que não se concretizou porque a imobiliária responsável havia falido.

Nossa comunidade nunca participou de retomadas, como falou o R. aí. Por causa da nossa liderança, que não queria e não quer retomada, mas a retomada que nós fizemos foi daqui da terra em que nós moramos, que aqui é uma terra que foi vendida para uma imobiliária, aí faliu e nós apossamos. Fizemos a retomada aqui nela. (A., Lameirão, abr. 2009)

Nesse contexto, a ocupação se deu de forma gradual e, na época, não era definida como uma retomada. Estava mais próximo da prática tradicional e comum aos Tapebas, de migração entre os diferentes grupos locais em busca de espaços disponíveis para seu assentamento, principalmente entre as localidades em que existem relações de parentesco próximas.

E.: O senhor lembra quando foi que começou a ocupação aqui?

S.: Eu não me lembro, não. A gente fala uma coisa e outra e se esquece né? Aí eu passei a trabalhar aqui dentro. Saí da Lagoa I e passei pra cá e quando cheguei tinha essas três casas. Aí comecei a organizar aqui dentro, fui organizando o pessoal, hoje em dia está esse horror de gente junto comigo e eu representante aqui.

E.: Na opinião do senhor, no Lameirão o senhor considera uma retomada de terra?

S.: Olha, eu não sei nem dizer, porque nós chegamos e nos apossamos da terra e pode contar como uma retomada.

E.: Mas não teve conflito, né?

S.: Não teve conflito, exatamente. Foi uma retomada nossa, né? Porque eu, sinceramente, retomada de briga eu nunca gostei. Aqui, essa daqui, eu vi que não tinha, foi uma retomada nossa, como eu acabei de dizer agora, que não teve conflito, todo mundo apoiou.

E.: Na época se falava em retomada?

S.: Não.

E.: A ocupação aqui foi antes das retomadas que tiveram lá na Lagoa ou foi depois?

S.: Não, foi antes. (S., Lameirão, nov. 2009)

Mesmo na época, a ação não tendo sido considerada como uma retomada, após as que ocorreram subsequentemente, esse processo foi ressignificado. A compreensão de tal área definida como retomada não é consenso entre os Tapebas. O entendimento de que ali não se trata de uma retomada propriamente dita está presente na perspectiva de algumas lideranças mais aguerridas à luta pela terra, através das retomadas. Dessa forma, antagoniza-se com a postura da liderança dessa localidade, que não quer conflitos com os posseiros e se coloca abertamente contrário a ações de retomadas que envolvam algum tipo de enfrentamento nesse sentido. De qualquer forma, a ação passou a ser considerada uma retomada pela maioria dos informantes, uma vez que, na prática, possibilitou-se a constituição de um novo agrupamento, politicamente organizado em uma área de ocupação tradicional.

Por volta de 1998, após a chegada de uma liderança que morava na Lagoa I, os Tapebas começaram a se organizar politicamente no local. Na última década, os esforços da liderança e da comunidade resultaram na construção da Escola de Ensino Fundamental Diferenciada Tapeba Maria Silva do Nascimento, vinculada à rede municipal de ensino, pelo fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água. A área ocupada por Tapebas no

Lameirão constitui 16 hectares. Nesse espaço vivem atualmente 169 Tapebas³⁷, que dividem a área com aproximadamente 12 ocupações de não índios. Existem áreas destinadas para o plantio familiar, uma escola diferencial municipal, um campo de futebol e um pequeno açude.

Fig. 12: Vista parcial da localidade do Lameirão



(Foto: A. L. Tófoli – mar. 2009)

Fig.13: Pequeno açude na entrada do Lameirão

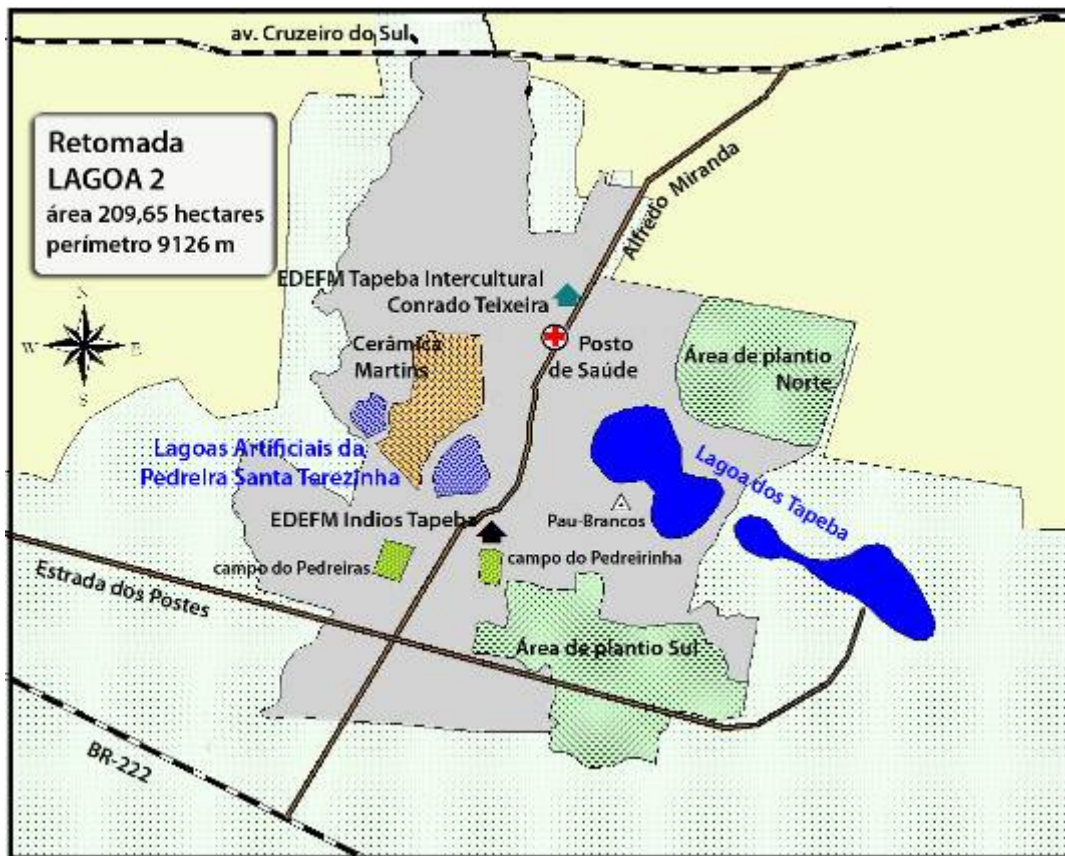


(Foto: A. L. Tófoli – nov. 2009)

³⁷ Os dados populacionais de cada localidade foram retirados do cadastramento da FUNASA de 2009.

3.3 Lagoa II

Mapa 4: Retomada da Lagoa II



Fonte: Dados originais

A localidade da Lagoa II é onde se situa a Lagoa dos Tapebas propriamente dita. Os residentes na Lagoa II descendem de famílias ancestrais habitantes nos terrenos de Pedro Guimarães, Alfredo Miranda, seu Dudu, Alcides Abreu e José Alexandre (BARRETTO FILHO, 2005^a, p.121). Mesmo sendo o local de morada dos antepassados, que inclusive vincula o nome do grupo ao da Lagoa, a diáspora imposta pela expulsão das terras fez com que, no final do século passado, poucas famílias ali residissem:

E naquela época a questão da terra, como até agora, ainda é a maior questão da luta. Mas naquela época tinham muitos índios morando fora das aldeias, desaldeados, morando de casa alugada, morando espalhados no meio do mundo, e aí as terras tavam nas mãos dos posseiros. E daí a ideia das retomadas era para que a gente conseguisse trazer de volta aqueles que haviam saído na época em que foram expulsos. Daí há uns quinze anos atrás, aqui na Lagoa, só existia a casa da minha avó, do seu João Simão, lá em cima no alto e da dona Josefa: só tinham três casas dentro desta aldeia e hoje tem mais de 300 famílias, por conta das retomadas que a gente andou fazendo.(M., Lagoa II, out. 2008)

Ao início da década de 1990, por volta de 1993, na localidade da Lagoa II, foi onde aconteceu a primeira ocupação que podemos considerar uma retomada propriamente dita, organizada em resposta à iniciativa de alguns posseiros em cercar uma área que antes era de livre acesso Tapeba. A prática de cercamento, conforme mencionado no capítulo anterior, acirrou-se após o primeiro estudo de delimitação, ao final da década de 1980. É nesse momento que as ocupações de terras pelos Tapebas começam a ser entendidas e organizadas como mecanismo de defesa do território.

A primeira retomada a gente fez aqui na Lagoa mesmo, vizinho do meu terreno lá nas cajazeiras, porque já tinha um outro posseiro cercando. Então a gente se reuniu e na luta era pouca gente, então se reuniu eu, J., o pessoal, que tava precisando ficar na aldeia, voltar. Meu irmão, pouca gente, né. Naquela época, nós conseguimos um arame, a doação de um arame. Aí, em vez de o posseiro cercar, nós que cercamos. Depois nós fomos muito ameaçados, porque o posseiro não queria deixar a gente cercar. Daí cheguei a dormir fora de casa, porque parava carro e eu corria, dormia na rua... Só que aí, depois disso, nós começamos dizendo assim: “Ó, quem não tem onde morar, quem está desaldeado, pode vir”. Aí assim, lá onde tem a minha casa, tem muitas casas do pessoal que morava no Capuan, Jandaiguaba, tinha muita gente morando lá. Então nós achamos por bem nós cercar e passar a morar lá do que ficar na mão dos brancos. (M., Lagoa II, out. 2008)

Essa retomada teve como objetivo abrir espaços para moradia de famílias desaldeadas, por isso configurou-se como uma ação mais ativa e intencional de apropriação do espaço. Ou seja, essa foi a primeira retomada entendida como uma ação política dentro do contexto da ampliação da consciência do grupo no tocante ao direito às terras tradicionalmente ocupadas, mas não foge totalmente do padrão de migração interna de famílias tapebas. Entretanto, é somente a partir desse momento que essas migrações passam a ser organizadas dentro da elaboração de uma estratégia de luta pela terra. A postura mais combativa em relação ao território teve como consequência, conforme o relato acima transcrito, reações de proprietários e posseiros de terras que se incomodaram, ameaçaram e perseguiram lideranças.

A segunda retomada da Lagoa II ocorreu em 1995. Teve como motivação inicial a proibição imposta pelos Guimarães para que os moradores tapebas não fizessem a manutenção de suas casas.

Como você sabe, eles não queriam aceitar a M.E. pra levantar essa casa. Quando foi um dia, o D. veio aqui e disse: “Dona M., levante sua casa. Não vá deixar essa casa cair por cima da senhora, não. Crie coragem, levante essa casa!” e levantou. Quando vieram aí, ora, a casa já estava levantada. Levantou a casa. A gente se juntou, fez esse campo, esse campo aí de futebol. “Vamos plantar! Nós temos que arrumar um lugar pra gente plantar.” Porque a gente tem que tirar o nosso pão de cada dia e tem que ser da terra mesmo, porque ela é que tem que dar nosso sustento mesmo. Aí enfrentamos aí pra dentro. Veio muita gente. Tinha numa faixa de umas cem pessoas aí dentro. Fizemos essa retomada da área de plantio. O pessoal ainda chegou com

foice aí, bem pertinho do pescoço do D., aí os índios chegaram logo todos juntos. O homem foi e saiu. E, graças a Deus, até hoje nós estamos plantando aí dentro. Porque não podem empatar de a gente tirar o sustento da gente mesmo, porque é da terra que a gente vive. Não planta muito, mas planta pouquinho... Pouco a gente planta. (Dona R., 27 nov. 2008 apud BARRETTO FILHO, 2005^a, p.123 – abreviações dos nomes feitas por mim)

Essa retomada pode ser considerada um marco na luta pela terra em termos de capacidade de organização e das conquistas daí advindas. Foi a primeira em que ocorreu conflito direto entre posseiros e Tapebas no momento e no local da retomada.

Antes de a terra ser demarcada, a gente tava cansado de esperar pela demarcação da terra, em 1995, logo que eu voltei de Brasília, que eu voltei com toda a força, toda a garra. Aí a gente tem um espaço aqui que hoje é área de plantio coletivo, que era ocupada pelo posseiro, mas só que esse posseiro vivia em Fortaleza e outro posseiro da nossa área, que chama os Bruno que plantavam, [...] fomos lá conversar com eles pacificamente, nós dissemos: “Essa área aqui é nossa, a que vocês estão também é, mas, como vocês estão ocupando lá, nós vamos esperar a demarcação para vocês serem indenizados e nós ficarmos com o que é nosso”. Na maior tranquilidade. Aí começaram com a maior grosseria para cima da gente [...]. Aí a gente ocupou; ele, quando soube que nós estávamos lá, nós entramos mais ou menos umas sete da manhã, quando foi umas seis horas da tarde eles vieram lá. Aí vinham um com uma foice, outro com o facão, mas só dois né. Ele me chamou lá, aí eu fui, o pessoal ficava tudo afastado, aí ele disse: “Por que você ocupou meu terreno?” Aí eu disse: “Rapaz, ninguém ocupou terreno de ninguém, nós estamos ocupando o que é nosso, você está na posse do que é nosso também, mas nós não vamos brigar por isso agora, porque nós estamos esperando pela demarcação, mas isso aqui que vocês estão ocupando ilegalmente nós vamos ficar aqui e, se você quiser rolar a gente de foice e facão, pode começar”. Quando eu falei isso, o pessoal foram chegando. [...] Quando eles recuaram, eu fui ligar para FUNAI e coloquei o problema, eles ligaram também para a Polícia Federal e eles vieram para cá. (A.R., jul. 2008, Lagoa II).

Essa retomada iniciou em um momento em que os Tapebas acreditavam que a demarcação estava em vias de se concretizar, o que não chegou a ocorrer. Mas a ação permitiu efetivar a garantia de uma área coletiva para o plantio, a ampliação da área contínua sob domínio Tapeba, incluindo os tradicionais cajueiros do finado Manoel Raimundo – atualmente espaço utilizado para reuniões de rodízio, localizado nos fundos da casa de dona M. E. – e o acesso à Lagoa dos Tapebas, e tiveram um impacto tanto de uso como simbólico para o grupo, já que é um local considerado sagrado. As margens da Lagoa dos Tapeba (ou Paus Brancos) é onde hoje se realiza a Feira Cultural e a Festa da Carnaúba nos meses de outubro.

Até mesmo porque aqui nos Paus Brancos era uma antiga aldeia, onde morava os antigos mesmos, os troncos velhos, a lagoa era toda arrodada de casas de tapebas, as margens da lagoa era onde viviam. Meu pai nasceu aqui, aí o pessoal mais antigo foram fugindo do local para outras aldeias. Moravam aqui, que foram expulsos, né? A importância desse local é que também aqui moravam nossos antepassados, então, a nossa história tá aqui, a gente faz questão de preservar este local. [...] Porque a pessoa que se dizia dono daqui, que hoje nem está mais aqui, ele não queria que as pessoas pescassem, que usassem a lagoa, que tomassem banho, nem que caçasse aqui. E daí, quando a gente retomou, entramos aqui e dissemos: “Ó, está proibido o

corte de madeiras”, então ninguém cortou mais. Hoje ninguém corta os Paus Brancos, ela é mata nativa e hoje ela está cada vez mais aumentando, e a nossa ideia é manter essa preservação. (M., Lagoa II, out. 2008)

Fig. 14: Lagoa dos Tapebas



(Foto: A. L. Tófoli – out. 2009)

A Lagoa II é a maior área retomada. Por esse motivo, o espaço destinado ao plantio é também utilizado por agricultores de outras localidades que não têm onde plantar em suas aldeias de origem. Na Lagoa II, existem dois espaços para o plantio coletivo: um corresponde à referida retomada, localiza-se entre a escola índios Tapebas e o terreno dos Brunos no limite sul, com área de 24 hectares, onde plantam dez agricultores da Lagoa II, dois do Jardim do Amor e três da Lagoa I; o outro espaço encontra-se nas imediações da Fazenda São Vicente, próximo aos limites do bairro do Capuan, no limite nordeste da retomada. Tem área aproximada de 17 hectares e é utilizado por um agricultor do Capuã, um do Trilho, cinco da Lagoa II, um dos quais tem também uma pequena criação de gado.

Dentro do perímetro considerado da retomada, encontra-se a Cerâmica Martins, de propriedade de Antônio Caucaia, a qual corresponde a uma área aproximada de oito hectares. A relação da cerâmica com a população Tapeba atravessa várias décadas e alcança mais de uma geração, pois, antes dela, havia uma empresa de mineração que atuou na região que contribuiu para o surgimento das lagoas artificiais Pedreira de Baixo, Pedreira de Beber e Pedreirinha, atualmente localizadas vizinhas da empresa (mapa 4). A maioria das famílias da localidade tem ou teve algum de seus membros trabalhando na cerâmica, cuja mão de obra é majoritariamente Tapeba. De acordo com Barretto Filho,

Esta parte de terra foi de diversos “donos”, de Alcides Abreu a Antônio Caucaia, em cujos empreendimentos gerações sucessivas de índios Tapeba trabalharam, tendo aprendido os respectivos ofícios, constituindo-se assim em mão-de-obra barata, mas qualificada pelo aprendizado em serviço. A empresa de Antônio Caucaia, recentemente, mudou de nome de Cerâmica Itapeba para Cerâmica Martins, tendo ampliado a sua planta em detrimento de famílias Tapeba que ali residiam há muitos anos. (2005a, p.122)

Fig. 15: Fábrica de cerâmica e lagoa artificial



(Foto: A. L. Tófoli – set. 2009)

Fig. 16: Vista da entrada principal da cerâmica



(Foto: A. L. Tófoli – set. 2009)

O acesso à fábrica de cerâmica se dá através de uma estrada de terra, bem conservada, transversal à Avenida Cruzeiro do Sul e paralela à Avenida Alfredo Miranda. Na beira dessa estrada, existem habitações tapebas. Uma informante apresentou o conflito com o proprietário da cerâmica no período de uma pequena retomada, ocorrida em 2008, para a construção de uma casa:

E.: Conta um pouquinho como foi aqui a retomada da Lagoa II.

N.: A da Lagoa II, que foi essa aqui para fazer a casa do A., começou só por mim, ele, a esposa dele, o meu filho aqui. A gente começou a propor só que a gente não avisou, porque, sempre quando a gente avisa, sempre tem um que vai entregar aos posseiros. Quando o posseiro descobriu, já tava o terreno vazio, daí muita gente daqui não veio porque trabalha pro posseiro e tem medo de perder o trabalho. Aí ficou só nós aqui mesmo, daí veio gente da Lagoa I, depois que o caldo engrossou mesmo, veio gente da Lagoa I, veio gente do Trilho. Agora, aqui mesmo, da Lagoa II, poucos contados vieram.

E.: E foi quando essa retomada aqui?

N: Acho que está com um ano e pouco.

E.: É recente...

N: É, é recente essa retomada, tá com um ano e pouco mesmo. Aí o posseiro chegou, quando o posseiro chegou mandou parar. A gente não parou. Nessa época o meu marido trabalhava pro Antônio Caucaia. Quando nós botamos o cimento pra lá ele parou o carro e mandou meu marido trazer o cimento todo de volta. Aí eu disse: “Você vai trazer, mas a gente vai levar o cimento de volta”. Aí a gente pegou o cimento e levou todo de volta de novo, quando a gente foi passando com uma carrada de pedra, os meninos passaram com o cimento e eu peguei a pedra. Ele virou o carro de mão, o posseiro virou o carro de mão, aí eu disse pra ele: “Eu não passo com o carro de mão, mas passo no ombro”. Daí fui, peguei a pedra, botei no ombro e fui passando, quando fui passando ele me empurrou, ele empurrou com a pedra e tudo e eu tombei. Com a pedra pesada, eu tombei. Quando eu tombei, os meninos que tavam aí vieram tudinho em cima dele. Aí o filho dele disse: “Pai, não agrida ela, não, não faça nada com ela não. Pelo amor de Deus”. Os meninos chegaram em

cima dele e ele recuou, daí quando deu um pedacinho a Polícia chegou. Quando a Polícia chegou, já chegou com as armas em punho, daí a gente tomou a frente. Eu mesma fui uma que entrei à frente e disse pra eles que eles jamais tinham autoridade para entrar aqui dentro e que jamais tinha essa autoridade de chegar com a arma em punho em ponto de dar um tiro na gente, porque aqui era área indígena e eles não tinham essa autoridade de tá entrando de jeito nenhum. Daí veio gente da FUNAI, daí falou coisas aí e eles foram embora. Daí a gente continuou o trabalho que a gente tava fazendo. Mas essa aqui foi uma grande luta que a gente teve com o Antônio Caucaia, essa aqui foi uma. (N., Lagoa II, out. 2009)

O relato apresenta a relação de dependência econômica de indivíduos tapebas, os quais representam quase a totalidade das funções da cadeia produtiva dentro da cerâmica, em relação aos empregos disponibilizados pela cerâmica – “muita gente daqui não veio porque trabalha pro posseiro e tem medo de perder o trabalho” –, como também a dominação exercida pelo proprietário sobre seus empregados, mesmo fora do local e situação de trabalho – “nessa época o meu marido trabalhava [...] pro Antônio Caucaia. Aí, quando nós botamos o cimento pra lá, ele parou o carro e mandou meu marido trazer o cimento todo de volta”. O funcionário em questão acatou as ordens do patrão e retirou o cimento, ainda que os demais Tapebas demarcassem a resistência passiva e ativa às ordens dadas pelo dono da cerâmica, o que denota a relação de interdependência entre Tapebas da localidade e a cerâmica.

Atualmente vivem na Lagoa II, aproximadamente, 300 famílias e 1.088 tapebas. A área da retomada abriga uma escola estadual – EDEFM Índios Tapeba – e existe também na localidade uma escola indígena municipal – EDEFM Tapeba Intercultural Conrado Teixeira – que foi construída dentro do terreno da casa da professora Margarida, em uma das poucas áreas na localidade de uso tradicional e permanente de posse indígena anterior a retomada; um posto de saúde; uma casa de farinha, atualmente desativada por necessitar de reformas no forno; metade da Lagoa dos Tapeba; dois campos de futebol – o Pedreira e o Pedreirinha; uma igreja protestante, uma igreja católica e alguns bares. Ou seja, situação que nem de longe lembra o relato das três casas ali remanescentes do final da década de 1980. As duas primeiras retomadas surgiram, assim, em resposta à ação de posseiros e proprietários de terras que acirraram as medidas de restrições aos espaços pelos tapebas, associado à ampliação da consciência dos direitos constitucionais que tinham sobre a terra. A segunda delas demorou dois anos para chegar à configuração atual, pois, após o embate inicial com os Bruno, as pessoas foram paulatinamente ocupando os espaços, construindo casas, organizando escolas e trabalhando nas plantações. O terceiro caso apresentado teve como objetivo a construção de uma única residência próxima à Cerâmica Martins. Foi uma retomada pontual, envolveu menos pessoas e deve ser entendida como um exemplo das pequenas ações que sucederam ao

início da segunda retomada, em meados da década de 1990, que ao longo dos anos moldou a configuração espacial da localidade, tal qual, encontramos atualmente.

Fig. 17: Estrada dos postes



Estrada dos postes é um dos limites entre Lagoa I e Lagoa II, a porteira marca o início da área de plantio coletivo na parte sul. (Foto: AL Tófoli)

Fig. 18: Posto de saúde

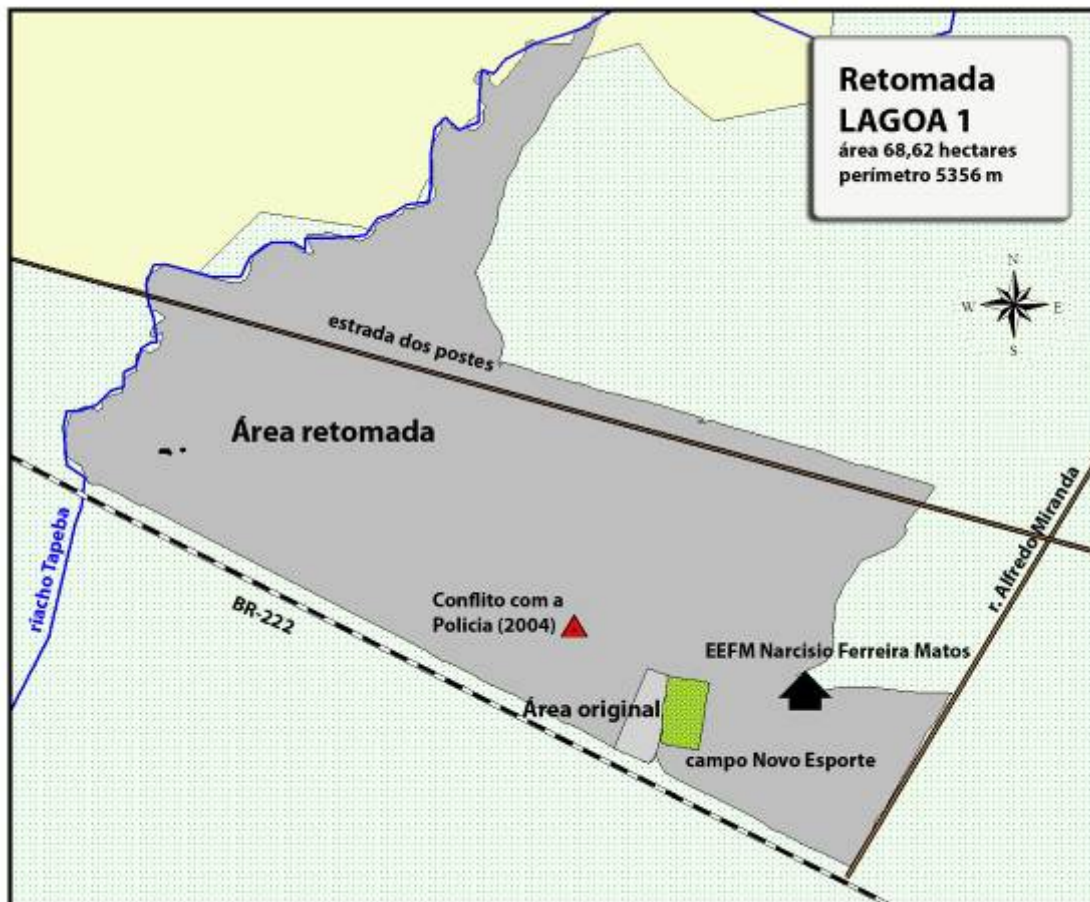


(Foto: A. L. Tófoli – nov. 2009)

As retomadas da Lagoa II correspondem a uma área total de 218 hectares e um perímetro de 9,13 km, configurando, assim, o aldeamento com maior área. Reduzindo a área da cerâmica, deve-se considerar que a área efetivamente retomada na Lagoa II é de 210 hectares, dos quais aproximadamente apenas três estavam sobre efetivo controle Tapeba antes das retomadas. A Lagoa II faz limite com duas localidades Tapebas: a oeste com o Jardim do Amor, na altura do Riacho Tapeba; e a sudoeste com a Lagoa I na estrada dos postes e na Rodovia Alfredo Miranda. As três aldeias juntas formam a maior extensão territorial contínua sob domínio Tapeba com área total de 323 hectares (ver mapa 1).

3.4 Lagoa I

Mapa 5: Retomada da Lagoa I



(Fonte: Dados originais)

O local, atualmente denominado de Lagoa I, aparece no estudo de Barretto Filho como vila: Vila dos Tamancos ou Vila São Raimundo Nonato. Fica localizado às margens do retorno da BR-222. Algumas famílias ali se instalaram na década de 1970, proveniente da Fazenda Malícia. Dona M. relata os detalhes dramáticos da história da vinda para este local:

Bem, nós demos fé o homem riscou lá pra nós sair pra cá, de baixo de trovão, relâmpago. Sim, primeiramente eles foram trucidando que nós trabalhava, ele, meu pai. Deu um papel era pra mor de expedir pra ele, mas não disse o que era. Mas sabia que ele era dono das terras lá, sabia que ele era dono, mas nesse tempo ele já tava velhinho [Alfredo Miranda], aí o filho dele foi, ficou maluco da cabeça e vendeu pra esses Gilberto acolá, lá onde nós morávamos. [...] Bem, esses papel era pra nós ganhar as terras aqui. Que terra?! Esses curriquinho velho ali, não deu nada, cada qual ganhou aquele pedacinho, era tudo encaçado uns nos outros, ainda hoje é quase a mesma coisa, quase não aumentaram nem nada. Só que ganhemos aí, pelejando na luta, já tem uns pra fora mais, mas aqui era tudo impensado, mulher. Sim, lá que veio nós, botou nós de baixo de chuva e lá se veio, “tem que desocupar, que o terreno era meu, que tinha o contrato”. Aí lá vem nós, pelejando, nem tinha feito as casas

velhas aqui, só tava tudo com mulambo, as casas tudo com os chão molhado, com os mulambinho. Aí vem tudo pra cá, chuva, minha filha! Lá vamos desmanchar as casas, era obrigando, saímos, nós não sabia nada. A gente foi tirar as telhas o menino levou uma pancada na cabeça, foi sangue! Viemos com um bocado de telha nas cabeças, relâmpago, trovão, lá se veio os pobrezinho em tempo de cair, quebrar até o pescoço. Oh, homem perverso! Fez essa perversidade. Aí lá se vem nós, e quando deí fé ele empurrou os outros. O primeiro que veio foi meu irmão, João, que era meu irmão que veio de lá, que é marido da Tiló, a Tiló é minha cunhada. Foi o primeiro que veio, depois veio o Cassimiro, depois o Sebastião e aí lá vem, lá vem, lá vem, aí nós chegemos também. Aí viemos morar numas casinhas, chamava casa de mulambo, mas nós foi pelejando, quando deu fé chegou aqui. (Dona M., 88 anos, Lagoa I, set. 2009)

Na fala de dona M., transparecem as formas arbitrárias de como os Tapebas eram expulsos dos locais que habitualmente ocupavam. As famílias que ali se instalaram formaram uma vila da qual conseguiram a regularização do terreno, na época através do sindicato dos trabalhadores rurais. Sobre essa situação, Barretto Filho relata:

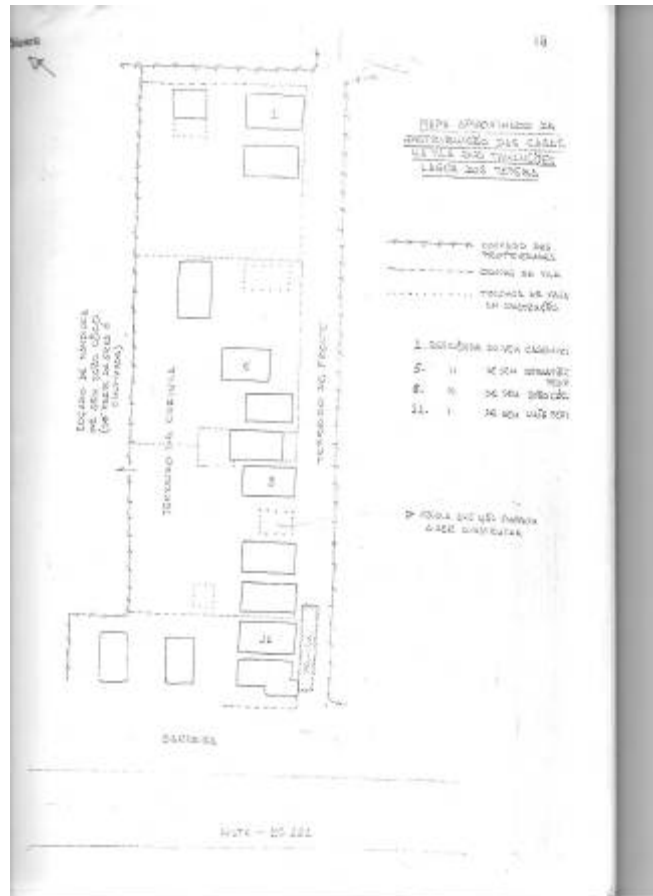
Tudo indica, segundo depoimento de seu João, que todos os antigos moradores do finado Alfredo Miranda, ‘postos pra fora avulsos’ por Gilberto, receberam uma declaração deste autorizando a ocupação de lotes de 11x25 m. Reproduzimos abaixo os termos de uma delas, emitida pelos declarantes em março de 1976, em benefício de Comélio Bento Teixeira, genro de seu Luís “Môco”.

[...] Dos antigos moradores do “Major” Alfredo Miranda postos pra fora por Gilberto, apenas os que moram hoje na vila permaneceu em pleno gozo da posse de seus lotes. Os que foram atingidos pela estrada – Luís Lúcio, que perdeu um, o único que tinha, tendo que se mudar, e seu Luís “Môco”, que teve um de seus três lotes “engolidos” pela estrada – até hoje só receberam uma parcela de indenização. Já Antônio Alves e José “venderam” os seus e estão morando no Capuan, o mesmo tendo acontecido com os “Rosa, Manuel e Izabel” que moram hoje na Capoeira e no Capuan, respectivamente. Os moradores da Vila, entretanto, ainda que tenham essa “declaração” autorizando-os a “ocupar” uma parte de terra de propriedade de Gilberto Rocha Miranda, sentem-se, como seu João, inseguros, na medida em que até hoje aquele não assinou as competentes escrituras em seus nomes, transferindo-lhes todos os direitos sobre as referidas partes de terra: “Tá tudo no papel, mas que ele ainda num assinou. Ele num tendo assinado, o pessoal diz que ele querendo mexer ainda mexe”. Como podemos observar nos croquis da Vila, hoje, só a casa de None e Maria, onde hoje moram sua filha Regina e seu genro Zé de Deus, tem o terreiro de cozinha separado. Todas as outras compõe um único lote a partir de cada três dos que foram cedidos para ocupação. (1993, p.231)

O nome de “vila” deve-se ao fato de que as casas estavam organizadas espacialmente entre duas cercas em um espaço bastante reduzido, aproximadamente 0,7 hectares. Reproduzo abaixo um mapa elaborado por Barretto Filho em relatório de trabalho de campo realizado de novembro de 1986 a janeiro de 1987. O desenho delimitado na figura 20, corresponde à parte cinza claro no mapa 5.

O êxito das retomadas na Lagoa II serviram de estímulo para as retomadas que as seguiram na Lagoa I. Estas aconteceram em três momentos: 1998, 1999 e 2001. Na primeira, foi feita a derrubada de uma casa que estava sendo construída por um posseiro.

Fig. 19: Mapa da “Vila dos Tamancões” em meados da década de 1980



(Fonte: BARRETTO FILHO, 1987, p.18 – o norte apontado no canto esquerdo do mapa não consta no original)

Fig. 20: Casas originais da Lagoa I



(Foto: A. L. Tófoli – ago. 2009)

Fig. 21: Árvores que delimitam o antigo limite da Lagoa I.



O lado esquerdo da mangueira configura o limite original da Vila, a cerca passava pelos troncos das árvores, o campo não existia, o local era cercado e o acesso restrito (Foto: A. L. Tófoli – ago. 2009)

Daí a gente aqui, nesse aperto, sem ter onde nem plantar nada, você veja que aqui a gente estava entre dois arames. Então, quando eu participei lá [Lagoa II], eu já era liderança e, quando eu vim de lá, eu já fui trazendo assim um apoio para cá, chamando o pessoal para vir dar o apoio aqui. [...] A gente foi observando, se juntando, conversando, e aí, quando foi, chegou um dia a gente se juntou, aí começou dali. O homem tava ali fazendo uma casa, aí nós fomos lá e desmanchamos a casa dele. Aliás, nós não desmanchamos, primeiramente nós falamos assim: “Você está fazendo essa casa aí por quê?” Ele falou: “Aqui é área privada, é minha”. Eu digo: “Não, aqui é área indígena, o senhor não pode fazer”. Ele disse: “Posso, isso aqui é meu, tenho registro, tenho documento”. Aí se reunimos de novo, não, o homem vai continuar, aí fomo lá se reunimos e derrubemos. [...] Mas, depois que nós derrubemos aquela casa ali, nós entremos lá pro outro lado do campo. Fomos lá, posso dizer assim, um grupo de criança, que era uns adolescentes, eles estavam entendendo que era a luta, que era um sacrifício, uma necessidade também, para eles querer um espaço pra jogar, para a escola, para as crianças. Eles começaram, os jovens, eu também dei o apoio. Isso a gente começou no ano de 2000, nessa peleja tirando a cerca, cortar. Teve um dia que foi tão perigoso, que veio sete homens e essas crianças, eles botando o arame e eles tirando. Ó, meu Deus do céu, foi Deus mesmo que deu livramento, porque como é que umas crianças dessas podem com uns posseiros desses. Hoje, graças a Deus, já são homens, já estão casados, já tem até família, alguns, e outros são solteiros. Mas foi isso que aconteceu. Aí a gente foi dando esse apoio, daí quando foi um dia a gente se reuniu e tirou a cerca total, do começo, até lá. Alguns tinham medo, mas aquele grupo que não tinha medo se juntou e fez acontecer. (L.F., ago. 2008)

Na segunda, retirou-se a cerca para dar acesso a um espaço para o campo de futebol em frente às casas, com o objetivo de se ter uma área de lazer para as crianças e jovens, uma vez que a falta de espaço as levava a brincar na rodovia que passa em frente, o que causou acidentes no local.

Em relação às retomadas, eu participei aqui da Lagoa I de quase todas. A primeira que a gente participou foi aqui de frente pro colégio, da escola Narciso Ferreira Matos, onde nós conseguimos uma retomada pra construir um campo de futebol. Era uma ideia que a gente tinha, porque os meninos, a comunidade, utilizavam o campo de futebol que ficava do outro lado da pista, era um campinho pequeno e corria muito risco de estar atravessando a pista todos os dias, todas as tardes pra jogar futebol. (J., Lagoa I, out. 2009)

A área ocupada, nas primeiras retomadas, abriu espaço para campo de futebol, moradias e, recentemente, para a construção do novo prédio da EEFM Narciso Ferreira Matos. A terceira teve início em 2001 e abriu espaço para o plantio a noroeste das casas da vila original. Nesta última, havia três momentos de conflitos com a polícia. O primeiro ocorreu logo após a ocupação na chamada retomada de Baixo ou Cutia, localizada no extremo sudoeste da área, próximo ao Riacho Tapeba:

Quando nós entremos aqui, não tinha ninguém, nós entramos exatamente como eu já contei, ocupando a terra. Quando entramos, não tinha ninguém e depois, no outro dia, ele apareceu e trouxe a polícia. Mas na hora que ele chegou com a polícia não resolveu, não intimidou os índios, a gente chamou a comunidade e veio. A polícia foi embora, e depois ele voltou para a reintegração de posse. E nessa hora tinha poucos índios, ninguém estava nem esperando, mas aí de repente os que estavam aqui, era

até o meu menino, pegou o cavalo... Porque é como eu disse: só estava essa entrada aqui porque ali era um muro e saiu no cavalo chamando a gente, que eu não estava aqui, aí eu fui chamando o resto das pessoas, trouxe pra cá e aí quando nós chegamos, ele já estava ali no portão e já não deixaram mais ninguém entrar. Estava todo mundo lá, levando as coisas que tinha aqui, coisas das pessoas, as coisas dos índios, levando tudo, tirando de dentro da casa e levando, rebolando lá na pista, lá do lado de fora do portão. Ninguém entrava mais. Nós ficamos uns do lado de fora e uns do lado de dentro e chamando mais gente, de outras aldeias, e como veio. Chamamos a FUNAI. Quando chegamos, aí a FUNAI, junto com a gente, perguntou o que a gente queria fazer, porque eles vieram pra cumprir a liminar e tinham que cumprir; eles queriam saber o que a gente queria fazer, se nós queria agir, se nós queria sair. Nós dissemos que queria sair, e foi o que nós fizemos. Nós saímos tudo daqui de dentro e fomos lá para a pista, já estava de tardezinha e, quando saímos tudo lá para fora, a polícia foi se embora e pronto. Quando eles foram embora, nós recuamos, já estava de noitinha e nós voltamos. (L.F., Lagoa I, 2 set. 2009)

Depois dessa ação, foi derrubado um muro que separava a retomada de Baixo da retomada do Meio, dando assim livre acesso a partir do núcleo central da aldeia, antiga Vila, até o local em questão, sem ter de passar pela BR-222. O segundo momento de intervenção policial ocorreu com uma nova tentativa de desocupação. O quadro apresentado foi o seguinte:

Quando eles voltaram, nós já tínhamos derrubado o muro. Aí os policiais chegaram mais zangados ainda nesse dia e foram para o portão, para fechar o portão de novo, como eles fizeram. Aí eu mandei o pessoal procurar veredas por dentro dos matos, porque como não estava brocado assim era mato, eu mandei eles procurar vereda pelos matos. Ficaram no portão e o pessoal chegaram por aqui. Quando eles voltaram de lá, já tava todo o mundo aqui. Tudo aqui já pra dançar o toré. Quando foi, a FUNAI chegou, tavam chamando até o procurador já. Aí disseram: “Não era mais para vocês estarem por aqui não. Não teve a reintegração de posse?” E foram conversando com a FUNAI. Quando tavam telefonando pro procurador eles desistiram. Quando a FUNAI chegou aqui, eles já estavam ameaçando os índios, dizendo: “Quem der um passo pra frente eu atiro”. Eu disse: “Rapaz, não faça isso, não”. Mas aí não agiram, ficaram só ameaçando. “Porque eles tão tudo armado”. Dizendo que nós estávamos tudo armado, porque tinha as lanças, aí ele disse que nós estávamos armado. Daí, depois disso, eles foram-se embora, e até hoje. Graças a Deus, graças a Deus, até hoje. (L.F., Lagoa I, 2 set. 2009)

O mandado de reintegração de posse foi anulado. Atualmente o espaço está reservado para o plantio e para realização de reuniões. Anos após o início da ocupação, em 2004, ocorreu o conflito mais dramático entre os Tapebas e a polícia, na parte superior da retomada do Meio, localizada logo atrás das casas da vila original no sentido noroeste (mapa 5).

Nós entramos e estamos aqui, só que, depois que nós estando aqui, o posseiro não respeita e ele negocia a terra com outro posseiro, mesmo a gente estando dentro da terra. Entende a petulância? Então, por causa dele negociar com o outro posseiro, aí causou uma grande confusão com a gente, e a gente chegou a dizer que ele não entrava mais aqui. Aí foi na hora que ele foi pegar lá o comandante de Caucaia, foi pegar a polícia toda de Caucaia, trouxe pra fazer o massacre aqui com os índios, pra botar pra fora a qualquer força. [...] A gente deve contar novamente que Deus deu livramento, porque era muita polícia na hora e não teve ninguém pra chegar – FUNAI, ninguém, ninguém, ninguém. A gente até chamou FUNAI, os órgãos aí, mas não veio ninguém, ficou só nós da aldeia, nós índios. E eles fizeram o que quiseram, atiraram, bateram nos velhos, bateram na mulher grávida e nas crianças. E

chutaram, fizeram tudo com os homens e levaram preso lá pra delegacia. (A.L., Lagoa I, ago. 2008)

Como aponta o relato, no momento da chegada da polícia, estavam apenas pessoas da comunidade no local, uma vez que o fato aconteceu anos após o início da retomada. Chegaram de forma bastante intempestiva, inclusive atirando. Mulheres e crianças foram expulsas para o lado onde se encontram as casas, ficando apenas os homens adultos no local da retomada.

Nessa retomada aqui que nós estamos teve uma mulher que estava grávida e ela abortou, ela teve medo e aí abortou o bebê, de seis meses. A outra também tava, e também ficou passando mal. Eles não respeitava ninguém, nem mais velho, nem ninguém. Era empurrando: “Bora, suas merda, sai daqui!” Era empurrando a gente e atiravam para cima. A minha avó é de idade, e eles foram empurrando ela também, atirando perto dos pés da gente, só que eles não botavam pra pegar. Eles disseram que, se o homem tivesse pagado ele mais, ele tinha matado a gente, que ele tinha vindo pra matar. Mas, como não deram o que ele queria, aí ele não matou. Eles pegavam as lanças e sapecavam nos homens nas costas, nos braços, o A. tem uma marca no braço onde ele levou uma chibatada.

E.: E vocês ficaram onde, as mulheres?

Nós ficamos ali do outro lado do arame, nós ficamos ali. Eles perguntavam a idade, porque tinha jovem: se tivesse 17 eles deixavam, se tivesse 18 eles levavam. Os jovens eles não levaram, não, levaram só os homens adultos, mas eles bateram ainda, ficaram com as costas tudo cheias de marcas do cacete, batia forte na costela dos meninos.

Às vezes a gente ficou assim com tanto trauma que não podia escutar qualquer zoadinha que já pensava que era eles que tinham voltado de novo. (An. e Al., Lagoa I, set. 2009)

A avó da informante, mencionada acima, é dona M., quem faz o seguinte relato sobre esse episódio:

Aquela lá de cima, a derradeira, lá foi duro [...]. Daí, um dia que teve aí, pra mor de tomar as terras ali do Félix, uma luta, foi tiro como um tudo, eles atirando por cima da minha cabeça até aqui. Confiei em Deus, essa mulher aí corria feito uma doida. Eu dizia: “Tu não tem fé em Deus?” Nós tava lutando ali, eu mais ela: “Não vou mais, não, estão prometendo de matar”. Eu digo: “Ah, minha filha, tudo na vida é assim, se a gente for amolecer, quem é medroso não entra, não. Eu não vou ter fé em Deus?” Foi uma luta, mas graças a Deus... Quando foi pra botar o arame, foi outra luta, é assim desse jeito, quem não tiver coragem não vai, não. Tem que lutar até quando Deus quiser. Até vencer. Não sabe que é nosso? Por que é que eles ficam fazendo besteira? Eles não querem entregar, não é Terra Indígena? Até agora eles não vêm libertar! A gente tem que lutar, né. Aí ela dizendo: “Já tão prometido pra matar é tudinho”. Eu digo: “Não, mas não é assim, não, porque se tudo fosse assim, nós não tinha nem isso aqui de jeito nenhum, porque promessa de matar era de todo o canto, mas nunca mataram nenhum, graças a Deus”. [...] Tudo no mundo precisa fé, porque a fé é quem nos cria, é quem nos ajuda, que o Senhor ajuda a nós toda hora e todo o tempo, não é não? Dá luz, dá esplendor. Aí, eu sei que nós lutemos, nós lutemos muito. (Dona M., 88 anos, Lagoa I, set. 2009)

Nesse episódio, oito homens foram algemados junto à mangueira, onde foram humilhados, agredidos e depois levados presos.

Fig. 22: Mangueira na retomada do Meio



Local onde os homens ficaram deitados por ordem da polícia no conflito que ocorreu em 2004. (Foto: A. L Tófoli – set. 2009)

Fig. 23: Cozinha na retomada do Meio



(Foto : A. L. Tófoli – ago. 2009)

As balas passavam naquela mangueira, chega chiava, aí os homem ficaram tudo deitado ali. Meu irmão que já morreu levou umas canecadas, umas pauladas aí de um polícia desses, [...] aí algemaram nós e levaram para Caucaia. (J.A., Lagoa I, set. 2009)

Após a prisão, as pessoas de outras localidades se uniram e conseguiram um caminhão para levá-los à Caucaia. Na porta da delegacia, afirmavam que, se não liberassem os Tapebas, eles iriam invadir.

Rapaz, nós passamos bem duas horas lá – não, ficamos mais. Eles saíram umas cinco e meia, quando eles chegaram aqui, umas oito e meia, umas oito horas da noite, o povo da comunidade aí fizeram um manifesto gritando: se eles não soltassem, iam invadir a delegacia. Aí eles soltaram, era muita gente, era, era e tinham muita gente lá, foi um bocado de gente. Aí saímos de tudo de pés depois, sei que tinha bem umas 100 pessoas. O caminhão foi cheio daqui pra lá e de lá pra cá, nós viemos de pés de Caucaia pra cá. (J.A., Lagoa I, set. 2009)

Ainda que não tenha havido consequências mais graves, a ação violenta da polícia, que chegou atirando, foi bastante traumática para quem a presenciou, além de escoriações, hematomas, alguns cortes deixados nos homens pelas agressões que sofreram. Alguns informantes atribuem à ação violenta da polícia à causa do aborto em uma das mulheres, grávida de seis meses e esposa de um dos homens que foram presos, como também a morte de José Alfredo, anos depois, em decorrência das sequelas deixadas pelas pancadas na cabeça sofridas naquele dia. O acontecimento na Lagoa I foi lembrado por tapebas de diversas localidades todas as vezes que o assunto da conversa envolvia conflitos em situações de retomada.

Fig. 24: Açude na retomada de Baixo



O açude é utilizado para banho e lavar roupa (Foto: A. L. Tófoli – nov. 2009)

Fig. 25: EDEFM Narciso Ferreira Matos



Nova sede construída em 2009 em área retomada (Foto: A. L. Tófoli – set. 2009)

A retomada da Lagoa I faz limite com a Lagoa II pela estrada dos postes e a Av. Alfredo Miranda. Tem uma área de 69 hectares. As casas que existiam inicialmente se mantiveram como antes, mas agora em frente a elas existe o Campo de Futebol do Novo Esporte Futebol Clube. Para além do campo no sentido de quem vai para a Av. Alfredo Miranda, existem moradias e o novo prédio da escola – Narciso Ferreira Matos, inaugurada em 2010. No sentido oposto, descendo paralelamente à rodovia em direção ao riacho Tapeba, na retomada de baixo, existem algumas moradias e um pequeno galpão para realização de reuniões, além de um terreno reservado para o plantio, apesar de no momento ainda não ser totalmente utilizado para esse fim. A agente de saúde dessa localidade atende Lameirão, Lagoa das Bestas e Vila dos Cacos.

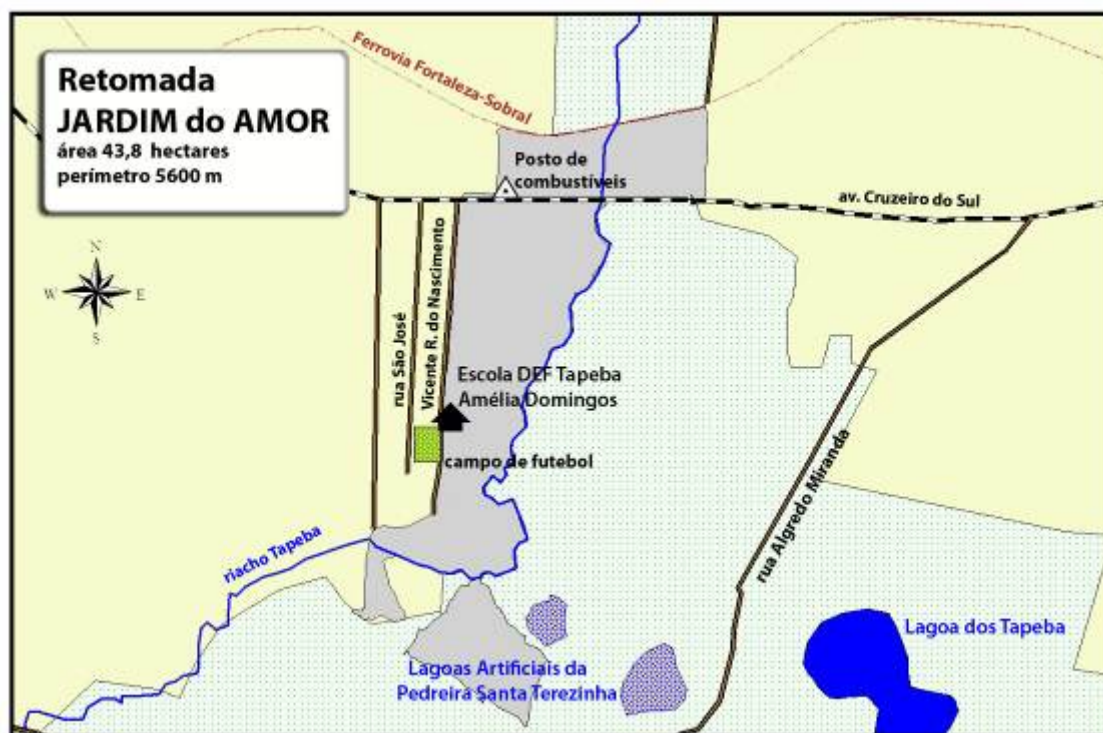
3.5. Jardim do Amor

O Jardim do Amor atualmente faz parte da zona periurbana de Caucaia. O processo de urbanização da região é relativamente recente, pois é na década de 1990 que se intensifica o processo de loteamento e ocupação para moradia. Anteriormente a esse período, já haviam algumas moradias de não índios, uma Igreja Católica e uma escola municipal. Referências da década de 1980 apontam a região como constituindo o loteamento Jardim Juá; “não obstante, a área era efetivamente ocupada por algumas famílias Tapebas residindo de forma dispersa na área, articuladas a outras situadas na lagoa do Tapeba e na Pedreira Sta. Terezinha” (BARRETTO FILHO, 2005a, p.132). Existem relatos de famílias Tapebas no local, há pelo menos seis décadas, uma vez que no relatório de Barretto Filho (2005a) afirma que dona Nair,

uma das moradoras mais antigas, declarou que já morava no local na época da seca de 1958 e, portanto, anterior ao processo de urbanização, conforme apresenta o relato abaixo.

A dona Nair era uma senhora que já faleceu, faleceu esse ano. Ela contava para gente que aqui por onde você veio, por essa rua aqui [R. Vicente R. do Nascimento], era só um caminhozinho e só mata mesmo. Essas pessoas começaram a se apossar e querer vender, no qual conseguiu vender algumas terras ainda. E nós começamos a fazer essa estratégia toda para cada uma ir pegando a sua parte, pra não tirar quintal muito grande, já para dar espaço para as outras pessoas construir as casas. E graças a Deus transformou nisso aqui. (G., Jardim do Amor, nov. 2008)

Mapa 6: Retomada do Jardim do Amor



(Fonte: Dados originais)

Assim como no caso do Lameirão, a retomada nessa localidade foi feita de forma paulatina e sem grandes conflitos com posseiros, a partir de 1993.

Porque tem certas retomadas que a gente faz que tem que bater de frente mesmo e segurar, né. E aqui já foi mais calmo: no lugar de bater de frente, a gente já foi chamando as pessoas para cada um já ir construindo as suas casas. [...] Quando a gente começou a se organizar, nessa época eu ainda morava na Lagoa II e ela morava aqui. Aí começou toda a organização junto com as outras lideranças também, porque, sempre quando a gente for fazer qualquer uma ação, sempre a gente conversa bastante com as lideranças para a gente poder chegar a um princípio de como fazer, para montar uma estratégia boa. Então a L. já estava à frente aqui e começou a conversar com outras lideranças, de outras comunidades. (G., Jardim do Amor, nov. 2008)

Fig. 26: Riacho Tapeba



(Foto: A. L. Tófoli – ago. 2009)

Fig. 27: Rua Vicente R. do Nascimento



A rua divide a área retomada do Bairro Jardim do Amor, do lado esquerdo, onde se encontra a placa da FUNAI, é a área retomada; do lado direito, onde tem a igreja e o campo de futebol, inicia a área de ocupação não-indígena. (Foto: A. L. Tófoli – out. 2008)

Uma diferença é que, nesse caso, um processo de loteamento do terreno estava em andamento quando a área foi ocupada, configurando já uma ação mais combativa do grupo no sentido de minimizar a ocupação da área por não índios. Assim sendo, foi considerada uma retomada, conforme explicado por um morador da localidade.

Essa área aqui como ele já falou, realmente estava toda em nome de pessoas, essa área todinha perto do Riacho, toda área indígena, e na época era na mão de um posseiro, um loteador, que era o Holanda. Ele pedia num terreno, num lote, ele pedia muito caro. Então foi aí que a gente decidiu, né. Que a gente viu o sofrimento do povo que não tinha nem como comprar alimento, imagina dar o tanto que ele pedia. E aí foi quando a gente se organizou e formou nossa comunidade, e aí ele foi se afastando e nunca mais ele apareceu. (L., Jardim do Amor, nov. 2008)

As famílias que chegaram, construíram suas casas nas proximidades das margens do Riacho Tapeba. A área retomada é de 44 hectares, abriga 140 famílias, somando um total de 522 pessoas. A EEF Diferenciada Tapeba Amélia Domingos (figura 29) foi construída em 2005, a partir do microcrédito da ADELCO. De acordo com o mapeamento, o Jardim do Amor faz limite com a Lagoa II a leste, na altura do Riacho Tapeba; a linha férrea é seu limite norte (figura 30), do outro lado da avenida Cruzeiro do Sul, próximo ao posto de gasolina; ao sul faz fronteira com a fazenda de Antônio Félix, e a oeste com o próprio bairro do Jardim do Amor.

Fig. 28: EEFM Tapeba Amélia Domingos



(Foto: A. L. Tófoli)

Fig. 29: Ponte da ferrovia sobre Riacho Tapeba



(Foto: A. L. Tófoli)

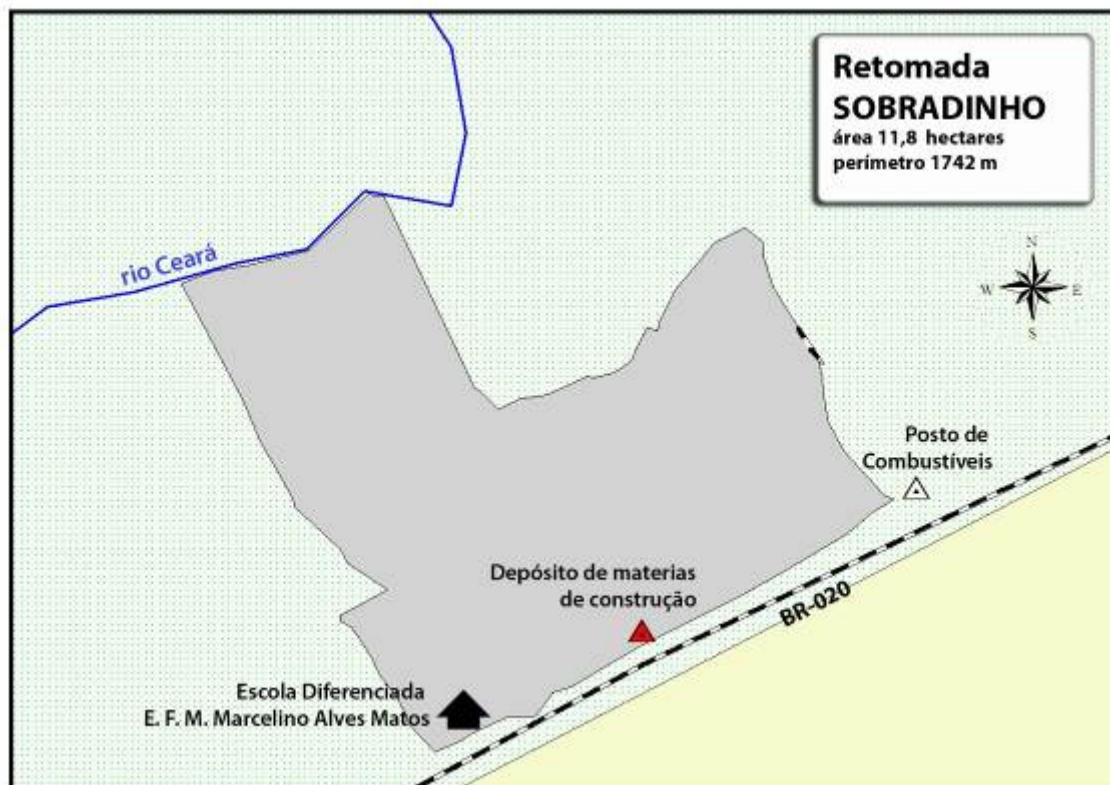
3.6. Sobradinho

A aldeia de Sobradinho situa-se às margens da BR-020 e, de acordo com o relatório de delimitação (BARRETTO FILHO, 2005a), no local apresenta-se um dos limites da terra da Santa, doada em sesmarias no período colonial. A retomada teve início por volta de 1999. Pela proximidade do Rio Ceará, era uma área em que os Tapebas trabalhavam na retirada de areia. A retomada foi iniciada por um núcleo familiar originária da região do Paumirim, que morava na Vila Nova, de acordo com o relatado:

Nós morávamos lá na Vila Nova, aí parti pra cá, parti pra cá porque eu tinha muita vontade de fazer um canto pra família. Aqui só é filhos e netos! [...] Aí disse: “Ó, Raimundo, vou me embora pro Sobradinho”. E ele disse: “Eu não vou, não”. Aí eu: “Pois eu vou sozinho!”. Aí fui [...] Era umas casinhas acolá embaixo, aí ele [suposto proprietário] foi e mandou derrubar, mandou derrubar tudinho. Aí eu fui, peguei minha madeira lá, é essa madeira velha aqui, peguei essa madeira aqui, trouxe praí, pra cá e levantei minha casinha aqui. Hoje estou aqui, e ele, o perturbador, que era o Fiúza, já morreu, e o Antônio Sales deixou nós de mão. Nós estamos por aqui, não sei... Aqui e ali aparece uma coisinha, nós enfrenta, bota pra correr, estamos aqui. (E., 79 anos, Sobradinho, abr. 2009)

O processo de ocupação enfrentou resistência ao início, por parte do posseiro, inclusive com a derrubada das casas. Os conflitos foram se acalmando com o passar do tempo e pela insistência dos Tapebas em reconstruir as casas derrubadas; conseguiram assegurar a ocupação no local. Após a instalação das casas, os maiores desafios para a permanência no local foram de ordem ambiental. A ocupação se iniciou há aproximadamente dez anos. Nesse tempo, são relatadas significativas alterações na paisagem.

Mapa 7: Retomada do Sobradinho



(Fonte: Dados originais)

E: Eu estou aqui vai fazer dez anos. Cheguei aqui, sofri muito com água, muita água. Tive que aterrar, não tinha planta nenhuma, aqueles coqueiros eu já plantei, tá tudo botando. Lá pra baixo, até lá embaixo, já tem feijão plantado, já tem milho. Quando chovia, a gente dormia ali, a água dava um metro de altura. Todo inverno vinha, agora não vem mais. Trabalhei demais aqui, trabalhei demais...

R: Toda sorte de entulho tem lá pra dentro, vai cortando mato, vai botando entulho, vai espalhando, aí ela pára, que ela vinha aqui, a água batia nos pés da gente. Antigamente eu criava aqui uns porcos, aí a porca deu dez *bacurinhos*, ficava estirada bem ali. Aí a menina disse assim: “Dona R., a água tá carregando os porcos da senhora, vai carregando o tambor!”, um tambor desses grandes. Já ia bem acolá, aí eu saí por aqui pra mó de pegar o tambor, quando eu cheguei a água deu por aqui no meu peito. Aí a água levou os *bacurinhos* tudo, dez *bacurinhos* novinhos. As galinhas, nós tinha 74 cabeças de galinhas.

Entrevistadora – E essa água vem de onde [referindo-se a uma água represada que fica entre as casas e a estrada]? É um córrego?

Isso aí foi quando foram fazer esse asfalto aí, foram fazer essa pista, antigamente chamavam estrada Brasília, aí o trator cavava aí, aí ficou esses buraco aí cheio de água (E., 79 anos e R., Sobradinho, abr. 2009).

Fig. 30: Vista parcial do Sobradinho em 2002



(Fonte: Foto 16 do estudo de identificação e delimitação da TI Tapeba. In: BARRETTO FILHO, 2005a)

Fig. 31: Vista parcial do Sobradinho em 2010



Sobradinho atualmente, com calçamento. (Foto: A.L. Tófoli – out. 2009)

Fig. 32: Galpão comunitário no Sobradinho



Galpão construído através da parceria com a ADELCO, onde, provisoriamente, funciona a escola da localidade. (Foto: A. L. Tófoli – out. 2009)

Fig. 33: Depósito de construção



Depósito de construção localizado entre as casas tapebas da localidade. (Foto: A.L. Tófoli – mar. 2009)

A área mapeada corresponde a 11,6 hectares de terra. Essa retomada proveu o espaço para construção de todas as moradias no local, também área para plantio e criação de animais, construção de um galpão pela ADELCO para uso comunitário em oficinas, a construção de uma escola e de uma igreja (Assembleia de Deus). O aldeamento encontra-se cercado por nove ocupações (sete de posseiros e duas de proprietários). Em meio às casas tapebas, existe um depósito de construção pertencente a um não índio. O local é considerado pela liderança como uma “espécie de trincheira para proteger este setor da TI, que é ameaçado pela expansão dos conjuntos habitacionais situados ao sul do traçado da BR-020” (BARRETTO FILHO, 2005a, p.149). Além da pressão exercida pelo crescimento de loteamentos nas proximidades, outra

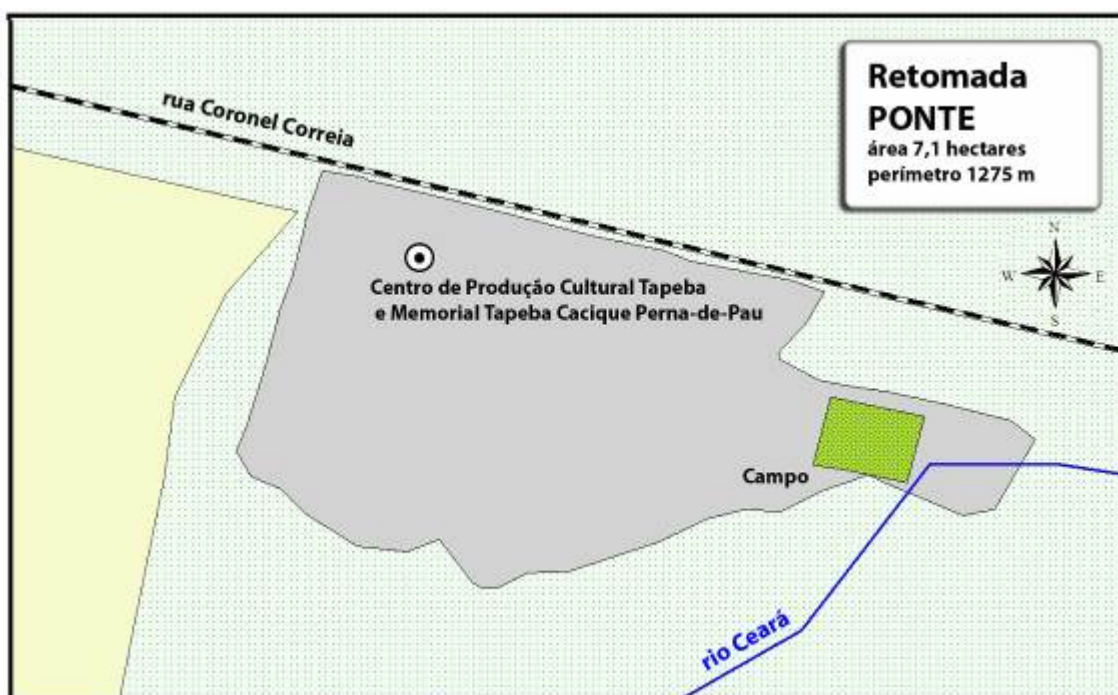
dificuldade encontrada é a poluição sólida despejada no local e a eliminação de efluentes pelo Posto Canindé, situado vizinho às moradias. Atualmente moram no Sobradinho 103 tapebas, divididos em vinte famílias de um mesmo núcleo; dentre os moradores, existem alguns tapebas que haviam migrado para Belém há várias décadas e retornaram.

3.7. Ponte

A localidade da Ponte encontra-se nas proximidades da ponte sobre o Rio Ceará, na Rua Cel. Correa. As casas se enfileiram no sentido das margens do rio nos dois sentidos. Para quem vem sentido Fortaleza-Caucaia, ela se localiza pouco antes da entrada do perímetro urbano de Caucaia, próximo à fazenda Soledade. Local de ocupação tradicional Tapeba, para lá foram, ao longo do século XX, muitas famílias provenientes do Paumirim.

A própria Secretaria de Administração e Finanças do Município de Caucaia teve a oportunidade de declarar junto ao Serviço de Patrimônio da União, em 21 de agosto de 1985, que os Tapebas residem no rio Ceará há mais de 50 anos – o que só faz corroborar a proposição de que, não obstante os índios ocuparem produtivamente o mangue há séculos, eles só teriam o transformado em sítio de residência permanente no segundo quarto do século XX. (BARRETTO FILHO, 2005a, p.145)

Mapa 8: Retomada da Ponte



(Fonte: Dados originais)

Fig. 34: Vista parcial da Ponte em 1986



(Foto de Barretto Filho, 2005a)

Fig. 35: Cheia do Rio Ceará em 2003



(Foto de Marcelo Elihimas. Fonte: Barretto Filho, 2005a)

As atividades produtivas dos Tapebas nessa localidade historicamente estiveram associadas ao estuário do manguezal, como a coleta de caranguejos e crustáceos e a pesca. Atualmente, além das periódicas enchentes provocadas pelo Rio Ceará nos períodos chuvosos, a localidade sofre os impactos da poluição de resíduos sólidos e líquidos na região e o crescente desmatamento do ecossistema do manguezal. Uma liderança local assim descreve a degradação da área onde se encontra a retomada:

Esse lugar onde a gente convive aqui não é um pedaço de chão bom para a gente fazer uma horta, uma criação de um alimento. Não dá, porque já foi tirado a areia todinha que tinha aqui, era duna que tinha, tanto desse lado de lá, do lado de lá da ponte, tudo era duna, uma coisa mais bonita do mundo. Porque, logo quando nós chegamos aqui, ao invés de fazer isso [artesanato], a gente plantava, dava um feijão que era uma beleza, dava milho, dava macaxeira. Então tudo o que ele tirou, pedra, pista, lixeiro da Caucaia, que ele mandou fazer uma rampa aqui, aqui desgraçou, não presta mais pra nada, as plantas ficam desse jeito, não presta mais pra nada. Quando dá uma chuvinha atola tudo, acaba com tudo, e quando para de chover fica tudo duro que a gente não pode nem cavar um buraco. É horrível aqui, esse pedaço de chão. E não tem como a gente fazer um projeto aqui de jeito nenhum. Já digo logo que é assim. (M., Ponte, nov. 2009)

Na Ponte, foram realizadas duas retomadas de pequeno porte do lado sul da rodovia. A primeira teve início por volta de 2003, foi realizada por algumas famílias para moradia, as quais buscavam sair da área de risco às margens do rio.

Essa pequena retomada que nós fizemos aqui já está com quatro ou cinco anos. Eu morava ali por trás desse manguezal – porque tem esse povoado ali que você está vendo e tem esse outro lado, eu morava ali. Eu fui pra aquele lado ali, mas não gostei, aquele horror de gente, ninguém podia dormir de noite com zoadas de som e tudo. Aí eu chamei ele [Cacique] para chamar o povo para vir para cá fazer uma

retomada comigo, só que o pessoal não quiseram vir, e ele disse: “Eu vou”. Daí eu chamei o meu sobrinho, porque ele é meu sobrinho, esse que mora aí. [...] Eu digo: “Ainda vou comprar o material da minha pra móde ir para lá, mas, antes de mim, pode fazer logo suas coisas. Venda a casa lá e compre seu material e comece a construir”. Assim ele fez. Quando o bichinho tava levantando a casa dele, aí chegou um povo, acho que era da banda da Caucaia... Quando já estava numa boa altura, já, que o T. estava fazendo a casa dele mais ele, chegou um povo de Caucaia, nesse tempo que era amigo, acho que da prefeita aí... Pronto, aí foi derrubando tudo e acabando com tudo, e aí ele mandou me chamar e eu vim: “E agora, o que é que eu posso fazer, tia?” [...] Aí eu fui para a secretária na Caucaia, fui procurar quem tinha deles vindo derrubar a casa do menino. Eu disse pra ele que eles tinham que cooperar, é, como é que se diz, o cliente tinha perdido o cimento, tudo que ele tinha comprado. Mas eles ficaram calados, não disseram quem eram, nem quem não eram. Aí eu: “Então vocês fica sabendo eu andei aqui em três secretarias pra saber. Vocês podem ficar sabendo que vocês derrubaram, mas eu vou fazer de novo”. “Ah, mas porque é pra deixar o Zé Geraldo [Arruda] chegar de Brasília, que num sei o quê, não sei que lá...” “Eu não tenho nada que pedir a ele, não, tô morando no que é meu, não tô pedindo nada a ninguém. Tá certo, eu vou fazer e ele vai continuar a levantar a casa dele. Aquela é a primeira, porque quem vai fazer sou eu e pode derrubar de novo”. Mulher, mas foi um sofrer essa retomada que a gente fez. A gente vai em retomada, a gente sofre, a gente sofre de polícia, a gente sofre de quem for. Toda retomada que a gente faz, a gente tem que sofrer. Não que a pessoa faz uma retomada pra dizer assim: “Eu fiz essa retomada de mão beijada, foi boa e tudo”. Não, a gente sofre, de todo jeito a gente sofre (D. M., 58 anos, Ponte, out. 2008).

Seguindo a ideia de que “tudo é uma terra só”, ao perguntar se o local da retomada sempre fora desocupado, o Cacique reiterou a ideia de que há muito tempo ocupam o espaço:

E.: Mas antes não tinha ninguém morando aqui nesse lado, só ali na beira do rio?

A.: Não, toda vida os índios moraram aqui, teve índios Tapeba morando aqui. Aqui morava tio meu, morava tia minha, morava irmã minha, morava eu, toda vida, toda vida eu morei. Minha casa já foi mais pra acolá dentro do campo, porque não havia campo, não, havia mata, não havia nada assim tão aberto, só mato mesmo, entendeu? E a vereda da gente andar. O meu irmão já morava bem na beiradinha do mangue ali e a gente andava poucos metros, poucas passadas pra chegar na beira do rio.

E.: Mas quando vocês vieram construir essas três casas não tinha nada, estava sem nenhuma casa aqui?

A.: Não. Porque a gente estava morando pra ali, mas a gente nunca saiu aqui em redor. A gente já morava para aquele lado da ponte, para o lado daqui, para o lado de lá, para o outro lado (A., Ponte, nov. 2009)

Posteriormente, mais tapebas construíram residência. Recentemente, alguns venderam suas casas para não índios. Na opinião de uma moradora e liderança, tal situação trouxe insegurança para eles.

Quando chegamos aqui era muito bom, porque só era nós, só era índio, não tinha branco. A gente vivia em paz, dormia bem, mas hoje em dia a gente já se acha civilizado, no meio dos brancos. Já tem também perturbação, desse negócio da gente não poder dormir de noite, a gente não tem tranquilidade devido aos ladrões, devido a... Em todo canto tem esse negócio do povo que anda fazendo o que não presta: é negócio de maconha, é negócio de roubo. Ninguém pode criar mais um animal, não pode criar mais uma galinha, porque se a gente criar, quando for de noite os outros vêm buscar e a gente fica só com o trabalho (D. M., 58 anos, Ponte, out. 2008).

O relato anterior demonstra como, em algumas localidades, a presença de moradores não índios e a proximidade da cidade têm influência sobre a vida dos Tapebas, deixando-os vulneráveis aos impactos da violência urbana, como roubo, tráfico e uso de drogas.

A segunda retomada da Ponte aconteceu em 2003/2004 e foi uma ação para a retomada da área destinada à construção do Centro de Produção Cultural Tapeba, o qual foi feito em parceria com a ADELCO. O centro é composto por uma loja para venda de artesanato vindo das aldeias; uma pequena cantina, onde se vende comidas tradicionais; e um museu – *Memorial Tapeba Cacique Perna-de-Pau*. O Tapeba que foi durante quatro anos coordenador do centro assim justifica a escolha do local para a construção do empreendimento.

Várias reuniões foram feitas em várias comunidades. As lideranças debateram bastante com o pessoal da FAP, o pessoal da ADELCO. Porque a linha de financiamento da FAP era para melhoria habitacional. Agora, aí vem a pergunta: como é que a gente vai melhorar as habitações dos indígenas sem eles ter a condição de manter? E tinha também essa questão cultural que a gente tinha todo o sonho, aí a gente tentou conciliar: “Poxa, a gente quer muito a parceira das ONGs, mas nós temos outras carências que é prioridade.” Então a gente começou a discutir a construção de um espaço como esse que já era um sonho das comunidades todas, principalmente dos artesãos. E, depois de várias reuniões, a gente já tinha a proposta mais ou menos clara pra todas as lideranças, aí a gente foi discutir o local, né? É, Lagoa do Tapeba, Capoeira, Trilho, da Ponte... Por que a gente escolheu aqui a Ponte? Primeiro pelo acesso, fácil acesso de pessoas chegarem, esse foi o ponto crucial. E a gente com várias comunidades, a maioria das terras que estão dentro do estudo antropológico, a maioria dessas terras estão em poder de terceiros, ainda estão sob a guarda dos posseiros, os posseiros que estão utilizando estas terras. Foi a forma de a gente ocupar estes terrenos aqui, que é tradicionalmente ocupado pelos nossos antepassados, na pesca do caranguejo. Eu mesmo ainda lembro quando era menino: eu saía lá da Capoeira, só os meninos, a gente vinha pescar aqui no mangue. Aí a gente passava aqui – hoje não se vê mais porque tá tudo desmatado, a gente via o sustado, caranguejo, o aratu. Hoje nem se vê mais, mas tinha um pequenininho que ele tinha a pata enorme chamado de *mão-no-olho*. Isso aqui já era rota dos nossos mais velhos vim pescar, se dirigir pra Fortaleza, tirar olho de palha pra fazer artesanato. Então a gente resolveu usar esse empreendimento por estes dois motivos: primeiro para reafirmar que essa terra é da gente e também pelo aspecto que ele tem de estar mostrando pra sociedade a cultura Tapeba. (N. Ponte, jul. 2009)

De acordo com o tapeba e mestre de obras responsável pela construção, desde o início a obra sofreu resistência por parte de proprietários de terra da região.

A gente começou o Centro Cultural, começou a cavar. Quando a gente começou a cavar, colocar as bases, a polícia começou a rondar, o Zé Gerardo começou a botar polícia lá. Aí teve um dia que a gente tava já começando a levantar, fizemos as bases todinhas, aí chegou a polícia, umas seis viaturas. Chegou e perguntou o que que nós estava fazendo: “Primeiro, nós estava fazendo com ordem nossa, que a terra é nossa; segundo, vocês estão errado porque vocês não é para estar aqui dentro, quem é pra tá aqui dentro é a Polícia Federal”. “E aqui é órgão federal?” “É, não é dos índios? Os índios é federal, ou não é? Aí o policial: “É mesmo”. Aí o comandante só fez: “Bora pessoal, sobe, sobe, sobe. Vamos sair daqui de dentro”. Saíram e ficaram na pista e nós trabalhando. Aí eu liguei pra FUNAI, a FUNAI mandou a Polícia Federal lá, e aí

consertaram e ajeitaram tudo, e a gente começamos a trabalhar de novo. Mas, quando tava a Polícia Federal, tava o Zé Gerardo, os advogados do Zé Gerardo dizendo que tinha que parar o serviço, porque ali era um trabalho que a gente tinha que tirar um documento na prefeitura pra poder ser construído e nós não tinha feito. Aí eu disse pra ele que nós não tinha nada a ver com a prefeitura, o dinheiro não era da prefeitura. Então, o projeto era dos índios, o que eles queriam com a prefeitura e que se ele estava achando que tava errado, que ele fosse diretamente à Justiça, que o problema não era nosso. [...] Nós continuamos. Aí, quando foi outro dia, umas duas semanas, ele começou a botar um monte de arame, botou uns 30 homens trabalhando. Saímos daqui de manhãzinha, chegamos lá tava os homens fazendo a cerca. Procurei o encarregado, perguntei: “Quem é o encarregado?” “É um tal de seu Pedro ali”. Eu fui conversar com esse seu Pedro: “O senhor tá fazendo esse cercado com ordem de quem? Isso aqui é área indígena”. “Ah, o Zé Gerardo mandou cercar tudinho”. “Problema seu, vocês tão cavando isso aí, vocês já fizeram desde madrugada, não sei que horas vocês começaram, mas eu digo a vocês, daqui pra de tarde, meio-dia, vocês vão ter que desenrolar e enrolar esse arame todinho. Do jeito que vocês desenrolaram e vão tirar daí” [...]. A gente continuou, o pessoal tava trabalhando e eu tentando conversar com o cara, aí eu liguei pra FUNAI pra dizer que tava acontecendo isso, a Polícia Federal chegou. [...] Eu fiquei lá conversando com o cara, com o policial, o cara legal que me conhecia já. “E aí cara, o que foi que aconteceu?” Eu disse: “Rapaz, o caboclo chegou aí botando a cerca, a gente disse que não era pra ele botar e o Zé Gerardo mandou botar a cerca, que era pra trazer o documento do Ministério Público pra poder tirar a cerca. E aí começou lá no meio gritando o pessoal pra fazer a cerca. O policial chegou e disse: “Ó, vocês vão derrubar a cerca aí agora”. Está aqui os documentos. “Ah, eu vou ligar pro Zé Gerardo.” “Rapaz, você pode ligar pra quem você quiser, mas é bom começar a derrubar a cerca”. Eu sei que esse cabra ficou zangado, chegou Zé Gerardo, chegou advogado dele. [...] Quando dei fé, o pessoal chamou ele [o trabalhador Pedro]: “Venha cá!” Aí só fez botar as mãos dele pra trás, botar as algemas nele. E ele: “O que foi que eu fiz?” Não sei, mas fica aí. E os trabalhadores ficaram, levaram ele preso, né, pra Caucaia, conversaram com o Zé Gerardo também, aí levaram ele preso e levaram o trabalhador dele lá. E a gente ficou trabalhando, a gente ficou trabalhando, trabalhando. Quando eles vieram da Caucaia, já foram derrubando tudo o que tinha de cerca. Aqueles arame enrolado foi só perdição mesmo de coisa, e as estacas eles tinham cercado, eles tinham trazido. (C., Trilho, nov. 2009)

Após alguns meses, a obra foi embargada pelo Ministério Público Federal por solicitação da prefeitura. A partir de então, boa parte da construção foi feita pelos Tapeba, durante as madrugadas, quando era mais difícil de ser feita a fiscalização, numa estratégia de resistência.

C.: Daí chegou um oficial de Caucaia: “Rapaz, vocês ainda estão continuando, trabalhando?” “Sim, doutor, isso aqui é nosso, isso é um benefício da comunidade.” “E tem alguém atrás disso aí?” “Tem, tem os projetos que o pessoal manda, então tem alguém atrás da gente, pra ajudar nós, nós não temos dinheiro pra montar isso tudo. E você sabe que o índio, hoje, do que é que ele vive? Vive da pesca, trabalhando da agricultura e ele tem que ter uma coisa pra ele vender as coisas dele”. Aí o cara disse: “É, mas eu estou com o documento pra você pararem.” “Tá bom, até quando vale esse documento?” “Vinte e quatro horas”. “Tá bom, sim, senhor, o senhor tá aqui, eu vou lhe atender”. Aí se arrumou todo mundo, quando o oficial pegou o carro dele... “Bora dar pau de novo!”. E começamos a trabalhar, né. Aí eu comecei a ficar cabreiro: “Pessoal, quando o oficial vem, vamos fazer assim, vamos trabalhar à noite”. Nós fomos trabalhar a noite, todo dia nós ia lá, cobria uma parte e vinha-se embora. O pessoal olhava pra lá e falava: “Rapaz, está sendo coberto aquilo?” – A polícia passava lá: “Ei, tão acabando ali?” Aí o A.: “Rapaz, nós aqui não sabemos, não. Não tá parado?” Nós fazia assim, trabalhava um dia sim e um dia não, hoje, nós saía daqui cinco horas, dar uma olhada como é que estava o movimento, porque lá do outro lado ficava diretamente a Polícia Rodoviária de

frente ao Centro Cultural. A gente ia, saía aqui cedo e olhava como é que estava as coisas. E a gente não ia por dentro da comunidade, não, pra ninguém saber que era nós, a gente passava pela pista direto e arroteava lá em cima e arroteava pela outra ponte. Aí, quando a Polícia Federal ia se embora... “Vamos trabalhar, negrada!” Aí, taca o pau cobrir. A gente trabalhava até quatro horas da manhã, às quatro horas da manhã que nós vinha.

I.: Às vezes debaixo de chuva!

C.: Às vezes nós tava trabalhando, quando nós via a Polícia Federal, aí nós parava, ficava lá, trepados, os de baixo corriam pra se esconder. Aí vinham, paravam o carro lá no retorno pra saber como é que estava, passavam e nós tudo deitado lá em cima, aí voltavam e alumiava assim e nós por de trás das coisas.

I.: Nas palhas.

C.: Aí nós começava a trabalhar de novo, aí todo dia a gente cobria. Quando eles deram fé, tava todo coberto. Aí o oficial foi lá: “Por acaso vocês estão trabalhando?” “Tamos não.” Aí ele disse: “Não vão parar, não, isso daí é besteira.” “Com a ordem do senhor eu tô é fazendo”. Aí começamos a trabalhar de dia, aí chegava lá o advogado do Zé Gerardo e nós lá trabalhando. “Vocês não pararam, não?” “Paremos, mas começamos de novo”. Daí pronto, aí foi indo, foi indo. Hoje o Centro Cultural é a mesma coisa, hoje o pessoal não entende como é que começou aquele Centro Cultural, não sabe do trabalho que deu pro pessoal e era mixaria que nós ganhávamos ali dentro. (C. e I., Trilho, nov. 2009)

Fig. 36: Centro de Produção Cultural



(Foto: A. L. Tófoli – out. 2009)

Fig. 37: Memorial Tapeba Cacique Perna-de-Pau



(Foto: A. L. Tófoli – out. 2009)

O Centro de Produção Cultural foi inaugurado em meados de 2005 e tem enfrentado algumas dificuldades. Uma delas são os constantes assaltos e atos de vandalismo que vêm acontecendo em seu interior durante a noite, que vem desmotivando alguns artesãos a enviarem seus trabalhos para lá. Outra questão é de ordem organizacional. De acordo com o coordenador do centro, as principais dificuldades são a falta de experiência inicial, a pouca divulgação e os altos custos de manutenção do local. A remuneração dos funcionários, por exemplo, acarreta nesses altos custos, pois muitos deles são residentes em aldeias distantes. A falta de preparo das pessoas e a dificuldade em conseguir financiamento, elaborar projetos e estabelecer parcerias também são outros fatores que dificultam o gerenciamento do centro.

Fig. 38: Vista parcial do interior do Centro de Produção Cultural Tapeba



(Foto: A. L. Tófoli – jul. 2009)

Fig. 39: Casas construídas na área retomada da Ponte



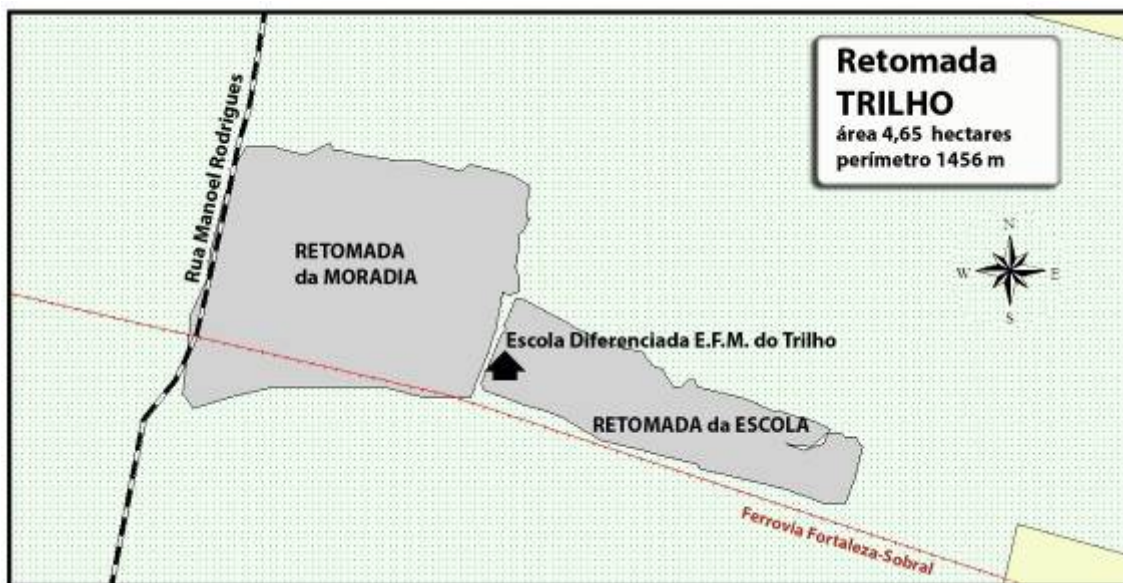
(Foto: A. L. Tófoli – jul. 2009)

Nos relatos sobre essa localidade, há pressões diretas com os proprietários da Fazenda Soledade, que historicamente mantêm relações conflituosas com a população Tapeba, cercando partes do mangue e proibindo a pesca nas áreas do rio que perpassam a propriedade. A área total de retomada corresponde a nove hectares e abriga, além do Centro de Produção Cultural e do Memorial Tapeba, um campo de futebol, moradias tapebas, algumas delas construídas pela prefeitura, na gestão do prefeito Domingos Ponte (2000-2004), com financiamento do Banco Mundial, e uma pequena escola que não está funcionando, construída em 2009, com o incentivo de microcrédito da ADELCO. No entanto, a maioria das 351 pessoas que habitam a Ponte está fora dos limites da retomada e se encontram às margens do Rio Ceará. Foi da Ponte que partiram famílias Tapebas hoje habitantes na Cigana, Parque Soledade, Vila Nova e Açude.

3.8. Trilho

A localidade do Trilho, juntamente com a região da Lagoa, é uma área de ocupação antiga e tradicional. Os Tapebas que ali habitam são descendentes de três famílias que originalmente habitavam no Paumirim – Zabel, Jacinto e Coco. Alguns migraram do Paumirim para a Lagoa e da Lagoa para o Trilho. As casas Tapebas seguem os dois lados da linha férrea por aproximadamente 2,5 km nas localidades de Pabussu, Paumirim e Capuan (BARRETTO FILHO, 2005a, p.134).

Mapa 9: Retomadas do Trilho



(Fonte: Dados originais)

A escassez de espaço no Trilho é grande, uma vez que a população tapeba, bastante populosa – 1.488 pessoas –, e encontra-se entre terrenos de terceiros e a linha do trem. Barretto Filho assim descreve a situação espacial na localidade.

A situação no Trilho é crítica, pois as famílias vivem “imprensadas” – para usar a terminologia nativa – no espaço acanhado entre os limites – as cercas das fazendas adjacentes e as barreiras da ferrovia, onde as casas estão construídas. No espaço exíguo e restrito dos quintais que circundam suas casas, algumas poucas famílias insistem em plantar milho, mandioca e frutos, atestando sua vocação e seu interesse pela agricultura. Seu acesso aos recursos que se encontram nessas fazendas é proibido, o que os obriga a incursões furtivas em busca de frutas – castanha de caju, manga e outras – madeira para lenha e, eventualmente, peixe na pequena lagoa situada na parte de terra de Nelson Pompeu. (2005a, p.134)

No Trilho, as retomadas aconteceram em dois momentos: 2004 e 2006. A primeira foi efetuada para assegurar espaço que comportasse a construção da sede da Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio do Trilho. A iniciativa partiu dos professores e teve o apoio de lideranças e da comunidade.

A primeira retomada na aldeia Trilho foi assim: porque já tinha havido outras retomadas nas outras comunidades, e a comunidade do Trilho nunca tinha se organizado pra fazer uma retomada. Como a B. falou inicialmente aí na fala dela, nós hoje estamos esperando a escola do governo, que a gente perdeu na época, acho que foi 2002 pra 2003, a gente perdeu essa escola. Veio duas escolas pro povo Tapeba, seria uma na aldeia Trilho e outra na aldeia Lagoa II, que hoje tá lá construída, e a aldeia do Trilho infelizmente perdeu devido a não ter área, terra, pra estar construindo, né? [...] Então foi quando a comunidade começou a se organizar. Houve várias reuniões, e sempre os professores da escola, o grupo de professores que estavam à frente dessa organização, conscientizando o povo, se reunindo com

lideranças de outras comunidades, professores de outras aldeias, pra ver se realmente daria certo. Então, quando foi no dia 22 de novembro de 2004, então a gente adentrou nessa área, não só a comunidade do Trilho, mas a gente teve o apoio em peso das outras comunidades que também estiveram. Aí, automaticamente, logo no dia seguinte que a gente tinha entrado na retomada, a gente já botou a escola pra funcionar dentro da área, porque nessa época a gente tava pagando aluguel de uma casa pequena pra estar funcionando as oito salas de aula que a gente tinha na época. Mas aí a gente não pensou duas vezes: se o objetivo daquele movimento era pra escola, então a gente tinha que trazer a escola, os alunos, todo mundo pra dentro, e assim a gente fez! Foi onde a gente realmente passou pela prova mesmo, porque cada pé de árvore tem uma história, cada pé de árvore daquele funcionava uma sala de aula. (I., Trilho, 34 anos, jul. 2008, relatando a retomada para construção da escola, realizada em 2004).

Nesse caso, a retomada transformou-se na escola. Professores, lideranças e algumas famílias ocuparam o local e ficaram pernoitando no lugar para garantirem o espaço. As lonas, que serviam de abrigo para dormirem à noite, durante o dia, juntamente com as sombras das árvores, viravam salas de aula. Os primeiros dias da retomada foram marcados por muita tensão e ameaça a lideranças:

Era necessidade da comunidade ter, como é uma necessidade de ter um canto onde seja mais investido na educação, na cultura, e não tinha. E a gente fez lá, foi uma briga feroz, cruel, truculenta que por vários dias a gente teve que fugir de lá porque o posseiro queria matar a gente. A gente passou uma semana fora porque ele mandou até assim... Não sei assim como se diz... O nome do cara que sai atrás da pessoa para matar, investigando onde é que passa... Foi um momento cruel, tivemos pouco apoio das comunidades, mais foi da comunidade do Trilho mesmo. Mas aí a gente pegou uma vitória muito grande, apesar de até hoje essa retomada não ser um local garantido; ela é um local garantido pelos índios, pelo governo mesmo não é [referindo-se ao fato da TI Tapeba até a data presente não ter sido demarcada]. A qualquer momento ele pode dar assim uma liminar, reintegração de posse para o cara, e quem garante é os índios. (B., 24 anos, nov. 2009)

Nessa retomada, a polícia foi chamada pelo posseiro. No entanto, o elevado número de crianças no local parece ter evitado uma ação mais enérgica.

Ele voltou com a polícia, mas, no momento que ele chegou com a polícia, quem recebeu ele foi nós professores e as crianças. As crianças ficaram ao redor deles e eles até se comoveram com nosso movimento, que eles viram as crianças tudo ali, as crianças em momento nenhum tiveram medo, enfrentavam a polícia com nós. As criancinhas de educação infantil até a 5ª série, que naquela época tinha só até a 5ª série, aí o policial não fez nada, só fizeram voltar e dizer que eles iam buscar os direitos dele. E nós também ficamos, porque nós sabíamos que aquela área não tinha documento, que aquela área é indígena, e naquela área morou nossos antepassados, os mais velhos, e já tinham sido expulsos dessa área. E aí eles voltaram e foi aí que eles marcaram a primeira audiência, aí aconteceu já umas três audiências. (E., Trilho, jul. 2008)

O momento mais tumultuado do início dessa retomada aconteceu concomitante ao conflito na retomada da Lagoa I. Muitos informantes apontam como isso dificultou a articulação de apoio entre as comunidades: “Daquela época, quando chamaram a Polícia

[Lagoa I], nós estávamos nessa daqui. Aí ficou difícil porque eram dois sofrimento ao mesmo tempo, era lá e cá”. (I., Trilho, dez. 2009)

Fig. 40: Salas de aula na retomada do Trilho



Salas construídas em 2005 com recurso do microcrédito da ADELCO, pago pelos professores da escola do Trilho com seus salários (Foto: A. L. Tófoli – set. 2009)

Fig. 41: Construção do novo prédio da escola do Trilho.



Prédio construído em 2009. (Foto: A. L. Tófoli – set. 2009)

Fig. 42: Retomada da Escola



À esquerda da foto as salas de aulas construídas nos primeiros meses da retomada, em 2005, e à direita, ao fundo, a construção do novo prédio. (Foto: A. L. Tófoli – set. 2009)

Fig. 43: Portão de entrada na retomada da moradia



(Foto: A. L. Tófoli – set. 2009)

A retomada da escola, como é conhecida, é apresentada pelos participantes como uma grande conquista em torno de uma luta coletiva, uma vez que o objetivo da retomada não visava a interesses individuais. A consolidação da escola no espaço exigiu um forte comprometimento por parte dos professores Tapebas, que contraíram um empréstimo, em 2005, com a ADELCO para compra de material de construção. Esse empréstimo foi pago com

seus respectivos salários. A aquisição do material possibilitou a construção de seis salas de aula em sistema de mutirão, que envolveu o apoio de lideranças e moradores da comunidade.

Após seis meses, a retomada estava consolidada e as famílias voltaram para suas casas, ficando a área somente para abrigar a escola. A área ocupada corresponde a um hectare, no qual se encontram as construções do início da retomada. Em 2009, foi construída, com o financiamento do FNDE, uma sede com melhor infraestrutura para o funcionamento da escola.

A segunda retomada no Trilho foi realizada para construção de moradias ao lado da retomada da escola, separadas apenas por uma pequena viela. Esta teve início em 2006 e foi composta prioritariamente por famílias que tinham a intenção de ali construir suas casas. Nesse caso, o conflito com o posseiro ganhou contornos mais tensos, incluindo ameaças com armas de fogo e processo de reintegração de posse ainda em andamento na Justiça.

Porque na hora que esse posseiro chegou, ele pulou foi a cerca, pulou a cerca e já foi quando ele saltou pro lado de dentro com a arma em punho: “Quem é o primeiro?” Então as famílias – alguém quis recuar, né? –, a gente disse não, não sai ninguém. Fica! E ele com a arma em punho apontando. Aí um companheiro da gente foi pra frente e tava só com a foice apontando, aí ele ficou. Quando eu olhei pra trás tinha um monte de criança, minha sobrinha. Quando eu olhei, eu não pensei duas vezes, eu fui pra frente, eu fiquei na frente, eu e outro companheiro. Eu disse: “Ele vai ter duas opções, ou no companheiro ou em mim”. Aí tentei negociar com ele, eu falei: “Olha, senhor, nós não queremos violência, vamos conversar numa boa?”, e ele com o revólver assim, chega eu sentia aquele estralinho assim, ele com dedo no gatilho. Aí parece que foi Deus mesmo, ele ficou assim tão de um jeito que ele guardou a arma, ele botou o revólver nos quartos, aí saiu pra fora, arrombou o portão. Quando ele arrombou o portão, entrou no carro, ele tentou entrar com o carro pra botar pra dentro, só que em momento algum nenhum de nós abrimos [desistimos] nem saímos do meio. Aí eu disse: “Gente, não sai ninguém!” Aí seguramos o carro. Menino, mulher, e os homens carregando carnaubeira, era pedra, aí as crianças começaram a carregar pedra, e os pais com pedra, e ele começou a ficar com medo, acho que ele pensou que, se ele desse um tiro ele, não saía mais vivo porque nós caía de pau em cima, aí ele foi, ficou acelerando o carro, acelerou assim umas duas vezes pra botar o carro pra dentro, nós seguramos. Ninguém abriu, em momento nenhum ninguém abriu, ficamos segurando. Ele viu que não podia, aí só botou assim uma parte do carro, ficou assim meio a meio, uma parte dentro outra fora, aí ele ficou dentro do carro só olhando, aí nós não paramos, não, os homens começaram a botar carnaubeira e nós começamos a dançar o Toré (E., jul. 2008).

Fig. 44: Vista parcial da retomada da moradia



(Foto: A. L. Tófoli – set. 2009)

Fig. 45: Limite da retomada da moradia



O muro marca o limite norte da retomada da moradia. (Foto: A. L. Tófoli – set. 2009)

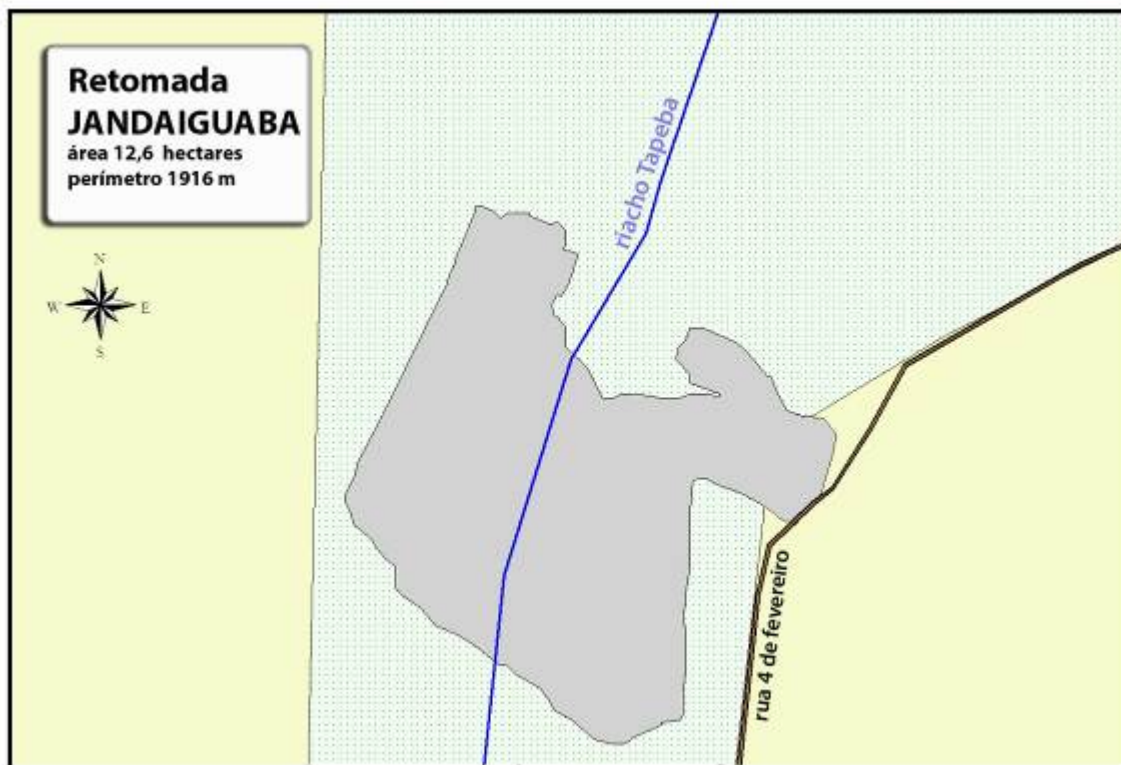
Se, por um lado, nessa retomada ocorreu um conflito mais intenso do que a da escola, por outro também existiu uma organização mais elaborada por parte dos Tapebas, como fica evidenciado nos seguintes depoimentos:

Mas essa daqui contava com mais pessoas nesse momento que o posseiro chegou, que foi logo no início. A gente entrou por volta das 8h da manhã, quando foi 9h eles já estavam. Mas a gente, como sempre tinha havido aquela organização, a gente já tava preparado, a gente tinha vários grupos nas possíveis entradas aqui da área, porque é exatamente pra isso que serve essa organização: pra gente pensar os pontos estratégicos. E também, durante a noite, a gente tinha o grupo que fazia a vigilância aqui da área todinha, que era formado por mulheres e homens. Só que durante a noite era dividido três turnos de trabalho, a turma que inicia às 7h [19h], quando era às 10h [22h] já saía, pra que dormisse um pouco. Não ficava a noite toda, havia aquele revezamento, que era uma coisa assim de admirar, porque realmente funcionava, porque a gente se preocupava com a segurança da gente como das crianças também, enfim, é toda uma organização. (I., 33 anos, Trilho, jul. 2008)

Participaram da retomada da moradia do trilho entre 38 e 40 famílias que estão atualmente ali habitando. O material para construção das casas também foi cedido pelo projeto de microcrédito da ADELCO, contraído por cada núcleo familiar individualmente. A retomada, que tem uma área de três hectares, garantiu ainda espaço para futura construção de um posto de saúde e de uma igreja evangélica. A área total das duas retomadas, moradia e escola soma 4,65 hectares.

3.9. Jandaiguaba

Mapa 10: Retomada da Jandaiguaba



(Fonte: Dados originais)

Na Jandaiguaba, a população Tapeba se encontra distribuída em meio a considerável população não indígena. Em meados do século passado, o local era ocupado por algumas famílias tapebas. As famílias que migraram na segunda metade do século XX vieram da região dos Tapebas e mais recentemente do Trilho.

A Jandaiguaba, no início, era só os indígenas, só os índios que moravam nela, tanto que o nome dela, Jandaiguaba, quer dizer o canto da jandaia. Porque lá existiam muitos pássaros e muitas goiabas, aí os índios espantavam os pássaros pra comer as goiabas e juntaram, pássaro e goiaba, canto da jandaia. [...] Então, eles moravam tudo ali na beirada do Trilho e na Jandaiguaba. Como eles vivem se mudando, saindo, foram saindo, foram uns pra ponte. A própria dona Raimunda, que é a mulher do cacique, ela era moradora da beirada do Trilho. E os da Jandaiguaba também. E aí sei que hoje tem muito branco pelo meio e, por conta disso, quando eles foram fazer o estudo da terra, eles fizeram o estudo da terra mais distante onde tinha menos casa, aonde tinha mais casa eles não colocaram porque já tinha muito branco morando no meio. Então, pra nós hoje é muito difícil por isso, porque onde a gente mora existe um branco no meio. (S., 44 anos, residente na Jandaiguaba, depoimento gravado durante a Assembleia dos Povos Indígenas do Ceará, em Poranga – Aldeia Cajueiro, dez. 2008)

A parte sul da localidade, situada ao norte da Igreja de Santo Antônio no bairro do Capuan seguindo no sentido leste-oeste à linha do trem, é a parte mais povoada da localidade e, ainda que tenha considerável população Tapeba, o fato de se encontrar misturada com a

população não indígena no local dificultou a inclusão de parte dessa área no último estudo de delimitação. Boa parte dos moradores Tapeba da Jandaiguaba moram fora da área delimitada, tendo somente a parte menos urbanizada ficado dentro dos limites traçados pelo GT da FUNAI. Dos 1.338 tapebas atualmente registrados na Jandaiguaba, uma pequena parcela

apenas, [está] dentro da TI, em função do contorno da TI nesse setor, que privilegiou uma área ocupada há muitos anos e o centro político e religioso da comunidade: a “quadra” da dona Isabel Francisca de Almeida, 56, que fica no terreiro dos fundos da casa onde reside desde 1962 – [...], ao extremo noroeste da parte de terra que era de Zeca da Costa e hoje é de Luiz Nogueira. (BARRETTO FILHO, 2005a, p.137)

De acordo com os informantes, na escolha do local para a retomada foi levada em conta essa preocupação e esta foi realizada dentro da área delimitada. Nessa localidade, a retomada teve início no dia 9 de setembro de 2005, com 30 pessoas, e tinha o objetivo de garantir espaço para construção de moradias.

Aí eu saí uma tarde fui na casa deles e perguntei se eles queriam retomar aqui, né? Porque aqui é uma área que estava desocupada, só tinha um lixo aqui e estava desocupada, sem casa, e eles concordaram. Quando foi um dia à tarde, duas horas da tarde, chegaram, os outros índios chegaram, eu me reuni com o Z. S., que é uma liderança também e viemos e ficamos à tarde. Tudo bem. Quando foi no outro dia de manhã, a polícia chegou, a militar chegou e disse que nós tínhamos que sair. Nós dissemos que não tínhamos condições de sair, que nós estávamos aqui porque não tínhamos onde morar, explicamos a situação. Uns entenderam, outros não entenderam, porque eles são assim: uns entendem, outros não entendem, né? Aí o posseiro veio, a gente questionou mesmo seriamente. Porque tem um rapaz da associação dos brancos, ele questionou seriamente, aí o que foi que eu fiz: pedi aos outros companheiros que fossem nas outras retomadas, na retomada da Lagoa I, aqui da liderança, e ela veio com o povo dela e nós ficamos aqui. E nós ficamos aqui com muita dificuldade porque a comida [era] difícil para as pessoas, difícil a água, não tinha água, o riacho estava seco e nós pedimos um baldinho d'água, um baldinho de água pra um canto e pra outro. E os brancos todos revoltados com nós. Tinha branquinho com foice... E nós ficamos aqui reunidos, foi pouco o apoio dos órgãos aí que deram a nós, mas nós nos reunimos, e ela pedindo o apoio aos companheiros dela, da luta dela, eu pedindo por outro lado, os outros pedindo e estamos aqui graças a Deus. (C., Jandaiguaba, nov. 2009)

Após consolidação da retomada com a construção das casas, algumas pessoas abandonaram o local devido a conflitos internos. As divergências entre as pessoas que estavam à frente da retomada e pessoas e lideranças da localidade vieram à tona no decorrer da retomada. De um lado, as lideranças e pessoas contrárias aos encaminhamentos dados na retomada acusam as pessoas de dentro de desmatamento de uma área. Por outro lado, famílias que estão dentro afirmam que a área em questão já estava desmatada; alegam também que estavam cavando o terreno para construção de um pequeno açude, uma vez que se queixam da falta d'água no abastecimento regular da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE),

de não receberem os benefícios, como a construção de um poço e de banheiros por parte da FUNASA.

Fig. 46: Limite sudeste da retomada da Jandaiguaba



Limite da retomada próximo à rua Quatro de Fevereiro. (Foto: A. L. Tófoli – nov. 2009)

Fig. 47: Vista parcial da retomada da Jandaiguaba



(Foto: A. L. Tófoli – nov. 2009)

A retomada da Jandaiguaba localizava-se ao norte da Avenida Cruzeiro do Sul e é cortada no sentido norte-sul pelo Riacho Tapeba. Corresponde a uma área de treze hectares, a maior parte dela ocupada por mata. Atualmente a área abriga quinze famílias, alguns roçados e a criação de porcos e galinhas.

3.10. Vila dos Cacos/Coité

A Aldeia dos Cacos localiza-se próximo ao entroncamento do retorno da BR-222 com a Av. Cruzeiro do Sul, na localidade do Coité. Na localidade moram, há várias décadas, famílias descendentes de seu Sebastião Jerônimo do Nascimento, conhecido comumente como Sebastião Caco ou simplesmente seu Caco – daí o local ser conhecido como Vila dos Cacos. Outro nome para designar o local é Coité, devido à proximidade com a Serra do Coité e vila homônima. As famílias aí residentes se engajaram no movimento indígena Tapeba nos primeiros anos da década de 2000. Conforme relato de seu S. e duas de suas netas:

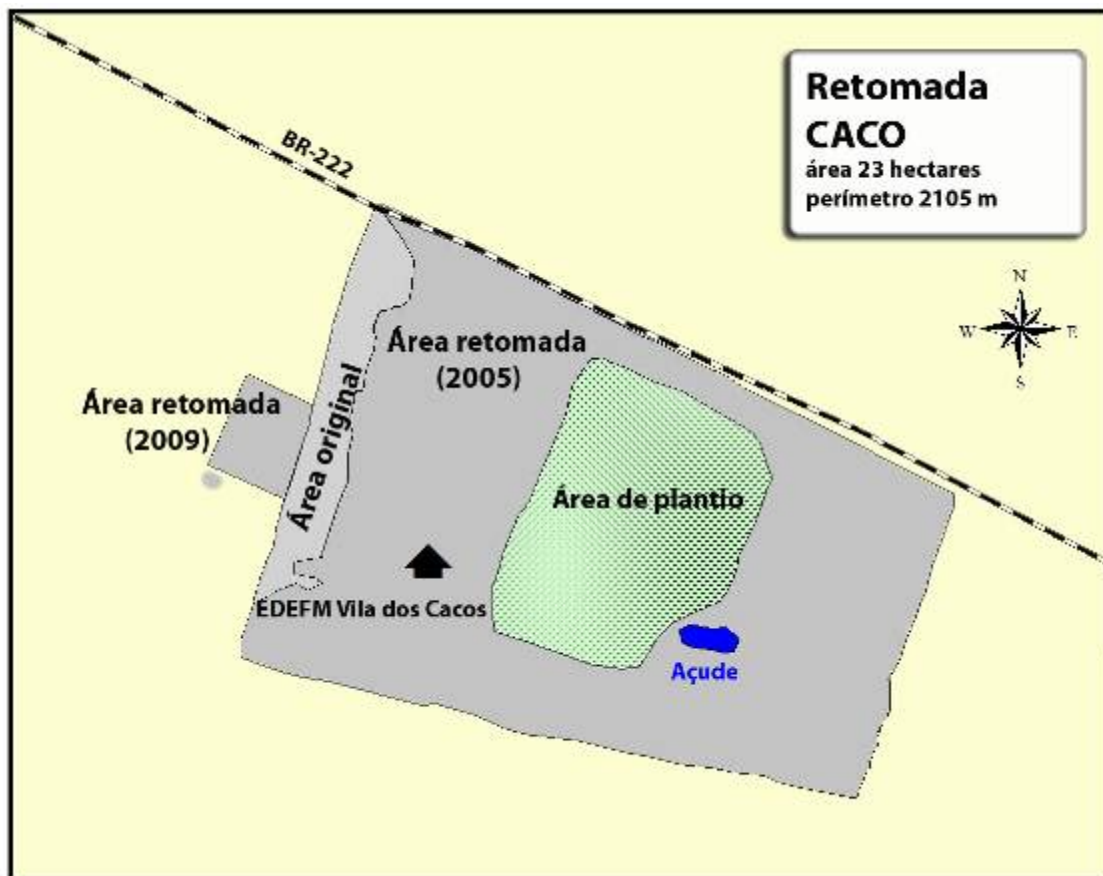
S.: Eu tava aqui um dia, quando foi, chegou um bocado de índio aqui. Não sabia nem o que era, que eu era índio, não sei o quê, que a minha família tava toda dentro...

M.: Porque a gente já era índio, mas não tinha reconhecimento. Quando ele fala que o pessoal vieram para cá, a gente foi apenas reconhecido.

E.: O senhor é filho de quem, o senhor nasceu aqui mesmo nos Cacos?

S.: Nasci aqui, mas não foi aqui, aqui eu tô depois que eu casei. Eu nasci e me criei na Lagoa dos Porcos, e a minha família de lá tá toda aí dentro, só não os que já morreram, né. Aí eles chegaram aqui e é isso, é aquilo e tal e já vinha uns no meio da minha família, né. (Vila dos Cacos, mar. 2009)

Mapa 11: Retomada da Vila dos Cacos



(Fonte: Dados originais)

A localidade encontra-se a noroeste da Lagoa I, próximo à Lagoa das Bestas. A área ficou fora do estudo de delimitação. Apesar da solicitação de algumas lideranças para que tal área fosse incluída no estudo, de acordo com os informantes Tapebas, algumas limitações operacionais e de tempo do GT acabou não possibilitando tal inclusão. Na época do estudo de delimitação, a localidade começava a se organizar, e não era tão expressiva em termos de articulação política. Essa situação mudou bastante nos últimos sete anos. Apresento o relato de uma jovem liderança da localidade:

Foi desde 2003, porque a gente foi ver, veio um grupo de pessoas e reconheceu a gente, que tinha familiares do meu vô nas outras comunidades. Então eu comecei a participar dos movimentos. Daí então todos os movimentos eu tô dentro (Larisse, set. 2009).

Atualmente, a comunidade do Caco, ainda que pouco numerosa, tem estado presente nos momentos de mobilização política Tapeba: manifestações, apoio a retomadas, etc. E por isto tem o reconhecimento de pessoas de outras localidades.

A área do Coité foi uma das grandes lutas que a gente teve para conseguir colocá-los, apoiá-los. Porque são pessoas de luta realmente, essa comunidade é uma comunidade de luta, entende? [...] Devido ao preconceito, às ameaças, eles ficaram escondidinho e a gente sabia que eram índios, tinha certeza que eram índios. Mas eles tinham medo de vir e dizer: “Eu vou pra luta”. Mas através de conversa, de reuniões com as pessoas nós dissemos: “Ó, você é índio”. E eles: “Eu sei que eu sou”. “Então vamos lutar!” Hoje, graças a Deus, nós temos a comunidade do Caco, que realmente fala mesmo: “Eu sou Tapeba, eu sou índio e eu vou mostrar o que eu sou”. Entendeu? Eles são pessoas que eu admiro muito. Por quê? Porque começaram agora, porque eles começaram a nos ajudar, a entrar mesmo na luta de reconhecimento mesmo em 2005. Mas é uma comunidade que está ali. Aconteceu um conflito, chama e o povo do Caco está lá em peso, então são pessoas que eu admiro. (I., moradora da Lagoa I, depoimento gravado na retomada do Caco, 11 set. 2009)

Fig. 48: Primeira casa construída na retomada de 2005



(Foto: A. L. Tófoli – set. 2009)

Fig. 49: Açude localizado dentro da retomada



Açude utilizado para lavar roupa e pesca (Foto: A. L. Tófoli – set. 2009)

Nessa localidade ocorreram duas retomadas. A primeira, mais expressiva em termos de espaço, ocorreu em 2005.

Foi o início da luta lá da nossa comunidade. Porque a gente conhecia o movimento, mas não era tão engajado. Então a gente sentiu a necessidade de fazer uma retomada para ter uma área de plantio e para a escola, porque as escolas eram muito distantes, as indígenas também; porque nossa comunidade é mais distante das outras comunidades. Daí partiu a ideia de fazer uma retomada, aí nós tentamos se articular com quem tinha mais experiência com isso. Chamou o pessoal, o povo lá, e fez a retomada, construiu a escola e a área de plantio. Graças a Deus não teve nenhum problema com posseiro, não. (M, 18 anos, Caco, dez. 2008)

Essa retomada contou com o apoio de pessoas da Lagoa I, Capoeira e Sobradinho. A área retomada permitiu acesso a espaços para a construção da escola nova, para o plantio

familiar, local para moradias, bem como promoveu o acesso a um pequeno açude onde se lavava a roupa e se pescava. Também foram construídos, pela FUNASA, um poço e uma caixa d'água para o abastecimento de água. A área original era de dois hectares e, com essa retomada, foi expandida para 21 hectares, que abrigam 28 famílias, compondo 134 pessoas.

Fig. 50: Prédio da escola construído no início da retomada em 2005



(Foto:A. L. Tófoli – set/2009)

Fig. 51: Nova sede da escola construída em 2009



(Foto: Marciane Tapeba – out. 2009)

A segunda retomada aconteceu em 2009 e foi a única que ocorreu no percurso da pesquisa. A ocupação teve início no dia 2 de setembro em uma pequena área ao lado de um campo de futebol utilizado pelos Tapebas da localidade. Essa área, em anos passados, já havia sido utilizada por alguns Tapebas da localidade para o plantio de roças. A ação foi desta maneira justificada:

Surgiu a ideia assim, porque a gente já tinha acesso a essa área, né. Aí a gente tinha um campo *society*, a gente queria aumentar e o posseiro não queria deixar, mas assim mesmo a gente aumentou o campo. Aí começou assim, porque tinha umas pessoas brocando também. Ele veio empacar, aí então a gente decidiu entrar mesmo e ir em frente, não desistir, porque eles vieram dizer que iam cercar a área, que iam murar, que também iam fazer um cemitério, e nós não estamos de acordo com esse negócio desse cemitério. (L., Vila dos Cacos, 11 set. 2009)

A reação do proprietário quanto à limpeza do terreno por um Tapeba e a ameaça de proibição de utilização do campo com um possível cercamento foi indicado como fator motivador da retomada:

Foi antes de ontem, a gente tava numa reunião e fomos informados que o posseiro, que se diz dono daqui, que estava em posse dele, ele veio e retirou o rapaz que tava brocando e disse que iria murar a área que não era pra gente usufruir nem mais do campo, que iria murar a área e no outro dia ele viria com a polícia. Aí imediatamente a gente começou a se organizar, organizou a comunidade, organizou as demais comunidades para vir como apoio, e ontem a gente passou o dia inteiro lá. Ele, até o momento, não pisou na área ainda, não. A gente está na expectativa, tem uma pessoa

construindo uma casa lá dentro, já cavou os alicerces e a gente está disposto a retomar essa área, porque é uma área indígena. Tá em posse dele, mas nós estamos com toda a disposição possível para entrar lá dentro. Se Deus quiser, não vai dar nenhum tipo de problema e a gente vai ganhar essa área. Veio gente da Lagoa I, da Lagoa II, do Trilho, do Capuan. (M., Vila dos Cacos, 2 set. 2009)

Fig. 52: Campo de futebol e retomada do Caco em 2009



Campo de futebol e ao fundo o espaço para a construção da casa (Foto: A. L. Tófoli – set. 2009)

Fig. 53: Limpeza do terreno na retomada de 2009



Homens, mulheres e crianças se revezam no trabalho de limpeza da área para a construção da casa (Foto: set. 2009)

A ocupação iniciou-se por volta do dia 29 de agosto. No dia 2 de setembro, quando cheguei ao local, encontrei diversas pessoas das localidades empenhadas na limpeza de uma área no lado sul do campo de futebol. No dia sete, um oficial de justiça chegou com uma intimação de reintegração de posse, o CDPDH foi acionado para auxiliar na defesa e, no caso, solicitar o encaminhamento do processo para a Justiça Federal. Diante do argumento da procuradora, que negava o reconhecimento da identidade indígena, a juíza adiou a decisão de envio para a Justiça Federal, aguardando mais informações que comprovassem ser a área uma terra indígena. A juíza, no entanto, determinou que se aguardassem a deliberação e que nem Tapebas nem o proprietário deveriam ocupar no local.

No dia 10 de setembro, soube por telefone que representantes do suposto proprietário haviam estado no local, acompanhados da polícia, e prometeram voltar à tarde. No momento que cheguei na retomada, por volta das 13h30, uma picape estava saindo. Dentro dela estavam três homens, um deles afirmou ser advogado do proprietário. A conversa travada entre eles e as lideranças tapebas no local foi filmada em um celular, assim pude assistir ao diálogo. De um lado, os homens diziam que eles tinham de sair por se tratar de uma propriedade particular. Por outro, os Tapebas argumentavam que ali era uma área indígena, tradicionalmente ocupada. O período da tarde foi marcado por reuniões entre tapebas da Vila dos Cacos, lideranças de outras aldeias e o representante da FUNAI. Nessas conversas, era consenso a necessidade de

ficarem em alerta e convocarem mais pessoas para o local. A partir disso, passou-se a discutir formas de conseguir alimento para garantir a permanência das pessoas nos dias subsequentes.

Fig. 54: Reunião entre lideranças e a FUNAI



À esquerda a casa em construção, ao fundo reunião entre lideranças, pessoas da localidade e a FUNAI, em 10 de setembro de 2009. (Foto: A. L. Tófoli)

Fig. 55: Cozinha improvisada na retomada

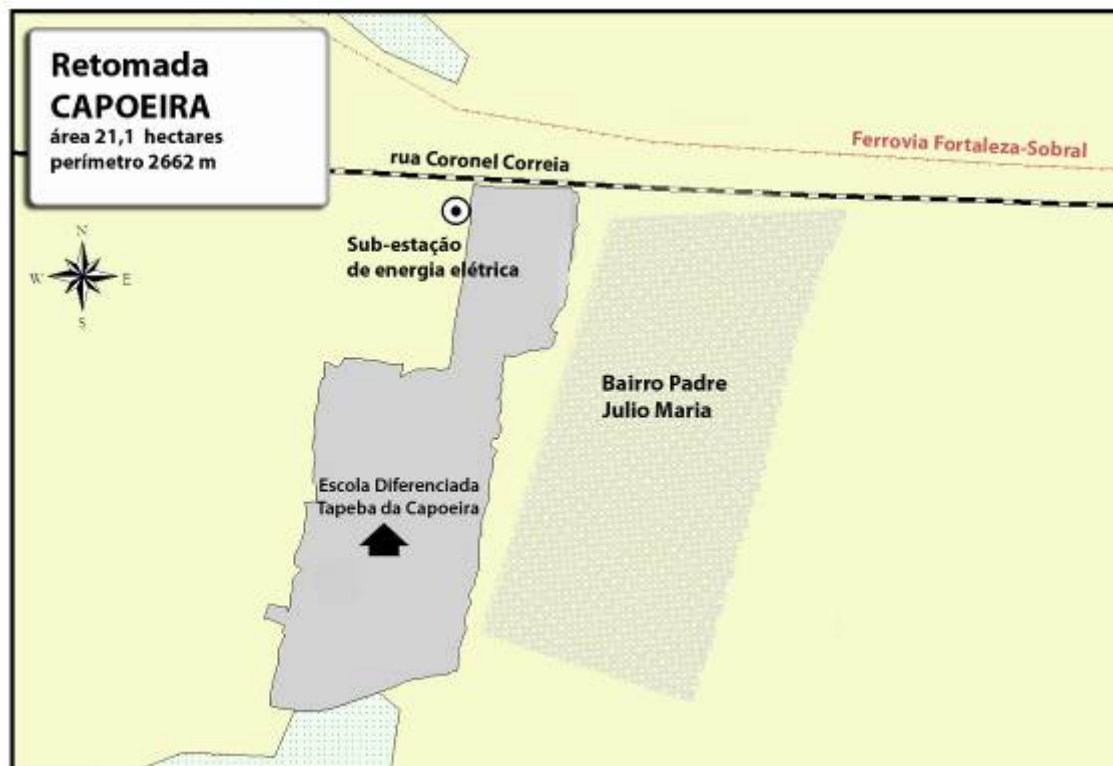


Mulheres preparam o almoço na cozinha improvisada da retomada. (Foto: A. L. Tófoli – 11 set. 2009)

O dia seguinte foi marcado por uma vigília, na qual estavam presentes pessoas da Lagoa I, Capoeira, Capuan e Trilho. A comida cedida pela FUNAI foi feita embaixo das árvores. No local, foi improvisada uma lona para abrigar um curso sobre turismo ambiental, previamente marcado para esse dia, seguindo uma prática de trazer, para dentro da retomada, reuniões e ações que estejam acontecendo no período como estratégia de ocupação do espaço. Os dias que se seguiram não tiveram mais nenhuma vinda de representantes do posseiro. A casa que estava sendo construída foi temporariamente parada por falta de material. Passados alguns meses, a casa foi concluída e atualmente uma família Tapeba reside nela. O processo ainda corre na Justiça, porém, posteriormente, a prefeitura anunciou que irá desapropriar 33 hectares para construção de uma fábrica de hélices para postes de captação de energia eólica. Dessa área, dez hectares serão garantidos aos Tapebas, incluindo aí o espaço ocupado nessa última retomada. Dessa forma, os Tapebas da localidade aguardam a oficialização da desapropriação através de decreto da prefeitura.

3.11. Capoeira

Mapa 12: Retomada da Capoeira



(Fonte: Dados originais)

A localidade chamada de Capoeira pelos Tapebas encontra-se atualmente dentro do bairro Júlio Maria, no perímetro urbano de Caucaia. A população indígena no local, apesar de numerosa, está envolta por grande contingente não indígena. Os tapebas aí residentes são originários do Paumirim e mantêm intensas inter-relações de solidariedade e parentesco com a comunidade do Trilho. A localidade é bastante urbanizada e os Tapebas foram, com a urbanização, sendo empurrados para a parte de trás do bairro. Desde a década de 1980, o bairro recebe abastecimento de água, as ruas são pavimentadas e têm iluminação pública. No último estudo de delimitação, apenas o limite sul, próximo ao Rio Ceará, permaneceu parte da TI Tapeba. Nessa localidade, foi construído o primeiro Centro de Saúde dos Índios Tapeba (CESIT). A população tapeba na Capoeira é de 1.040 pessoas.

A retomada que aconteceu na Capoeira contou com longo tempo de preparação:

Essa retomada que nós fizemos na Capoeira nós passamos onze meses articulando para poder a gente fazer. Por que foi onze meses? Porque foi trabalho, ninguém faz uma retomada assim da noite para o dia, não, a gente tem que articular, a gente tem que saber como vai fazer a retomada, tem que saber qual são os órgãos que a gente vai atrás, qual é as pessoas que apóiam nós. (E., Retomada da Capoeira, mar. 2009)

Fig. 56: Início da retomada em 2006



Reunião sob a barraca de lona erguida nos primeiros dias da retomada. (Fonte: Projeto Historiando – mar. 2006)

Fig. 57: Escola na retomada



Local onde funcionou a escola ao início da retomada até a construção de duas salas financiadas pela ADELCO Foto: Rita Nascimento (Fonte: NASCIMENTO, 2009)

A ação foi iniciada em março de 2006 e teve como uma de suas motivações a necessidade de espaço para a construção da escola, que funcionava precariamente em uma casa alugada. Segue abaixo o relato de como se deu o início da retomada:

No início, no primeiro dia que nós entremos aqui, que foi de madrugada, nós entremos com pouquinho, mas as outras comunidades já estavam em alerta que nós estávamos entrando naquela madrugada. Quando chegou de manhã, a gente olhou para um lado e para outro da própria comunidade aqui da Capoeira e nós não vimos bastante pessoas da própria comunidade, porque nós articulamos bastante pessoas, nós fizemos reunião, explicamos na comunidade que era importante a terra e que nós estava entrando naquela madrugada. Então, quando amanheceu o dia, o companheiro veio, que era o presidente da associação, e as outras comunidades – Trilho, Lagoa I, Lagoa II – chegaram junto também, deram a maior força à gente. Aí ele foi olhando e disse: “E., aqui tem muito pouca gente da comunidade de vocês, você precisa estar chamando estas pessoas para estar entrando aqui com vocês”. Nós saímos atrás, articulamos um grupo de mulheres pra estar nas casas chamando, né? Dizendo que era importante a retomada de terra, porque a gente não tinha uma retomada de terras aqui na Capoeira e que era importante elas ficarem vindo. Então eles foram visando que realmente era importante aquela terra e aí eles foram se chegando, foi chegando mais gente da comunidade, a comunidade foi fazendo barraca de lona e nós correndo pro um lado, correndo para outro. Era época do inverno, estava chovendo nessa época. E, pelo sofrimento que nós passamos, a questão assim do lamaçal que tava aqui dentro... Mas pra nós foi uma grande vitória ao mesmo tempo, porque foi até hoje, como eu lhe digo, ficou na história (E., Capoeira, mar. 2009).

A dificuldade de articulação nos primeiros dias da ocupação, as intensas chuvas no período, o terreno enlameado e a dificuldade em conseguir água foram apresentados como os principais problemas no período inicial da retomada, juntamente com a dificuldade em conseguir alimento. O conflito com o posseiro deu-se apenas ao início e resumiu-se a ameaças e ofensas verbais. Mesmo assim, a organização envolveu um esquema de vigília visando à proteção das pessoas.

Como eu tava dizendo aqui, ele chegou na madrugada, ele chegou na faixa de quatro e meia pras cinco horas, aí ele foi logo perguntando quem eram esses cachorros que tavam dentro do terreno dele. O pessoal disse: “Rapaz, é os índios, é os índios que estão aí retomando as terras deles”. “É, mais tarde nós vem aí!” Aí a gente ficou. A gente, quando entra pra dentro de uma área dessas, de retomada de terra, a gente fica cismado também. Porque eles podem mandar uns capanga, eles podem mandar a polícia, eles podem até comprar também, porque posseiro, você sabe, essas pessoas que têm dinheiro, eles compram tudo, compram qualquer pessoa, né? Então nós fiquemos em alerta, nossa comunidade, nossos companheiros: “Negrada, não vamos dormir, vamos ficar atento, porque o homem disse que vinha aqui hoje, ninguém sabe se ele realmente vem, mas vamos ficar alerta, ninguém vai, os homens não vão poder dormir, vamos ficar de vigia. Agora as mulher pode ir cada qual pras suas barraquinhas, pode dormir que nós vamos ficar aqui de vigília”. (E., Capoeira, mar. 2009)

A ameaça não se concretizou e a retomada foi se consolidando, inicialmente em torno do funcionamento da escola. A construção das casas e da sede da escola diferenciada Tapeba da Capoeira demorou aproximadamente um ano. A escola foi construída com a doação do material, através do fundo emergencial, e as casas pelo projeto de microcrédito, ambos da ADELCO. Algumas divergências entre lideranças aconteceram no processo da retomada, no caso, envolvendo dissensos entre uma liderança mais antiga e lideranças jovens que estiveram à frente da retomada, e tiveram como pivô alguns encaminhamentos em relação à escola.

Atualmente, 37 famílias moram na retomada. Apesar de existir área para plantio coletivo, ainda não se organizaram para fazê-lo, devido à falta de ferramentas para arar a terra antes da chegada do inverno. Mas as famílias cultivam pequenos roçados próximos às suas casas. Em 2009, foi construída uma nova sede para a escola. Dessa forma, o pequeno espaço destinado à escola, erguido no início da retomada, atualmente serve para eventuais atendimentos médicos e reuniões comunitárias. A retomada foi feita numa área sem habitação prévia, que abrange, no sentido norte-sul, desde a Rua Coronel Correa até a Rua do Fim, onde encontra a entrada de acesso dela; a leste faz limite com a parte de trás das casas localizadas na Rua Juaci Sampaio Pontes, a noroeste com a subestação de energia elétrica da Companhia Energética do Ceará (COELCE). A área total da retomada é de 21 hectares.

Fig. 58: Primeiro prédio da escola na retomada construído em 2006



(Foto: A. L. Tófoli – mar. 2009)

Fig: 59: Vista parcial da retomada



Ao fundo, o prédio da nova escola construído em 2009 na retomada. (Foto: A. L. Tófoli – out.2009)

Fig. 60: Vista parcial das casas na retomada



(Foto: A. L. Tófoli – out. 2009)

Fig. 61: Limite norte da retomada



As margens da Rua Coronel Correa, próximo à subestação da COELCE (Foto: A. L. Tófoli – out. 2009)

3.12. Síntese integradora dos dados sobre as retomadas tapebas

De acordo com o apresentado até o momento, cabe aqui tecer algumas considerações. A experiência adquirida nas retomadas Tapebas moldou-se no percurso dos anos e das ações. A partir do final da década de 1990 e ao longo da década de 2000, as retomadas se

intensificam e as execuções delas passaram a ser mais organizadas e elaboradas com base em experiências anteriores, além da importância do intercâmbio de informações e de experiências com outros povos indígenas do Brasil. Percebe-se o aumento na rede de instituições apoiadoras do movimento, facilitado pela consolidação de um campo indigenista no Estado. Essa mudança aparece no relato abaixo transcrito:

Porque as primeiras retomadas que nós fizemos, nós não tínhamos ajuda de quase ninguém, porque muitas pessoas não tinham conhecimento da luta que nós tava tendo. Eram reuniões feitas debaixo das moitas que não saia pra canto nenhum, não tinha quase conhecimento, ninguém tinha o saber de quem a gente ia buscar ajuda e era muito sacrifício pra gente, as primeiras retomadas. Era comendo o que nós não tinha, ninguém tinha quase ajuda de ninguém. Já essas últimas retomadas que a gente fez, a gente já tinha mais conhecimento, já tinha pessoas que nos davam apoio, que nos ajudava com a comida, até com roupa. A gente tinha mais ajuda, diferente das primeiras que foram feitas, que ninguém tinha ajuda de ninguém, era só nós mesmo com a cara e a coragem, que coragem graças a Deus nunca faltou, graças a Deus! (R., Lagoa II, jul. 2008)

Um elemento fundamental para a consolidação das retomadas tem sido a capacidade das lideranças em conseguir o apoio de algumas instituições. Um destaque deve ser dado à atuação da ADELCO, pois o programa de microcrédito possibilitou a construção das moradias nas retomadas do Trilho (2006), da Capoeira, da Vila dos Cacos. Contemplou também, através do fundo emergencial, a construção da escola na retomada da Capoeira, do galpão de costura no Sobradinho e parte da escola do Trilho em 2005. O CDPDH da Arquidiocese de Fortaleza tem prestado importante assessoria jurídica em questões envolvendo retomadas e conflitos territoriais em geral. As doações do Serviço Social do Comércio (SESC) também tem sido importante para a obtenção de alimento que contribuiu no abastecimento de algumas retomadas.

O total de área retomada corresponde a 431,2 hectares, os quais garantiram espaço para a construção de oito escolas, para o abrigo de mais de 600 famílias tapebas, de dois postos de saúde, sete campos de futebol, igrejas, locais para reuniões e 41 hectares para área de plantio coletivo, sem contar as roças familiares que não foram possíveis precisar na pesquisa – ou seja, corresponde a uma importante melhoria na qualidade de vida das pessoas. Apresento a seguir uma tabela com dados sobre as retomadas.

Além do objetivo de apropriação espacial, as retomadas tapebas não foram consideradas ações que tivessem a finalidade de pressionar a FUNAI para etapas da demarcação, diferenciando-se dos exemplos de outros povos apresentados no primeiro capítulo. Conforme vimos, nas primeiras retomadas Tapebas, existia a perspectiva da eminência da demarcação, o que não se concretizou. No decorrer dos anos subsequentes, as

retomadas passaram ser vistas como uma maneira de controlar os espaços, de retornar ao território, como uma estratégia de resistência a crescente invasão sobre as áreas tradicionais e, dessa maneira, não diretamente relacionadas ao processo de regularização fundiária.

Tabela 2: Dados gerais sobre as retomadas tapebas

Localidade	Retomadas por localidade	Ano de início de cada retomada	Usos dado ao espaço	Área retomada em hectares	Conflito com posseiro/ Polícia
Lameirão	1	Final da década de 1980	Moradia, escola, campo de futebol, área para plantio familiar.	16 ha	Não
Lagoa II	2	1993 /1994 1995 /1997	Moradia, recuperação de acesso a Lagoa dos Tapebas, campo de futebol, escola índios Tapeba, posto de saúde, casa de farinha, área de plantio coletivo, igrejas.	209,6 ha	Sim
Jardim do Amor	1	1997	Moradia, acesso ao Riacho Tapeba, escola.	44 ha	Não
Lagoa I	3	1998 1999 2001	Moradia, construção da nova escola, área para plantio, campo de futebol, galpão para reuniões comunitárias.	69 ha	Sim
Sobradinho	1	1999	Moradia, escola, igreja, área para plantio.	16 ha	Sim
Ponte	2	2000 2004	Moradia, Centro de Produção Cultural, campo de futebol.	7 ha	Sim
Trilho	2	2004 2005	Escola, moradias, igreja, área para a construção de posto de saúde.	4,6 ha	Sim
Jandaiguaba	1	2004	Moradia, criação de animais de pequeno e médio porte.	21 ha	Sim
Caco/ Coité	2	2005 2009	Área para plantio, escola, moradias, acesso ao açude, campo de futebol.	23 ha	Sim
Capoeira	1	2007	Moradia, escola, campo de futebol, posto de saúde.	21 ha	Sim
Total	16	---	----	431,2 ha	-----

Tabela 3: Usos destinados aos espaços nas retomadas em cada localidade

Localidade	Moradia	Escola	Área para plantio	Posto Saúde	Campo de Futebol	Igreja	Acesso a recursos hídricos*	Centro Produção Cultural
Lameirão	x	X	x	-	x	-	-	-
Lagoa II	x	x (2)	x	x	x (2)	x	x	-
Jd. do Amor	x	X	-	-	-	-	x	-
Lagoa I	x	X	x	-	x	-	x	-
Sobradinho	x	X	x	-	-	x	x	-
Ponte	x	-	-	-	x	-	x	x
Trilho	x	X	-	x**	-	x	-	-
Jandaiguaba	x	-	-	-	-	-	-	-
Caco/ Coité	x	X	x	-	x	-	x	-
Capoeira	x	X	-	-	x	-	-	-

Estão marcadas com “x” nos casos que ocorrerem o tipo de uso na localidade e com “-“ quando não ocorre.

* Rios, lagoas, riachos, açudes. ** Na localidade do Trilho só existe a área para a construção do posto de saúde.

Para vários dos informantes, há a distinção clara entre essas duas formas, complementares, de luta pelo território: a regularização fundiária e as retomadas. De um lado, tem-se os procedimentos que correm pelas vias legais, que já configuraram três décadas de uma história repleta de entraves que se desenrolam nas vias jurídicas. Com exceção de algumas lideranças mais atuantes em nível nacional, que acompanham permanentemente o desenrolar dos processos na FUNAI e no STJ em Brasília, para a maioria dos Tapebas a percepção que prevalece em relação a esse processo é o de impotência, por vezes, o de incompreensão e o de um forte sentimento de injustiça, expresso em quase todos os depoimentos recolhidos. Por outro lado, as retomadas são percebidas como uma ação sob a qual podem controlar e conduzir, ainda que envolvida em conflitos e incertezas. No próximo capítulo, direciono o olhar para os depoimentos sobre as vivências significativas que ocorreram em diferentes etapas das retomadas e as impressões deixadas em seus protagonistas.

4. VIVÊNCIAS NAS RETOMADAS

No capítulo anterior, foi apresentado como as retomadas não seguem uma estrutura rígida ou um padrão único de realização. Cada retomada pode ser entendida como uma unidade processual específica. Porém, essa variabilidade de situações não nos impede de encontrar nos relatos alguns elementos que permeiem as diversas situações. Assim, no presente capítulo, a análise está centrada na percepção de elementos comuns a essas ações políticas, intencionais e constituídas por uma sequência articulada de atos compreendidos dentro de uma perspectiva processualista e dinâmica.

4.1 As diferentes etapas das retomadas

A primeira característica que podemos ressaltar sobre a retomada é a imprevisibilidade de quando e onde ocorrerá. A necessidade da efetivação da retomada vem de demandas das comunidades; já a delimitação do local específico de sua ocorrência é de responsabilidade de poucas pessoas e são informações mantidas em grande sigilo até bem próximo da ação. Se a informação chegar previamente aos “posseiros” da terra em questão, toda a ação ficaria comprometida.

Teve o período de três a quatro meses pra reunir, pra combinar, reunir com outras lideranças das outras comunidades, que também a gente precisa muito do apoio das outras comunidades, não foi diferente essa organização, né? A conscientização das famílias, buscando mais famílias pra se unir ao grupo, também a questão do sigilo, não pode tá comentando muito, pra que não chegue nos ouvidos do posseiro. Porque, assim, quando o posseiro sabe, se chegar a saber que os índios estão se organizando pra fazer a retomada, eles chegam até a se unir, porque eles não sabem qual é a área que vai ser. Então tem que ter o máximo de sigilo, não pode tá comentando muito, tem que fazer reuniões somente para as pessoas que a gente sabe que não gosta de tá comentando muito, às vezes nem por maldade, mas é o hábito de tá comentando muito, então a gente tem que ter esse sigilo também. (M.I., Trilho, jul. 2008)

Os integrantes do grupo que planejam as retomadas variam de acordo com a localidade em que irá ocorrer, pois a ação deve partir de moradores da localidade, embora comumente exista o apoio prestado por pessoas de outras localidades com experiência acumulada em ações anteriores. O planejamento que precede a retomada leva em consideração os locais plausíveis, motivação (necessidades) da comunidade, possíveis colaboradores. Mas, em todos os casos, a preparação é feita por um pequeno grupo.

[...] a gente tentou fazer outras, mas teve pessoas que “furou” e, antes de a gente fazer, o posseiro soube e se voltou contra a gente. [...] E aí a gente ter que elaborar aquele grupo, organizar, e ter que confiar, porque você não vai poder falar pra ninguém. Agora, depois que a gente entrar é que a gente vai chamar os outros pra poder conseguir entrar, porque, se a gente for dizer pra todo mundo, é muito difícil (S., Jandaiguaba, dez. 2008).

Pouco antes da retomada, é feita uma concentração em algum local próximo ao que será ocupado. Os momentos que antecedem o início da ocupação são cercados de apreensão e tensão, pois o planejamento existe apenas até o começo da retomada. Uma vez iniciada, os acontecimentos seguintes são imprevisíveis e potencialmente perigosos.

Sempre que eu saio de casa para uma retomada, eu sempre fui assim, eu agradeço a Deus por ter me dado um bom dia, abençoou os filhos e digo que vou, mas não sei se volto. Porque, quando você entra numa retomada, você tá entrando e está disposta a tudo. Sempre quando a gente entra numa retomada, a gente se reúne e fala: “Olha, a gente vai entrar, vai primeiro com fé em Deus – pai Tupã –, mas o que der para um dá pra todos”. (N., Lagoa II, set. 2009)

O ponto fundador da retomada é o momento de concentração que antecede a ação, quando geralmente fazem uma oração e a roda de toré. Após essa pausa, inicia-se a ocupação propriamente dita. Se o sigilo envolve o período de planejamento da ação, a adesão e a coesão do maior número de pessoas são fundamentais para o sucesso da retomada após o seu início. O trabalho a ser realizado no começo exige grande força física, que em alguns casos consiste em derrubadas de cercas, em outros a delimitação da área que será retomada com o cercamento dela, ou ainda a limpeza do terreno; nesse contingente inicial, a presença masculina é significativa e importante. A entrada na retomada é um momento de ruptura, em que as pessoas iniciam o processo de despojamento da vida cotidiana, pois a retomada afetará o dia a dia de todos os envolvidos. Uma vez iniciada a ocupação, mais pessoas chegam e então começam os empenhos para a viabilização para a permanência no local, que consiste basicamente em prover o alimento e garantir uma estrutura mínima para o repouso e segurança de todos.

Dentro da retomada a gente começa a organizar as equipes, tem a equipe que vai cuidar da cozinha, tem a equipe que vai cuidar da água, a gente forma também a equipe que vai pegar lenha. Pra tudo tem a equipe, então a nossa organização funciona assim. Tem a equipe, aquela semana, daquelas mãezinhas que vão ficar na cozinha, a gente divide por equipe, cada dia ou cada semana é aquela equipe. A gente faz até um calendário, coloca na parede pra todo mundo ver ali. Tem a equipe que vai pegar água, puxar água no cacimbão, e quando a gente vai entrar na retomada a gente passa de três a quatro meses se organizando, adquirindo alimentação, buscando parceria, indo nos órgãos pedir ajuda, que é pra, quando a gente entrar, a gente já ter alimentação que garanta ao menos três meses, pra pessoa não se preocupar que as famílias não venham a passar necessidade. (B., Trilho, jul. 2008)

Depois de resolvidas as questões básicas de teto e alimento, o esforço passa a ser a transformação da paisagem e a reordenação do espaço. De acordo com o objetivo específico de cada situação, essa remodelação se dá de variadas formas: preparação do solo para o plantio, salas de aula passam a funcionar nas sombras das árvores ou embaixo das lonas, construções se dão em esquema de mutirão etc. É um momento de efervescência política e comunitária, pois ali convivem crianças, jovens e velhos.

A gente via fartura. Eles chegavam com muito peixe, aí era aquela festa: iam as mulheres todas limpar os peixes pra depois fazer cozido, assado, torrado, e era uma festa, né? Então eles sempre formavam esses grupos pra ir pra pescaria também, aí a B. já falou que tinha o grupo da lenha também, que muitas vezes eles chegavam a ir buscar em outra comunidade, lá na Lagoa I, iam pra mata mesmo, levavam as ferramentas pra pegar lenha. Assim, tudo é uma experiência muito boa que a gente toma das retomadas. (MI, Trilho, jul. 2008, referindo-se à retomada da moradia de 2006)

É comum utilizarem a retomada para reuniões de lideranças, professores e agentes de saúde que sejam necessárias no período.

A questão de retomadas, eu participava, mas não assim diretamente de estar à frente de muitas coisas, mas sempre que possível dando meu apoio, tanto em tentar trazer o trabalho da consulta, da vacina, de uma palestra. Se for possível, a gente procura trazer para o momento daquele conflito, no momento que está acontecendo, que é uma retomada. (I., set. 2009, na retomada do Caco)

No contexto da retomada, constatamos o despojar da segurança e do conforto do lar, a imprevisibilidade dos acontecimentos e improvisos nas soluções, a luta por um objetivo que transcende os interesses individuais imediatos, sem estruturas rígidas, em uma ação que subverte a ordem estabelecida. Na suspensão da vida cotidiana e na existência em uma situação que nem é igual a que passou nem será igual à que há de vir, percebem-se aspectos da liminaridade nesse estágio inicial da retomada que propiciam a formação de *communitas*, no sentido proposto por Victor Turner. O autor, dentro da corrente funcional estruturalista britânica, aprofunda os estudos rituais em contexto de margem – da passagem de uma situação mais baixa para outra mais alta através do limbo, da ausência de status. Para explicar atributos de fenômenos diversos, como neófitos em fase liminar, autóctones subjugados, as nações pequenas, os bufões da corte, os mendigos etc.; ou seja, pessoas ou grupos que se situam nos interstícios da sociedade, estão na margem dela e ocupam os degraus mais baixos na hierarquia social. Apresenta o período liminar como um modelo de correlacionamento humano não estruturado, dentro do qual é possível o surgimento das *communitas*. Ao irromper dos interstícios, a *communitas* transgride ou anula as normas que governam as relações

estruturadas e institucionalizadas, e através dela é que se dá a manifestação do poder dos fracos. As *communitas* são caracterizadas por sua natureza espontânea, imediata e concreta em oposição à natureza governada por normas abstratas e institucionalizadas da estrutura social (TURNER, 1974).

A retomada, a gente sai pra ir para lá, mas não sabe quando volta. Tem que entrar lá e realmente assegurar, né? Aí vem a questão da alimentação que a gente se preocupa, [...] lá mesmo a gente faz um fogo, lá, nós mesmos fazemos a alimentação. Lá a gente dorme embaixo da lona, em moita, no chão, em rede, colchonete. Mas vale a pena, porque a gente tá ali e sabe que vai ter uma conquista maior. [...] Sobre a retomada, tem a parte difícil, mas tem também a noite, tem o toré, todo mundo se reúne, faz fogueira, canta. Lindo mesmo! Então, coisa que muitas vezes é difícil, que nem a da Lagoa I que chegou posseiro, manda polícia. Quando você vai participar assim, a primeira vez, você quer temer, mas assim, tem muitas lembranças boas. Eu amo estar junto com nossos parentes, estar todo mundo junto, é uma alegria que eu tenho, e ali, quando a gente reunia os pajés, todas as lideranças, as crianças (M.L., Jardim do Amor, nov. 2008).

A retomada é um momento de ruptura que pode trazer mudanças cognitivas e de paradigmas para seus protagonistas, criando novas formas de apropriações espaciais e subvertendo a relação de poder. A desordem e a inversão do *status quo* implicam possibilidades incontrolláveis e ilimitadas, que tanto carrega perigo quanto *empoderamento*³⁸. Assim, a resistência no momento crítico é apresentada em diversos relatos como uma experiência fortalecedora:

Sabe qual foi um bom momento que eu lembro? Bom mesmo, para mim foi ótimo? Do enfrentamento. Aí você vai me achar louco: por que no enfrentamento, se é a pior hora, que o cara está de frente contigo? Aqui no Trilho, por exemplo, o cara veio com a arma na mão, empunhava a arma e vinha de frente assim... “Vai entrar, eu mato!” E a gente entrava. Esse é um bom momento. Porque não é assim por conta da adrenalina, é porque ali você sabe que é uma causa justa, você não está fazendo aquilo para se mostrar ou para dizer que é mais forte do que o posseiro, você está fazendo pela causa nobre. É tanto que, se você for olhar, de todas as retomadas que tem, eu não tenho uma casa em nenhuma delas, mas eu participei de todas elas. Porque, quando você olha para um povo que precisa, que necessita, um povo que não tem saída, não tem para onde ir... O governo é cruel com o povo. Uma tristeza minha é essa de ver que não tem apoio, o governo não apoia verdadeiramente os povos indígenas, as retomadas indígenas. Então, o momento mais alegre foi o momento de enfrentamento, o momento que estava frente a frente com o posseiro, e a gente foi lá pra cima e conquistou até. É uma alegria quando eu vejo que todas as retomadas que a gente ocupou são nossas, essa é a alegria. (B., Jandaiguaba, 23 nov. 2009)

Garantir a terra através de retomadas implica ações que envolvem organização e coesão do grupo, em situações repletas de tensões e potenciais conflitos com posseiros,

³⁸ Empoderamento é aqui entendido como o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. (ROMANO; NUNES, 2002)

proprietários e polícia. Os momentos iniciais das retomadas tendem a ser os mais tensos, pois os conflitos, na maioria dos casos – Trilho (2004 e 2006), Capoeira (2006), Lagoa II (1995), Caco (2009), Ponte (2003 e 2004) –, tendem a ocorrer logo após o início da ocupação, mas também podem acontecer após anos de retomada, como no caso da Lagoa I, em 2004. Tais conflitos envolveram, dependendo do caso, ameaças verbais e armadas, coerção policial, perseguição de lideranças, agressões físicas, destruição de casas. Não é de se estranhar que, nessas condições, elaborem-se estratégias de autoproteção, como vigília noturna e atenção para os lugares de acesso ao local. O perigo presente nas situações de retomadas não é simbólico ou metafísico, estão prementes nas possibilidades de conflitos abertos. Transcrevo o relato de um dos detidos no conflito com a polícia na Lagoa I, em 2004, no qual ele apresenta sua percepção do episódio:

Foi um episódio triste, eu nunca tinha passado por um momento desses. Triste, mas a gente vê que foi válido, porque só quem estava naquele meio eram as pessoas que estavam se doando, que realmente têm coragem de dar a cara para bater pelo movimento. Foi bom nesse sentido, porque muitas pessoas viram que a gente tinha realmente coragem de enfrentar policiais, de enfrentar posseiros, de enfrentar armas. A luta é assim, a gente não pode se esconder, não pode se omitir da luta, não. Se nós nascemos índios, se nós reconhecemos a nossa identidade étnica, temos que estar no meio, temos que dar a vida pelo movimento mesmo, sabendo que um dia a gente vai conseguir. Então, a gente foi detido, levado pra delegacia. Eu achei muito interessante pro movimento também, porque, naquele momento que a gente saiu daqui, levado pra delegacia, já foi feita uma articulação entre o povo Tapeba de todas as aldeias, conseguiram encher um caminhão de índios e levar pra frente da delegacia pra protestar pra que a gente pudesse estar saindo de lá, algumas entidades que ajudam a gente nessa luta também estavam lá presentes. Graças a Deus a gente conseguiu sair de lá. Outro momento interessante também, foi que a gente veio de frente da delegacia até a nossa aldeia a gente veio a pé, o povo da Caucaia pode ver que existe o índio, que ele está aqui, que ele está pra buscar o que é seu, pode ver que estamos organizados, que queremos realmente um dia o que a gente está buscando, que é a nossa demarcação. (J., Lagoa I, nov. 2009)

Os conflitos podem durar vários dias, semanas ou meses. Seu término comumente ocorre de duas maneiras: em alguns casos, a questão é encaminhada para vias judiciais, com pedidos de reintegração de posse ou indiciamento de lideranças tapebas individualmente. Em outros casos, elas simplesmente cessam, pois não é levada adiante nenhuma medida por parte de posseiros ou proprietários que, aparentemente, abriram mão da parcela de terra retomada. Quando os conflitos diretos se acalmam, o empenho de todos se voltam para a consolidação da retomada. A partir de então, os acontecimentos se desdobram sem uma lógica pré-estabelecida e, para que a retomada perdure, é necessária a perseverança dos envolvidos e a soma de seus esforços. Pode-se dizer que, nas retomadas, conflito e solidariedade estão interligados, pois a necessidade de união para superação do momento de crise envolve o engajamento de pessoas

de diversas aldeias. Nesse momento, muitas das divergências internas são suspensas para que exista a coesão necessária diante de um oponente comum.

É um momento onde a gente demonstra, principalmente, as lideranças que estão à frente. É um momento de força, é um momento onde a gente vê que realmente aquelas lideranças, aquele povo que vai, estão voltadas para a causa indígena. É importante porque é um momento de conquista, de retomar. É retomar mesmo! [...] Quando acontece um conflito, que a liderança entra em contato com as outras comunidades, é o momento de a gente demonstrar que “estou te apoiando, estou apoiando a causa indígena”. Seja de que maneira for, mas eu tô lá. Nem que eu não sou da frente, mas nós estamos ali, nós somos índios, tem que mostrar a nossa força, o nosso apoio. E é através desse momento que lá fora vão ver a nossa luta e os órgãos que são mesmo competentes possam ajudar, eles possam vir também mostrar o seu apoio. (I., Lagoa I, set. 2009)

Se a retomada traz conquistas para o grupo, ela não ocorre sem um elevado grau de autossacrifício dos indivíduos. A ideia de sofrimento e sacrifício aparece em diversos relatos: “Toda retomada que a gente faz, a gente tem que sofrer. Não que a pessoa faz uma retomada pra dizer assim: ‘eu fiz essa retomada de mão beijada, foi boa e tudo’. Não, a gente sofre, de todo jeito a gente sofre”. Existem os casos mais emblemáticos, como o da construção do centro cultural, na Ponte, realizado à noite, por vezes debaixo de chuva; os trabalhadores recebiam como remuneração apenas cestas básicas. No caso da retomada da escola do Trilho, os professores fizeram empréstimos, pagos com seus salários, para adquirir materiais que possibilitassem finalizar a construção das salas de aula. Mas em todas as retomadas são relatadas situações difíceis: “E nós ficamos aqui com muita dificuldade, porque a comida [era] difícil para as pessoas, difícil a água, não tinha água, o riacho estava seco e nós pedimos um baldinho d’água, um baldinho de água pra um canto e pra outro”, na Jandaiguaba; ou como na Capoeira, “era época do inverno, estava chovendo nessa época. E pelo sofrimento que nós passemos, a questão assim do lamaçal que tava aqui dentro”.

O sacrifício que aqui nos referimos não deve ser confundido com um rito sacrificial propriamente dito, mas, a partir das categorias de Hubert e Mauss (2005, p. 51), podemos traçar uma analogia com a ideia de simetria entre entrada, saída e consagração presente no sacrifício. A partir do momento em que a ocupação começa, as pessoas estão preparadas a resistir a todos os percalços, obstáculos e confrontos que possam ocorrer. Uma vez que a ação é iniciada, ela deve seguir sem interrupção até o final. A experiência de viver na retomada imprime marcas nas consciências individuais e na percepção da coletividade que se dá em torno de um espaço determinado. Assim, podemos analogamente afirmar que o espaço, ao ser alterado pelo esforço coletivo, é por este ato consagrado, pois, através de tal processo, ele passa a adquirir um novo *status*.

Em diversos momentos das retomadas, é realizado o toré, tido como elemento aglutinador e fortificador da coletividade, como fica claro no relato abaixo transcrito:

O toré traz a espiritualidade, ele traz aquela força de ânimo com a comunidade de vencer todos os obstáculos que vêm na frente da gente. Como aqui, chegou polícia, chegou posseiro, a gente se reunia ali, dançou o toré, a gente gritou o nome de deus Tupã e tudo, e puxou. A música mesmo dá aquela espiritualidade pro povo. A gente sente outro ânimo de espírito e ao mesmo tempo eles se afastam, provavelmente seja por aqueles espíritos, aquela espiritualidade que chega ao nosso redor, que vai até ao encontro daqueles posseiros, daqueles inimigos que vêm contra a gente, eles se afastam. A gente tem música também, até pra afastar eles, intimidar eles mesmo, a própria polícia. Quando a gente começa a dançar o toré, que a gente começa a incentivar o povo, a comunidade chega junto com a gente e não tem posseiro nenhum pra resistir, nós vamos pra cima mesmo e eles se retiram mesmo. Mas é uma coisa séria que a gente leva de tradição, por tradição, vêm os curumim, vêm as mulheres, vêm os jovens, e a gente leva aquela cultura com muita sinceridade. Por isso que, no meio da roda do toré, a gente usa o *cunhambá*, que é a bebida do mocroró do caju, que não pode usar bebida alcoólica. E aquilo dali é tudo espiritualidade que a gente traz no ânimo e no corpo da gente, né? Até a lembrança dos próprios companheiros nossos que foram também, a gente sente até aqueles companheiros com a gente ali. O toré é muito importante dentro de uma comunidade indígena, é o primeiro da frente, o que leva a frente uma comunidade indígena. Para mim, o toré é muito importante. (T., Capoeira, mar. 2009)

Nessas condições, o toré é visto como carregado de um ânimo protetor. Assim, em momentos de crise e conflitos abertos, ele é mais fortemente acionado, justamente por estar revestido de aspectos mágicos e transcendentais capazes de trazer força, afastar o inimigo e restaurar a segurança.

As retomadas podem demorar vários meses ou até anos; após esse período, a vida volta ao ritmo cotidiano. Mas a retomada não acaba: ela se consolida e se estrutura. O que acaba é a fase inicial, de alojamento provisório. Com a consolidação da retomada, as pessoas vão lentamente restabelecendo a rotina, e o espaço reocupado ganha novamente uma aura de normalidade, mas agora sob controle indígena.

Em geral, o que eu vejo que mudou, que mudou muito do que era antes – porque é assim, hoje, de uma forma ou de outra, nós temos um lugar pra morar, assegurado, né? Alguns deles, que têm um pedaço maior que dá para plantar que dá para dar para um filho, é a segurança que um pai de família tem que, se ele morrer, o filho dele não vai ficar desabrigado, tem onde morar. Então, assim, na retomada o que mudou foi isso. Porque a pessoa sabe que tem um local pra morar, um local para seu filho, sua filha que vai casar amanhã. Agora, lembrando que a retomada não vai assegurar pra sempre uma família. [...] Hoje nós temos um local fixo onde a gente pode plantar, onde a gente pode morar, onde a gente pode ceder para um filho. Antes a gente não tinha... Antes a gente vivia num local que não era nosso, ou que era nosso, mas que muitas vezes morava o branco que outro branco queria discriminar. Eu particularmente passei muito por isso, a pessoa dizer: “Ah, esse índio quer tomar tudo o que é da gente, não sei o quê...” Na retomada, não, ninguém faz isso com você, porque todo mundo se conhece e é como se você vivesse aldeado, todo mundo se conhece, todo mundo se reúne e nós temos na retomada reunião regular. Reunião para discutir os problemas da comunidade e se discute conjuntamente, coletivamente,

e se resolve coletivamente também. Eu acho que mudou isso, porque nós vivemos também mais unidos, nós amanhecemos juntos, discutimos juntos, e era uma fase melhor ainda quando a gente comia todos junto porque na retomada era assim, ninguém ia comer nas suas casas, todo mundo se reunia e comia todos juntos. Eu acho que mudou muito assim por isso, viver na coletividade, provar que ainda é possível viver assim, embora no país que nós vivemos ainda se prega que o cara tem que ser melhor que todo mundo. E a gente prova na retomada que pode viver coletivamente, que é necessário viver coletivamente pra viver bem uns com os outros. (B., Jandaiguaba, 23 nov. 2009)

As mudanças que as retomadas trazem são visíveis e persistem ao tempo. Assim, a volta ao cotidiano ocorre em novas bases espaciais, sociais e, em alguns casos, políticas, pois, por ser um momento de grande efervescência, no bojo da ação, o reconhecimento de lideranças podem ser afirmados, reafirmados ou contestados. O prestígio das lideranças, além de estar vinculado à capacidade de mobilização interna e participação ativa na retomada e momentos críticos do conflito com os posseiros, proprietários e a polícia, também está atrelado à competência em articular e estabelecer parcerias com instituições externas como ONGs, organizações religiosas, sindicatos, a própria FUNAI, políticos, jornalistas e acadêmicos simpáticos à causa indígena. Assim, como nos exemplos de retomadas em outros povos indígenas, apresentadas no primeiro capítulo, durante o transcurso das retomadas, podem acontecer disputas políticas internas já latentes. Nas retomadas tapebas, ocorreram situações dessa natureza relatadas nos casos da Jandaiguaba e da Capoeira, o que propiciou novos contornos para dinâmica política nas localidades, criando-se alianças e desfazendo-se outras.

Além dos aspectos políticos e fundiários, as retomadas devem ser consideradas como um espaço de sociabilidade. A retomada, ao seu término, deixa marcas dos momentos ali vividos na lembrança de todos, das pessoas que ali estiveram, dos sons, cheiros, sabores e conversas. Dessa forma, o contexto da retomada tem um papel importante por ser um momento de reafirmação de vínculos.

Eu considero que muitas pessoas que hoje moram aqui debaixo do pátio da retomada, que até então não queria saber nem desse movimento, e depois daquilo ali ficou consciente que pra gente conseguir as coisas aqui nesse movimento indígena tem que ser com luta, eu vejo algumas dessas pessoas que antes da retomada não queria nem conversa com o movimento indígena, [...] e hoje a gente já vê que estão aqui dentro e que, qualquer coisa, qualquer precisão, estão ali prontas. Eu acho que serviu mesmo, serviu mesmo como incentivo pra essas pessoas. (I., Trilho, jul. 2008)

A partir do apresentado, pode-se dizer que o compartilhamento de experiências, em situação de exceção, envolta em dificuldades e potenciais perigos, tende a levar os indivíduos ao fortalecimento do sentimento de integração ao grupo e ao espaço, além da sensação de empoderamento como coletividade.

4.2 A consolidação das retomadas e a gerência dos espaços

As motivações para a execução das retomadas aparecem comumente associadas à ideia de necessidade coletiva. Nessa perspectiva, o valor de uso é ressaltado pelos Tapebas quando apontam as vantagens das retomadas. Quando indagados sobre as mudanças e melhorias operadas pelas retomadas, além dos usos diretos para residência, construção de escolas e postos de saúde, também ressaltam a acessibilidade de recursos naturais, vinculados a práticas tradicionais de pesca, caça, coleta, plantação, do livremente caminhar e do controle sobre os recursos naturais.

Mudou muito pra gente, porque as terras que a gente não tinha acesso, a gente já tem. A gente não podia passar, que nem as terras dos Bruno lá que a gente andou hoje. Ali a gente não tinha acesso nem pra juntar o caju. Hoje, através da retomada, a gente já tem acesso, planta lá dentro. No terreno do Antônio Caucaia, a gente também não tinha acesso, ali por onde a gente andou, aí hoje a gente já tem acesso. A M., que era agente de saúde, muitas e muitas vezes ele barrou ela de passar pro outro lado pra chegar no Jardim do Amor. [...] E hoje a gente considera que já estamos liberados para andar por onde a gente quiser. (N., Lagoa II, set. 2009)

As vivências que se operam nesses locais lhes dão forma e concretude, e assim a consolidação da retomada propicia a criação de novos locais de sociabilidade. Trago o exemplo de como se dá a relação entre apropriação espacial e mobilização étnica em relação a dois desses espaços: as escolas e os campos de futebol.

As escolas e as retomadas

Apresentei, no capítulo 2, a importância do movimento pela educação diferenciada e sua relação com a mobilização em torno dos direitos indígenas. Ressalto aqui a relação entre as escolas diferenciadas Tapebas com as retomadas. De acordo com Nascimento,

Nesse cenário de disputas e conflitos, o papel assumido pela escola ganha relevo em momentos cruciais como os das retomadas de terras, quando o espaço escolar se apresenta como o palco principal no processo de construção das experiências interétnicas das comunidades situadas em territórios contestados. (2009, p.36)

Nove das treze escolas diferenciadas Tapebas estão em áreas retomadas. Em 2003, a FUNAI construiu a Escola Índios Tapeba, na Lagoa II. Ao longo de 2009, foram construídos mais seis prédios, pelo Governo do Estado do Ceará, com financiamento do Plano de Ações

Articuladas (PAR) Indígena do Ministério da Educação, com fundo do FNDE, nas seguintes localidades: Trilho, Lagoa I, Caco, Jardim do Amor, Capoeira e Sobradinho³⁹. Tais prédios abrigarão as escolas que funcionam precariamente em instalações previamente construídas em sistema de mutirão ou em pequenas casas alugadas.

Em três retomadas – Trilho, Caco e Capoeira –, a necessidade de uma área para a escola foi uma das motivações para efetivação delas. No caso do Trilho, existiu uma retomada com esse fim específico, nomeada “a retomada da escola”, da qual uma professora faz a seguinte leitura:

Eu até me emociono, porque a gente foi reviver o que era a escola lá do passado. Iniciou debaixo de um pé de árvore e novamente a escola voltava, só que tinha uma diferença: quando iniciou lá com a Tia B.⁴⁰, era só uma sala de aula, e aí a gente olhava, era um gosto ver, a gente via oito salas de aula, todas repletas de alunos. Porque a gente tinha, sim, alunos, só as cadeiras, os alunos lá sentados, o professor lá dando aula. Era um orgulho, porque ali era uma luta, não só do professor, porque o professor tava lá passando pela mesma experiência que a Tia B. tinha passado lá na década de 1990, né? O mais importante, que deixa a gente mesmo emocionada, era a luta daquelas crianças. Eles estavam ali, eles sabiam o propósito daquele movimento, eles lutaram junto com a gente. (M.I., Trilho, jul. 2008, relatando a retomada ocorrida em 2004 para a construção da escola)

Na Capoeira e em Cacos, a retomada visava também a outros objetivos, mas a construção da escola foi uma das primeiras ações operadas após a ocupação da área:

Então, nós vendo essas condições e nós vendo nossa comunidade pelejando para manter a nossa escola, o que foi que nós fizemos? Nós se reunimos, se organizamos, fizemos esta retomada. É uma retomada que vem beneficiando, graças a Deus, a comunidade em geral. Tem pessoas que já têm terreno e ainda não tiveram condições de fazer a sua casinha, porque realmente a comunidade não tem um recurso. (E., Capoeira, mar. 2009)

Percebe-se aí uma relação de dialética, na qual a retomada propicia espaço para a construção das escolas e a necessidade de a escola ter um espaço é um fator motivador para a execução delas, nas quais a atuação dos professores na articulação e organização dessas escolas foi bastante significativo. Nascimento (2009) ressalta a interligação entre o movimento da educação diferenciada e a luta territorial dos povos indígenas no Ceará. De acordo com a autora, a escola dentro de retomadas aproxima o aluno das questões políticas e territoriais do povo:

³⁹ A construção desse prédio foi embargada em decorrência de um pedido de reintegração de posse.

⁴⁰ Referindo-se ao início da escola do Trilho, que se deu com uma professora dando aula embaixo de um cajueiro, no início da década de 1990.

Protagonizando performances políticas nas retomadas, os alunos, a exemplo dos professores, expressam o sentido e o sentimento de pertença étnica nessas ações. Ligado à importância da terra para o grupo, este sentido e sentimento estão sendo trabalhados cotidianamente na sala de aula. O exemplo Tapeba atualiza, dessa maneira, a equação já apontada entre educação escolar indígena e conquista de territórios. Nessa mesma direção, acrescenta ainda a professora Iolanda: “Hoje as crianças dizem: isso aqui também é nosso, porque nós não retiramos logo a cerca? [...] Hoje elas já têm consciência do que é a terra indígena. E antes elas achavam que iam tomar a terra dos outros”. (NASCIMENTO, 2009)

Dessa maneira, a vivência da escola na retomada, além de uma ação política, é uma experiência pedagógica, estimulando as crianças a se instruírem, como uma forma de valorizar a ação da retomada. Um professor da Lagoa I faz uma análise da importância do engajamento no movimento como exemplo a ser dado às novas gerações:

A gente está fazendo o possível para que esta terra permaneça mesmo através da retomada, porque é um direito legal, que a gente possa estar segurando estas terras. Porque é um sonho nosso, um dia, conseguir a nossa demarcação. Nós não conseguimos ainda, mas, com certeza, como eu falei, mesmo que a gente não possa ver ali no papel demarcada e entregue pra gente, quem sabe se a gente esperando mais um pouco, mas sem deixar de ir atrás, sem deixar de buscar, sem deixar de lutar... Com o apoio das lideranças mais antigas, já tomaram muitos, mas estamos aí, lutando pelas pessoas que já se foram, lutando pela juventude, lutando pelos que vão nascer ainda. Porque a gente vê que se a gente continuar a luta, os mais novos vão estar se espelhando nessas pessoas de hoje, é até uma forma de eles não desistirem. Vendo a gente na luta, vendo a gente na batalha é uma forma deles não desistirem e buscar a perseverança sempre, né? Quer dizer, nós somos os espelhos, a vitrine para a juventude. Daqui uns dias nós não estaremos aqui e a luta tem que ser repassada adiante, e quem tem que pegar isso aí com unhas e dentes é a juventude, que é para a nossa luta chegar um dia onde nós estamos querendo, que é a demarcação (J., Lagoa I, out. 2009).

Existe aí um movimento que fortalece concomitantemente a luta pela terra e pela educação diferenciada. A construção das escolas agrega importância ao uso desses espaços reocupados, pois, ainda que não tenha sido feita a demarcação, o fato de escolas serem construídas pelo Estado em tais áreas tem um peso legitimador, tanto simbólico como físico, na luta pelo reconhecimento e estabelecimento de fronteiras da territorialidade Tapeba. Por outro lado, fortalece a educação, ao garantir melhor infraestrutura básica.

A relação entre escola e território não está limitada às situações de retomadas e construção de prédios. Conforme apresentado no capítulo 2, existem dois acontecimentos anuais de grande visibilidade promovidos pelas escolas Tapebas: a caminhada no Dia do Índio Tapeba e a Feira e a Festa da Carnaúba. A Feira e a Festa da Carnaúba, que acontece anualmente no mês de outubro em área retomada na década de 1990, nos é relevante pelo seu aspecto aglutinador e pedagógico.

Fig. 62: Preparação da Feira da Carnaúba



Homens cobrem com palha a oca da Escola Índios Tapeba às margens da Lagoa dos Tapebas. (Foto:A. L. Tófoli – 9 out. 2009)

Fig. 63: Oca da Escola do Caco na Feira da carnaúba



Nasocas são vendidos artesanatos, comidas tradicionais e há exposições de fotos e trabalho dos alunos (Foto:A. L. Tófoli – out. 2009)

Fig. 64: Corrida de Tora



Uma das modalidades esportivas que ocorrem durante a Feira Cultural (Wilke Melo – out. 2009)

Fig. 65: Festa da Carnaúba



Momento de concentração antes do início da roda de Toré (Foto:A. L. Tófoli – out. 2009)

O evento é planejado com meses de antecedência e, nas semanas que o antecede, a mobilização de professores e alunos nas margens da Lagoa dos Tapebas é intensa – momento em que cada escola é responsável pela produção de objetos e cartazes para exposição e organização de uma das “ocas”. A estrutura delas permanece de um ano para outro, mas sempre tem elementos para serem arrumados: trocar as palhas da cobertura, restaurar o barro das paredes, decorar etc. Como é um momento aberto ao público em geral, é comum um

intenso movimento dos artesãos de cada localidade, tanto para fazer novos trajes a serem usados como na confecção dos adornos e enfeites destinados à venda. O evento tem a duração de três dias, quando acontecem várias apresentações culturais pelos alunos das escolas indígenas, são realizadas rodas de Toré e competições esportivas⁴¹. No último dia, acontece o ritual do batismo e à noite se realiza a festa da Carnaúba. A Feira e a Festa da Carnaúba envolvem o engajamento de alunos e professores, como também Tapebas de todas as localidades, visitantes, imprensa e pesquisadores.

Os campos de futebol

Outro local que chamou a atenção ao longo da pesquisa foram os campos de futebol. Estes não correspondem a um espaço institucional, como a escola, nem representam uma das bandeiras de luta do movimento. No entanto, são locais de importante inter-relação entre Tapebas de diferentes aldeias. Seja por homens, mulheres ou crianças, para os “rachas” no final de tarde ou para o campeonato realizado nos finais de semana pela Associação Indígena Tapeba de Cultura e Esportes (AINTACE), os campos são amplamente utilizados. Na maioria das retomadas, existe um campo de futebol, e em duas delas o campo foi um dos motivadores de sua realização – no caso da Lagoa I (1999), em que a limpeza do terreno para o campo foi uma das primeiras ações, e na Vila dos Cacos (2009), em que o posseiro ameaçou murar o local do campo. Abaixo, segue o relato de um dos articuladores da AINTACE que participou da retomada na Lagoa I:

Então umas das metas que a gente conseguiu foi estar dentro da retomada pra estar tirando o perigo de estar atravessando a pista todos os dias. E foi também assim uma vitória muito grande, porque, a partir daí, nós conseguimos formar o primeiro time de futebol aqui dentro da aldeia, que é o “Novo Esporte”. A retomada, se não me engano foi em 1999, em 2000 nós fundamos o Novo Esporte Futebol Clube. [...] E nós temos desenvolvido um trabalho em relação ao esporte muito interessante. Em 2003 nós fundamos a AINTACE, que basicamente trabalha o esporte na modalidade futebol, e em 2006 eu assumi essa presidência também da AINTACE. Desenvolvo esse trabalho há três anos e a gente conseguiu fazer esse campeonato. A ideia, de início, era fazer o campeonato somente com indígenas, mas, como não tínhamos indígenas suficientes nas equipes, as equipes eram formadas tanto por índio como por não índios. Se a gente fosse colocar só índios, nós estaríamos discriminando os não índios que jogam e também fazem parte e ajudam bastante nas equipes. Então, nós resolvemos trabalhar com todo mundo, não só com equipes indígenas, mas também temos outras equipes. Hoje a gente trabalha com vinte equipes no campeonato, é um campeonato que é bem visto por parte da sociedade caucaiense – inclusive as finais dessas competições são feitas dentro de nossa aldeia mesmo e traz em torno de 1.500 a 2.000 pessoas para essa final (J., Lagoa I, out. 2009).

⁴¹ Tais como corrida de tora, arco e flecha, nado, braço de ferro, corrida, e queda de braço.

O campeonato organizado pela AINTACE acontece anualmente e tem início por volta de abril ou maio, terminando em outubro. Das vinte equipes que participam do campeonato, onze são Tapebas: Novo Esporte Futebol Clube e Boca Júnior, da Lagoa I; Pedreiras e Pedreirinha, da Lagoa II; São José, do Jardim do Amor; Verdes Mares, Ouro Preto e Novo Esperança, do Trilho; Milan, do Capuan; Jandaiguaba, Pé de Ouro e Azulão, da Jandaiguaba.

Fig. 66: Campo do Pedrerinha – Lagoa II



Jogo do Campeonato sub-17, entre os times da Lagoa X Baturité (visitantes). (Foto: A. L. Tófoli – 19 ago. 2009)

Fig. 67: Campo do Novo Esporte – Lagoa I



(Foto: A. L. Tófoli – 19 ago. 2009)

Os jogos ocorrem semanalmente, aos domingos, a partir das 14 horas, para a categoria aspirante, e das 16 horas, para os titulares. O dinheiro arrecadado nos jogos é utilizado pelos times para aquisição de uniforme, chuteiras, bola e, eventualmente, é utilizado para o transporte para localidades mais distantes. Cada time joga a cada 15 dias, porque os campos são poucos para tantos times.

Nós convidamos outras equipes que não são índias, mas tem que jogar nos campos que estão dentro das aldeias, para fortalecer o movimento. Os campos que são usados: o do Novo Esporte, o do Pedreira, o do Pedreirinha, o do São José, Verdes Mares e do Capuan. Os campos são conhecidos pros jogos através de sorteio, toda terça-feira acontece a reunião. (J., Lagoa I, out. 2009)

O Campeonato da AINTACE se configura, a um só tempo, espaço de lazer e congregação dos Tapebas de diversas aldeias e entre os times regionais que participam. É considerado um mecanismo que promove a visibilidade da afirmação étnica ao trazer os jogos

para os campos localizados na área indígena. Conforme apresentado, a organização de tais eventos só se consolidaram a partir da apropriação de espaços que possibilitassem não só a colocação dos campos, mas também a autonomia no gerenciamento, configurando uma estratégia de afirmar o controle dessas parcelas de território. Dadas as distâncias entre algumas localidades, a realização dos jogos do campeonato promove o deslocamento de jogadores e torcedores de uma aldeia para outra, muitas vezes contribuindo para a maior inter-relação entre aldeias, que não ocorreriam sem a realização dos jogos.

O futebol é também bastante popular entre as mulheres, que se orgulham de terem vencido quase todos os campeonatos dos jogos indígenas estaduais e do bom desempenho de algumas Tapebas em times não indígenas da região. As mulheres, ainda que não organizadas em campeonatos, também são assíduas utilizadoras dos campos para os rachas de fim de tarde. Os campos de futebol configuram, assim, espaços de intensa interação social entre Tapebas de diversas localidades e dinamizam o intercâmbio com times da região, trazendo visibilidade e afirmação étnica para o território Tapeba.

Apresentei como os diferentes momentos e as situações nas retomadas imprimem marcas significantes para os envolvidos, possibilitando-lhes apropriações e transformação – o que se configura uma nova lógica espacial, contribui com a melhoria na qualidade de vida das pessoas e propicia o fortalecimento da mobilização em prol do gerenciamento do território pelos Tapeba. Por fim, reitero um elemento importante em relação aos espaços de retomadas, seus usos e vivências. Estes, como quaisquer outros espaços, têm como característica a permanente mutação e, portanto, devem ser entendida como processual, distantes da ideia de enclausuramento e fronteiras rígidas. Ao longo da pesquisa e da escrita deste trabalho, o próprio objeto de estudo sofreu diversas alterações, de maneira que se deve ter em mente que o apresentado deve ser compreendido como um retrato de uma realidade dinâmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No limite de tempo disponível para uma pesquisa de mestrado, o maior desafio apresentado por este trabalho foi o de fazer a etnografia de 16 retomadas em dez localidades diferentes, as quais ocorreram num percurso de mais de 15 anos. Logo percebi que seria difícil fazer uma descrição densa de cada uma das situações; por isso, busquei construir a história das retomadas de terras tapebas a partir da memória de seus protagonistas. Na análise dessas histórias, as retomadas se apresentaram imersas em um contexto em que se articula mobilização política, etnicidade e territorialidade.

Parti da conceituação de Barth e Cohen, em que a etnicidade está baseada em fronteiras fluidas, relacionada, não apenas a uma continuidade histórica, mas principalmente a contextos políticos contemporâneos. No Brasil, os estudos sobre relações étnicas têm tendido a análises que levem em consideração as inúmeras situações de contato em que os povos indígenas estão inseridos, comportando a ideia de fricção interétnica e identidade contrastiva. Optei por trabalhar com a noção proposta por Oliveira Filho, de campo político intersocietário, no qual diversos agentes interagem para a formação de arranjos, acordos, conflitos, interesses divergentes ou convergentes. A territorialidade vinculada a um determinado pertencimento étnico também está inserida nesse mesmo campo político intersocietário, que tem em seu desdobramento geográfico a ideia de multiterritorialidade, em que se sobrepõe pluralidade de jurisdições, usos, funções e apropriações dos espaços e do território.

A relação entre territorialidade e etnicidade, no povo aqui estudado, está, primeiramente, implícita no próprio etnônimo Tapeba, associado originalmente a uma determinada territorialidade ligada à lagoa homônima. Essas denominações remetem a um período anterior à organização em busca de direitos com bases étnicas e estavam associadas a adjetivos negativamente estigmatizantes. No entanto, a abordagem neste estudo privilegiou a apresentação dos desdobramentos históricos, sociopolíticos e espaciais a partir da década de 1980 – momento em que a mobilização em torno da etnicidade Tapeba, com características *comunitarista*, teve início na localidade da Ponte. No início, assessorada pela Pastoral da Terra da Arquidiocese de Fortaleza e, gradativamente, expandida para outras localidades através das relações de parentesco e de sociabilidade preexistentes, essa rede de inter-relações é percebida nas inúmeras histórias de migrações entre os grupos locais, ao longo de todo o século XX e, portanto, faz parte da histórica dinâmica territorial Tapeba.

Nas abordagens sobre a relação entre etnicidade, territorialidade e retomadas de outros povos no Nordeste, destaquei que estas foram apresentadas como importante mecanismo de pressão para a efetivação da regularização das terras indígenas, uma vez que a questão da terra é o principal foco de conflito interétnico no país e os processos para demarcação das terras indígenas, na maioria dos casos, é lento e repleto de obstáculos para sua efetivação. Essas situações de disputas territoriais estão ligadas a processos de afirmação das identidades étnicas que envolvem dinâmicas políticas internas aos diferentes povos e articulações com agentes externos.

No caso Tapeba, diferente do apresentado em outras situações, as retomadas estão inseridas dentro de um contexto, em que a regularização fundiária, até o momento, não chegou ao estágio de permitir a efetivação da demarcação e processos subsequentes a esta. Assim, o objetivo de pressionar a FUNAI para regularização fundiária não foi apontada como motivação para as ações. A questão territorial não se resume somente à demarcação da terra indígena. Em diversos momentos, a mobilização pela saúde e pela educação também esbarraram em embates envolvendo a apropriação territorial. A disputa pelo território, em algumas situações, foram os motivadores das retomadas e em outros casos foram agravados pelas mesmas. Nesse contexto, as retomadas de terras tiveram motivações associadas à necessidade de usos dos espaços e salvaguarda de alguns limites territoriais.

A ideia de necessidade, apresentada na maioria dos depoimentos como motivador da retomada, pode-se associar a dois aspectos centrais: a redução dos espaços disponíveis, com a urbanização, iniciados em meados do século XX e intensificados a partir da década de 1980; e a resposta à atitude de posseiros ou proprietários em impedir o livre acesso a partes do território que comumente usufruíam. Outros aspectos importantes para a consolidação das retomadas Tapebas foram: a ampliação da consciência do direito constitucional à terra, a maior inter-relação e troca de experiências com outros povos que efetivaram ações semelhantes e a prática já comum de recorrentes migrações internas com bases em relações de parentesco. Esses fatores, conjuntamente, trouxeram uma ação mais combativa na defesa de parcelas do território, resultando na efetivação de diversas retomadas.

As retomadas Tapebas se efetivaram dentro de um campo político intersocietário, em que se pressupõem conflitos e divergências com parcelas da população não indígena da região, mas também envolve a inter-relação com outros agentes que formam uma rede de parceria, apoio e assessoria às demandas Tapeba e, em muitos casos, fundamentais para o sucesso das ações. São eles: organizações indígenas, FUNAI, ONGs, MPF, instituições

religiosas (CIMI, CDPDH), pesquisadores vinculados a universidades, jornalistas e políticos simpáticos à causa indígena. Atento que o campo indigenista no Estado do Ceará se consolida a partir da década de 1990, mesmo período em que se inicia o movimento das retomadas Tapebas e que são feitas as maiores e mais significativas delas. No entanto, mesmo que as retomadas contem com o apoio de outros agentes, deve-se ressaltar a característica autogestionária de sua organização, uma vez que planejamento e execução são feitos quase exclusivamente por Tapebas.

Atualmente, a organização política Tapeba acontece em bases associativas, valoriza o protagonismo indígena e atua em diferentes frentes – saúde, educação, gestão do território, política partidária, representatividade em organizações indígenas e instâncias governamentais com representantes indígenas. Concomitante ao processo de fortalecimento político e ampliação da autonomia do movimento indígena, o espaço tem sofrido intensas e aceleradas modificações.

Analisando o conjunto das retomadas Tapebas, percebe-se que, apesar das dimensões das retomadas serem pequenas se comparadas ao território reivindicado ou a retomadas em outros contextos, estas trouxeram mudanças significativas que são percebidas de várias formas: adquirir o direito de poder nadar e pescar em uma lagoa na qual, apesar de vizinha a suas casas, não lhes era permitido o acesso; garantir espaço para a construção de casas de famílias que estavam desaldeadas para a viabilização de escolas diferenciadas, bem como para área de cultivo coletivo da roça, espaço para jogos de futebol, lugar para a realização da Feira Cultural, da Festa da Carnaúba e do Toré. A configuração espacial apresentada neste estudo deve ser compreendida como o relato de um momento, que, ao se materializar em escrita, congela uma realidade que deve ser entendida como processual – ainda que a luta pela Terra Indígena Tapeba seja contínua nas últimas três décadas e o território reivindicado seja, aproximadamente, o mesmo. Os espaços, a organização indígena e os arranjos políticos devem ser entendidos, aqui, como em permanente mutabilidade.

Pode-se afirmar, ainda, que as retomadas constituem momentos de grande ebulição social para seus protagonistas em situações com forte carga política, que contribuíram para o amadurecimento do movimento da luta pela terra, repletos de vivências significantes, o que nos traz para aspectos mais subjetivos que unem os homens ao espaço em que habitam e às diversas sociabilidades operadas no percurso, em decorrência da apropriação espacial. Assim, pode-se afirmar que estas representam um importante mecanismo de resistência à expropriação territorial para a ampliação da área sob controle Tapeba, para a organização de

novas aldeias, para o sentimento de pertença aos espaços e de empoderamento como coletividade.

Ao privilegiar a reconstituição histórica das retomadas e ao optar analisá-las pelo viés da dinâmica espacial em sua relação com a etnicidade, alguns pontos apresentados na pesquisa não foram esgotados na apreciação aqui relatada. Por tanto, ressalto três linhas temáticas e analíticas, relacionadas às retomadas, que poderão ser aprofundadas em pesquisas futuras.

Conforme apontei no transcurso do texto, as migrações internas entre diferentes grupos locais é uma prática comum das famílias Tapebas. O primeiro ponto que destaco, então, é a possibilidade de se fazer o mapeamento da migração das famílias até se alojarem nas retomadas. Assim, a partir do delineamento das relações de parentesco, pode-se melhor compreender as redes de sociabilidade e de alinhamentos políticos que contribuíram para a configuração populacional nas retomadas.

Outro ponto muito importante vinculado ao anterior, que apenas superficialmente abordei, é a relação entre faccionismo e retomada; pois as retomadas como ações políticas estão inseridas dentro da dinâmica política Tapeba. Essa dinâmica comporta consensos e dissensos, acordos e conflitos. Nas retomadas, via de regra, nos momentos de conflito, as disputas internas são suspensas e uma unidade se forma diante do opositor comum; após o término do conflito e no processo de reorganização do espaço, antigas divergências são reelaboradas. Creio ser esse um terreno fértil para análise, pois, conforme salientei, as retomadas comportam empoderamento e, como tal, representam momentos propícios para o surgimento de novas lideranças, que são moldadas sobretudo no próprio bojo das retomadas, vinculados ao engajamento direto nos conflitos abertos, na capacidade de aglutinar pessoas, de conseguir recursos com agentes externos e de manter a coesão até a completa apropriação dos espaços.

Por último, destaco a possibilidade de se aprofundar o estudo das retomadas e da gestão do território Tapeba a partir das disputas no campo jurídico, uma vez que a demarcação das terras, as denúncias ao MPF e as diversas ações de reintegração de posse e de criminalização de lideranças movidas por proprietários de terras passam pelo crivo do poder judiciário. Aponto como uma linha de pesquisa complementar à aqui apresentada, pois a mobilização em torno da terra, para além da apropriação direta, passa pela legitimação e defesa do Território pelo Estado de Direito.

BIBLIOGRAFIA

AIRES, Max M. De aculturados a índios com cultura: Estratégias de representação do movimento de professores Tapebas em zona de contato. **Revista Tellus**, out. 2008.

ALMEIDA, Alfredo W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. **Terras de Quilombos, Terras Indígenas, 'Babaçuais Livres', 'castanhais do povo', Faxinais e Fundo de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ARRUTI, José Maurício. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica com fenômeno histórico regional. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1995/1134>. Acessado em 12 fev. 2010.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: introdução a uma Antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papiros, 2004.

BARRETTO FILHO, Henyo T. **Relatório de atividades do trabalho de campo** realizado entre novembro de 1986 e janeiro de 1987 junto ao grupo étnico Tapeba em Caucaia, Ceará. Mimeo (Biblioteca do CDPDH da Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Fortaleza). Maio de 1987.

_____. **Tapebas, Tapebanos e Pernas-De-Pau de Caucaia, Ceará: da Etnogênese como Processo Social e Luta Simbólica**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ. 1993.

_____. Invenção ou renascimento? Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste. In: OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

_____. Disciplinando a diversidade cultural: uma perspectiva antropológica sobre a portaria 14. IN: ____; LIMA (Org.), **Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

_____. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Tapeba**, Brasília, 2005a.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras (1969). In: POUTIGNAT, Philippe ; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.

BATISTA, Mércia R. R. **Descobrimo e recebendo heranças: as lideranças Truká**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social. 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BEOZZO, Oscar. **Leis e Regimentos das Missões**: política indigenista no Brasil. São Paulo: Loyola. 1983.

BENKO, Georges, Geografia de lugar nenhum ou hiperglobalização: breve exame do mundo pós-moderno. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adelia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território**: Globalização e Fragmentação, São Paulo : Hucitec, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação – Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: _____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. O processo de regularização fundiária. In: **Terras Indígenas**. Brasília:DF. 2007. Disponível em:
<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ5DA42EC9ITEMID699D91511200452BA2B4BE64360765ABPTBRIE.htm> . Acesso em 24 mar. 2008.

BRASILEIRO, Sheila. **A Organização Política e o Processo Faccional no Povo Indígena Kiriri**. Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, com concentração em Antropologia, sob a orientação da Prof. Maria Rosário Carvalho. Salvador, ago. 1996. Disponível em:
<http://www.pineb.ffch.ufba.br/downloads/1248699477Microsoft%20Word%20-%201996%20BRASILEIRO,%20Sheila%20-%20Organizacao%20Politica%20-%20Kiriri.pdf>
Acesso em 10 jan. 2011.

BRÍGIDO, João. Ephemérides do Ceará. In: **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, v. 14 (1º e 2º sem.). 1900.

BRISSAC, Sérgio. **Iniciativas dos Tapeba para a gestão de seu território**: a apresentação de demandas ao Ministério Público Federal. In: Anais do III Encontro de Ciências Sociais do Estado do Ceará – Ciência, Política e Valores, Fortaleza, 9 a 12 nov. 2009.

CHAVES(a), Rodrigo Padua Rodrigues. A identificação de terras indígenas e os relatórios de identificação e delimitação da FUNAI: reflexões sobre a prática da antropologia no Brasil (1988-2003). In: BARRETTO FILHO; LIMA (Org.). **Antropologia e Identificação**: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

CHAVES(b), C. A. A marcha nacional dos sem terra: estudo de um ritual político. In: PEIRANO, M. (Org.). **O dito e o feito. Ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, NUAP/UFRJ, 2002.

COHEN, Abner, **Custom and Politics in Urban África**. London-Berkeley, Routledge & Kegan, Paul. Univ. of California, 1969.

_____. The Lesson of ethnicity. In: _____ (Ed.), **Urban Ethnicity**. London: Tavistock. 1974.

_____. **O Homem Bidimensional:** a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas. Tradução de Sônia Corrêa. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CUNHA, Maria Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Política indigenista no século XIX. In: _____. (Org.) **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FALEIRO, Rodrigo Paranhos. Retomada ou invasão: percepção das instituições governamentais sobre a ocupação do monte Pascoal pelos índios Pataxó. In: LIMA; BARRETTO (Org.). **Antropologia e identificação:** os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2005.

FAUSTO, Carlos. Território e Contraditório: antropólogos, índios e poderes de Estado. Comunicação apresentada no Seminário **Indigenismo: fim de século**, no Departamento de Antropologia da UNB, em 22 maio 1998. Mimeo.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia Moderna. In: Feldman-Bianco, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas.** São Paulo: Global, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Jussara Vieira. **Breve Informação sobre os Índios do Município de Caucaia, Estado do Ceará.** Rio de Janeiro: CENDOC-Museu do Índio/FUNAI, 1985a.

_____. **Relatório sobre os Índios do Município de Caucaia, Estado do Ceará.** Rio de Janeiro: CENDOC-Museu do Índio/FUNAI, 1985b.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, março de 2005. Disponível em: http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf. Acessado em 11 maio 2010.

HOORNAERT, Eduardo. Catequese e Aldeamento. In: SOUZA, Simone de. (Org.) **História do Ceará**, 2. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

LEITE, Jurandyr. Terras Indígenas. In: **Resenha e Debate**, n. 4; Rio de Janeiro: PETI/MN/UFRJ, 1993.

LEONARDI, Victor. **Entre Árvores e Esquecimentos – História social nos sertões do Brasil.** Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

LEFEBVRE, H. **La Production de l’Espace.** Paris: Anthropos, 1986 (1974).

LIMA, Antônio Carlos de S. Identificação como categoria histórica. In: ____; BARRETTO, Henyo T. (Org.) **Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2005.

____; BARRETTO, Henyo T. Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002: uma apresentação. In: ____ (Org.). **Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2005.

MAGALHÃES, Edvard Dias (Org.). Regularização fundiária. In: _____. **Legislação Indigenista Brasileira e normas correlatas**. 3. ed. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2005. Disponível em: http://www.funai.gov.br/projetos/Plano_editorial/livro6.htm. Acesso em 16 jun. 2009.

MARTINS, Sílvia Aguiar. **Os Caminhos da Aldeia Xucuru-Kariri**. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), orientador João Pacheco de Oliveira Filho, Recife, 1994. Disponível em: http://www.anai.org.br/arquivos/Dissertacao_mestrado_Xucuru_Kariri.pdf. Acesso em 10 jan. 2011.

MEIRELES, Jeovah de Andrade. **Relatório Ambiental: GT de Identificação e delimitação da Terra Indígena Tapeba**. (DOU, Seção 2, nº 220, 13 nov. 2002, p. 16), Fortaleza, 1993.

MOERMAN, Michael. Ethnic identification in a complex civilization: who are the Lue? In: **American Anthropologist**, 57(5). 1965.

NASCIMENTO, Rita Gomes. **Rituais de resistência: experiências pedagógicas tapeba**. Tese de Doutorado defendida no programa de pós graduação em da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade Étnica, Identificação e Manipulação. In: **Identidade Etnia e estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

_____. **O Índio e o Mundo dos Brancos**. Brasília: Editora UnB/ Pioneira, 1981.

_____. Estudo de Áreas de Fricção Interétnica no Brasil. **America Latina**, v. V, n. 3, p. 85-90, 1962.

OLIVEIRA(a), Kelly Emanuely. **Guerreiros do Ororubá: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Orientador: Carlos Guilherme Octaviano do Valle, fev. 1996.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Terras Indígenas e Indigenismo no Brasil: uma tentativa de abordagem. In: **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Nova Série, n. 44, 1983.

_____. O Nosso Governo: os Ticuna e o Regime Tutelar. São Paulo: Marco Zero: [Brasília, DF]: MCT/CNPq, 1988.

_____. **Ensaios em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

_____. Uma etnografia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: _____ (Org.). **A Viagem de Volta**. 2004.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Aldeias Indígenas e Povoamento do Nordeste no Final do Século XVIII**: Aspectos Demográficos da ‘Cultura de Contato’. Trabalho Apresentado ao GT História Indígena e do Indigenismo, XVI Encontro Anual da ANPOCS, 1992.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.

ROMANO, J.O.; NUNES, M. **Empoderamentos e direitos no combate a Pobreza**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002. Endereço eletrônico do artigo: <http://www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2009.

SACK, R. Human Territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. **De Caboclo a Índio**: etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos no Nordeste do Brasil, o caso Kapinawá. Projeto de Pesquisa para Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. IFCH-UNICAMP, Campinas, 1986. (mimeo)

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Pensando o Espaço do homem**, São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, Isabelle Braz P. da. **Vila de Índios no Ceará Grande**: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. Campinas: Pontes Editores, 2006.

_____. (Coord.) **Povos indígenas no Ceará**: organização, memória e luta. Fortaleza: Ribeiros, 2007.

_____. **O Relatório Provincial de 1863 e a expropriação das terras indígenas**, (mimeo) 2008.

SILVA, Cristhian Teófilo. Campo Minado: considerações sobre o poder e a antropologia na identificação e delimitação de terras indígenas. In: BARRETTO FILHO; LIMA (Org.). **Antropologia e Identificação**: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

STUART FILHO. **Os Aborígenes do Ceará II**. Revista do Instituto do Ceará (Fortaleza), v. 77, p.153-217, 1963.

SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva e. **As Fronteiras do Ser Xukuru: Estratégias e Conflitos de um Grupo Indígena no Nordeste**. Dissertação de Mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, Orientador: Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ), Recife, 1992. Disponível em:

http://www.anai.org.br/arquivos/Dissertacao_mestrado_Xucuru.pdf. Acesso em 10 jan. 2011.

SOUZA(b). Jorge Bruno Sales. **Fazendo a diferença**: um estudo da etnicidade entre os Kaimbé de Massacará. Dissertação de Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia, Orientador: Prof. Dr. Edwin B. Reesink, Salvador, 1996.

SWARTZ, Marc J. **Local level politics, social and cultural perspectives**. London: London University, 1969.

TAMBIAH, Stanley J. Conflitos etnonacionalistas e violencia coletiva no sul da Ásia. In: **RBCS**, n. 34, v. 12, jun. 1997.

TURNER, Victor. **O processo ritual**: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1969.

_____. **Dramas, fields and metaphors**. Ithaca: Cornell University Press, 1974.

VALLE, Carlos Guilherme do. Experiência e semântica entre os Tremembé do Ceará. In: PAHECO DE OLIVEIRA, João (Org.). **A Viagem da Volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004(a).

_____. **Identidade em caucaia**: etnografia e vicissitudes de uma perícia antropológica. Revista Antropológicas, Recife, v. 14, n. 1-2, p. 235-262, 2004. Disponível em: <http://www.ufpe.br/revistaantropologicas/internas/volume14/Artigo%2012.pdf>. Acesso em 21 fev. 2010.

_____. Aldeamentos indígenas no Ceará do século XIX: revendo argumentos históricos sobre desaparecimento étnico: In: PALITOT, Estevão M. (Org.). **Na Mata do Sabiá**: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza: SECULT/ Museu do Ceará/ IMOPEC, 2009.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo do caso detalhado. In: Feldman-Bianco, Bella (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas Métodos**. São Paulo: Global Editora, 1987.

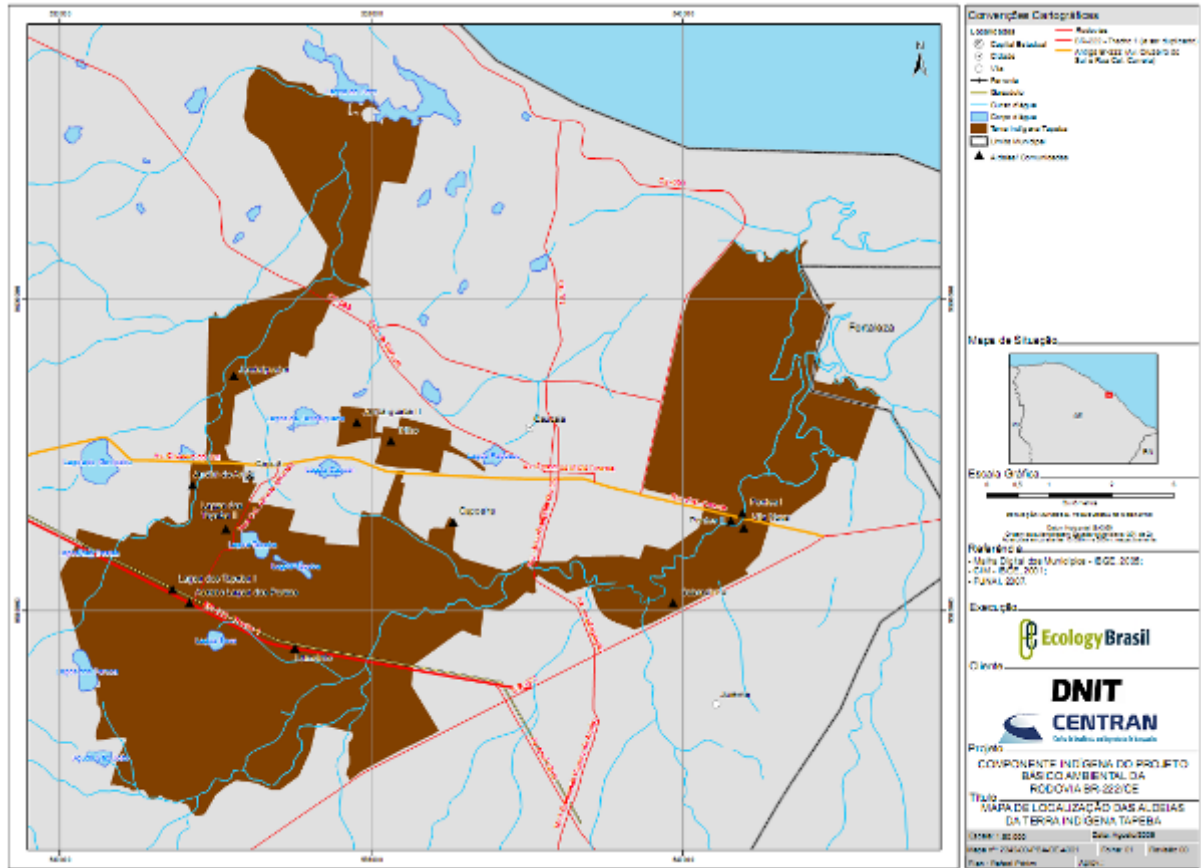
WEBER, Max. **Relações Comunitárias Étnicas. Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. **Conceitos Básicos de Sociologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1989.

WHITEHEAD, A. N. **Modes of Thought**. New York: Macmillan, 1938.

ANEXOS

Anexo 1: Mapa do DNIT



Anexo 2: Mapa da FUNAI com a delimitação da TI Tapeba de 2003

